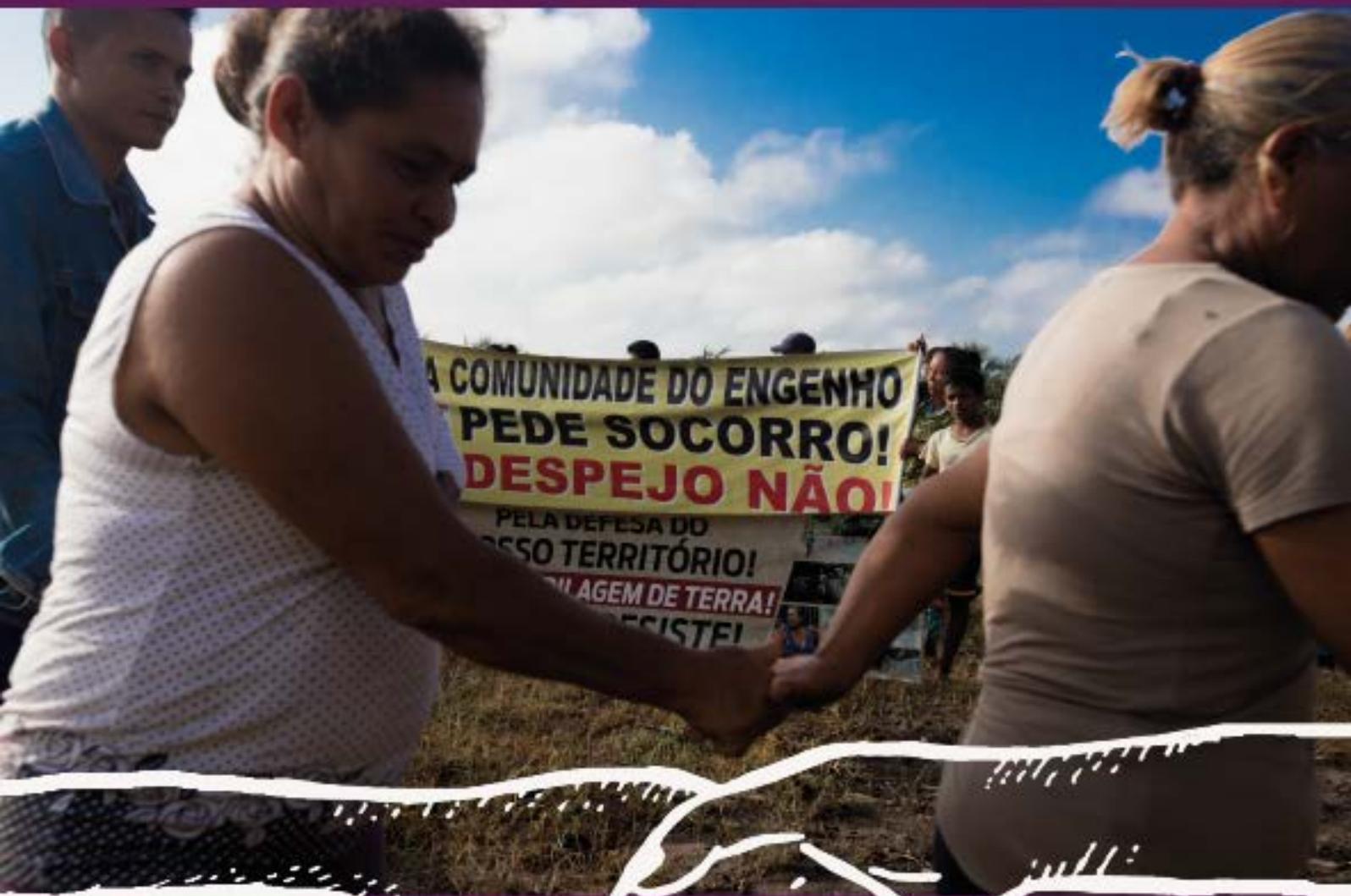


CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2018



NINGUÉM
SOLTA
A MÃO
DE NINGUÉM



CONFLITOS NO
CAMPO
BRASIL 2018



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2018
É uma responsabilidade do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT

Rua 19, no 35, 1º andar – Centro - 74030-090

Goiânia-GO

Fone: (062) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405

Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br

Sítio: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecário responsável : Enderson Medeiros CRB1: 2276



Diretoria da CPT

Dom André Marie Gerard Camilla de Witte - Presidente
Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira - Vice-Presidente
Coordenação Executiva Nacional
Isolete Wichinieski
Jean Ann Bellini
Paulo César Moreira dos Santos
Ruben Alfredo de Siqueira

Conselho Editorial
Secretaria Nacional
Antônio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz
Cristiane Passos Melo e Silva
Elvis Fagner Ferreira Marques
Flávio Marcos Gonçalves de Araújo
Ítalo Borges Rezende
Márcio Antônio Cruzeiro
Mário Braz Manzi Muniz
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira Rodrigues

Regionais

Célio Lima da Silva - Acre
Sisto Magro - Amapá
Maria Agostinha de Souza/Tiago Maiká Muller Schwade - Amazonas
Edmundo Rodrigues Costa/Evandro Rodrigues dos Anjos/Antônia Laudeci Oliveira Moraes - Araguaia/Tocantins
Roseilda Cruz da Conceição - Bahia
Francisco Silva de Sousa/Lucimar Dios Oliveira - Ceará
Priscila Viana Alves/Viviane Ramiro - Espírito Santo/Rio de Janeiro
Lucimone Maria de Oliveira - Goiás
Ronilson Costa - Maranhão
Elizabeth Fátima Flores/Welligton Douglas Rodrigues da Silva - Mato Grosso
Roberto Carlos de Oliveira - Mato Grosso do Sul
Leticia Aparecida Rocha - Minas Gerais
Marluce Melo/Renata Costa César de Albuquerque/Renata Érica de Figueiredo Ataíde - Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Andréia Aparecida Silvério dos Santos/José Batista Gonçalves Afonso - Pará
Dirceu Fumagalli/Isabel Cristina Diniz - Paraná
Altamiran Lopes Ribeiro - Piauí
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto - Rondônia
Wilson Dallagnol - Rio Grande do Sul
José Valmecio de Souza - Santa Catarina

Assessoria

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves
Geógrafo - UFF
Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Sociólogo - UFG

Assessoria Administrativa

Tânia Maria Rocha de Oliveira
Miquicelany Linhares Gomes de Souza

Revisão

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino e Setor de Comunicação da Secretaria Nacional

Diagramação:

Carmelo Fioraso

Seleção de fotos

Cristiane Passos Melo e Silva

Foto Capa

Ana Mendes / CIMI

Arte da capa

Thereza Nardelli
Carmelo Fioraso

Apoio

PPM Pão Para o Mundo
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
D&P Development and Peace
Misereor

Ao Padre Amaro Lopes,

perseguido, processado e preso por partilhar da vida e da luta dos assentados e sem terra, em Anapu, na Prelazia do Xingu, onde atuava na CPT...

*“Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus”,
disse Jesus.*

In Memoriam

À Irmã Alberta Girardi,

agente da CPT; nos deixou no dia 30 de dezembro de 2018, aos 97 anos de fidelidade ao “Deus dos pobres e aos pobres de Deus”.

De estatura frágil e pequena foi uma gigante na defesa dos direitos dos sem terra, do povo da rua e das crianças.

A Marielle Francisco da Silva, Marielle Franco,

negra, da favela do Complexo da Maré, lésbica, vereadora no Rio de Janeiro, assassinada em 14 de março de 2018 por quem se sentia agredido pelas suas inquietações, sonhos e ações em defesa e na promoção dos direitos humanos, da igualdade e da justiça social. Ao lado dela morreu o motorista Anderson Pedro Gomes.

Às centenas de pessoas de Brumadinho, Minas Gerais,

engolidas e soterradas pela lama da ganância, por quem privilegia e prioriza o lucro dos negócios à vida das pessoas e da natureza.

Sumário

Apresentação	9
Metodologia	13
Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2009 - 2018)	23

Conflitos no Campo

Mais além da conjuntura: por outros horizontes de sentido.....	26
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Bruno Cezar Malheiro, Fernando Michelotti</i>	
Tabela 2 - Conflitos no Campo	38
O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências	81
<i>Raquel Baster</i>	

Terra

Tabela 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse	90
Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018	91
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Danilo Pereira Cuin, Julia Nascimento Ladeira, Marlon Nunes Silva, Pedro Catanzaro da Rocha Leão</i>	
Tabela 4 Conflitos por Terra.....	120
Anapu, um barril de pólvora	121
<i>Jeane Ann Bellinni, Mário Braz Manzi Muniz</i>	

Água

Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro	132
<i>Luiz Jardim Wanderley, Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves</i>	
Tabela 5 - Conflitos pela Água.....	142
Conflitos pela Água 2018: entre a felicidade e a agonia.....	143
<i>Samuel Britto das Chagas</i>	

Trabalho

Agrotóxicos: o medo que cala 154

Ana Aranha

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas 159

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a Pessoa 162

Contra o povo - ataque parlamentar aos direitos dos povos do campo e da natureza 163

Marco Mitidiero Junior, Brenna da Conceição Moizés, Lucas Araújo Martins

Tabela 8 - Assassinatos 172

Nas rotas dos conflitos 174

Diana Aguiar

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato 181

A invisibilidade da morte de trabalhadores na cadeia do agronegócio 182

Antônio Canuto

Tabela 10 - Ameaças de Morte 184

Manifestações

Cristianismo da libertação - Breves notas sobre a CPT 192

Michael Löwy

Tabela 11 - Manifestações 195

Notas emitidas pela CPT

Notas 197

Siglas dos Movimentos sociais, organizações e entidades 222

Fontes de Pesquisa 233

Apresentação

Na 33ª edição do relatório anual da CPT “Conflitos no Campo Brasil 2018”, o texto de análise geral destes conflitos, de autoria do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves e seus colegas do LEMTO / UFF, recorre à imagem da “terra em transe” para simbolizar a conclusão de sua leitura dos dados de conflitos deste ano. A imagem remete ao famoso filme de Glauber Rocha e vem a calhar. O país da ruptura política, 2015/2018 – entre o impedimento da presidenta Dilma e a eleição do capitão Bolsonaro –, se parece muito com aquele do polêmico filme vanguardista de 1967: populistas, fundamentalistas religiosos no governo resultado de um golpe de estado; corrupção sem limites nas relações das classes dirigentes entre si e com empresários transnacionais, a despeito, no caso presente, da seletiva e instrumentalizada operação “Lava Jato” de “combate à corrupção”; povo desmobilizado, enganado pelas versões da mídia que distorcem os fatos, hoje potencializadas pelas chamadas “redes sociais” e suas “fake news”; oposição de esquerda sem rumo, afeita ao Estado mais que às ruas...

Mas, o achado da recorrência está também no transe que este estado de coisas provoca na terra, literalmente: aumento exacerbado de todas as formas da violência no campo (e, correlata, nas periferias urbanas), sobretudo contra povos e comunidades tradicionais, visando seus territórios ricos em bens naturais (almejadas *commodities*) sob controle deles, intencionalmente precário do ponto de vista jurídico. Territórios justo aqueles que significam e preservam o “país do pau-brasil”, mas não escapam da predação extrativista e da colonialidade reinventadas, o patrimônio nacional vendido na bacia das almas, os danos de toda ordem, irreversíveis... Ademais, o país todo

vive em transe, se não o mundo inteiro!

Soberano no mundo, o capital financeiro busca se territorializar como solução para a crise por ele mesmo engendrada, a fim de estender o processo atual de acumulação ilimitada de riqueza fictícia. Países ricos em recursos naturais como o nosso não escapam a esta sanha devoradora de terra e gente. A violência é sua tática eficiente, agora com outro tipo de respaldo do Estado que, sob Bolsonaro, criminalizadas são as vítimas: “são todos terroristas”, disse ele sobre os militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Foi didático: no campo e na cidade, a terra está entregue à especulação sem freios. O que se deve esperar de 2019 e anos seguintes, se órgãos e funções estratégicas para evitar e dirimir conflitos no campo, como INCRA, FUNAI e Ouvidoria Agrária, estão sendo entregues a militares?

Quantidades e extensões do transe

Os números justificam o transe da terra. Os conflitos no campo (terra, água, trabalho, em tempos de seca, garimpo, sindicais e violências contra a pessoa – assassinatos, ameaças, agressões, prisões etc.) aumentaram em 4% em relação a 2017, passando de 1.431 para 1.489. Destes, 1.124 foram por terra. Perto de um milhão de pessoas foram envolvidas no total dos conflitos, 36% a mais que em 2017, 51,6% na região Norte. Aí também a concentração de terras em conflito: 92% do total em 2018. Outros índices alarmantes confirmarão a Amazônia como foco principal.

A extensão de terras em conflito vem aumentando exponencialmente desde 2015 (foram 8.1 milhões de hectares em 2014), pas-

sando de 21,3 milhões de hectares para 23,6 milhões em 2016, 37,0 milhões em 2017 e 39,4 milhões em 2018, o que significa 4,6% do território nacional em disputa.

Os conflitos por água, que vêm crescendo desde 2002, quando a CPT passou a registrá-los separadamente, teve um aumento exponencial em 2018 em relação a 2017: de 197, envolvendo 35,4 mil pessoas, para 276, envolvendo 73,6 mil pessoas – um aumento de 40,1%. Ribeirinhos e pescadores foram as vítimas preferenciais: 80,5%. Metade destes conflitos foram causados por mineradoras. A saga inglória do rio Doce se estendeu por 2018 e seguirá para sempre. A Vale de lá originada voltará ainda mais terrível em 2019 com Brumadinho e deverá continuar, pelo tanto de barragens de rejeitos tóxicos que deverá quebrar e valerá a pena fazê-lo, impunemente...

Os conflitos trabalhistas também aumentaram, sobretudo as ocorrências de trabalho escravo, outra evidência do avanço avassalador das políticas neoliberais, com as flexibilizações na legislação já impostas: de 66 casos, envolvendo 530 pessoas, em 2017, para 86, envolvendo 1.465 pessoas, em 2018.

Face mais cruel da violência institucionalizada e reciclada no campo, os assassinatos tiveram, felizmente, significativa queda em 2018: 28, bem menos que os 71 de 2017. Salta aos olhos, porém, outras nuances desta diferença: se em 2017 dos assassinados 36 foram em cinco massacres (mortos três ou mais nas mesmas circunstâncias), em 2018, 57% dos assassinados eram lideranças, 16 dos 18. Violência pedagógica com o mesmo efeito: punir exemplarmente e remover o “entrave ao desenvolvimento”, eliminando cabeças e/ou o corpo todo.

Dos 28 assassinatos, três (10%) foram em Anapu, no Pará, onde em 2005 foi assassinada a Ir. Dorothy Stang, numa tentativa de impedir o trabalho da CPT em apoio às iniciativas agroflorestais de controle e produção dos territórios de assentamentos – uma reforma agrária para dar certo. Já ao Padre Amaro Lopes, colega e continuador do trabalho de Dorothy, os fazendeiros e madeireiros reservaram o assassinato moral. Preso por três meses, sob falsas acusa-

ções, responde em liberdade a processo judicial.

Entre os 28 assassinados não estão contabilizados – porque dificilmente teríamos como fazê-lo – os mortos na cadeia do agronegócio, como escreve Antônio Canuto. É reveladora a intensa campanha midiática de que ele é “pop, tech, tudo”, a qual mal disfarça o quanto ele é “cídio”: homicídio, genocídio, ecocídio...

Pessoas reais sob os números

Mas, é preciso imaginar as pessoas reais por trás dos números... e o tamanho de seu sofrimento sob este “transe da terra”! Conseguimos? É o primeiro passo para a solidariedade efetiva. Que só assim será capaz de fazer frente ao tamanho da crueldade dos promotores reais do caos e da dor do povo camponês no Brasil.

Quem são estes? Explicam Porto-Gonçalves *et alii* no texto citado:

“Os conflitos podem ser protagonizados: 1- pelas classes proprietárias identificadas como Empresários, Fazendeiros, Grileiros, Mineradoras, Madeireiros e (empresas) Hidrelétricas ou pseudo-proprietários, como os Grileiros; 2- pelo Poder Público, seja pelos governos em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) por iniciativa (ação-inação) no despejo de famílias e comunidades, seja pelo judiciário com mandados de reintegração de posse ou mesmo de prisões e por agentes públicos, como policiais e políticos e; 3- por iniciativa de grupos sociais não-proprietários em luta por terra e território, com ações de ocupações e retomadas de terras-territórios, seja por grupos sociais em posse real de uso tradicional das terras-águas-vida”. Porto-Gonçalves et al. (2019).

Em 2018, 2.307 famílias foram expulsas pelo poder privado e 11.225 pelo poder público, através de ordens de despejo. As famílias expulsas bem acima da média de 795 entre 2015 e 2018. Fica evidente quem promove a violência no campo e suas “razões de Estado”, o “gerdame do capital”, como dizia Marx.

Na outra ponta dos conflitos está a imensa va-

riedade que caracteriza,

“o mundo não-urbano brasileiro, a saber, nos assentamentos, nos acampamentos, nos quilombos, nas terras e territórios indígenas, além das terras e territórios das múltiplas camponesidades que caracterizam nossa sociedade como seringueiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, mulheres catadeiras de mangaba (mangabeiras), faxinalenses, ribeirinhos, retireiros, camponeses de fundo e de fecho de pasto, geraizeiros, caiçaras e muitas outras formas sociais camponesas”. Porto-Gonçalves et al. (2019).

Em 2018, em 73,5% dos casos de conflito de terra e água em todo o Brasil predominaram as populações tradicionais.

Mais visível vai sendo a presença das mulheres nos conflitos no campo, uma vez que são também elas, quase sempre, quem sustenta a resistência de suas famílias e comunidades nos territórios ameaçados. O texto de Raquel Baster – “O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências” – busca aqui dar conta das 482 mulheres que sofreram algum tipo de violência nestes conflitos em 2018. Aliás, frisa-se que a edição *Conflitos no Campo Brasil 2018* dedicou a publicação, entre outras, a duas mulheres: Marielle Franco e Irmã Alberta Girardi. O livro traz, ainda, apenas fotografias de autoria de mulheres, como uma forma de visibilizar a atuação delas nas mais distintas esferas no que tange à realidade no meio rural.

Sacramentando o transe da terra, a queda ainda maior dos números da reforma agrária: foram apenas quatro decretos de desapropriação em 2018, abaixo da média de sete no período da ruptura política, a mais baixa de toda história. Hectares desapropriados neste período foram pouco mais de 12 mil, 0,7% do que fez o primeiro governo Fernando Henrique (1995/1998) e 1,8% do que fez o primeiro governo Lula (2003/2006). Famílias assentadas neste período da ruptura foram 9.609, quando chegaram a 95.535 no primeiro Lula. Terra Indígena homologada pelo governo Temer foi

apenas uma. O que aumentou foi o desmatamento nestas terras, não mais protegidas. Comunidades quilombolas certificadas em 2018 foram 144 e tituladas apenas quatro.

Glauber Rocha dizia que “a história é feita pelo povo e escrita pelo poder”. Esta publicação se pretende uma escrita da história, ela também na perspectiva popular, comprometida com sua luta por outro país, avesso e superior a esta engendrado pelo poder diabólico do capital global financeiro-agrário-minerário-extrativo, capaz suficientemente de outras relações sociais (e socioambientais e socioterritoriais) mais justas e equilibradas, garantidoras de um presente e um futuro de dignidade e paz para o campo brasileiro, para a humanidade e o planeta, muito além deste rincão privilegiado pela natureza e tão maltratado pelos homens.

E, ao cabo, some-se conosco nesta luta pela transição à concretização da utopia que nos move, ensaiada pelos nossos vários campesinatos - uma “terra de todos, terra de irmãos”.

Porque, como diz a nota das Pastorais Sociais do Campo, de 27/02/19 (“A esperança luminosa dos pobres vencerá a escuridão”), “urge persistir e reinventar formas mais eficientes da luta pela vida, tecidas na esperança invencível dos povos, garantindo espaços horizontais de real diálogo e construções conjuntas de alternativas. Nisto, é imprescindível a solidariedade internacional. Precisamos acreditar na resistência e resiliência ancestrais das comunidades, que há séculos enfrentam opressores e seus carrascos. É na mais densa escuridão da noite que se aproxima a aurora de um novo dia: O Deus de Jesus Cristo Libertador está conosco e não abandona os pobres e pequenos, jamais! Como diz o canto bíblico de nossas comunidades, ‘se calarem a voz dos profetas, as pedras falarão. Se fecharem os poucos caminhos, mil trilhas nascerão!’”

Boa leitura!

Diretoria e Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra.

Metodologia

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana¹. Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia a violência por eles sofrida, por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim.

Já no final dos anos 1970, promoveu uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os trabalhadores e suas comunidades. Os dados desta pesquisa incluíam até dezembro de 1982, sendo sistematizados e publicados, em 1983, no livro CPT: Pastoral e Compromisso, uma co-edição Editora Vozes/CPT. A partir de então, a CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 começou a publicar um relatório anual intitulado Conflitos no Campo Brasil, com os registros das ocorrências de conflito e de violência sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Até 1988, os registros eram feitos à mão

em fichas. Neste referido ano, já com acesso à informática, criou-se o primeiro banco de dados dBase, onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT; os dados foram migrados para SQL server.

A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra e formas de resistência dos camponeses, quilombolas e povos originários, bem como sobre a defesa e conquista de direitos, que serve como fonte de seu banco de dados.

Os documentos se referem a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou aqueles referentes a conflitos já sistematizados em seus bancos de dados, ocorridos de 1985 a 2007. Estes foram identificados, organizados por temas e digitalizados. Enquanto aqueles referentes conflitos ocorridos entre 1960 a 1985 (antes do banco de dados) foram digitalizados e organizados por datas, sem sistematizar os dados. Os documentos referentes a conflitos a partir de 2008 já foram adquiridos em forma digital e foram identificados, sistematizados e salvos no banco de dados Datacpt. Com este processo de digitalização, a CPT disponibiliza o acervo pelo site www.cpt-nacional.org.br, ou via Google Drive < [goo.gl/TJ10G](https://drive.google.com/drive/folders/TJ10G)>.

1 O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino faz registros de conflitos, utilizando-se além dos termos citados neste parágrafo, dos outros seguintes: assentados, sem terra, posseiros (principalmente na década de 1980), pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros; comunidades tradicionais (caíças, camponeses de fecho e fundo de pasto, faxinalenses, geraizeiro, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros); extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros) e povos indígenas. A categoria atingidos por barragens inclui comunidades tradicionais em geral, assentados, sem terra, camponeses e outros. E as lideranças, sindicalistas, missionários/as, pastores/as, religiosos/as, agente pastoral, aliados e ambientalista.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de documentação. Em 2013 foi renomeado “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

A tarefa de documentar tem uma dimensão **teológica**, porque de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada.

O que a CPT documenta?

Os procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas apresentadas nos cadernos Conflitos no Campo Brasil foram construídos coletivamente, envolvendo as várias equipes de documentação e contando com a participação dos agentes de base da CPT e movimentos sociais que atuam no espaço rural. Alguns conceitos foram assumidos pelo setor a partir da existência deles em leis, declarações, estudos, censos.

A CPT entende que questões ambientais e direitos humanos podem estar presentes em todos os conflitos cadastrados, sistematizados e analisados pelo Centro de Documentação.

1 - Ambiente: representa o conjunto dos elementos naturais em sua forma original e que, a partir da relação com o ser humano, sofre transformações, porém estas devem levar em consideração a possibilidade de sobrevivência da maioria das espécies de vida ali presente.

A CPT, também considera que o conceito de natureza é socialmente construído (MONTIBELLER Filho, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; e, BELLEN, 2006), e o conceito de ambiente também. Neste sentido se faz necessário perceber qualquer ação que envolva humanos e natureza como uma relação entre as espécies viventes nos espaços (sejam eles físicos, culturais, econômicos, políticos e sociais). Neste sentido, quando identifica e apresenta a existência de um conflito no espaço rural, especificamente neste espaço, entende que há, também, um conflito ambiental.

2 - Direitos humanos: A CPT, sendo signatária do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) assume compromisso com a lógica de que a conquista ou a agressão aos Direitos Humanos é situação integrante das várias condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e de suas organizações nos espaços em que atuam. A Plataforma DHESCA tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações dos/as Relatores/as da ONU e do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)².

O Banco de Dados

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do **Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra** - e são digitados e sistematizados em

tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características, dando-lhes condições de analisá-los.

É importante destacar que o processo de inserção e revisão dos conflitos no campo é contínuo. Entre outras dimensões, isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não teve conhecimento na época do fato.

A pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” [...] (GIL, 2007, p. 66). Existem documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias e gravações.

Após a obtenção destes materiais o ato de “Documentar não é sinônimo de acumular textos e recortes [...]. Não é o caso também de armazenar, sem critério [...]”. Documentar é organizar o material que tem importância significativa para a pesquisa que se realiza. E essa importância está relacionada com o objetivo primeiro de seu estudo (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 111).

Para o centro de documentação da CPT, portanto, se tem três objetivos ao fazer a coleta de dados. 1. Buscar as fontes primárias de informações para construir o banco de dados (a partir de relatos e de informações obtidas com os agentes de base da CPT); 2. buscar fontes secundárias em jornais, documentos oficiais, denúncias de movimentos sociais relatadas em seus

² Maiores informações sobre a Plataforma ver no site os conceitos fundamentais dos Direitos humanos: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=330:quem-somos&catid=46:organizacao&Itemid=134

veículos de comunicação; 3. processá-las, sistematizando e analisando estes dados, transformando-os em denúncias de violações de direitos cometidos contra camponeses e suas organizações.

Critérios de inclusão e de exclusão

Como primeiros critérios de inclusão no banco de dados, tem-se que as informações são obtidas por meio de pesquisas primária e secundária. As primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Além dos agentes da CPT, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros. Uma vez identificando-se a existência de conflito nesses documentos a ocorrência é registrada.

Quando se percebe que os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a fonte primária como dado de registro. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se as ocorrências em cada data, e como o número de famílias pode variar, registra-se o maior número na última ocorrência. Para registro de datas, quando não tem informação do dia do fato, registra-se no último dia daquele mês e ano, caso não tenha informação do mês, registra-se no último dia daquele ano, ou na data da fonte pesquisada.

Situações de violência e conflitos que envolvam povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores, caiçaras, dentre outros, mesmo em espaços urbanos, mas que vivenciam modo de vida rural são registrados e contabilizados.

No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas informadas, na última data e, registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante aquele período de pesquisa.

São excluídos dos registros:

1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalho realizados no campo;
2. casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Exceção-se os casos em que a disputa pela terra se dá por povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, etc...) mesmo que se dê em área urbana, pois defendem um modo de vida rural;
3. conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e,
4. casos de trabalho escravo em atividades urbanas. (São apenas citados na publicação como nota de rodapé).

Conceitos utilizados na publicação do Centro de Documentação

O objeto de pesquisa do centro de documentação são os documentos enumerados anteriormente. Uma vez processados busca-se analisar os conflitos e a violência sofrida em espaços rurais e urbanos que envolvam ações dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e suas organizações.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, baçaçais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivin-

dicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indicam a existência de **trabalho escravo**, superexploração.

Na compreensão do que é Trabalho escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de **Superexploração** acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir

o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos, só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por **Violência** entende-se o constrangimento, danos materiais ou imateriais; destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que

protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

A **composição das famílias**: O Centro de Documentação acolhe o conceito de família apresentado pelo IBGE em seu censo demográfico de 2010. “Família é conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. [...]. “Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996)”. (IBGE, 2010).

Estrutura do Banco de Dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. **Áreas em conflito**, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.

2. **Ocorrências de conflitos**, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada

das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas.

3. Uma terceira tabela com as **Ocupações/Retomadas** de terra.

4. Uma quarta tabela com os **Acampamentos**. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no país.

Os dados das três últimas tabelas são somados número de ocorrências e famílias na tabela síntese fechando o eixo Terra, denominado **“Violência contra Ocupação e a Posse”**.

Os **Conflitos pela Água** são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os **Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração.

Na tabela referente ao **Trabalho Escravo** uma coluna mostra o número de ocorrências e quantas denúncias foram recebidas; outra coluna indica o número de trabalhadores na denúncia; uma terceira informa o número de trabalhadores libertados pela ação do Estado e uma última coluna apresenta o número de crianças e adolescentes envolvidos.

As situações de **Superexploração**, dizem respeito aos casos em que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores são muito graves, mas não se encaixam nas características do trabalho escravo. Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os tipos de violência estão assim registrados: tabelas de **assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte** e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e ou detenções. Outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa, na qual além das informações acima constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela em que estão registradas as **Manifestações de Luta** feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título Conflitos no Campo Brasil. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas em cada bloco, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, e o número de famílias que estão sob ameaças por pistoleiros. Além destes registros, a Tabela 3 também apresenta o número de famílias que sofrem algum tipo de violência com invasões de suas terras ou posses por parte de mineradoras, madeireiras etc.

TABELA 4 - Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes in-

formações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo: consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou libertados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 - Violência contra a Pessoa

Agrupa o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima.

TABELA 11 - Manifestações

Relatório síntese por Estado. Informa o número de ocorrências e a quantidade de

manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. O estudo como forma de pesquisa. In.: Construindo o saber. CARVALHO, Maria Cecília de (org). 10. ed. Campinas – SP, Papirus Editora. 2000.

BELLEN, Hans Michael van. Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas. In: _____. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

BRASIL. Código Penal Brasileiro, Lei nº 10.803, de 11.12.2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm

A última parte do Conflitos no Campo re-produz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Senso Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>

MONTIBELLER FILHO, G. O mito do desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Coleção Os porquês da desordem mundial. Organização, SADER, Emir. Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Record, 2004.

Organograma dos temas publicados

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

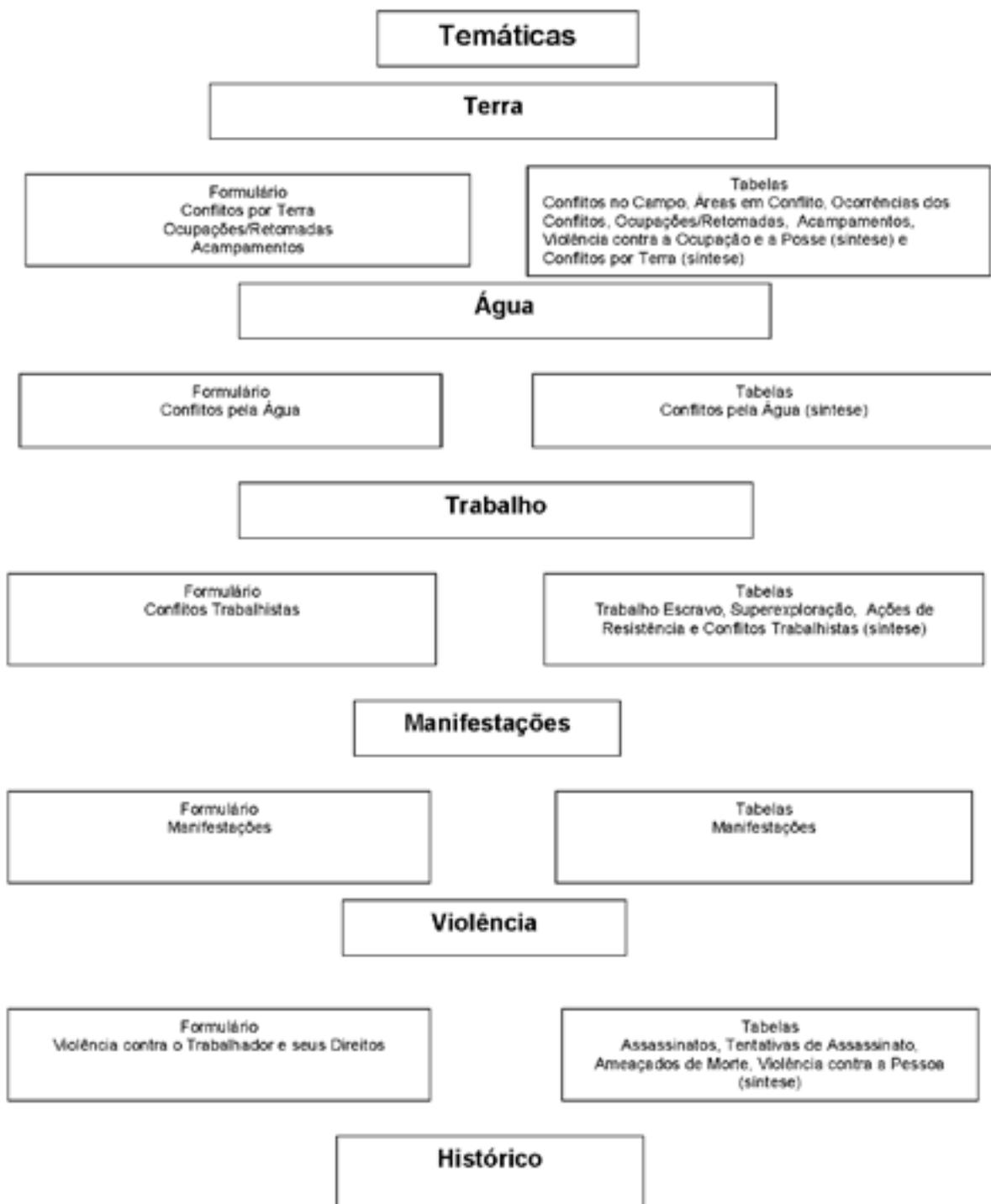


Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2009 - 2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989	964
Ocupações/Retomadas	290	180	200	238	230	205	200	194	169	143
Acampamentos	36	35	30	13	14	20	27	22	10	17
Total (2)	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168	1.124
Assassinatos	25	30	29	34	29	36	47	58	70	25
Pessoas Envolvidas	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900	590.400
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	240	204	230	168	141	131	80	68	66	86
Assassinatos		1			1					
Pessoas Envolvidas	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530	1.465
Superexploração	45	38	30	14	13	10	4	1		3
Assassinatos		1			2		1	1		2
Pessoas Envolvidas	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2		12
Total	285	242	260	182	154	141	84	69	66	1.477
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	45	87	68	79	93	127	135	172	197	276
Assassinatos	1	2		2	2		2	2	1	1
Pessoas Envolvidas	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090	368.465
Outros (3)										
Nº de Conflitos		4		36	12					
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		4.450		26.005	1.350					
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431	1.489
Assassinatos	26	34	29	36	34	36	50	61	71	28
Pessoas Envolvidas	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520	960.342
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494

(1) Os dados do nº de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

(2) Em 2018, foram registrados 1.124 no total de ocorrências de conflito por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 868. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br.

(3) Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.



Foto: Ana Mendes / CIMI

Conflitos no Campo

Mais além da conjuntura: por outros horizontes de sentido

Bruno Cezar MALHEIRO¹

Fernando MICHELOTTI²

Carlos Walter PORTO-GONÇALVES³

Quando o horizonte está turvo e os caminhos confusos, é hora de buscarmos na memória, em nossa trajetória, o momento em que nos perdemos no caminho. Dos indígenas Wayuu-Añuu que habitam as margens do Lago Maracaibo, atual Venezuela.

Em que momento nos perdemos no caminho?

Em novembro de 2018, realizou-se em Marabá, Pará, o VI Encontro Terra e Território. Participaram homens e mulheres de todas as regiões do Brasil e, ainda, do Chile, da Bolívia, da Colômbia, do México e da Venezuela. O encontro aconteceu imediatamente após as eleições de 2018 em que um projeto regressivo e conservador foi vitorioso. A perplexidade e a indignação tomavam conta dos participantes. Provocados pelas manifestações dos presentes, os professores Bruno Cezar Malheiro, e Fernando Michelotti, professores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Carlos Walter Porto-Gonçalves da Universidade Federal Fluminense se deram ao trabalho de recolher muitas das reflexões que ali se fizeram e formularam uma análise de conjuntura da realidade brasileira buscando ir além da perplexidade e da indignação, para superar a atual crise. Esta análise se dividiu em duas partes. A primeira, lançou um olhar sobre a história mais recente do Brasil. A segunda tratou da conjuntura pós-eleitoral⁴.

Brasil, desenvolvendo o subdesenvolvimento: os tempos espaços coloniais que nos habitam

Não é a primeira vez que o Brasil se encontra diante do avanço das forças retrógradas com graves consequências para as camadas populares. As classes dominantes do agro, dos minérios, das indústrias,

dos bancos, subordinadas a interesses do capital internacional, capitaneado pelos EUA, unem-se para embargar o avanço das classes populares.

Na década de 1950, quando o governo Getúlio Vargas encabeçava um projeto nacional-popular (não obstante a expressão autoritária e colonial da nação que abraça-

1 Professor da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA e doutorando em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ.

3 Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Prêmio Chico Mendes em Ciência Tecnologia do Ministério do Meio Ambiente, 2004. Autor de diversos artigos e livros entre eles "A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização", Editora Civilização Brasileira, 2008 e "Amazônia: Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso", Editora Consequência-Fase, 2018.

4 Nota do editor

va) desencadeando um processo de industrialização para substituir as importações, sofreu ataques violentos que o levaram ao suicídio em 1954. O governo Juscelino Kubistchek, que veio em seguida, foi amplamente favorável aos capitais estrangeiros e consagrava os interesses das forças que levaram Vargas ao suicídio.

Já na década seguinte, as classes dominantes apostaram em Jânio Quadros como alternativa para, com sua vassoura, limpar a sujeira da política. Ao renunciar J. Quadros oito meses depois da posse, aquelas mesmas forças políticas que haviam derubado Vargas tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart, herdeiro político de Vargas. Mas a reação popular conseguiu que ele fosse empossado presidente, mesmo com poderes limitados.

Logo em seguida, quando ele anunciava as reformas de base, urbana e agrária, as classes dominantes contaram com os militares e o respaldo dos EUA para organizarem o golpe que afastou o presidente. Instalou-se a ditadura empresarial-militar que durou longos 21 anos. Na transição da ditadura (Tancredo-Sarney), os seus porões permaneceram intactos.

Na primeira eleição direta, após a ditadura, as classes dominantes apostaram em uma nova aventura, Fernando Collor de Mello, para impedir a vitória de um operário. A aventura durou um pouco mais de dois anos e terminou com a renúncia do aventureiro em meio a um processo de impeachment.

Partiu-se, então, para um novo pacto político com o Plano Real. Com ele, o Brasil

ratifica sua inserção subordinada à economia mundial. As classes dominantes preferiam legitimar formas de dependência internacional a colocar seus privilégios em risco. Desta forma, o Brasil se converteu em uma plataforma de valorização financeira, que teve como consequência a desindustrialização e reprimarização das exportações.

Essas políticas, porém, foram se deslegitimando o que proporcionou as condições para Lula ser eleito com grande adesão popular. Mas para chegar lá Lula buscou um atalho junto às classes dominantes, o que foi feito com a Carta aos Brasileiros, também conhecida como Carta aos Bancueiros. Desta forma o Brasil ratificou a condição dependente-colonial de supridor de matérias primas agrícolas e minerais aos centros mais dinâmicos do capitalismo mundial.

Os governos do PT desenvolveram uma política de combate à pobreza, mas não enfrentaram os problemas estruturais de concentração da propriedade e da renda⁵. Estas foram superficialmente tocadas, reduzidas à expansão do consumo e não da ampliação da cidadania. Foram transferências supletivas de renda sem tocar na riqueza propriamente dita, nem na concentração fundiária. Promoveu-se assim à despolitização da pobreza.

Essa despolitização permitiu que, em 2016 os parlamentares brasileiros, expressando, em sua grande maioria, o patronato mais tradicional, transformassem um instrumento contábil amplamente utilizado por vários governos anteriores em motivo para decretar o impedimento de uma pre-

⁵ Tomemos em conta que o combate à pobreza se tornou comum sendo, inclusive, discurso do FMI, do Banco Mundial e, até mesmo, do megaespeculador George Soros. Pode-se, até mesmo dizer, que uma nova ciência estaria se construindo com esse objeto de estudo, a pobretologia. Tudo indica que as esquerdas estariam sendo contaminadas por uma condenação moral à pobreza, haja vista que a pobreza nunca fora sua referência teórico-conceitual ou ético-moral, mas sim riqueza. Afinal, são os que trabalham que produzem a riqueza e, por isso, têm direito ético-moral a ela. Seu horizonte de sentido é, portanto, enfrentar o modo de produção da riqueza e, conseqüentemente, sua distribuição que, como sabemos, é um momento da produção.

sidente legitimamente eleita.

Esta ruptura política fortaleceu a fração bancária-financeira que estabeleceu o Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016), que limita os gastos sociais gerando saldo para pagamento dos serviços da dívida pública; atacou os direitos trabalhistas na intenção nefasta de reequilibrar a taxa de lucro frente à redução da capacidade de consumo; e, logicamente, fortaleceu a produção/exportação das *commodities* como principal sustentação do projeto de valorização financeira. O rentismo se tornou o consenso entre as classes dominantes.

Entretanto, o rentismo não pode ser visto apenas como o rumo assumido pelo processo de acumulação dependente, pois ele diz mais sobre nós do que imaginamos. As classes dominantes no Brasil, tomando uma história de longa duração, sempre ativaram soluções de manutenção de privilégios diante de crises, o rentismo é só a face econômica do deslocamento espacial do capitalismo pela violência e genocídio de povos e comunidades tradicionais e pela devastação da natureza; do uso indiscriminado do trabalho escravo, fomos o último país a abolir a escravidão nas Américas; do desprezo e apagamento dos saberes dos povos; e do patriarcalismo como regra de conduta. Os tempos-espacos da violência étnica, do ecocídio, da escravidão/racismo, do epistemicídio e do patriarcado, que nos habitam há mais de 500 anos, ganharam vazão nas escolhas de desenvolver nosso subdesenvolvimento pela expansão das *commodities* e elevação exponencial da renda financeira, pois que essa escolha econômica é, também, societária, baseada na difusão violenta de um modo de vida absolutamente refratário às diferenças e à justiça social. É nesse cenário que um parlamentar sem

nenhuma notoriedade, em quase 30 anos de mandato, ganhasse as eleições de 2018. Seu discurso foi de ódio contra o “PT e o comunismo” (sic); de conservadorismo em relação aos costumes; e de total subordinação à política externa dos Estados Unidos. Colocou-se contra a Reforma Agrária e as políticas ambientais, contra os indígenas, quilombolas e suas terras e territórios, advogando a militarização da política de segurança.

Não é de causar espanto que as pautas morais tenham sido mais determinantes da eleição de 2018 do que as pautas políticas e econômicas!

De rentismos e profascimos: a conjuntura pós-eleitoral

Frente às várias dimensões da crise do arranjo lulista e das suas possibilidades de acomodação de interesses, eis que as classes dominantes, mais uma vez em dificuldades para afirmar sua dominação com o aval das camadas populares, nos oferecerão uma nova aventura, agora com Jair Bolsonaro, cujo único setor político significativo com que pode contar é o suporte internacional do imperialismo estadunidense e, internamente, em determinado setor militar, como tem deixado bem claro o General Hamilton Mourão, eleito Vice-Presidente. Afinal, as demais forças políticas que ensejaram a eleição de Jair Bolsonaro-Hamilton Mourão, são politicamente instáveis, embora socialmente enraizadas, a saber, as igrejas evangélicas e setores militares, alguns, inclusive, com relações perigosas explícitas com milícias. O caso Marielle Franco será seu calcanhar de Aquiles, pois escancara a relação entre milicianos e políticos, inclusive alguns que, no Rio de Janeiro, apoiaram Jair Bolsonaro abertamente⁶.

⁶ Revelações recentes circulando na grande imprensa dão conta de que a ligação das milícias com membros dos Bolsonaros não seria somente de apoiadores políticos eventuais, mas sim mais profundas como indicariam as relações

Do ponto de vista da inserção do Brasil na condição de periferia do sistema mundo, observa-se um giro ainda mais conservador, de servidão voluntária mesmo, à política imperialista dos EEUU, como explicitou o Vice-Presidente eleito, General Mourão, quando assume o princípio da “segurança hemisférica” como eixo da política externa brasileira, princípio central da política de segurança dos EEUU e, assim, o Brasil deixa de ter uma política de segurança externa própria, pois, na prática, aceita cumprir a função que os EEUU atribuem às forças armadas dos seus aliados, qual seja, o combate ao narcotráfico e ao terrorismo em que passam a estar incluídos os movimentos sociais, em suma, a cuidar dos inimigos internos, como a Colômbia vem fazendo há décadas⁷. As forças jurídicas e militares, nesses termos, tendem a uma aproximação, especialmente a partir de dois eixos comuns: criminalização dos opositores e forte realinhamento aos interesses dos EEUU.

Pode-se até ganhar eleições com *boutades* do tipo “para fechar o STF basta um cabo e um soldado”, “vamos acabar com todos os petralhas” ou com invenções como o kit gay, mas não se governa com isso. O culto do ódio e da violência, que se torna ainda mais ameaçador quando se propõe a liberação do porte de armas, já se faz presente nas ruas, e esse profascismo deve nos servir de alerta. Afinal, a Grande Mídia, o Judiciário e o Legislativo, são um verdadeiro espelho da sociedade, se considerarmos que o espelho é, sempre, a imagem invertida da realidade.

Continuidades na descontinuidade histórica novamente se colocam. A contínua associação aos interesses do capital bancário-financeiro (com Paulo Guedes como superministério da economia) tende a uma

privatização total e a um aprofundamento da neoliberalização em curso; por outro lado, a crise social que está instalada e continuará a se aprofundar pelo norte neoliberal/privatista do governo, insinua a continuidade da despolitização da pobreza, mas de um modo distinto, agora, pela disputa da base social do lulismo através do fortalecimento das igrejas evangélicas. A perspectiva de eliminação das forças de oposição via criminalização de lideranças, através da ampliação dos métodos da Lava Jato para o conjunto do Judiciário, parece ser a tônica da indicação de Sérgio Moro ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, o que também se atrela à criminalização em massa de movimentos sociais. A continuação do projeto de acumulação rentista pela via dos negócios do agro, das águas e da mineração, tende a ganhar contornos ainda mais militarizados pela indicação de militares para ministérios estratégicos (como os da Defesa, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia e Infraestrutura) numa tentativa cada vez maior de flexibilização das leis ambientais e de reversão dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, o que culmina na preocupante elevação da violência (que já é alarmante) contra indígenas, quilombolas e camponeses, especialmente na Amazônia. Estaria em curso uma nova militarização da questão agrária? Essa expressão, cunhada por José de Souza Martins (1984), sinalizava que o problema não está na terra em si, mas em impedir que a luta pela terra coloque em questão o pacto político que a concentração fundiária sustenta. No momento atual, sinaliza-se com a necessidade de uma nova ofensiva do pacto do agronegócio – rentismo sobre assentamentos de reforma agrária, terras indígenas, quilombolas e de demais povos e comunidades tradicionais, sustentada por forças militares. Como já afirmava Maria

de Flávio Bolsonaro e de seu assessor Fabrício Queiroz. Vejamos até onde vão as apurações policiais, inclusive, do assassinato de Marielle Franco que, até aqui, teria sido praticado por milicianos.

⁷ Considere-se que, recentemente, a Colômbia passou a fazer parte da OTAN.

da Conceição Tavares, no final da década de 1990, nossa peculiar revolução burguesa manteve o pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, recorrendo periodicamente a golpes militares ou intervenções salvacionistas que, não apenas mantivesse esse pacto de poder conservador, mas impedisse uma acumulação política de forças populares capaz de produzir uma verdadeira ordem democrática (TAVARES, 2000).

Apresentando como eixo central a defesa da propriedade privada, e não sua função social, um conjunto de ações se misturou: do Projeto de Lei que pretende tipificar movimentos sociais como terroristas, passando pela proposta de revogação da emenda constitucional 81 que, dentre outras coisas, prevê a desapropriação de propriedades urbanas e rurais flagradas com escravidão, até a livre interpretação de instrumentos jurídicos, tais como: o artigo 1210 do Código Civil, lido para legitimação do uso de força na restituição da posse de propriedades; do artigo 932 do Código de Processo Civil, chamado de Interdito proibitório, usado como preventivo a partir de ameaças implícitas ou explícitas à propriedade; e até mesmo o enquadramento de lideranças de movimentos sociais no código penal, através do artigo 345 que versa sobre o exercício arbitrário de suas próprias razões. Entretanto, são nas operações de despejo, promovidas, via de regra, pela polícia – que historicamente se configuraram como situações a partir das quais se processaram massacres, não esqueçamos de Eldorado dos Carajás, 1996, de Pau D’Arco, 2017 - em que a violência policial pode, de imediato, produzir várias vítimas desse projeto de Brasil em que a propriedade privada, mesmo sendo grilada e fruto do roubo de terras públicas, mesmo que em seu interior se pratique trabalho escravo, mesmo, ainda, que não cumpra uma função social, seja a desculpa para crimes de

Estado, tornando legal a barbárie.

A flexibilização de legislações ambientais e o ataque aos direitos territoriais de indígenas, quilombolas e camponeses como pauta legislativa, atrela-se, como nunca, ao banditismo social de grandes latifundiários que, blindados pela impunidade e com a cumplicidade da polícia, por vezes milícia, cada vez mais estão autorizados a matar. Os balões de ensaio dos governos petistas que, em 2009, já haviam autorizado a regularização de terras públicas ocupadas até 2004 no limite de 1.500 hectares, acelerados pelo governo Temer, que em 2017 alargou a regularização para as terras públicas ocupadas até 2011 e com até 2.500 hectares, ganharão contornos dramáticos no governo Bolsonaro pela sacralização moralizante da relação entre a propriedade e as armas. As mãos que desfazem e recriam as leis, também autorizam a morte. Colarinhos brancos e fardas, movidos pela ordem da propriedade privada, jorram sangue.

Entretanto, a militarização da sociedade que já estava em curso tende a ir além da questão agrária e a ganhar força pela legitimidade política que a pauta da violência ganhou, não só com a vitória de Bolsonaro, mas com o crescimento da chamada “bancada da bala”, de 36 parlamentares entre 2015-2018, para 103 (93 deputados federais e 10 senadores), na legislatura de 2019-2022.

Essa militarização cria uma geografia diferenciada das táticas de violência das forças policiais, ou seja, na sociedade do espetáculo: o que se vê se reprime, mas o que não se vê se mata. A luminosidade de certos espaços garante uma munição mais leve, mas nem por isso não violenta e, por vezes, letal. Entretanto, a opacidade de outros espaços, construída por uma indiferença consentida pelos grandes veículos de mídia, transforma-os em zonas de mor-

te. E, assim, o Brasil vai criando suas zonas de extermínio. O interior da Amazônia, dos Cerrados e das Caatingas, assim como a periferia das grandes cidades, aqueles que lutam por direitos e que ainda constroem relações de sentido intensas com a terra, com a floresta, com as águas, com a cidade, são jogados na vala comum da indiferença pela sacralização da mercadoria e da propriedade privada.

Essa via de militarização da sociedade pelas polícias ganha legitimidade, não só pela defesa da propriedade privada, como já vimos, mas também nos discursos da segurança pública. Pela defesa da segurança pública, a proposta para isentar policiais por mortes em confrontos apresenta-se discursivamente como mecanismo jurídico a legitimar uma engrenagem de matar e morrer de uma polícia que, em 2017, matou 19% a mais que em 2016 com 5.012 mortes, mas também morreu, foram 385 policiais assassinados no mesmo ano (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018).

Talvez aqui se entenda porque o bandido bom seja o bandido morto, haja vista que “bandido” vivo fala e se fala num depoimento poderia comprometer o policial que eventualmente o prendeu e que no dia anterior o achacara. Antes que falem e comprometam maus policiais que sejam mortos! Assim, enquanto a sociedade continuar a aceitar a ideia de que matar bandido resolve, a bandidagem se reproduzirá com o aval de maus policiais que necessitam da violência como cultura e, mais grave ainda, quando a cultura da violência inspira uma política de governo.

Todo esse cenário se agrava pelo espectro de um anti-intelectualismo tropical, definido por Acselrad (2018, n/p) como um projeto “que naturaliza e justifica a distribuição das pessoas segundo status desiguais [recusando] o debate intelectual quando

este se aplica à busca de superação das desigualdades”. A roda do capitalismo à brasileira, que gira pelo rentismo da expansão das *commodities* e pelos ganhos estratosféricos do sistema bancário-financeiro, incrementada por um anti-intelectualismo tropical e habitada pelos tempos-espacos da violência étnica, do ecocídio, da escravidão/racismo, do epistemicídio e do patriarcado, torna-se absolutamente regressiva para as camadas populares, ainda mais por forjar, também, um profascismo que, repetimos, deve nos servir de alerta.

A tempestade do progresso anda realmente nos levando à catástrofe, como alertara Walter Benjamin (1993), como um aviso de incêndio. Cabe à nossa geração enfrentar a expressão atual da catástrofe, despertar as centelhas de passado que nos ensinam o que (não) fazer. Cabe à nossa geração fazer falar nossas histórias e geografias de terror, para conseguir ver pelos que r-existem, outras possibilidades para o nosso caminhar.

Deslocando as referências histórico-geográficas: por outros horizontes de sentido

Vocês falam que somos pobres e que nossa vida vai melhorar (...) Só porque somos diferentes de vocês, que vivemos de forma diferente, que damos valor para coisas diferentes, isso não quer dizer que somos pobres. Nós Yanomami temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas.

Davi Kopenawa Yanomami
Será que não teríamos nada a aprender com Davi Kopenawa Yanomami? Seu sentido de desenvolvimento, a sua noção de riqueza, a sua forma de compreender

homens, animais, floresta, solo e subsolo como unidade existencial, sem hierarquia, enfim, teria algo em seu pensamento que nos deslocaria dos centros de referência a partir dos quais historicamente foram pensados projetos de desenvolvimento para o Brasil?

Para ir além de uma leitura ainda prisioneira do período da guerra fria, que costuma salientar a derrota das forças anticapitalistas, com a queda do muro de Berlim, como a principal marca da década de 1990, é bom que se diga que essa década também foi marcada por grandes mobilizações populares na América Latina, que deslegitimaram as políticas de caráter neoliberal rentista que imperaram no período. De certa forma, a crise das esquerdas atingidas pela queda do muro proporcionou, ao mesmo tempo, a emergência de outros grupos sociais, como os povos e nacionalidades indígenas, até então não devidamente considerados, inclusive, pela hegemonia de certo tipo de marxismo no campo das lutas populares. Enfim, os povos e comunidades indígenas, camponeses de várias formações (seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, entre outras), os sem-terra, quilombolas e os trabalhadores das periferias urbanas foram os que, desde o ano da queda do muro (1989), protagonizaram grandes mobilizações populares que marcaram as lutas sociais na América Latina nos anos 1990. Relembremos o sangrento 27 de fevereiro de 1989, conhecido como Caracazzo, a primeira grande manifestação das periferias urbanas contra as políticas neoliberais que se tem notícia no mundo. Enfim, enquanto o muro caía, as massas populares se levantavam na América Latina, tenhamos isso em conta pelas implicações que têm na luta de classes em nosso continente e que nos oferecem um novo horizonte teórico-político. A consigna da luta “Pela Vida, Pela Dignidade e Pelo Território”, que se podia ler nas ruas nas

duas grandes marchas de 1990, na Bolívia e no Equador, colocava outros horizontes teórico-políticos que rompiam com o eurocentrismo do lema da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, de onde emanam as direitas e as esquerdas tradicionais, em crise desde então. Cada vez mais se fala (1) em soberania dos povos e não simplesmente do povo, (2) não mais somente de estado-nação, mas de plurinacionalidade, de estado plurinacional, (3) de vida em plenitude (Sumaq Qamaña, em aimará, ou Sumak Kawsay, em quéchua) como alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento, (4) de luta pelo território, mais que de luta pela terra, e (5) mais que direitos humanos se fala de direito à vida humana e não-humana, enfim, também de direitos da natureza. Não há como não ver aqui uma descolonização do pensamento-ação e uma luta teórico-política que se enfrenta com as direitas e as esquerdas tradicionais ao nos oferecer uma crítica, ao mesmo tempo, ao capitalismo e à colonialidade e, não somente, ao capitalismo.

Essas mobilizações, colocando em questão o Consenso de Washington e, depois, o Consenso das *Commodities*, expressão do consenso das classes dominantes em torno do rentismo e da inserção subordinada no sistema-mundo, expuseram o calcanhar de Aquiles de um pacto de poder que é, antes de tudo, um cerco aos territórios de povos e comunidades tradicionais e de camponeses, mas também às comunidades das periferias urbanas. Esses territórios não devem ser vistos como entraves ao desenvolvimento capitalista, mas como espaços de r-existência, apontando as possibilidades de novos projetos societários e de construção de outras forças políticas capazes de implementá-los. Por significarem mudança estão sob a mira do novo governo.

Por isso, insistimos que é preciso democratizar a democracia retomando seu sentido

profundo, tal e como a definiu Abraham Lincoln (1809-1865), como “governo do povo, pelo povo, para o povo” e, se assim o é, já deve de cara, incorporar a contribuição que os próprios povos em r-existência vêm assinalando, a começar com o povo no plural, enfim, como povos, superando o colonialismo interno e a colonialidade que o constitui, que desqualifica a diversidade de povos, de territorialidades que habitam os territórios dos Estados que se pensavam/pensam mono-nacionais. Nesse sentido, a questão étnico-racial ganha centralidade política, pelo lugar que tem na conformação da estrutura de poder do sistema mundo capitalista, conforme destacou Aníbal Quijano (2009)⁸.

Ainda haveremos de saber colocar verdadeiramente em nosso horizonte estratégico o bom combate ao patriarcalismo. Nesse sentido, Rita Segato (2018, n/p) nos adverte que governos progressistas recentes:

Acima de tudo, não se tocou a ordem patriarcal. Não olvidemos que essa ordem política é arcaica e fundacional para todas as formas de opressão na larga pré-história patriarcal da humanidade que chega até o presente. São os nossos antagonistas de projeto histórico que nos estão dizendo com sua reação fundamentalista. Essa base, esse cimento, essa plataforma, não pode ser tocada, e até agora o ideário socialista posto em prática não o fez, pois não é meramente empossando mulheres nos recintos estatais que se logra – o Estado, com seus protocolos, sempre acaba capturando-nos, institucionalizando-nos. Devemos entender sob essa luz o significado da irrupção do feminismo nas ruas como a entrada em cena de uma nova forma da política que parte da sociedade e recupera uma história de politicidade comunal,

represada por todo o tempo da colonial-modernidade.

E não o será separando classe e gênero. Afinal, a classe não se resume ao lugar de produção, como se acreditou. O trabalho não-pago da mulher cuidando da prole, cozinhando, atenta aos primeiros cuidados da saúde, garantindo a reprodução da família, sendo trabalho não pago é mais-valia. Mais que de produção haveremos que considerar a reprodução não só do capital, mas da família proletária, considerando quem cuida da prole, proletária que é, nesse mundo patriarcal. Enfim, considerar além do trabalho, a vida; além da produção, a reprodução. Gênero e classe ao mesmo tempo sem diluição de um no outro.

E, mais, nesse complexo processo de reconfiguração societário do capitalismo contemporâneo, no qual a demanda direta do capital pelo trabalho ativa formas arcaicas, mas também ultratecnológicas, de super-exploração - ainda mais agravada na periferia e, no Brasil pós-Plano Real em particular, com a desindustrialização, chegando alguns autores a chamar de precariado, tamanha é a precariedade dos regimes e processos de trabalho - crescem as iniciativas de economias populares com base na reciprocidade que, todavia, convivem com formas de servidão e, até mesmo, de escravidão, num processo de aceleração da extrema concentração de riqueza da sociedade brasileira.

Se retomamos a premissa de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, como sugerira Karl Marx, o primeiro passo é avaliar o momento de auto-organização em que se

8 No processo de colonização da América Latina, por meio da colonialidade do poder, criaram-se identidades sociais novas, como índios, negros e mestiços para, deliberadamente, e de forma violenta, unificar a diversidade cultural e epistêmica desta região e, a partir da ideia de raça, legitimar relações de dominação marcadas por critérios de superioridade/inferioridade entre os dominantes e os dominados, definindo uma divisão racial do trabalho, mas fundamentalmente estabelecendo o controle europeu de todas as formas de subjetividade, cultura e produção do conhecimento até então estabelecidos (QUIJANO, 2009).

encontram essas forças. Tomando como referência as tentativas de resistências ao processo atual, sobretudo na luta contra o impeachment, somos obrigados a concluir que as manifestações populares foram, em sua maioria, articuladas pela negação (contra o golpe, contra a retirada de direitos, #ele não) e restritas à cena eleitoral, embora algumas de suas demandas, particularmente as que se alimentaram dos movimentos feministas, tenham sido fundamentais para ampliação de horizontes. Os protestos, especialmente de 2013, como vimos, indicaram uma ampla agenda de reivindicações, mas sem construir uma força social portadora de um projeto de afirmação e com capacidade/legitimidade de unificação/articulação das lutas. As tentativas de construção das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, embora expressem experiências interessantes, ficaram também limitadas, entre outras razões, por sua dificuldade de sair da agenda eleitoral e partidária.

Um giro se faz necessário e as palavras de Davi Kopenawa Yanomami pedem passagem!

O que estamos querendo dizer é que não há mudanças sem ouvir os povos, sem um giro territorial, um deslocamento de nossas referências espaço-temporais, sem reconhecer que os mais de 85 milhões de hectares de assentamentos agrários, os mais de 110 milhões de hectares de terras indígenas e os cerca de 44 milhões de hectares de territórios quilombolas, não são nossos entraves, mas nossas soluções, pois são patrimônios acumulados na luta dos povos de onde deve partir qualquer projeto de Brasil que não seja subserviente aos marcos do sistema mundo moderno-colonial.

São, portanto, 85 milhões de hectares de terras que foram conquistados em assentamentos e um dos grandes desafios

é transformar os assentados em sujeitos políticos e não somente em clientes ou beneficiários do Estado, da reforma agrária tutelada como tem sido até aqui. Se somarmos a área plantada com soja, cana, milho e eucalipto, as principais culturas do latifúndio empresarial – agronegócio – não chegam aos 85 milhões de hectares conquistados, cuja experimentação agroecológica nos fala que é possível comer sem veneno e viver com mais autonomia.

São, ainda, 110 milhões de hectares de terras nas mãos de povos e comunidades indígenas, num país, como o Brasil, onde vivem 305 etnias/povos indígenas, o que nos coloca o desafio de nos assumirmos como o país de maior diversidade de povos e comunidades indígenas de toda a América. Só para efeito de comparação: a Bolívia, onde 60% da população se assume como indígena, tem 34 povos/nacionalidades indígenas, cerca de 10% do que temos no Brasil. E muitos desses povos começam a nos mostrar os limites do indigenismo e passam a protagonizar práticas políticas propriamente indígenas, com a autodemarcação de suas terras, de seus territórios e, até mesmo, com a criação de protocolos internos que sinalizam para formas de autonomia política, como entre os Mundurucus e outros povos.

São, também, mais de 50 milhões de hectares ocupados por povos e comunidades tradicionais, entre eles os quilombolas, as comunidades de fundo e fecho de pasto da Bahia, os faxinalenses do Paraná e Santa Catarina, as mulheres quebradeiras de coco babaçu, as catadoras de mangaba de Sergipe, enfim, todo um conjunto de povos e comunidades que a cada dia têm seus territórios invadidos pelo agronegócio, pelo avanço da mineração, pela especulação imobiliária urbana e por empresas eólicas e hidrelétricas. Mas que continuam a nos apontar outra gramática territorial realmente distante dos signos da propriedade

privada e de existências atomizadas, ao organizarem a vida por territórios de uso comum, coletivizando o sentido de suas existências.

E tudo isso ainda encontra amparo numa ampla luta que se trava em escala global. Recentemente, em setembro de 2018, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra, tomou a decisão histórica de aprovar a Declaração sobre Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais. Pela primeira vez, na legislação internacional, são reconhecidos um conjunto de direitos de camponeses e trabalhadores rurais (incluindo pastores de gado, migrantes e trabalhadores rurais sem-terra), como direito à não discriminação, à alimentação sadia, ao acesso à terra, a conservar suas terras e territórios, a não ficar exposto a agrotóxicos em seus trabalhos e a obter créditos agrícolas, educação, informação e outros direitos. Estabelece, ainda, que esses atores devem ser consultados e convidados a dar ou negar consentimento livre, prévio e informado antes de se tomar decisões não só sobre projetos, como também sobre leis e programas que os afetarão⁹. As r-existências localizadas aumentam por todo lado e, até mesmo, um sentimento de “Já Basta” se pode notar, e não só nas eleições, como se pode ver em Correntina, no Oeste da Bahia, em 2 de novembro de 2017, quando aproximadamente 1.000 pessoas ocuparam a fazenda Igarashi, uma empresa-modelo do agronegócio, des-

truíram seus equipamentos de apropriação de água, por seu avolumado consumo, diga-se de passagem, formalmente outorgadas pelo governo do estado sob uma coalizão política liderada pelo PT. E, mais, nove dias após aquela ação de *digna rabia*, como se diz em espanhol, uma manifestação de mais de 12 mil pessoas saiu às ruas de Correntina, um município de 33 mil habitantes, para apoiar aquela ação acusada pelos agronegociantes, suas entidades e intelectuais orgânicos, de terroristas e de vândalos (PORTO-GONÇALVES e BRITTO, 2018). Fractal¹⁰ da conjuntura? Interessante que essas forças que se mobilizaram tão radicalmente o tenham feito contra um governo do PT e contra o regime de acumulação que tem os agronegociantes, as mineradoras e seu apetite de terras contra os territórios dos assentados, dos povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto, mulheres quebra-deiras de coco babaçu, entre outros). Tudo indica que as forças políticas de esquerda não tenham sido capazes de ler o que dizia essa “*digna rabia*” dos camponeses de Correntina que, inclusive, tiveram amplo apoio dos setores urbanos.

Como vemos, não partimos do zero. Há um ensaio de Brasil vindo do Brasil Profundo e com implicações em lutas que se travam em todo o mundo. É com ele que haveremos de nos encontrar, escutando-o. O gesto da escuta nos obriga a nos aproximarmos de quem queremos ouvir, ao contrário da visão, que para vermos longe, nos afas-

9 A declaração foi aprovada em 20 de novembro de 2018 em Nova York por uma ampla maioria do comitê das Nações Unidas sobre o tema e que foi remetida para sua aprovação pela Assembleia Geral da ONU em dezembro. Na mesma reunião da ONU em Nova York também foi aprovado outro documento que amplia a definição e processo de “consentimento prévio, livre e informado” dos povos indígenas, estabelecendo que para obter tal consentimento os estados devem “consultar e cooperar de boa fé” com os povos indígenas, mediante as formas de representação próprias dos povos, em um processo justo para decidir se outorgam ou não seu consentimento antes que projetos e leis que afetarão seus territórios e recursos comecem e antes de que se efetuem. Fonte: La Jornada: Derechos campesinos y consultas sin derechos. <http://www.jornada.com.mx/2018/11/24/opinion/023a1eco# 2/7>.

10 Metaforicamente inspiramo-nos no conceito matemático de fractal. “Um fractal é um objeto geométrico que pode ser dividido em partes, cada uma das quais semelhante ao objeto original. Diz-se que os fractais têm infinitos detalhes, são geralmente autossimilares e de escala. Em muitos casos um fractal pode ser gerado por um padrão repetido, tipicamente um processo recorrente ou iterativo”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fractal>.

tamos do mundo mundano.

É doloroso, mas a autocrítica e o conhecimento da história são as únicas garantias de poder caminhar em direção a uma sociedade mais justa, diversa, democrática e ambientalmente saudável. Sem isso, caminharíamos em círculos, convencidos de que, tomando o Estado, por meio das armas ou das urnas, poderemos reorientar a história em outra direção. Nunca se provou que isso é verdade. Em nenhum lugar. Aníbal Quijano, o grande sábio peruano recentemente falecido, tinha uma fórmula de ação no campo estatal:

“no Estado e contra o Estado. (...) o caminho também é anfíbio na política. No interior do Estado, que sempre acaba traindo, procure lacunas, brechas para transformá-lo em clivagens capazes de quebrar o cristal institucional sempre colonial na América Latina, ou seja, sempre exterior em sua gestão da vida dos povos e territórios. Mas não se esqueça que as mudanças são feitas na sociedade e que são as pessoas que as fazem. E é isso que falhou: a consciência coletiva não foi trabalhada, as pessoas não foram mudadas, embora a vida da maioria tenha sido melhorada (SEGATO, 2018, n/p).

Se realmente queremos superar o grave quadro que se nos apresenta é preciso que saibamos aprender com nossos erros e, de uma vez por todas, reconheçamos que a consciência não vem de fora, como certa esquerda até aqui repetiu *ad nauseam*. E embora reconheçamos que sem teoria revolucionária não haverá nenhuma transformação digna desse nome, é preciso afirmar que é de outras práxis que carecemos, e que práxis não é o contrário de teoria. É teoria que emana com a prática e que, como tal, não pode vir de fora.

Que tal nos reconhecer em nossa tropicalidade e mirar na enorme responsabilidade que possuímos, pelo significado que

a Amazônia e seus povos têm para a humanidade, em vez de acompanharmos de modo ideologicamente automático a política externa dos EEUU? Pois que não há projeto de futuro se não reconhecermos que foram essas etnias, povos e nacionalidades - que habitam a Amazônia por, pelo menos, 19.000 anos, na atual Colômbia (Formação Chiribiquete) e 11.200 no atual Brasil (Sítio de Pedra Pintada, em Monte Alegre, Pará) - que construíram um rico acervo de conhecimentos garantindo, até agora, que a maior floresta tropical do mundo continue a cumprir sua função no equilíbrio metabólico do planeta, sobretudo pela água que, por evapotranspiração, irriga amplas regiões do país, do continente e do mundo. Ademais, o fato de sermos o maior país tropical do mundo, obrigamos a uma política externa própria, pois a condição de termos a maior área exposta à energia solar, não é qualquer coisa num momento em que a humanidade se vê diante da disjuntiva de buscar alternativas à matriz fóssil. Seja por razões climáticas, seja por razões democráticas, oferecer outras matrizes energéticas pode significar evitar a concentração de poder que o monopólio das tecnologias historicamente proporcionou.

Que tal, enfim, mandar obedecendo e aceitando que o horizonte estratégico que se anuncia, necessariamente, será de um mundo onde caibam muitos mundos, tal e como sugerem os sentidos e cores das bandeiras de Wiphala e da Via Campesina e o arco-íris de outros movimentos, como o LGBT e o neozapatismo?

A liderança quilombola Rejane Oliveira já

nos deu o recado: “Temos nas mãos gerações, somos guardiões dessa terra! Nosso dever é gritar e não ficar calado”. O grito repõe no mapa os silêncios da história anunciando onde nos perdemos no caminho.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Espectros do anti-intelectualismo tropical. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição Setembro, 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- BOITO JR., Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Editora: UNESP, São Paulo, 2018.
- BRUN, Eliane. Lula, o inconciliável. *El Pais*. 11/04/2018.
- CABANES, R., GEORGES, I., RIZEK, C. & TELLES, V. (orgs.) *Saídas de Emergência*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2017*. Goiânia: CPT, 2018.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, dados de 2017*. CIMI, 2018.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS; *TERRA DE DIREITOS*. *Racismo e Violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Globo Editora, 2001.
- FONSECA, A., SALOMÃO, R., RIBEIRO, J., & SOUZA JR., C. *Ameaça e pressão de desmatamento em Áreas Protegidas: SAD agosto de 2017 a julho de 2018*. Belém: Imazon, 2018.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. FBSP, 2018.
- FRANK, Andrew Gunder. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano*. In:
- PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. RJ: Zahar, 1973.
- GRUPO GAY DA BAHIA. *Pessoas LGBT mortas no Brasil em 2017*. Salvador: GGB, 2018.
- LAUTIER, Bruno. *O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina*. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p.463-477, Set./Dez. 2014.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- PAULANI, L. M. *Brasil Delivery – Servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro*. *Estudos avançados* 27 (77), 2013, 237 – 261 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W e BRITTO, Samuel - *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina, Bahia (Brasil)*. In: <http://www.lemto.uff.br/index.php/noticias/44-correntina>. Niterói, 2018.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do Poder e classificação social*. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-118.
- RIBEIRO, Silvia. 2018 - *Derechos campesinos y consultas sin derechos*. Consultar <http://www.jornada.com.mx/2018/11/24/opinion/023a1eco# 2/7>.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2005.
- SAUER, Sergio; LEITE, Acácio Zuniga e CASTRO, Luís Felipe Perdigão. *A Questão Agrária no Momento Político Brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer*. In: *Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária*, Revista Okara, UFPB. Vol. 12, Nº 2 (2018).
- SEGATO, Rita. *Limitaciones de los gobiernos de Lula y Dilma*. In: *Le Monde Diplomatique. Especial 2018*. Universidad Nacional de SanMartin. Argentina, 2018.

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Faz. da Rondobrás/BR-364/Km 105/Gleba Porto Luiz	04/09/2018	12	Posseiros
Acrelândia	Faz. do Senhor Viana/Ramal da 7/Estrada AC-475/Gl. Porto Luiz	19/06/2018	28	Posseiros
Acrelândia	Faz. do Zé Capim/BR-364/Km 105	19/06/2018	40	Posseiros
Acrelândia	Faz. Girassol/Ocup. do Brito	19/06/2018	14	Posseiros
Acrelândia	Faz. Graúna/BR-364	19/06/2018	80	Posseiros
Acrelândia	Faz. Sará/Gleba Porto Luiz	19/06/2018	30	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Canaã	19/06/2018	72	Posseiros
Acrelândia	Fazenda do Dr. Roberto	19/06/2018	60	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Jéssica	19/06/2018	72	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Zé Juína	19/06/2018	50	Posseiros
Acrelândia	Ocupação do Baiano	19/06/2018	38	Posseiros
Acrelândia	Ramal Campo Novo	04/09/2018	45	Posseiros
Acrelândia	Seringal Fortaleza	04/09/2018	60	Posseiros
Acrelândia	Seringal Porto Dias	04/09/2018	80	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal	07/03/2018	160	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Faz. União/Cruzeirinho	16/03/2018	214	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Gl. Novo Axioma Redenção/Km 90/Ramal Sta. Helena	07/03/2018	28	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Gl. Novo Axioma Redenção/Ramal do Km 104	07/03/2018	33	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ocup. do Vinha/Ramal São Francisco/Km 60	26/03/2018	25	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do 37/Seringal Entre Rios/Recreio do Sto. Antônio/Gl. Pauene	07/03/2018	31	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do Garrafa	07/03/2018	60	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Andaraí	07/03/2018	120	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bananeira	07/03/2018	26	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	07/03/2018	69	Ribeirinhos
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Ramal do Espigão	07/03/2018	300	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Cametá	07/03/2018	30	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Codó/PAE Antimary	09/02/2018	23	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Ramal do 52	07/03/2018	39	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Ramal do 64	07/03/2018	15	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Ramal São Francisco/Faz. do Km 60/Faz. Savana	07/03/2018	28	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Europa	07/03/2018	30	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Igarapé Grande	07/03/2018	26	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	07/03/2018	114	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Novo Axioma Redenção/Ocup. do Diva	07/03/2018	48	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Perseverança	07/03/2018	25	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pirapora	07/03/2018	322	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Porto Central	07/03/2018	300	Seringueiros
Boca do Acre/Sena Madureira	Aldeia São Paulino	27/02/2018	90	Indígenas
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	03/09/2018	400	Posseiros
Capixaba/Senador Guiomard	Seringal Capatará	31/01/2018	97	Seringueiros
Cruzeiro do Sul	Comunidade Socó	18/05/2018	14	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Ramal Buritirana/Faz. Gaúcha	27/02/2018	37	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Russas	21/11/2018	80	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	21/11/2018	130	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Barcelona	28/08/2018	20	Posseiros
Porto Acre	Seringal Novo Andirá	16/05/2018	24	Posseiros
Porto Walter	Ramal do Besouro/Seringal Nazaré	03/11/2018	100	Posseiros
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte	30/03/2018	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Cachoeira	18/09/2018	7	Seringueiros

Rio Branco	Seringal Humaitá	29/03/2018	20	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Macapá	28/03/2018	300	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Remanso	27/03/2018	30	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Bernardo	19/09/2018	19	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha	27/03/2018	350	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema	27/03/2018	300	Seringueiros
Subtotal:		55	4865	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Seringal Triunfo/Ramal do Pelé	30/06/2018	129	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Gl. Novo Axioma Redenção/Ramal do Km 104	31/01/2018	33	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do Garrafa	30/01/2018	60	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Porto Central	30/01/2018	300	Posseiros
Subtotal:		4	522	
Total Conflitos por Terra - AC		59	4994	
Total dos Conflitos no Campo AC		59	Pessoas: 24970	

Alagoas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Rio Largo	Acamp. Rosaldo Augusto/Faz. Várzea Grande/Us. Utinga	31/01/2018	100	Sem Terra
São Miguel dos Campos	Faz. Giritana/Usina Sinimbu	09/01/2018	10	Sem Terra
São Miguel dos Campos	Faz. Santa Cruz/Usina Sinimbu	09/01/2018		Sem Terra
São Miguel dos Campos	Faz. Santa Cruz/Usina Sinimbu	21/02/2018	20	Sem Terra
Traipu	Fazenda Raio do Sol	30/03/2018	180	Sem Terra
Subtotal:		5	310	

Total Conflitos por Terra - AL

5 **310**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na			Tipo de Trabalho
			denúncia	Libertos	Menores	
Feira Grande	Casa de Farinha 1	01/05/2018	38	38	3	Farinha de mandioca
Feira Grande	Casa de Farinha 2	01/05/2018	52	52	9	Farinha de mandioca
Subtotal:		2	90	90	12	

Total Conflitos Trabalhistas - AL

2 **90**

Total dos Conflitos no Campo AL

7

Pessoas: 1640

Amapá

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Base Aérea/Localidade Próxima ao Cruzeiro	09/10/2018	40	Posseiros
Amapá	Com. ao Longo do Rio Laranjeiras/Amapá Grande/Piquiá	31/07/2018	20	Posseiros
Amapá	Faz. Itapoã/Amcel/Piquiá	31/07/2018	15	Posseiros
Amapá	Faz. Minerva/CAPAB	09/10/2018	1	Posseiros
Amapá	São Roque/Redondo	24/09/2018	30	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/07/2018	30	Extrativistas
Calçoene	Juncal	09/10/2018	30	Posseiros
Calçoene	Ramal Ilha Grande	27/09/2018	15	Posseiros
Cutias do Araguari	Alta Floresta/Gurupora	30/06/2018	34	Posseiros
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha/Amcel	31/07/2018	15	Posseiros
Ferreira Gomes	Ramal do Triunfo	03/07/2018	10	Posseiros

Itaubal do Pírim	Áreas em Itaubal/Agronegócio Sinal Verde/Boa Vista da Pedreira	08/03/2018	20	Posseiros	
Itaubal do Pírim	Com. Quil. São Miguel do Macacoari	30/03/2018	20	Quilombolas	
Itaubal do Pírim/Macapá	Jupati	03/10/2018	15	Ribeirinhos	
Macapá	Abacate do Pedreira/Rio Fugido	31/08/2018	20	Ribeirinhos	
Macapá	Ariri	08/03/2018	20	Quilombolas	
Macapá	Assent. Osmar Ribeiro/Ramal do Abacate/Km 34/EFA	31/08/2018	80	Assentados	
Macapá	Baillique-Foz	30/09/2018	20	Posseiros	
Macapá	Com. Casa Grande/Porto Norte/APA Curiaú	31/07/2018	50	Extrativistas	
Macapá	Pírim/Pacuí	31/01/2018	30	Posseiros	
Macapá	Porto do Céu	31/01/2018	100	Posseiros	
Macapá	Quilombo Conceição do Macacoari	01/10/2018	20	Quilombolas	
Macapá	Quilombo do Ambé	31/07/2018	50	Quilombolas	
Macapá	Recanto das Araras/Km 32-BR-156	30/06/2018	20	Posseiros	
Macapá	Santa Luzia/São Tomé/Rio Pacuí/10 Comunidades Próximas ao Rio Pacuí	20/05/2018	200	Pescadores	
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	08/03/2018	30	Ribeirinhos	
Mazagão	Assentamento Extrativista do Maracá	31/07/2018	100	Assentados	
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/07/2018	6	Assentados	
Mazagão	P. A. Anauerapucu	31/07/2018	10	Assentados	
Mazagão	Piquiazal	31/01/2018	5	Assentados	
Pedra Branca do Amapari	Centro Novo	27/09/2018	23	Posseiros	
Porto Grande	Área da Codepa/Km 92	01/10/2018	22	Posseiros	
Porto Grande	Km 117 da EFA	31/07/2018	30	Posseiros	
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	31/05/2018	1	Assentados	
Porto Grande	Sítio São Francisco/Igarapé Gravata	31/01/2018	2	Posseiros	
Santana	Pau Furado/Matapi/MMX	31/01/2018	15	Ribeirinhos	
Serra do Navio	Assentamento Silvestre	01/10/2018	12	Assentados	
Serra do Navio	Ramal da Raquel	08/03/2018	20	Posseiros	
Tartarugalzinho	Área na Margem Direita do Rio Itaubal/São Raimundo	01/10/2018	2	Posseiros	
Tartarugalzinho	Assentamento Agroextrativista do Tartarugal Grande	09/10/2018	1	Assentados	
Tartarugalzinho	Campo Belo	01/10/2018	1	Posseiros	
Tartarugalzinho	Faz. Novo Horizonte/Amcel	09/10/2018	5	Posseiros	
Tartarugalzinho	Ponta do Socorro e Vareiro	30/06/2018	50	Posseiros	
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba	09/10/2018	20	Posseiros	
Tartarugalzinho	Redenção do Araguari	30/06/2018	5	Posseiros	
Tartarugalzinho	Uapezal	30/09/2018	20	Posseiros	
Subtotal:		46	1285		
Ocupações/Retomadas					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Macapá	Recanto das Araras/Km 32-BR-156	30/03/2018	20	Posseiros	
Subtotal:		1	20		
Total Conflitos por Terra - AP		47	1285		
ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Ferreira Gomes	UHE Ferreira Gomes	06/02/2018	500	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Ferreira Gomes	UHE Coaracy Nunes	09/10/2018		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Ferreira Gomes/Porto Grande	UHE Cachoeira Caldeirão	06/02/2018	20	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		3	520		
Total dos Conflitos no Campo AP		50	Pessoas: 9025		

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia do Norte/Benjamin Constant/Jutai/São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	22/12/2018	1000	Indígenas
Autazes	Aldeia São Félix	10/08/2018	120	Indígenas
Autazes	T. I. Soares/Urucurituba	13/12/2018		Indígenas
Barcelos/Santa Isabel do Rio Negro	T.I. Jurubaxi-Téa	16/11/2018	226	Indígenas
Boca do Acre	Aldeia São Paulino/Paolino	27/02/2018	23	Indígenas
Boca do Acre	Resex Arapixi	05/12/2018	300	Extrativistas
Boca do Acre	T. I. Camicua	12/07/2018	113	Indígenas
Boca do Acre/Lábrea	T. I. Apurinã Km 124 BR-317	12/07/2018	52	Indígenas
Canutama	Floresta Estadual/Com. Vila Souza	27/01/2018	17	Ribeirinhos
Canutama	Floresta Nac. Balata Tufari/Rio Mucuím/Com. Lua Nova e Acamuã	25/04/2018	16	Ribeirinhos
Canutama	Gleba C-1/Igarapé Araras	17/07/2018	316	Posseiros
Canutama	Km 46/BR-319/P. A. São Francisco/Linha 4/Vicinal Cajuf	26/03/2018	65	Assentados
Canutama	Resex/Com. Nova Vista	30/03/2018	15	Ribeirinhos
Fonte Boa/Japurá/Tonantins	T. I. Mapari/Índios Kaixana	17/10/2018	36	Indígenas
Humaitá	Ramal Tauaruhã	30/12/2018		Posseiros
Humaitá/Manicoré	T. I. Baixo Marmelos	13/12/2018		Indígenas
Iranduba	Gleba Igarapé do Bode	06/03/2018	120	Ribeirinhos
Iranduba/Manacapuru/Novo Airão	Ramal do Água Branca/Ramal do Acajatuba/14 Comunidades	09/01/2018	468	Posseiros
Itacoatiara/Novo Airão/Presidente Figueiredo/Urucará	T. I. Waimiri Atroari/Linhão de Tucuruí/PAC	29/08/2018	350	Indígenas
Japurá	Aldeia Jeremias/T. I. Paraná do Boá-Boá	18/10/2018	12	Indígenas
Japurá	Aldeia Jutai/T. I. Paraná do Boá-Boá	17/10/2018	52	Indígenas
Japurá	Aldeia Nova Canaã/T. I. Paraná do Boá-Boá	17/10/2018	12	Indígenas
Japurá	Aldeia Nova São Joaquim/T. I. Uneuxi	17/10/2018	24	Indígenas
Lábrea	Com. Capiã/Capiã	01/06/2018	150	Posseiros
Lábrea	Tauaruhã	01/06/2018	80	Posseiros
Manaus	Ramal São Francisco	25/01/2018	500	Pequenos proprietários
Nova Olinda do Norte	Aldeias no PAE Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	09/08/2018		Indígenas
Nova Olinda do Norte	Aldeias no PAE Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	16/08/2018		Indígenas
Nova Olinda do Norte	Aldeias no PAE Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	29/08/2018	140	Indígenas
Parintins	P. A. Gleba Vila Amazônia	29/04/2018	400	Assentados
Pauini	Aldeia de São Raimundo/T. I. Kapyra-Kanakury	30/05/2018		Indígenas
Presidente Figueiredo	Com. Canastra/BR-174/Km 137	14/12/2018	39	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Castanhal/BR-174/Km 135	14/12/2018	115	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Nova Floresta/BR-174/Km 126	14/12/2018	84	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Nova União II/BR-174/Km 135	14/12/2018	60	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa//Km 152/BR-174	14/12/2018	34	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Tucumanduba/AM-240/Km 54	14/12/2018	20	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Boa Esperança	14/12/2018	374	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Jardim Floresta	14/12/2018	200	Posseiros
Santo Antônio do Içá	T. I. Vila Presidente Vargas	13/12/2018	150	Indígenas
São Gabriel da Cachoeira	T. I. Alto Rio Negro	28/05/2018	1100	Indígenas
Tapauá	PDS Primavera	31/12/2018	1	Posseiros
Tefé	T. I. Ilha do Panamim	13/12/2018		Indígenas
Tefé	T. I. Porto Praia	13/12/2018	102	Indígenas
Subtotal:		44	6886	
Total Conflitos por Terra - AM		44	6886	

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Manaus	Com. do Lago Aleixo/Parque do Mauás	27/08/2018	100	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	100		

Total dos Conflitos no Campo AM	45	Pessoas: 34930
--	-----------	-----------------------

Bahia

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Andorinha	Comunidade Surará	25/10/2018	180	Camponeses de fundo de pasto	
Baianópolis/Santana/Serra Dourada/Tabocas do Brejo Velho	Larga da Porteira Santa Cruz/Luiz Martins/Torrada/Cachoeira/Cercado	01/10/2018	92	Camponeses de fundo de pasto	
Barra	Comunidade Braço do Roçado	22/12/2018	37	Posseiros	
Barra	Comunidade Ribeirão	31/01/2018	15	Camponeses de fundo de pasto	
Barra	Fazenda Encosta	22/12/2018	37	Sem Terra	
Barra do Choça	Estância Temaki/Acamp. Márcio Matos	07/06/2018	230	Sem Terra	
Bom Jesus da Lapa	Com. Quil. Araçá-Volta/Fiol	10/12/2018	152	Quilombolas	
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Bebedouro/Fiol	10/12/2018	55	Quilombolas	
Bom Jesus da Lapa	Quilombo Lagoa das Piranhas	10/12/2018	220	Quilombolas	
Cachoeira	Com. Quilombola São Francisco do Paraguaçu	25/11/2018	300	Quilombolas	
Caetité	Com. Curral Velho/Fiol	30/10/2018	80	Pequenos proprietários	
Caetité	Com. Quilombola Lagoa de Fora	30/07/2018	35	Quilombolas	
Caetité	Com. Serragem/Fiol	22/11/2018	120	Pequenos proprietários	
Camacan	Faz. Conjunto Estrela Dalva	26/03/2018	20	Sem Terra	
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	28/02/2018	1800	Camponeses de fundo de pasto	
Canavieiras/Itabuna/Itaju do Colônia/Itambé/Itapetinga/Pau Brasil	T. I. Caramuru Catarina Paraguassu	06/11/2018	700	Indígenas	
Candeias	Fazenda Beira Mar/Beira Rio	14/05/2018	100	Sem Terra	
Carinhanha/Serra do Ramalho	PAE São Francisco/Com. Capão Preto/Caldeirão/Boa Vista/Fiol	10/12/2018	200	Assentados	
Casa Nova	Faz. São Francisco/Acamp. Eldorado dos Carajás	04/05/2018	60	Sem Terra	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	04/02/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	22/02/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	05/04/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	07/04/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	20/04/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	15/06/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	25/06/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	30/06/2018	50	Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	23/02/2018	42	Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto de Porcos Guará e Pombas/Com. Matão/Garotes/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	09/02/2018		Camponeses de fecho de pasto	
Correntina	Fecho de Pasto de Porcos Guará e Pombas/Com. Matão/Garotes/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	15/04/2018	53	Camponeses de fecho de pasto	

Cotegipe	Fazenda Macambira	17/12/2018	60	Posseiros
Eunápolis	Fazenda Aliança	14/04/2018	150	Sem Terra
Eunápolis	Fazenda Primavera	31/07/2018		Sem Terra
Eunápolis	Fazenda Primavera	02/10/2018	90	Sem Terra
Feira de Santana	Fazenda Havana	30/05/2018		Sem Terra
Feira de Santana	Fazenda Havana	12/09/2018	280	Sem Terra
Formosa do Rio Preto	Com. Aldeia/Condomínio Estrondo	17/12/2018	40	Camponeses de fundo de pasto
Formosa do Rio Preto	Com. Baixa Funda/Condomínio Estrondo	17/12/2018	10	Camponeses de fundo de pasto
Formosa do Rio Preto	Com. Brejo do Tatu/Condomínio Estrondo	17/12/2018	12	Camponeses de fundo de pasto
Formosa do Rio Preto	Com. Cachoeira/Condomínio Estrondo	17/12/2018	12	Camponeses de fundo de pasto
Formosa do Rio Preto	Com. Cacimbinha/Condomínio Estrondo	17/12/2018	27	Camponeses de fundo de pasto
Formosa do Rio Preto	Com. Gatos/Condomínio Estrondo	17/12/2018	4	Camponeses de fundo de pasto
Iramaia	Assentamento Boa Sorte	24/01/2018	416	Assentados
Itabela	Fazenda São Francisco	26/02/2018	50	Sem Terra
Itaguaçu da Bahia/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/18 Comunidades Atingidas/PAC	30/01/2018		Camponeses de fundo de pasto
Itaguaçu da Bahia/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/18 Comunidades Atingidas/PAC	04/12/2018	760	Camponeses de fundo de pasto
Juazeiro	Acamp. em Juazeiro/Área às Margens da BA-210	21/11/2018	200	Sem Terra
Juazeiro	Comunidade Cachoeirinha	30/07/2018	20	Camponeses de fundo de pasto
Lauro de Freitas	Com. Quilombola Quingoma	13/09/2018	578	Quilombolas
Maiquinique	Faz. Vale do Caraim/Baixa do Caraim/Acamp. Lula Livre	03/05/2018		Sem Terra
Maiquinique	Faz. Vale do Caraim/Baixa do Caraim/Acamp. Lula Livre	10/05/2018	100	Sem Terra
Mansidão	Assentamento Nova Esplanada	29/06/2018	150	Assentados
Mata de São João	Com. Quilombolas Tapera e Pau Grande	30/01/2018	190	Quilombolas
Mirangaba	Com. Mangabeira/Fundo de Pasto da COMTRAFF	30/09/2018	100	Camponeses de fundo de pasto
Mirangaba	Com. Paranazinho/Fundo de Pasto da COMTRAFF	30/09/2018	200	Camponeses de fundo de pasto
Mirangaba	Com. Riacho/Fundo de Pasto da COMTRAFF	30/09/2018	50	Camponeses de fundo de pasto
Mirangaba	Com. Umbiguda/Fundo de Pasto da COMTRAFF	30/09/2018	90	Camponeses de fundo de pasto
Morro do Chapéu	Comunidade Mulungu da Gruta	13/09/2018		Camponeses de fundo de pasto
Morro do Chapéu	Taquara	08/08/2018		Posseiros
Mucugê	Monte Azul	30/10/2018	5	Pequenos proprietários
Nordestina	Com. Quilombola Bom Sucesso/Lipari Mineração	14/12/2018	10	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Caldeirão do Sangue/Lipari Mineração	14/12/2018	45	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Caldeirão dos Padres/Lipari Mineração	14/12/2018	15	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Fumaça/Lipari Mineração	14/12/2018	44	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Grotas/Lipari Mineração	14/12/2018	25	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Lages das Cabras/Lipari Mineração	14/12/2018	35	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa da Cruz/Lipari Mineração	14/12/2018	45	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa das Salinas/Lipari Mineração	14/12/2018	56	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa dos Bois/Lipari Mineração	14/12/2018	54	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Palha/Lipari Mineração	14/12/2018	30	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Poças/Lipari Mineração	14/12/2018	30	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Tanque Bonito/Lipari Mineração	14/12/2018	13	Quilombolas
Nova Viçosa	Fazenda Reunidas Campo do Pó	28/05/2018	70	Sem Terra
Pau Brasil	Fazenda Cascata	05/02/2018	40	Sem Terra
Paulo Afonso	Cachoeira dos Veados/kariri Xocó	23/01/2018	67	Indígenas
Pilão Arcado	Com. Quebra Cangaia	13/12/2018		Posseiros
Pindaí	Com. Açoita Cavallo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2018	25	Geraizeiro
Ponto Novo	Área da Empresa Sítio Barreiras/Acamp. União	23/09/2018		Sem Terra
Ponto Novo	Área da Empresa Sítio Barreiras/Acamp. União	19/10/2018	56	Sem Terra
Rodelas	Área Indígena Tuxá/Aldeia Mãe	21/11/2018	220	Indígenas
Salinas da Margarida	Conceição de Salinas	25/07/2018	40	Quilombolas

Santa Rita de Cássia	Assentamento Arco Verde	29/06/2018	60	Assentados
Santo Amaro	Faz. Bela Vista/Boa Sorte/Acamp. Márcio Matos	11/05/2018	150	Sem Terra
Sento Sé	Área da Fruticultura Frutimag/Acamp. Márcio Matos	15/03/2018	100	Sem Terra
Sento Sé	Comunidade Brejo de Dentro	28/11/2018	160	Camponeses de fundo de pasto
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	28/02/2018	43	Quilombolas
Taperoá	Com. Quilombola de Graciosa	24/09/2018	154	Quilombolas
Subtotal:		87	9759	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apuarema	Fazenda Santo Antônio	30/04/2018		Sem Terra
Barra do Choça	Estância Temaki/Acamp. Márcio Matos	18/04/2018	230	Sem Terra
Caatiba	Fazenda Rancho Alegre	30/04/2018		Sem Terra
Candeias	Fazenda Beira Mar/Beira Rio	28/04/2018	100	Sem Terra
Caravelas	Fazenda Bambuzal	21/04/2018	200	Sem Terra
Casa Nova	Faz. São Francisco/Acamp. Eldorado dos Carajás	30/04/2018	60	Sem Terra
Chorrochó	Fazenda Paus Pretos	30/04/2018		Sem Terra
Chorrochó	Fazenda Pedra de Água	30/04/2018		Sem Terra
Eunápolis	Fazenda Aliança	14/04/2018	150	Sem Terra
Eunápolis	Fazenda Primavera	31/07/2018	90	Sem Terra
Feira de Santana	Fazenda Havana	30/04/2018	280	Sem Terra
Itagibá	Faz. Serra Azul/Mirabela Mineradora	23/04/2018	200	Sem Terra
Jaguaquara	Fazenda Jiquitaia	30/04/2018		Sem Terra
Jeremoabo	Fazenda Tupipa	30/04/2018		Sem Terra
Juazeiro	Acamp. em Juazeiro/Área às Margens da BA-210	30/06/2018	200	Sem Terra
Maiquinique	Faz. Vale do Caraim/Baixa do Caraim/Acamp. Lula Livre	29/04/2018	100	Sem Terra
Medeiros Neto	Fazenda Copacabana	28/04/2018	350	Sem Terra
Nova Viçosa	Fazenda Caravela	28/04/2018	190	Sem Terra
Nova Viçosa	Fazenda Reunidas Campo do Pó	30/04/2018		Sem Terra
Nova Viçosa	Fazenda Reunidas Campo do Pó	27/06/2018	70	Sem Terra
Ribeirão do Largo	Faz. Conjunto São Francisco/Faz. do Deputado	13/02/2018		Sem Terra
Ribeirão do Largo	Faz. Conjunto São Francisco/Faz. do Deputado	14/02/2018	60	Indígenas/MST
Santo Amaro	Faz. Bela Vista/Boa Sorte/Acamp. Márcio Matos	15/05/2018	150	Sem Terra
Sento Sé	Área da Fruticultura Frutimag/Acamp. Márcio Matos	08/03/2018	100	Sem Terra
Teixeira de Freitas	Faz. Céu Azul/Suzano Papel Celulose	05/03/2018	250	Sem Terra
Subtotal:		25	2780	

Total Conflitos por Terra - BA

112

11009

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na			Tipo de Trabalho
			denúncia	Libertos	Menores	
Angical	Fazenda Agropecuária Vallas Ltda	15/04/2018	3	3		Desmatamento
Baixa Grande	Fazenda Santa Paz	30/12/2018	1	1		Pecuária
Entre Rios	Fazenda Riachão	19/10/2018	2	2		Sem informação
Porto Seguro	Fazenda Dois Rios	21/05/2018	39	39		Café
Santa Cruz Cabrália	Fazenda Tucum	19/03/2018	2	2		Pecuária
Subtotal:		5	47	47		

Total Conflitos Trabalhistas - BA

5

47

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alcobaça/Caravelas/Nova Viçosa	Resex Cassurubá	24/07/2018	1600	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Andaraí	P. A. Rio Utinga	07/01/2018	68	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Andaraí	Comunidade Nova Aliança	07/01/2018	23	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Andaraí	Comunidade Pau de Colher	02/10/2018	50	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água

Andorinha	Açude Itê/Mineradora Ferbasa	14/12/2018	100	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Belmonte/Canavieiras/Una	Resex de Canavieiras	10/03/2018	2300	Uso e preservação	Desconstrução do histórico-cultural
Boninal	Com. Quilombola Vazante/Barragem de Baraúnas	24/07/2018		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Cachoeira/Maragogipe	Hidrelétrica Pedra do Cavalo/Resex Bacia do Iguape/92 Comunidades	30/12/2018	5000	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Caetité	Com. Olho d' Água dos Pires/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	7	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Caetité	Com. Flores/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	21	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Caetité	Com. Casa da Roda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	18	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Caetité	Com. Rancho do Meio/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	9	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Caetité	Com. Araticum/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	18	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Caetité	Pov. Barreiro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	33	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Caetité	Com. João Barroca/Bamin/BML	06/05/2018	160	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Serragem/Firol	06/05/2018	59	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Boa Vista/Santa Luzia/São Miguel/Barra de Caetité/Candongá/Palmital	31/05/2018	450	Apropriação Particular	Não cumprimento de procedimentos legais
Caetité	Com. Engenho/Mina de Urânio INB	22/11/2018	5	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Cairu	Com. de Garapuí/Ilha de Tinharém	21/08/2018		Apropriação Particular	Desconstrução do histórico-cultural
Candeias/Madre de Deus/Salvador	Território Quil. da Ilha de Maré/Porto de Aratu/Petrobras/PAC	11/06/2018	1500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cocos	Com. Ribeirinhas ao Longo do Rio Itaguari/São João do Porto Alegre/Novaci e Outras	20/10/2018	2000	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Conde	Sítio do Conde	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Conde	Barra do Itariri	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Coribe/Jaborandi	Comunidades ao Longo do Rio Formoso	11/09/2018	800	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Com. do Rio Arrojado/Faz. Igarashi	17/01/2018	3000	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Fecho de Pasto do Quincão ou Entre Morros/Com. Jatobá/Grilo/Praia/Faz. CFM Mombim	04/12/2018	21	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Jacobina	Com. Jenipapo/Olhos d'Água de Cima/Olhos d'Água de Baixo	15/09/2018	700	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Jacobina	Com. de Canaveira/Itapicuru/Jabuticaba/Mineração o Yamana Gold	14/12/2018	86	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Jandaíra	Povoado Coqueiro	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Jandaíra	Povoado Costa Azul	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Jandaíra	Povoado Abadia	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Jandaíra	Com. do Cachoeira do Itanhy	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Lagedinho	P. A. Biabas	02/10/2018	44	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lagedinho	P. A. Novo Horizonte	02/10/2018	26	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lagedinho	P. A. Nova Vida	02/10/2018	40	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	P. A. Padre Cícero	09/01/2018	25	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	Comunidade Estado	02/10/2018	48	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água

Lençóis	P. A. Bela Flor	02/10/2018	25	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	P. A. Jaraguá	02/10/2018	30	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	Povoado São José	02/10/2018	70	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	P. A. Jaboticabal	02/10/2018	20	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Guirapá/Bamin/BML	06/05/2018	500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Novo Horizonte/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	30	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Cima/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	17	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Baixo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	30	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Pau Ferro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	10	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Baixa Preta/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	19	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Poço Comprido/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	27	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Barriguda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	33	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Tábuas/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	5	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Barra dos Crioulos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	6	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Piripiri/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	5	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Rega Pé/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	06/05/2018	8	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí	Com. Brejo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2018	30	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Porto Seguro/Prado	Resex Corumbau	31/08/2018	400	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Santo Amaro	Fazenda Oroabo	30/08/2018	300	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Assentamento São Sebastião	09/01/2018	92	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	P. A. Lagoa Nova	02/10/2018	42	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Retiro	02/10/2018	29	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Pau Ferro	02/10/2018	10	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	P. A. Rio Bonito	02/10/2018	43	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Canta Galo	02/10/2018	10	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Chamego	02/10/2018	15	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Pé de Serra	02/10/2018	30	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Cachoeirinha	02/10/2018	140	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		65	20187		

Total dos Conflitos no Campo BA 182 **Pessoas:** 156027

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
--------------	------------------	------	----------	-----------

Alto Santo/Jaguaribe/Jaguaruana/Limoeiro do Norte/Quixerê	Proj. de Irrig. Jaguaribe-Apodi/PAC/Acamp. Zé Maria do Tomé	20/11/2018	150	Sem Terra
Aquiraz	T. I. Lagoa Encantada/Emp. Ypioca	20/02/2018	80	Indígenas
Lavras da Mangabeira	Sítio São Domingos/Acamp. Zé Wilson	20/11/2018		Sem Terra
Lavras da Mangabeira	Sítio São Domingos/Acamp. Zé Wilson	06/12/2018	30	Sem Terra
Limoeiro do Norte	Com. Tomé/Proj. Irrigado Jaguaribe	19/06/2018	625	Trabalhador Rural
Maracanaú/Pacatuba	T. I. Pitaguary/Emp. Britaboa	12/09/2018	1150	Indígenas
Mauriti	Faz. Gravatá/Acamp. Vida Nova	20/11/2018	30	Sem Terra
Quixeramobim	Fazenda Serrote/Acamp. Joel do Nascimento	11/05/2018	80	Sem Terra
Santana do Acaraú	Faz. Canafístula/Acamp. 17 de Abril	20/11/2018		Sem Terra
Santana do Acaraú	Faz. Canafístula/Acamp. 17 de Abril	28/11/2018	30	Sem Terra
Tamboril	Cacimba dos Moços/Faz. Timbó/Acamp. Comuna Irmã Dorothy	30/10/2018	150	Sem Terra
Subtotal:		11	2325	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cratús	Área do DNOCS	10/04/2018	200	Sem Terra
Lavras da Mangabeira	Sítio São Domingos/Acamp. Zé Wilson	11/04/2018	100	Sem Terra
Quixeramobim	Fazenda Serrote/Acamp. Joel do Nascimento	10/04/2018	80	Sem Terra
Subtotal:		3	380	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Santana do Acaraú	Faz. Canafístula/Acamp. 17 de Abril	29/11/2018	30	Sem Terra
Subtotal:		1	30	

Total Conflitos por Terra - CE

15 **2595**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Beberibe	Estabelecimento Rural Rod. CE-040/Km 58/Choró	15/10/2018	3	3		Extrativismo
Subtotal:		1	3	3		

Total Conflitos Trabalhistas - CE

1 **3**

Total dos Conflitos no Campo CE

16

Pessoas: 12978

Distrito Federal

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brazlândia	Núcleo Rural Alexandre Gusmão/Faz. Jatobazinho/Acamp. Noelton Angélico	13/01/2018	200	Sem Terra
Subtotal:		1	200	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Sobradinho	Faz. Sávila/Sávila	01/05/2018	75	Sem Terra
Subtotal:		1	75	

Total Conflitos por Terra - DF

2 **275**

Total dos Conflitos no Campo DF

2

Pessoas: 1375

Espírito Santo

TERRA

Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Conceição da Barra	Faz. Itaúnas/Agrop. Aliança S/A	30/08/2018		Sem Terra		
Conceição da Barra	Faz. Itaúnas/Agrop. Aliança S/A	09/10/2018	200	Sem Terra		
Fundão	Acamp. Marielle Franco/Fibria	07/11/2018	100	Sem Terra		
Subtotal:		3	300			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Conceição da Barra	Faz. Itaúnas/Agrop. Aliança S/A	05/02/2018	200			
Fundão	Acamp. Marielle Franco/Fibria	20/08/2018	100	Sem Terra		
Subtotal:		2	300			
Total Conflitos por Terra - ES		5	300			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Alfredo Chaves	Fazenda em Alfredo Chaves	01/02/2018	6			Banana
Aracruz	Fazenda Boa Esperança	21/06/2018	11	10		Café
Pinheiros	Fazenda Córrego do Ouro	16/05/2018	57	57	2	Café
Subtotal:		3	74	67	2	
Total Conflitos Trabalhistas - ES		3	74			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Aracruz	Ald. Córrego d' Ouro/Olho d' Água/Tupinikim/Guarani M'Bia/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Baixo Guandu	Com. Ribeirinha Mascarenhas/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Baixo Guandu	Ilha das Orquídeas/Rio Doce/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Colatina	Várias Com. Ribeirinhas do Rio Doce/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	116	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Linhares	Com. de Regência/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Linhares	Barra do Riacho/Barra do Sahy/Mineradora Samarco/Superporto Manabi	27/12/2018	120	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Linhares	Balneário de Povoação/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	155	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Linhares	Com. Degredo/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	175	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Linhares	Pontal do Ipiranga/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	220	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Linhares	Lagoa Monsarás/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	190	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Linhares/São Mateus	Com. das Praias de Barra Seca e Urussuquara/Transpetro/Petrobras/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	20/01/2018	375	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
São Mateus	Campo Grande/Barra Nova/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	20/01/2018	50	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
São Mateus	Com. Nativo de Barra Nova/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	20/01/2018	27	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
São Mateus	Com. São Miguel/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	20/01/2018	11	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
São Mateus	Com. Gameleira/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	20/01/2018	75	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
São Mateus	Com. Ferrugem/Mineradora Samarco	20/01/2018	105	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	

São Mateus	Com. Ilha Preta/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	20/01/2018	70	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
São Mateus	Faz. Ponta/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018	27	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Viana	Barragem do Rio Jucu/Córrego da Onça/Serveng Civilsan	21/08/2018	72	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Vitória	Com. da Praia do Suá/Foz do Rio Doce/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	13/03/2018	125	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		20	2274		

Total dos Conflitos no Campo ES	28	Pessoas: 12944
--	-----------	-----------------------

Goiás

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cavalcante/Monte Alegre de Goiás	Com. Engenho II/Quilombo Kalunga	22/06/2018	250	Quilombolas
Cavalcante/Monte Alegre de Goiás	Com. Vão de Almas/Hidrelétrica Santa Mônica/Kalunga	22/06/2018	600	Quilombolas
Cidade Ocidental	Com. Quilombola de Mesquita	06/03/2018	750	Quilombolas
Fazenda Nova/Jussara	Fazenda Coqueiral	12/06/2018	48	Sem Terra
Formosa	Acamp. Antônio Nascimento/Rio Paranã	23/11/2018	150	Sem Terra
Planaltina	Faz. Itauna/Empresa Igarashi/Córrego Lapinha	30/03/2018	3	Assentados
Subtotal:		6	1801	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Formosa	Acamp. Antônio Nascimento/Rio Paranã	01/07/2018	200	Sem Terra
Subtotal:		1	200	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Nova Veneza	Condominio Itália/Acamp. GO-222	28/09/2018		Sem Terra
Subtotal:		1		

Total Conflitos por Terra - GO	8	1851
---------------------------------------	----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Bonópolis	Faz. Princesa do Rio Pintado	10/05/2018	3	3		Pecuária
Cachoeira Alta	Fazenda Carolo	05/03/2018	45			Cana-de-açúcar
Colinas do Sul	Assent. Real II/Gameleira	25/01/2018	5	5		Mineração (areia)
Goiás	Fazenda São João	26/06/2018	2	2		Mineração (areia)
Ivolândia	Fazenda em Ivolândia	30/07/2018	10	10		Milho
Mambai	Faz. Nova Esperança/Nova Corrente/Gralha Azul	30/07/2018	87	87		Café
Piranhas	Carvoaria em Piranhas	24/01/2018	4	3	1	Carvoaria
São Miguel do Araguaia	Fazendas Alaia e Santa Adelaide	29/01/2018	15	15		Pecuária
Serranópolis	Carvoaria em Serranópolis	02/08/2018	1	1		Carvoaria
Subtotal:		9	172	126	1	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Itaberai	Usina Anicuns S/A	06/09/2018	2			Cana-de-açúcar
Santa Helena de Goiás	Usina Vale do Verdão	02/09/2018	2			Cana-de-açúcar
Subtotal:		2	4			

Total Conflitos Trabalhistas - GO	11	176
--	-----------	------------

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Iaciara	Com. Levantado/Salina/Belo/Córrego Brejo do Fogo	25/09/2018	16	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Minaçu	T. I. Avá Canoeiro	15/05/2018	2	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	18		

Total dos Conflitos no Campo GO	21	Pessoas: 9521
--	-----------	----------------------

Maranhão

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Açailândia	Assent. Novo Oriente/Vale	02/05/2018	40	Assentados	
Açailândia	Com. Francisco Romão/Vale	02/05/2018	102	Assentados	
Açailândia	Faz. Conquista/Assent. João do Vale/Vale	02/05/2018	39	Assentados	
Alcântara	Com. Quil. Mamuna/Mamona/Base Espacial	06/12/2018	71	Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Baracatatiua/Base Espacial	06/12/2018	26	Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Brito/Base Espacial	06/12/2018	22	Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Caiava/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Canelatiua/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Engenho/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Irizal/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Itamatatiua/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Itapera/Base Espacial	06/12/2018	19	Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Manuninha/Base Espacial	06/12/2018	56	Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Mato Grosso/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Ponte do Murio/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Retiro/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Samucangaua/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Santa Maria/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola São Paulo/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Tapera/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Uru Grande/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Uru-Mirim/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Alcântara	Com. Quilombola Vista Alegre/Base Espacial	06/12/2018		Quilombolas	
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	08/06/2018	37	Posseiros	
Alto Alegre do Maranhão	Arame	30/04/2018	16	Assentados	
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora	30/01/2018	41	Assentados	
Alto Alegre do Maranhão	Com. Quilombola Mamorana/Boa Hora 3	30/12/2018	32	Quilombolas	
Alto Alegre do Maranhão	Gl. Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	30/04/2018	45	Assentados	
Alto Alegre do Pindaré	Com. Vila Fufuca/Vale	02/05/2018		Posseiros	
Alto Alegre do Pindaré	Comunidade Auzilândia/Vale	02/05/2018	2000	Posseiros	
Amapá do Maranhão/Boa Vista do Gurupi/Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	100	Posseiros	
Amapá do Maranhão/Maracaçumé	Gl. Campina/Faz. Santa Érica	30/06/2018	100	Posseiros	
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	06/11/2018	1329	Indígenas	
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rolete	14/05/2018		Sem Terra	
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rolete	30/09/2018	140	Sem Terra	

Amarante do Maranhão/Lajeado Novo/Montes Altos/Sítio Novo	T. I. Krikati	06/01/2018	206	Indígenas
Anajatuba	Com. Capotal/Vale	02/05/2018	14	Extrativistas
Anajatuba	Retiro São João da Mata/Vale	02/05/2018	80	Quilombolas
Arari	Cedro/Búfalos	26/03/2018	5	Posseiros
Arari	Com. Capim Açú/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Estiva/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Félix/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Flexeiras/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Igarapé do Arari/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Ilhota I/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Juncal II/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Mutum II/Vale	25/06/2018		Posseiros
Arari	Com. Passa Bem/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Rabela/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	Com. Taboa/Búfalos	26/03/2018		Posseiros
Arari	P. A. Pimental/Vale	02/05/2018	70	Assentados
Arari	Pov. Barbados/Vale	02/05/2018	10	Posseiros
Arari	Pov. Bubasa/Vale	02/05/2018	110	Posseiros
Bacabeira	Vila Cearense/Duplicação BR-135	05/04/2018		Posseiros
Balsas	P. A. Gado Bravinho	30/10/2018	65	Assentados
Balsas	Vargem	30/10/2018	12	Posseiros
Belágua	Estiva do Alfredo	28/02/2018	13	Posseiros
Belágua	Pau Ferrado I	28/02/2018	32	Posseiros
Belágua	Pau Ferrado II	30/03/2018	12	Posseiros
Belágua/São Benedito do Rio Preto	Olho d'Água dos Diniz	31/01/2018	35	Assentados
Belágua/Urbano Santos	Estiva do Cangati	30/05/2018	30	Posseiros
Belágua/Urbano Santos	Juçaral	05/02/2018	8	Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região do Matopiba/Ilha Veneza	30/07/2018	105	Posseiros
Bom Jardim/Monção	T. I. Rio Pindaré/Aldeia Januária/Tabocal	03/09/2018	45	Indígenas
Bom Jardim/São João do Caru	T. I. Caru	08/03/2018	100	Indígenas
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	30/08/2018	70	Assentados
Bom Jesus das Selvas	Com. Nova Vida/Vale	02/05/2018	175	Posseiros
Buriti	Comunidade Brejão	28/02/2018	30	Posseiros
Buriti	Povoado Carrancas	28/02/2018	12	Posseiros
Buriticupu	Centro dos Farias/Vale	02/05/2018	43	Posseiros
Buriticupu	Com. Vila Labote/Vale	02/05/2018	30	Posseiros
Buriticupu	Com. Vila Pindaré/Pov. Presa de Porco/Vale	02/05/2018	800	Pequenos proprietários
Buriticupu	P. A. Vila União Portugal/Com. Vila Concórdia/Vale	02/05/2018	54	Assentados
Cândido Mendes	Carará-Mirim	30/10/2018	68	Posseiros
Cândido Mendes/Godofredo Viana	Com. Aurizona/Mineração Aurizona	04/11/2018	70	Posseiros
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	30/12/2018	58	Posseiros
Caxias	Pov. Central dos Medeiros/Grupo Maratá	30/09/2018	60	Posseiros
Cedral	Engole	18/02/2018	45	Quilombolas
Chapadinha	Acampamento Baturité	30/12/2018	100	Sem Terra
Chapadinha	Tiúba	28/02/2018	25	Posseiros
Chapadinha	Vila Chapéu/P. A. Mangueira	30/01/2018	93	Posseiros
Codó	Cocal/Empresa Costa Pinto/TG Agroindústria Ltda	08/06/2018	46	Quilombolas
Codó	Com. Morada Nova e Marajá/T. Q. Santa Maria dos Moreiras	22/06/2018		Quilombolas
Codó	Com. Morada Nova e Marajá/T. Q. Santa Maria dos Moreiras	28/06/2018	10	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Cipoal dos Pretos	30/05/2018	22	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Mata Virgem	30/05/2018	22	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Queimadas/Empresa Costa Pinto	08/06/2018	26	Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	30/05/2018	55	Quilombolas
Codó	Comunidade Puraquê	30/05/2018	24	Quilombolas
Codó	Comunidade São Cristóvão	30/05/2018	25	Posseiros
Codó	Faz. Manguinhos/Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	08/06/2018	42	Quilombolas

Codó	Monta Barro/Empresa Costa Pinto	08/06/2018	18	Quilombolas
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	30/09/2018	8	Quilombolas
Codó	Roque/Axixá	30/05/2018	73	Posseiros
Codó/Urbano Santos	Pov. Cajazeiras	05/02/2018	250	Posseiros
Coelho Neto	Fazenda Brejinho	30/04/2018	124	Posseiros
Coroatá	Data Santana/Com. São José do Lagão	31/03/2018	43	Posseiros
Duque Bacelar	Comunidade Feitoria	28/02/2018	24	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	23/02/2018		Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	14/07/2018		Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	22/07/2018		Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	17/10/2018		Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	08/11/2018	83	Posseiros
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	30/06/2018	500	Assentados
Grajaú	Assentamento Remanso	04/02/2018	300	Assentados
Guimarães	Com. Guajerutiua/Guajaretiua	30/12/2018	120	Posseiros
Itapecuru Mirim	Com. Quil. Outeiros dos Nogueiras/Duplicação BR-135	12/01/2018	25	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Colombo/Duplicação BR-135	04/06/2018	325	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Ipiranga da Carminha	28/11/2018	5	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Mora/Duplicação BR-135	10/05/2018	5	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Morro Grande/Duplicação BR-135	28/05/2018	75	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Santa Maria dos Pinheiros/Duplicação BR-135	28/05/2018	50	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito 2	30/04/2018	27	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito I	30/04/2018	23	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Sumaúma	30/04/2018	46	Quilombolas
Itapecuru Mirim	T. Q. Sta. Rosa dos Pretos/Barreira Funda/Alto São João e Outros/Duplicação BR-135	12/01/2018	800	Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana/Duplicação BR-135	12/01/2018	45	Quilombolas
Itinga do Maranhão	Acamp. Marielle Franco	14/06/2018		Sem Terra
Itinga do Maranhão	Acamp. Marielle Franco	29/06/2018		Sem Terra
Itinga do Maranhão	Acamp. Marielle Franco	30/06/2018	152	Sem Terra
João Lisboa	Acamp. Mata Verde/P. A. São João/Pov. Centro do Toim	30/12/2018	45	Sem Terra
Junco do Maranhão	P. A. Florestal Maracaçumé	30/10/2018	80	Assentados
Lago do Junco	Pov. Centro dos Aguiar/Faz. Nova Olinda	30/10/2018	42	Posseiros
Luís Domingues	Gleba Negra Velha	04/01/2018	50	Posseiros
Matinha	Com. Quilombola Itapera	30/12/2018	53	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Jacuíca	30/06/2018	50	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Preguiça Velha Contenda	30/07/2018	600	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São José de Bruno	30/12/2018	45	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Tanque do Valença	30/12/2018	130	Quilombolas
Matinha	Território Sesmaria do Jardim/Quilombo Bom Jesus	12/01/2018	58	Quilombolas
Matinha	Território Sesmaria do Jardim/Quilombo Pastos	12/01/2018	107	Quilombolas
Matinha	Território Sesmaria do Jardim/Quilombo São Caetano	12/01/2018	65	Quilombolas
Matinha/Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	28/02/2018	55	Quilombolas
Matões	Com. Tanque de Rodagem/São João/Faz. Castiça	30/08/2018	50	Posseiros
Miranda do Norte	T. Q. Joaquim Maria/Com. Pindoal/Duplicação BR-135	09/07/2018		Quilombolas
Olinda Nova do Maranhão	Com. Quilombola Caldo Quente	30/10/2018	87	Quilombolas
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	11/06/2018		Quilombolas
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	20/06/2018	152	Quilombolas
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	27/12/2018	70	Quilombolas
Parnarama	Povoado Conceição	30/12/2018	80	Posseiros
Paulino Neves	Morro Branco	30/10/2018	32	Posseiros
Pedro do Rosário	Santo Antônio	30/12/2018	60	Posseiros
Penalva	Comunidade Jacaré	04/04/2018		Pescadores
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	30/04/2018	23	Posseiros
Pindaré Mirim	Acampamento Novo Pindaré	13/11/2018	250	Sem Terra
Presidente Sarney	Rio Fundo	30/10/2018	23	Posseiros
Primeira Cruz	Faz. São Raimundo/Rosarinho	30/01/2018	20	Posseiros
Primeira Cruz	PE Tronco/Buritizal/Troncho	30/12/2018	45	Assentados

Rosário	Com. Quilombola Simaúma	30/11/2018	22	Quilombolas
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira da Tabatinga	30/10/2018	35	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Pau Serrado	30/10/2018	280	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Rio Grande dos Lopes	30/10/2018		Posseiros
Santa Rita	Com. Quilombola Cariongo/Duplicação BR-135	13/04/2018	80	Quilombolas
Santa Rita	Com. Quilombola Pedreiras/Duplicação BR-135	12/01/2018	36	Quilombolas
Santa Rita	Com. Quilombola Vila Fé em Deus/Duplicação BR-135	12/01/2018		Quilombolas
Santa Rita	Outeiro dos Pires/Vale	02/05/2018	120	Posseiros
Santa Rita	Pov. Sítio do Meio/Vale	02/05/2018	45	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Assent. São Luís/Picos	31/03/2018	54	Assentados
São Benedito do Rio Preto	Bacuri	31/01/2018	16	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Comunidade Alegria do Raul	31/01/2018	36	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Faz. Guarimã/Data Cumbre	31/01/2018	12	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	P. A. Maria Rodrigues/Lagoa da Lúcia	30/04/2018	44	Assentados
São Benedito do Rio Preto	Povoado Bacabal	31/01/2018	10	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Santa Maria/P. A. Antônio Marcos de Jesus	30/04/2018	97	Assentados
São Benedito do Rio Preto	São Domingos	31/01/2018	13	Quilombolas
São José de Ribamar	Com. Tremembé do Engenho	14/02/2018		Indígenas
São José de Ribamar	Com. Tremembé do Engenho	18/02/2018		Indígenas
São José de Ribamar	Com. Tremembé do Engenho	14/08/2018		Indígenas
São José de Ribamar	Com. Tremembé do Engenho	19/12/2018	60	Indígenas
São Luís	Com. Residencial Natureza	05/02/2018		Posseiros
São Luís	Com. Residencial Natureza	30/08/2018	100	Posseiros
São Luís	Comunidade Cajueiro	04/01/2018		Assentados
São Luís	Comunidade Cajueiro	01/03/2018		Assentados
São Luís	Comunidade Cajueiro	17/10/2018		Assentados
São Luís	Comunidade Cajueiro	12/11/2018	500	Assentados
São Luís	Tajipurú/Tagipurú dos Copos	30/11/2018	60	Posseiros
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Gerê	30/04/2018		Posseiros
São Luís Gonzaga do Maranhão	Quilombo Monte Alegre	05/07/2018	200	Quilombolas
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	08/02/2018		Posseiros
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	24/07/2018	5	Posseiros
São Raimundo das Mangabeiras	Data Ipoeira	30/12/2018	300	Posseiros
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola do Charco	31/10/2018	92	Quilombolas
Senador La Rocque	Acampamento Batata da Terra	30/12/2018	60	Sem Terra
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Flechal dos Campos	30/05/2018	54	Quilombolas
Timbiras	Faz. Campestre Catulo/Pov. Canafístula	30/05/2018	427	Posseiros
Timbiras	Faz. São Raimundo/Data São Tomé	30/08/2018	20	Posseiros
Tuntum	Pov. Baixão do Gato e Tamanquinho	30/12/2018	50	Posseiros
Turilândia	P. A. Santo Antônio/Rio Caxias	30/10/2018	150	Assentados
Urbano Santos	Com. Quilombola de Santa Maria/Faz. Lara/Fortaleza	21/09/2018	80	Quilombolas
Urbano Santos	Com. Santa Rosa/Bacabal	16/04/2018	60	Posseiros
Urbano Santos	Comunidade São Raimundo	31/01/2018	36	Posseiros
Urbano Santos	Pov. Marçal das Onças	05/02/2018	30	Posseiros
Urbano Santos	Pov. Pedra Grande	05/02/2018	45	Posseiros
Urbano Santos	Pov. Surrão	05/02/2018	55	Posseiros
Urbano Santos	Pov. Todos os Santos	05/02/2018	55	Posseiros
Viana	Pov. de Bahias/Santero/Povo Gamella	16/11/2018	250	Indígenas
Subtotal:		196	16154	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Codó	Com. Morada Nova e Marajá/T. Q. Santa Maria dos Moreiras	01/06/2018	10	Quilombola
Itinga do Maranhão	Acamp. Marielle Franco	09/06/2018	152	Sem Terra
Tuntum	Povo Krenyé	23/02/2018		Indígenas

Subtotal:		3	162			
Total Conflitos por Terra - MA		199	16154			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Caxias	Área em Caxias	23/07/2018	20	20		Coleta de produto não informado
São Bernardo	Pov. Corisco/Madeira Cortada	25/09/2018	13	13		Carnaúba
Subtotal:		2	33	33		
Total Conflitos Trabalhistas - MA		2	33			
Total dos Conflitos no Campo MA		201	Pessoas: 80803			

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	16/03/2018	225	Indígenas
Apiacás/Juara/Nova Canaã do Norte/Tabaporã	T. I. Batelão/Apiacá- Kayabi/Ald. Kururuzinho//Muruvi/Dinossauro	18/04/2018	50	Indígenas
Barão de Melgaço	T. I. Baía dos Guató/Guató	14/12/2018	50	Indígenas
Brasnorte	T. I. Irantxe/Manoki	08/06/2018	50	Indígenas
Cáceres	Faz. Rancho Verde/Acamp. Renascer	01/02/2018	100	Sem Terra
Campinápolis/Nova Xavantina	T. I. Parabubure/Xavante	02/02/2018	955	Indígenas
Campo Novo dos Parecis	T. I. Utiariti/Aldeia Bacaval	08/06/2018	102	Indígenas
Campos de Júlio/Nova Lacerda	T.I. Uirapuru	08/06/2018	7	Indígenas
Chapada dos Guimarães	Com.Tradicional/Ass. N. Sra. Aparecida	23/07/2018	51	Posseiros
Colniza	Área da Cooper-Roosevelt/P. A Taquaruçu do Norte	30/01/2018	150	Posseiros
Colniza	Faz. Bauru/Magali	31/10/2018		Posseiros
Colniza	Faz. Bauru/Magali	29/11/2018		Posseiros
Colniza	Faz. Bauru/Magali	07/12/2018	374	Posseiros
Colniza/Comodoro	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	10/10/2018		Indígenas
Colniza/Comodoro	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	16/10/2018	17	Indígenas
Confresa	P.A. Independente I	15/11/2018	279	Assentados
Confresa/Santa Terezinha	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	28/02/2018		Indígenas
Confresa/Santa Terezinha	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	15/05/2018	146	Indígenas
Diamantino/Nova Marilândia/Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	08/06/2018	89	Indígenas
Feliz Natal	Assentamento Ena	10/04/2018	500	Assentados
Jaciara	Área da Prefeitura/Acamp. Pe. José Ten Cate	02/07/2018	400	Sem Terra
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	31/03/2018	135	Sem Terra
Juína	Gleba Rio Verde/Fazenda Esmeralda	02/02/2018	30	Sem Terra
Juruena	Faz. Rosahmar/Rohden	10/01/2018	4	Sem Terra
Mirassol do Oeste	Acamp. Terra Esperança	23/01/2018	89	Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gl. Nhandu	17/08/2018	20	Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Nossa Sra. da Abadia/Pouso Alegre/Antiga Faz. 5 Estrelas	22/01/2018		Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Nossa Sra. da Abadia/Pouso Alegre/Antiga Faz. 5 Estrelas	05/06/2018	96	Sem Terra
Novo Mundo	Gl. Nhandu/Faz. Belo Horizonte	20/07/2018	90	Sem Terra
Paranatinga	PDS Rio Jatobá	07/02/2018	190	Sem Terra
Peixoto de Azevedo	Fazenda Serra Dourada II	24/01/2018	300	Sem Terra
Querência	P.A. Coutinho União	22/09/2018	170	Assentados
Santo Antônio do Leverger	T.I. Tereza Cristina	12/07/2018	127	Indígenas
Sapezal	T.I. Tirecatunga	08/06/2018	44	Indígenas
Sorriso	Fazenda Caçula	20/01/2018	60	Sem Terra
Tangará da Serra	T.I. Rio Formoso	08/06/2018	42	Indígenas
Vila Rica	Área Mutum	19/09/2018	100	Sem Terra

Vila Rica	Fazenda Rancho da Mata Verde	31/01/2018	52	Posseiros
Vila Rica	Pontal do Areia	10/06/2018	60	Sem Terra
Subtotal:		39	5154	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Jaciara	Fazenda Entre Rios	08/03/2018	300	Sem Terra
Novo Mundo	Gl. Nhandu/Faz. Belo Horizonte	17/07/2018	90	Sem Terra
Sorriso	Fazenda Caçula	20/01/2018	60	Sem Terra
Vila Rica	Área Mutum	14/09/2018	100	Sem Terra
Vila Rica	Pontal do Areia	10/06/2018	60	Sem Terra
Subtotal:		5	610	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cáceres	Faz. Rancho Verde/Acamp. Renascer	01/02/2018	100	Sem Terra
Colniza	Faz. Bauru/Magali	29/10/2018		Sem Terra
Colniza	Faz. Bauru/Magali	08/12/2018	374	Sem Terra
Subtotal:		3	474	

Total Conflitos por Terra - MT 47 5454

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Nova Bandeirantes	Sítio Motta	07/06/2018	1	1		Pecuária
Novo Mundo	Faz. Nossa Sra. da Abadia/Pouso Alegre/Antiga Faz. 5 Estrelas	05/11/2018	1			Soja e Milho
São Félix do Araguaia	Fazenda Mata Verde	08/11/2018	5	5		Sem informação
Várzea Grande	Faz. Nossa Senhora Aparecida	23/03/2018	1	1		Pecuária
Subtotal:		4	8	7		

Total Conflitos Trabalhistas - MT 4 8

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Acorizal	Empr. PB Leiner Brasil Ind. e Com. de Gelatinas/Com. em Acorizal	06/12/2018		Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Juscimeira	Assentamento Beleza	28/08/2018	50	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Sinop/Tabaporã/Tapurah	Gl. Mercedes V/UHE de Sinop/Complexo Teles Pires/PAC	06/06/2018	214	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		3	264		

Total dos Conflitos no Campo MT 54 Pessoas: 28598

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aquidauana	Faz. Capão das Araras/T. I. Taunay Ipegue	21/02/2018	20	Indígenas
Aquidauana/Caarapó	Faz. Água Branca/Jeroky Guasu	21/02/2018	20	Indígenas
Aral Moreira	Faz. Três Poderes/T. I. Tekoha Guasu-Guaiviry-Jovy	02/10/2018	50	Indígenas
Caarapó	Com. Tey'i Juçu/Tey'i Jusu/Faz. Nossa Sra. Aparecida	27/02/2018	30	Indígenas
Caarapó	Faz. Santa Maria/Tekoha Toropaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	27/02/2018		Indígenas
Caarapó	Faz. Santa Maria/Tekoha Toropaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	26/08/2018	24	Indígenas
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Toropaso/Kunumi Poty Vera/T. I. Dourados Amambai Peguá	13/12/2018	40	Indígenas
Caarapó	Nhamoi Guaviray/Faz. Água Branca	24/01/2018	30	Indígenas

Caarapó	T. I. Guyraroká	10/09/2018	32	Indígenas
Caarapó	T. I. Pindo Roky/Itaguá/Retomada das Mães/Faz. Novilho/Nhandeva/T. I. Dourados Amambai Peguá	24/01/2018	150	Indígenas
Dois Irmãos do Buriti	Acamp. Sebastião Bilhar/Billar/BR-262	27/10/2018	150	Sem Terra
Douradina/Itaporã	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	07/08/2018	50	Indígenas
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Nhu Vera/Uvera/Campo Bonito/Curral de Arame	23/04/2018	45	Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	09/01/2018	5	Indígenas
Dourados	Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	26/07/2018		Indígenas
Dourados	Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	07/10/2018		Indígenas
Dourados	Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	28/10/2018		Indígenas
Dourados	Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	31/10/2018	30	Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	09/01/2018	20	Indígenas
Japorã	Área em Japorã	05/03/2018	80	Sem Terra
Japorã	Porto Lindo/Ivy - Katu/Guarani - Kaiowá	09/01/2018	760	Indígenas
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	13/11/2018	24	Indígenas
Miranda	T. I. Pilad Rebuá/Aldeia Passarinho	28/10/2018	250	Indígenas
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Aldeia Moreira	28/10/2018	100	Indígenas
Mundo Novo	Área em Mundo Novo	05/03/2018	120	Sem Terra
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	09/11/2018	45	Indígenas
Subtotal:		26	2075	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Campo Grande	Área da JBS	24/01/2018	200	Sem Terra
Dois Irmãos do Buriti	Acamp. Sebastião Bilhar/Billar/BR-262	31/03/2018	150	Sem Terra
Dourados	Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	20/07/2018		Indígenas
Dourados	Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	01/10/2018	30	Indígenas
Japorã	Área em Japorã	04/03/2018	80	Conafer/MAF/UNLC
Mundo Novo	Área em Mundo Novo	04/03/2018	120	Conafer/MAF/UNLC
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	31/10/2018	45	Indígenas
Subtotal:		7	625	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Nioaque	Acamp. às Margens da MS-419	26/07/2018	250	Sem Terra
Nova Andradina	Fazenda Boarete	14/07/2018	100	Sem Terra
Sidrolândia	Acamp. Perto da Rede Ferroviária do Brasil	29/07/2018	130	Sem Terra
Subtotal:		3	480	

Total Conflitos por Terra - MS **36** **2755**

Total dos Conflitos no Campo MS **36** **Pessoas: 13775**

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açucena	Faz. Preservar/Acamp. Esperança	09/09/2018	50	Sem Terra
Antônio Carlos	Faz. Capão da Onça/Acamp. Gabriel Pimenta	06/11/2018		Sem Terra
Antônio Carlos	Faz. Capão da Onça/Acamp. Gabriel Pimenta	11/12/2018	30	Sem Terra
Antônio Carlos	Faz. da Serra/Acamp. Gabriel Pimenta	19/05/2018	30	Sem Terra
Araçuaí	Com. Quilombola Baú	02/04/2018	35	Quilombolas
Bocaiúva/Engenheiro Navarro	Faz. Santo Eloy/Garrote	13/11/2018	54	Sem Terra

Buritzeiro	Com. Vazanteira do Córrego Canabrava/Faz. Canabrava	12/07/2018	75	Pescadores
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	07/11/2018	450	Sem Terra
Capitão Enéas	Faz. Norte América/Acamp. Alvimar Ribeiro	08/03/2018	140	Sem Terra
Conceição do Mato Dentro	Com. Cabeceira do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018		Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018	70	Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. Sebastião do Bom Sucesso - Sapo/Proj. Minas-Rio/Anglo American	26/01/2018	170	Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Família Pimenta/Proj. Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018	9	Quilombolas
Congonhas	Projeto da CSN	19/12/2018	130	Atingidos por barragens
Coronel Pacheco	Faz. São José/Liberdade/Acamp. Gabriel Pimenta/Reunidas HD	13/01/2018	315	Sem Terra
Francisco Sá	Faz. Redenção/Acamp. Alvimar Ribeiro	13/03/2018		Sem Terra
Francisco Sá	Faz. Redenção/Acamp. Alvimar Ribeiro	06/04/2018	120	Sem Terra
Grão Mogol	Faz. Rio Rancho/Buriti Pequeno/Com. Geraizeiros do Vale das Cancelas	19/04/2018	230	Geraizeiro
Ibiaí	Com. Extrativista Barra do Pacuí e Pescadores Artesanais às margens do Rio São Francisco	12/07/2018		Pescadores
Igarapé	Faz. da Empresa MMX de Eike Batista	05/07/2018	400	Sem Terra
Itacarambi	Com. Quil. Ilha da Maria Preta	27/01/2018	75	Quilombolas
Itacarambi	Com. Vazanteira Barrinha/Rio São Francisco	12/07/2018	14	Vazanteiros
Januária	Com. Quil. Croatá/Rio São Francisco	17/04/2018		Quilombolas
Januária	Com. Quil. Croatá/Rio São Francisco	08/09/2018	64	Quilombolas
Jequitaiá	Com. Barroco Pau de Fruta/Buritiz de Baixo	12/08/2018		Vazanteiros
Jequitinhonha	Comunidade Chapadinha	18/09/2018		Posseiros
Jequitinhonha	Comunidade Chapadinha	25/09/2018	17	Posseiros
Manga/Matias Cardoso	Com. da Ilha de Pau Preto/Rio São Francisco/Proj. Jaiba	09/05/2018	256	Vazanteiros
Montes Claros	Fazenda Bom Jesus	18/04/2018	100	Sem Terra
Nova Serrana	Faz. Canta Galo/Acamp. Nova Jerusalém	26/04/2018		Sem Terra
Nova Serrana	Faz. Canta Galo/Acamp. Nova Jerusalém	27/04/2018		Sem Terra
Nova Serrana	Faz. Canta Galo/Acamp. Nova Jerusalém	28/04/2018	120	Sem Terra
Padre Carvalho	Territ. Geraizeiro Curral de Varas II/Rio Rancho Agrop. S/A	21/06/2018	1	Geraizeiro
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraíbas/Faz. Pedra de São João Agrop.	01/02/2018		Quilombolas
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraíbas/Faz. Pedra de São João Agrop.	02/09/2018		Quilombolas
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraíbas/Faz. Pedra de São João Agrop.	29/09/2018	35	Quilombolas
Pedras de Maria da Cruz	Fazenda Arapuim	04/04/2018	37	Sem Terra
Riacho dos Machados	Com. Riacho dos Machados/margens do São Francisco/Min. Carpathian Gold	12/07/2018	100	Geraizeiro
Rubim	Faz. Uberaba/Acamp. Nova Canaã	23/04/2018	40	Sem Terra
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	31/08/2018		Posseiros
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	12/09/2018		Posseiros
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	12/10/2018		Posseiros
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	16/10/2018	12	Posseiros
Salto da Divisa	Fazenda Talismã/Farpão	28/06/2018	24	Quilombolas
São Francisco	Com. Ilha da Porteira	12/07/2018		Vazanteiros
Uberaba	Faz. Pão de Queijo/Acamp. 19 de Março	01/02/2018	45	Sem Terra
Vazante	Faz. Veredinha/Acamp. José Beraldo	12/04/2018	64	Sem Terra
Subtotal:		47	3312	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó/Projeto Minas-Rio/Anglo American	01/04/2018	150	Indígenas
Antônio Carlos	Faz. Capão da Onça/Acamp. Gabriel Pimenta	19/05/2018	30	Sem Terra
Antônio Carlos	Faz. da Serra/Acamp. Gabriel Pimenta	13/01/2018	30	Sem Terra
Capitão Enéas	Faz. Norte América/Acamp. Alvimar Ribeiro	18/02/2018	140	Sem Terra
Igarapé	Faz. da Empresa MMX de Eike Batista	03/07/2018	400	Sem Terra
Montes Claros	Fazenda Bom Jesus	18/04/2018	100	Sem Terra
Nova Serrana	Faz. Canta Galo/Acamp. Nova Jerusalém	24/05/2018	120	Sem Terra
Presidente Olegário	Área no Distrito de Galena/Indígenas Xucuru Karir	20/10/2018	20	Indígenas
São Joaquim de Bicas	Aldeia Naô Xohã/várias etnias	30/08/2018	4	Indígenas
São Joaquim de Bicas	Complexo de Fазs. de Eike Batista	05/07/2018	400	Sem Terra
Subtotal:		10	1394	

Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Nova Serrana	Faz. Canta Galo/Acamp. Nova Jerusalém	26/04/2018		Sem Terra		
Nova Serrana	Faz. Canta Galo/Acamp. Nova Jerusalém	27/04/2018	120	Sem Terra		
Subtotal:		2	120			
Total Conflitos por Terra - MG			59	3886		
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Boa Esperança	Comércio de Carvão	03/07/2018	2	8		Carvão
Conceição de Ipanema	Sítio a 12 Km de Conceição de Ipanema e 22 Km de Mutum	30/12/2018	3	3		Café
Córrego Danta	Fazenda Santa Izabel II	11/06/2018	21	19	1	Café
Cristais	Sítio Segredo	02/05/2018	2	2		Café
Ibiá	Faz. Cachoeira do Quebra Anzol	13/09/2018	6	6		Serviços gerais
Ibiraci	Fazenda Santa Tereza	18/06/2018	5	5	1	Café
Ibirité	Sítio Bucaina/Comércio de Carvão	20/08/2018	1	1		Carvoaria
Jequitaiá	Faz. Nova Esperança/Antiga Faz. Chapada	07/11/2018	23	23		Carvoaria
Lassance	Faz. Burity/Jandira/Planeta	03/04/2018	25	25		Carvoaria
Muzambinho	Fazenda Córrego da Prata	25/07/2018	15	15		Café
Patrocínio	Fazenda Ferradura	26/09/2018	16	16		Tomate
Patrocínio	Fazenda Ferradura	26/09/2018	36	36		Tomate
Piumhi	Faz. Córrego das Almas/Fartura	24/07/2018	18	18		Café
Pompéu	Fazenda Santa Helena I	06/05/2018	17	26		Carvoaria
Pratinha	Fazenda Boa Esperança	16/07/2018	22	22		Café
Pratinha	Fazenda Flor de Mel	30/12/2018	3	3		Café
São Gonçalo do Abaeté	Fazenda Tanques	06/11/2018	2	2		Carvoaria
São João Del Rei	Fazenda Sulaiz	22/03/2018	15	3		Pecuária
São Vicente de Minas	Operação Nova Canaã	05/02/2018	433			Pecuária
Serra do Salitre	Faz. Patos/Cedro/Congonhas	18/07/2018	16	16		Café
Serra do Salitre	Fazenda Cedro II	18/07/2018	5	5		Café
Turvolândia	Sítio Cafua	09/04/2018	1	1		Café
Subtotal:		22	687	255	2	
Total Conflitos Trabalhistas - MG			22	687		
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Acaiaca	Com. Goiabeira/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018	25	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais	
Aimorés	Com. Sto. Antônio do Rio Doce e Outros/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais	
Alpercata	Com. Ribeirinha de Alpercata/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais	
Araçuaí	Barragem de Calhauzinho	14/03/2018	149	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água	
Barra Longa	Com. Floresta/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	02/02/2018		Uso e preservação	Não reassentamento	
Barra Longa	Com. Capela Velha/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	02/02/2018		Uso e preservação	Não reassentamento	
Barra Longa	Com. Barreto/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	02/02/2018		Uso e preservação	Não reassentamento	
Barra Longa	Com. Onça/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	02/02/2018		Uso e preservação	Não reassentamento	
Barra Longa	Com. São Gonçalo/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	02/02/2018		Uso e preservação	Não reassentamento	

Barra Longa	Com. de Gesteira/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	02/02/2018	20	Uso e preservação	Não reassentamento
Barra Longa	Com. de Mandioca/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	02/02/2018	20	Uso e preservação	Não reassentamento
Barra Longa	Com. Ribeirinha de Barra Longa/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	18/08/2018	136	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Corvinas/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra Longa	Com. Vista Alegre/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra Longa	Com. Apago Fogo/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra Longa	Com. Jurumirim/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra Longa	Com. Ocidente/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra Longa	Com. Tanque/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra Longa	Com. Capela Velha/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Belo Oriente	Com. Ribeirinha de Belo Oriente/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	08/11/2018	200	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Bom Jesus do Galho	Com. de Bom Jesus do Galho/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Botumirim/Cristália	Reassent. Nova Bela Vista/ UHE Irapé	14/11/2018	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Bugre	Com. Ribeirinha de Bugre/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Caratinga	Com. de Caratinga/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018	200	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Chapada do Norte/Francisco Badaró/Jenipapo de Minas	Barragem de Setúbal/PAC	15/01/2018	220	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Conceição do Mato Dentro	Com. Água Quente/Proj. Minas-Rio	26/01/2018	46	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição do Mato Dentro	Com. Passa Sete/Proj. Minas-Rio/Mineradora Anglo American	26/01/2018		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição do Mato Dentro	Com. do Jassém/Proj. Minas-Rio/Anglo American	26/01/2018	90	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conselheiro Pena	Com. Ribeirinha de Conselheiro Pena/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Coronel Fabriciano	Com. Ribeirinha de Coronel Fabriciano/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Córrego Novo	Com. Ribeirinha de Córrego Novo/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Dionísio	Com. Baixa Verde e Outros/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Fernandes Tourinho	Com. Ribeirinha de Fernandes Tourinho/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Governador Valadares	Com. Ribeirinha de Governador Valadares/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	10/11/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais

Iapu	Com. Ribeirinha de Iapu/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Ipatinga	Com. Ribeirinha de Ipatinga/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	07/11/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Itueta	Com. Ribeirinha de Itueta/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Mariana	Com. Ponte do Gama/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco-Vale-BHP Billiton	14/03/2018		Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Mariana	Com. de Pedras/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale-BHP Billiton	14/03/2018	75	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Mariana	Com. Bento Rodrigues/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale-BHP Billiton	05/04/2018	225	Uso e preservação	Não reassentamento
Mariana	Com. Camargos/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco-Vale-BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Mariana	Com. de Cachoeira/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale-BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Mariana	Com. Ribeirinha de Águas Claras/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Marliéria	Com. Cava Grande e Outras/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Naque	Com. Ribeirinha de Naque/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	04/04/2018	40	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paracatu	Com. Paracatu de Baixo/Rompimento da Barragem/Samarco/Vale-BHP Billiton	14/03/2018	80	Uso e preservação	Não reassentamento
Periquito	Com. de Pedra Corrida e Outras/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	22/02/2018	200	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pingo D Água	Com. Ribeirinha de Pingo d'Água/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Raul Soares	Com. Ribeirinha de Raul Soares/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Resplendor	T. I. Krenak/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2018	126	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Resplendor	Com. Ribeirinha de Resplendor/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Rio Casca	Com. Ribeirinha Rio Casca/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Rio Doce	Com. Soberbo Velho/Novo Soberbo/UHE Candonga/Romp. da Barragem da Samarco	27/12/2018	120	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Rio Doce	Com. Santana do Deserto/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale-BHP Billiton	27/12/2018	60	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Rio Doce	Com. Ribeirinha Rio Doce/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018	220	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Cruz do Escalvado	Com. Ribeirinha Sta. Cruz do Escalvado/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santana do Paraíso	Com. de Santana do Paraíso/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santo Antônio do Grama	Ribeirão Santo Antônio/Proj Minas Rio	12/03/2018	400	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Domingos do Prata	Com. Ribeirinha de São Domingos do Prata/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais

São José do Goiabal	Com. Ribeirinha São José do Goiabal/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
São Pedro dos Ferros	Com. Ribeirinha São Pedro dos Ferros/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Sem Peixe	Com. Ribeirinha Sem Peixe/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Sobralia	Com. Ribeirinha de Sobralia/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/05/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Timóteo	Com. de Timóteo/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Tumiritinga	Com. Ribeirinha de Tumiritinga/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	27/12/2018	500	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		65		3222	

Total dos Conflitos no Campo MG 146 **Pessoas:** 36227

Pará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	14/04/2018		Quilombolas
Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	17/07/2018	650	Quilombolas
Afuá	Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	07/06/2018	20	Assentados
Alenquer	Ameaça de Morte contra o Pres. do STTR de Alenquer	16/07/2018		Sindicalista
Alenquer	Fazenda Laguinho	29/06/2018	25	Sem Terra
Almeirim/Monte Dourado	Projeto Jari Celulose/Jarcel	24/02/2018	100	Posseiros
Altamira/Itaituba/Novo Progresso	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	11/10/2018	350	Sem Terra
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	15/02/2018		Indígenas
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	14/08/2018		Indígenas
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	30/12/2018	26	Indígenas
Altamira/São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	15/02/2018		Indígenas
Altamira/São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	07/11/2018	176	Indígenas
Altamira/Senador José Porfírio	T. I. Ituna/Itatá	30/06/2018		Indígenas
Ananindeua	Com. Quilombola do Abacatal	24/01/2018	121	Quilombolas
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	09/01/2018		Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	01/05/2018		Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	03/06/2018	48	Sem Terra
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/Dorothy	19/04/2018		Assentados
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/Dorothy	23/09/2018	160	Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	27/03/2018		Agente pastoral
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	29/09/2018		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	06/12/2018	178	Agente pastoral
Anapu/Senador José Porfírio/Vitória do Xingu	T. I. Paquicamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	30/11/2018	24	Indígenas
Baião	Resex Ipaú/Anilzinho	19/02/2018	100	Extrativistas
Baião/Novo Repartimento	Faz. Petrópolis/Gleba12	23/03/2018	50	Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins	Faz. Goiana/Aras Sta. Elias	22/01/2018	200	Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	22/01/2018	300	Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Mococa	16/02/2018		Sem Terra
Brejo Grande do Araguaia	Com. de Quebradeiras de Coco de Brejo Grande do Araguaia	24/01/2018		Quebradeiras de coco babaçu
Breu Branco	Fazenda Chama/Acampamento Irmã Dorothy	31/01/2018		Sem Terra
Breu Branco	Fazenda Chama/Acampamento Irmã Dorothy	26/06/2018	31	Sem Terra

Cachoeira do Arari	Com. Quil. de Gurupá	16/04/2018		Quilombolas
Cachoeira do Arari	Com. Quil. de Gurupá	18/10/2018	200	Quilombolas
Canaã dos Carajás	Acamp. Alto da Serra/Parte da Faz. Cristalino	19/01/2018	80	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Eduardo Galeano/Retiro do Zequinha/Comp. São Luís/P. A. Carajás/Vale	19/01/2018	200	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Grotão do Mutum/Complexo São Luís/P. A. Carajás/Vale/Projeto S11D	19/01/2018	350	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Rio Sossego/Área da Vale	19/01/2018	54	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Serra Dourada/Complexo São Luís/P. A. Carajás/Vale/Projeto S11D	19/01/2018	300	Sem Terra
Canaã dos Carajás	P. A. Carajás I, II, III/ Proj. Mineração Sossego/CVRD	17/01/2018	300	Assentados
Cumaru do Norte/Ourilândia do Norte/São Félix do Xingu/Tucumã	T. I. Kayapó	27/08/2018	907	Indígenas
Cumaru do Norte/Santana do Araguaia	Faz. Estrela de Maceió/Acamp. Cangaia-Brilhante	16/07/2018	400	Sem Terra
Curionópolis	Acamp. União do Axiá/Parte da Faz. Cristalino	19/01/2018	200	Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	22/01/2018	120	Sem Terra
Eldorado dos Carajás/Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	19/01/2018	212	Sem Terra
Garrafão do Norte/Nova Esperança do Piriá/Paragominas/Santa Luzia do Pará	T.I. Alto Rio Guamá/Tembé	23/09/2018	300	Indígenas
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	17/09/2018	75	Sem Terra
Ipixuna do Pará	Fazenda Campo de Boi I e II	14/03/2018	500	Sem Terra
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	28/01/2018		Assentados
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	18/03/2018	101	Ribeirinhos
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue	10/01/2018		Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue	21/01/2018	42	Indígenas
Itaituba/Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Mineradora Belo Sun	26/07/2018	170	Indígenas
Itupiranga	Fazenda Cristalina	31/07/2018	100	Sem Terra
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	17/01/2018		Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	03/04/2018	1630	Indígenas
Marabá	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	17/03/2018		Sem Terra
Marabá	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	31/05/2018	300	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Clara/Acamp. Boa Esperança	08/06/2018		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Clara/Acamp. Boa Esperança	30/06/2018		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Clara/Acamp. Boa Esperança	31/07/2018		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Clara/Acamp. Boa Esperança	13/09/2018	168	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	25/01/2018		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	15/07/2018		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	28/07/2018		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	16/08/2018	450	Sem Terra
Marabá	Fazenda Piranhira/Vale	07/06/2018	150	Posseiros
Moju	Quil. de Jambu-Açu/Vale do Rio Doce	15/01/2018	788	Quilombolas
Monte Alegre/Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras	07/05/2018	8500	Assentados
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	12/01/2018		Assentados
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	18/05/2018		Assentados
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	13/07/2018		Assentados
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	05/11/2018	1000	Assentados
Óbidos	T. I. Zo'é	10/05/2018	75	Indígenas
Ourilândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	22/01/2018		Sem Terra
Ourilândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	31/07/2018	226	Sem Terra
Ourilândia do Norte	P. A. Tucumã/Campos Altos/Proj. Onça Puma/Vale	07/08/2018	247	Assentados
Pacajá/Tucuruí	Fazenda Petrópolis/Gleba 11	23/03/2018	30	Sem Terra
Palestina do Pará	Com. de Quebradeiras de Coco de Palestina do Pará	24/01/2018		Quebradeiras de coco babaçu
Parauapebas	Fazenda Santa Clara	14/06/2018	70	Sem Terra

Pau d Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	29/01/2018		Sem Terra
Pau d Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	05/02/2018		Sem Terra
Pau d Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	04/03/2018		Sem Terra
Pau d Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	05/05/2018	200	Aliados
Placas	PDS Arthur Faleiro	15/12/2018	237	Sem Terra
Placas	PDS Avelino Ribeiro	15/12/2018	237	Assentados
Placas	PDS Castanheira	15/12/2018	126	Sem Terra
Prainha/Santarém	Gl. Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara/PAE Curuá II	02/06/2018	460	Assentados
Redenção	Faz. Santo Amaro/Acamp. Bom Sucesso	13/03/2018	92	Sem Terra
Salvaterra	Com. Quilombola Bacabal	16/04/2018	54	Quilombolas
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista	16/04/2018	42	Quilombolas
Salvaterra	Quilombo Salvar Mangueiras	16/04/2018		Quilombolas
Santa Isabel do Pará	Granja Kitagawa/Acamp. 13 de Agosto	02/06/2018	27	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Faz. Pontal/Acamp. Lagoa Azul	01/08/2018	70	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Ouro Verde	21/12/2018	120	Sem Terra
Santana do Araguaia	Parte da Faz. Vale do Rio Cristalino/Agrop. Sta. Bárbara	16/07/2018	100	Sem Terra
Santarém	Com. Quilombola Tiningu	29/09/2018	86	Quilombolas
Santarém	PAE Eixo Forte	04/10/2018	1386	Assentados
Santarém	T. I. Maró	08/11/2018		Indígenas
Santarém	T. I. Maró	14/12/2018	60	Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno	29/05/2018		Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno	08/11/2018	150	Aliados
São Domingos do Araguaia	Com. de Quebradeiras de Coco de São Domingos do Araguaia	24/01/2018		Quebradeiras de coco babaçu
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	22/01/2018	300	Assentados
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	22/01/2018	220	Sem Terra
São João do Araguaia	Com. de Quebradeiras de Coco de São João do Araguaia	24/01/2018		Quebradeiras de coco babaçu
São João do Araguaia	Faz. Esperantina/Sidenorte	31/01/2018		Sem Terra
São João do Araguaia	Faz. Esperantina/Sidenorte	03/05/2018	10	Sem Terra
São João do Araguaia	Fazenda Landi	21/02/2018	92	Sem Terra
Senador José Porfírio	Gl. Bacajá/T. I. Arara da Volta Grande do Xingu	20/08/2018	150	Posseiros
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita	22/06/2018	37	Indígenas
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	20/05/2018		Assentados
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	21/11/2018	300	Assentados
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	7	Sem Terra
Tucumã	Fazenda Terra Roxa	22/01/2018	180	Sem Terra
Subtotal:		114	25547	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Itupiranga	Fazenda Cristalina	11/07/2018	100	Sem Terra
Marabá	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	19/03/2018	300	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Clara/Acamp. Boa Esperança	20/07/2018	10	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	27/07/2018	450	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Ouro Verde	08/01/2018	120	Sem Terra
Subtotal:		5	980	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	29/07/2018	450	Sem Terra
São João do Araguaia	Faz. Esperantina/Sidenorte	01/02/2018	10	Sem Terra
Subtotal:		2	460	

Total Conflitos por Terra - PA

121

25547

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Água Azul do Norte	Garimpo do Gaúcho	08/10/2018	8			Garimpo (ouro)
Brasil Novo	Sítio Dona Rita	03/04/2018	1	1		Cacau

Cumaru do Norte	Fazenda Sonho Meu	08/05/2018	12	12		Pecuária
Jacareacanga	Garimpo Coatá	24/09/2018	5	5		Garimpo (ouro)
Jacareacanga	Garimpo Coatá/Floresta Nac. do Amana	13/08/2018	39	39		Garimpo (ouro)
Novo Repartimento	Fazenda Barra Mansa	13/11/2018	2	2		Pecuária
Novo Repartimento	Fazenda São João	06/03/2018	5	5		Pecuária
Ponta de Pedras	Fazenda Santa Quitéria	30/10/2018	18	18	2	Açaí
Santana do Araguaia	Fazenda Pedra Preta/Futura	05/06/2018	4	4		Pecuária
Santana do Araguaia	Fazenda Santa Maria da Boca do Monte	08/05/2018	3	3	1	Pecuária
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	05/06/2018	18	13		Pecuária
São Félix do Xingu	Faz. Boa Sorte/Anzol de Ouro	03/09/2018	3	3		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Jaú	20/02/2018	1	1		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Tucunaré	01/11/2018	6			Cercas
São Geraldo do Araguaia	Faz. Pedra Branca/Arco Verde/Talismã	16/01/2018	5	5		Pecuária
Tucuruí	Fazenda Arapari	06/03/2018	10	10		Castanha
Uruará	Comitiva/Transporte de Gado Bovino	15/06/2018	30	30		Pecuária
Xinguara	Fazenda Modelo	26/10/2018	4			Agrotóxicos e roçagem
Subtotal:		18	174	151	3	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Marabá	Região de 4 Bocas/Plano Dourado	24/08/2018	8			Madeira
Subtotal:		1	8			

Total Conflitos Trabalhistas - PA **19** **182**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/Mineradora Belo Sun/PAC	06/02/2018	235	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/Mineradora Belo Sun/PAC	30/07/2018		Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Anapu/Senador José Porfírio/Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	08/08/2018	24	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Caripi/Hydro Alunorte	15/01/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Bom Futuro/Mineradora Hydro Alunorte	15/01/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Jesus de Nazaré/Hydro Alunorte	15/01/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Ramal Fazendinha/Hydro Alunorte	15/01/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Caripi/Hydro Alunorte	22/02/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Bom Futuro/Mineradora Hydro Alunorte	22/02/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Vila Nova/Mineradora Hydro Alunorte	22/02/2018	25	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Jesus de Nazaré/Hydro Alunorte	23/02/2018	742	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Água Verde/Hydro Alunorte	23/02/2018	1500	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. de Jardim Canaã/Hydro Alunorte	23/02/2018	1500	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Sítio Conceição/Hydro Alunorte	23/02/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Cupuaçu Boa Vista/Hydro Alunorte	23/02/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Gibrié de São Lourenço/Hydro Alunorte	23/02/2018	270	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. do Murucupi/Hydro Alunorte	28/02/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição

Barcarena	Com. Sítio São João/Hydro Alunorte	02/03/2018	200	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. de Tauá/Hydro Alunorte	02/03/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Ramal Fazendinha/Hydro Alunorte	12/03/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Caripi/Hydro Alunorte	18/03/2018	350	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Bom Futuro/Mineradora Hydro Alunorte	18/03/2018	25	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge/Hydro Alunorte	10/10/2018	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Barbolândia/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Nova Aliança/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Maçarapó/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. CDI/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Tapua/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. São Felipe/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. São Francisco/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Arienga Rio/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Arienga Estrada/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Barcarena	Com. Ilha Trambioca/Hydro Alunorte	10/10/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Belém	Catadores de Caranguejo do Pará	09/02/2018	30000	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	09/03/2018	1230	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Parauapebas	T. I. Xikrin/Aldeias do Cateté e Djudjê-kó/Proj. Onça Puma/Vale	30/08/2018	250	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Tucuruí	T.I. Trocará Assurini	04/05/2018	141	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		37	36692		

Total dos Conflitos no Campo PA

177

Pessoas: 311377

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alhandra	Faz. Garapu/Acamp. D. José Maria Pires	08/12/2018	450	Sem Terra
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	08/06/2018	35	Posseiros
Mogeiro	Fazenda Paraíso	04/12/2018	27	Posseiros
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	30/04/2018	24	Posseiros
Patos	Área da EMBRAPA/Acamp. Cícero Gregório	07/06/2018	30	Sem Terra
Pedras de Fogo	Mamoaba Agro Pastoral S/A/Acamp. Arcanjo Belarmino	28/08/2018	600	Sem Terra
Pilar	Fazenda Paraíso	31/12/2018	40	Posseiros
São José dos Ramos	Faz. São José/Pau-a-Pique	30/06/2018		Posseiros
São José dos Ramos	Faz. São José/Pau-a-Pique	08/08/2018	60	Posseiros
Sousa	Fazenda Santana Agroindustrial Ltda	18/12/2018		Sem Terra
Tacima	Fazenda Volta	12/04/2018	350	Sem Terra
Subtotal:		11	1616	

Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cruz do Espírito Santo	Faz. Patrocínio/Usina São João	10/04/2018	250	Sem Terra
São José dos Ramos	Faz. São José/Pau-a-Pique	31/08/2018	60	Posseiros
Tacima	Fazenda Volta	10/04/2018	200	Sem Terra
Subtotal:		3	510	

Total Conflitos por Terra - PB	14	1866
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Conde	Com. Quil. de Mituaçu/Contaminação Rio Gramame	09/02/2018	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
João Pessoa	Com. de Pesc. do Engenho Velho/Contaminação Rio Gramame	09/02/2018	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		2	325			

Total dos Conflitos no Campo PB	16	Pessoas: 10955
--	-----------	-----------------------

Paraná

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Antonina	Agropec. São Rafael/Acamp. José Lutzenberger	11/09/2018	24	Sem Terra	
Capanema/Capitão Leônidas Marques/Nova Prata do Iguaçu/Planalto/Realeza	UHE Baixo Iguaçu/PAC	23/08/2018		Atingidos por barragens	
Capanema/Capitão Leônidas Marques/Nova Prata do Iguaçu/Planalto/Realeza	UHE Baixo Iguaçu/PAC	22/10/2018	200	Atingidos por barragens	
Espigão Alto do Iguaçu	Com. Rural Boa Vista do São Roque	07/11/2018	96	Assentados	
Guaíra	T. I. Guarani Mbya/Aldeia Tekohá Marangatu/Itaipu Binacional	07/11/2018	61	Indígenas	
Guaíra	T. I. Guarani Mbya/Aldeia Tekohá Porã	25/09/2018	36	Indígenas	
Guaíra	T. I. Guarani Mbya/Aldeia Tekohá Tatury/Mineradora Andreis/UHE Binacional	07/09/2018	8	Indígenas	
Guaíra	T. I. Guarani Mbya/Aldeia Tekohá Yhovy	06/11/2018	21	Indígenas	
Quedas do Iguaçu	Faz Rio das Cobras/Arapel/Acamp. Herdeiros da Terra 1º de Maio	14/08/2018	1500	Sem Terra	
Quedas do Iguaçu	Faz. Dona Hilda e Sta. Rita/Arapel	19/04/2018	250	Sem Terra	
Santa Helena	Tekoha Curva Guarani /T.I. Avá Guarani/Itaipu Binacional	03/10/2018	14	Indígenas	
Santa Helena	Tekoha Mokoí Joegua-Ete Dois Irmãos-Pyau/Itaipu Binacional	14/03/2018		Indígenas	
Santa Helena	Tekoha Mokoí Joegua-Ete Dois Irmãos-Pyau/Itaipu Binacional	11/07/2018		Indígenas	
Santa Helena	Tekoha Mokoí Joegua-Ete Dois Irmãos-Pyau/Itaipu Binacional	28/09/2018	20	Indígenas	
São Miguel do Iguaçu	T.I. Avá Guarani Mbya Ococy/Res. Sta. Rosa do Ocui/UHE Itaipu	19/04/2018	250	Indígenas	
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Aldeia Tekohá Tajy Poty	07/11/2018	7	Indígenas	
Subtotal:		16	2487		

Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Santa Helena	Tekoha Curva Guarani /T.I. Avá Guarani/Itaipu Binacional	19/04/2018	14	Indígenas
Subtotal:		1	14	

Total Conflitos por Terra - PR	17	2501
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Coronel Vivida	Fazenda Rio Envolvido	06/11/2018	1	1		Serviços gerais
Coronel Vivida	Fazenda Saleri	06/11/2018	1	1		Cultivo de cereais
Subtotal:		2	2	2		
Total Conflitos Trabalhistas - PR			2	2		
Total dos Conflitos no Campo PR		19	Pessoas: 12437			

Pernambuco

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aliança	Engenho Belo Horizonte	03/09/2018	20	Assentados
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Boa Vista/Complexo Suape	11/05/2018	111	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Ilha/Complexo Suape	23/08/2018	250	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Jurissaca/Complexo Suape	07/05/2018	43	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Massangana/Complexo Suape	28/02/2018		Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	14/09/2018		Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	19/10/2018	9	Posseiros
Caetés	Comunidades rurais de Cetés/Energia Eólica	31/05/2018	144	Pequenos proprietários
Canhotinho/Lagoa dos Gatos	Faz. Riacho de Dentro/Riachão	09/02/2018	80	Sem Terra
Caruaru	Com. Lagoa de Pedra	20/03/2018	80	Sem Terra
Escada/Ipojuca	Us. Salgado/Com. Sítio Zé Ipojuca	16/03/2018		Posseiros
Escada/Ipojuca	Us. Salgado/Com. Sítio Zé Ipojuca	27/10/2018	300	Posseiros
Ipojuca	Com. Quil. Ilha de Mercês/Complexo Suape	31/08/2018	479	Quilombolas
Ipojuca	Engenho Salgado/Us. Salgado	16/03/2018	1	Posseiros
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Suassuna	30/04/2018		Posseiros
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Suassuna	16/08/2018	160	Posseiros
Jaqueira	Com. do Eng. Colônia II/Laranjeira/Us. Frei Caneca	30/10/2018	48	Posseiros
Jaqueira	Eng. Caixa d' Água/Várzea Velha/Us. Frei Caneca	01/10/2018	150	Posseiros
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	01/10/2018		Posseiros
Jaqueira	Eng. Colônia I/Barro Branco/Us. Frei Caneca	06/11/2018	77	Posseiros
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	17/04/2018		Posseiros
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	13/09/2018		Posseiros
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	02/10/2018		Posseiros
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	20/10/2018		Posseiros
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	06/11/2018	71	Posseiros
Jatobá	Com. Bem Querer de Baixo/T.I. Pankararu	09/03/2018		Posseiros
Jatobá	Com. Bem Querer de Baixo/T.I. Pankararu	13/09/2018	75	Posseiros
Jatobá	Com. Bem Querer de Cima/T.I. Pankararu	09/03/2018		Posseiros
Jatobá	Com. Bem Querer de Cima/T.I. Pankararu	13/09/2018	75	Posseiros
Jatobá	Com. Cacheado/T.I. Pankararu	09/03/2018		Posseiros
Jatobá	Com. Cacheado/T.I. Pankararu	13/09/2018	75	Posseiros
Jatobá	Com. Caldeirão/T.I. Pankararu	09/03/2018		Posseiros
Jatobá	Com. Caldeirão/T.I. Pankararu	13/09/2018	75	Posseiros
Moreno	Engenho Una/Us. Bulhões	01/10/2018	35	Posseiros
Orocó	Com. Quil. Caatinginha/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018	75	Quilombolas
Orocó	Com. Quil. Mata de São João/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018		Quilombolas
Orocó	Com. Quil. Remanso/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018		Quilombolas
Orocó	Com. Quil. Umburana/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018		Quilombolas
Orocó	Com. Quil. Vitorino/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018	40	Quilombolas
Paudalho	Eng. Planalto/Acamp. Lula Livre IV	26/04/2018	100	Sem Terra
Petrolândia/Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	19/06/2018		Indígenas
Petrolândia/Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	13/09/2018		Indígenas
Petrolândia/Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018		Indígenas
Petrolândia/Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	28/10/2018		Indígenas
Petrolândia/Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	08/11/2018		Indígenas
Petrolândia/Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	25/12/2018	917	Indígenas

Petrolina	Área no Proj. Pontal Sul	27/02/2018		Sem Terra
Petrolina	Área no Proj. Pontal Sul	08/05/2018		Sem Terra
Petrolina	Área no Proj. Pontal Sul	08/06/2018	700	Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	30/01/2018	45	Sem Terra
Sertânia	Faz. Santa Luzia/Acamp. Fortaleza	02/01/2018		Sem Terra
Sertânia	Faz. Santa Luzia/Acamp. Fortaleza	08/01/2018	30	Sem Terra
Sertânia	Fazenda Jaú	26/07/2018		Sem Terra
Sertânia	Fazenda Jaú	01/08/2018		Posseiros
Sertânia	Fazenda Jaú	16/08/2018		Sem Terra
Sertânia	Fazenda Jaú	22/08/2018	85	Posseiros
Tamandaré	Engenho Canoinha	07/05/2018		Trabalhador Rural
Tamandaré	Engenho Canoinha	12/06/2018	70	Trabalhador Rural
Subtotal:		58	4420	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Condado	Engenho Terra Preta	12/04/2018	65	Sem Terra
Floresta/Petrolândia	Estação de Bombeamento 2 Eixo Leste/Açude Areias/Transp. S. Francisco	16/04/2018	300	Sem Terra
Glória do Goitá	Faz. Amieiros/Acamp. Lula Livre VII	16/04/2018	127	Sem Terra
Goiana	Eng. Goiana Grande/Acamp. Lula Livre II	12/04/2018	147	Sem Terra
Goiana	Eng. Mega/Acamp. Lula Livre V	16/04/2018	137	Sem Terra
Ibimirim	Área do Dnocs	16/04/2018	164	Sem Terra
Itaquitinga	Eng. Poços/Us. Santa Tereza	20/04/2018	100	Sem Terra
Lajedo	Faz. Mario/Acamp. Lula Livre XI	16/04/2018	162	Sem Terra
Paudalho	Eng. Planalto/Acamp. Lula Livre IV	14/04/2018	100	Sem Terra
Petrolina	Área no Proj. Pontal Sul	26/05/2018	300	Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	31/01/2018	45	Sem Terra
Serra Talhada	Faz. Jatobá/Acamp. Lula Livre IX	16/04/2018	157	Sem Terra
Sertânia	Faz. Santa Luzia/Acamp. Fortaleza	25/11/2018	30	Sem Terra
Sertânia	Fazenda Jaú	22/07/2018	85	Sem Terra
Timbaúba	Eng. Nova Cinta/Acamp. Lula Livre III	16/04/2018	130	Sem Terra
Vitória de Santo Antão	Eng. Jenipapo/Acamp. Lula Livre X	16/04/2018	152	Sem Terra
Subtotal:		16	2201	

Total Conflitos por Terra - PE

74

6061

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cabo de Santo Agostinho	Praia do Paiva/Colônia Z-8/Comp. Suape/PAC	23/05/2018		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Ipojuca	Ilha de Tatuoca/Complexo Suape/PAC	23/05/2018	50	Uso e preservação	Reassentamento inadequado
Subtotal:		2	50		

Total dos Conflitos no Campo PE

76

Pessoas: 30555

Piauí

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Baixa Grande do Ribeiro	Com. Brejo Seco/Santa Fé/Riozinho	18/03/2018	82	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Comunidade Morro d' Água	10/02/2018		Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Comunidade Morro d' Água	16/10/2018	8	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda Canaã	16/10/2018		Posseiros
Bom Jesus	Com. Salto do Santo Antônio	16/10/2018	17	Posseiros
Bom Jesus	Comunidade Salto I	17/05/2018		Posseiros
Bom Jesus	Comunidade Salto I	16/10/2018	10	Posseiros
Bom Jesus	Comunidade Salto II	16/10/2018	16	Posseiros

Bom Jesus/Gilbués	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	04/02/2018		Posseiros
Bom Jesus/Gilbués	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	07/06/2018		Posseiros
Bom Jesus/Gilbués	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	16/10/2018	41	Posseiros
Bom Jesus/Santa Filomena	Áreas em Bom Jesus e Santa Filomena	16/10/2018	96	Posseiros
Nazária/Palmeirais	Área Galiza	16/04/2018	80	Posseiros
Nazária/Palmeirais	Área Veneza	16/04/2018	120	Posseiros
Paulistana	Com. Quill. Contente/Transnordestina	24/05/2018	47	Quilombolas
Santa Filomena	Área em Chupé/Grupo Pompeu/JAP	02/05/2018		Posseiros
Santa Filomena	Área em Chupé/Grupo Pompeu/JAP	20/05/2018	8	Posseiros
Santa Filomena	Comunidade Baixão Fechado	16/10/2018	24	Pequenos proprietários
Santa Filomena	Comunidade Brejo das Meninas	16/10/2018		Posseiros
Santa Filomena	Sete Lagoas/Lagoa do Junco/Vão do Vico	16/10/2018	10	Posseiros
Teresina	Acampamento Santa Teresa	11/12/2018	80	Sem Terra
Subtotal:		21	639	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Altos/Teresina	Fazenda São João	30/03/2018	57	Sem Terra
Currulinhos	Fazenda Piquete	30/03/2018	140	Sem Terra
Nazária/Teresina	Data São José do Junco/Chapadinha	28/02/2018	200	Sem Terra
Teresina	Acampamento Santa Teresa	01/04/2018	80	Sem Terra
Subtotal:		4	477	

Total Conflitos por Terra - PI

25 1036

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda São João	16/12/2018	54	54	4	Soja
Nossa Senhora de Nazaré	Pedreira em Rudiador	28/09/2018	20	20	1	Mineração (pedras)
Subtotal:		2	74	74	5	

Total Conflitos Trabalhistas - PI

2 74

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barras/Batalha/Cabeceiras/Esperantina/José de Freitas/São João do Piauí	Com. Jenipapeiro/Rio Marataoan/Barragem do Bezerra	08/04/2018	8	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Barras/Batalha/Cabeceiras/Esperantina/José de Freitas/São João do Piauí	Com. Lagoa de Dentro/Rio Marataoan/Barragem do Bezerra	08/04/2018	7	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Barras/Batalha/Cabeceiras/Esperantina/José de Freitas/São João do Piauí	Assent. Lembrada/Rio Marataoan/Barragem do Bezerra	08/04/2018	7	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Barras/Batalha/Cabeceiras/Esperantina/José de Freitas/São João do Piauí	Com. Assai/Rio Marataoan/Barragem do Bezerra	08/04/2018	7	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Barras/Batalha/Cabeceiras/Esperantina/José de Freitas/São João do Piauí	Com. Simpatia/Rio Marataoan/Barragem do Bezerra	08/04/2018	7	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Barras/Batalha/Cabeceiras/Esperantina/José de Freitas/São João do Piauí	Com. São Fernandes/Rio Marataoan/Barragem do Bezerra	08/04/2018	7	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Barras/Cabeceiras/Esperantina/José de Freitas	Com. Malicial/Rio Marataoan/Barragem do Bezerra	08/04/2018	25	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Santa Filomena	Barra da Lagoa	12/05/2018	3	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

São João do Arraial	Com. dos Cocais/Açude Sta Rosa	03/03/2018	30	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		9	101		

Total dos Conflitos no Campo PI	36	Pessoas: 5759
--	-----------	----------------------

Rio de Janeiro

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Angra dos Reis	Quilombo de Santa Rita do Bracuí	06/06/2018	200	Quilombolas
Campos dos Goytacazes/São João da Barra	Com. Água Preta/Complexo Portuário Açú/Minas-Rio/PAC	26/07/2018	15	Pequenos proprietários
Mangaratiba	Faz. Santa Justina/Acamp. Olga Benário	07/01/2018		Quilombolas
Mangaratiba	Faz. Santa Justina/Acamp. Olga Benário	13/05/2018	57	Quilombolas
Parati	APA de Cairuçu/Com. Caiçara Praia do Sono/Ponta Negra	18/12/2018		Caiçara
Parati	Com. Tradicionais Caiçaras/Trindade/Cajaíba/Pq. Nac. da Serra de Bocaina	24/02/2018	23	Caiçara
Rio das Ostras	Faz. Montes Verdes/Rancho Sagitário/Reserva Biológica União	21/04/2018		Sem Terra
Rio das Ostras	Faz. Montes Verdes/Rancho Sagitário/Reserva Biológica União	02/05/2018	200	Sem Terra
Rio de Janeiro	Comunidade Quilombola da Vila Sacopã	11/05/2018	8	Quilombolas
Rio de Janeiro	Quilombo Pedra do Sal	06/07/2018	25	Quilombolas
Subtotal:		10	528	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Rio das Ostras	Faz. Montes Verdes/Rancho Sagitário/Reserva Biológica União	21/04/2018	200	Sem Terra
Subtotal:		1	200	

Total Conflitos por Terra - RJ	11	528
---------------------------------------	-----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araruama	ISSAL Salina	09/01/2018	10	10		Sal
Subtotal:		1	10	10		

Total Conflitos Trabalhistas - RJ	1	10
--	----------	-----------

Total dos Conflitos no Campo RJ	12	Pessoas: 2650
--	-----------	----------------------

Rio Grande do Norte

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Afonso Bezerra	Área do Estado/Acamp. Antônio Batista	24/04/2018	100	Sem Terra
Macaíba	Acamp. Independência Camponesa/ Barragem de Tabatinga	23/02/2018	50	Sem Terra
Subtotal:		2	150	

Total Conflitos por Terra - RN	2	150
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Carnaubais	Área de Carnaubais na Estrada do Entroncamento Km 2,5	05/11/2018	9	9		Carnaúba (extrativismo)

Carnaubais	Sítio Bela Vista I	28/10/2018	5	5	Carnaúba (extrativismo)
Ipanguaçu	Carnaubal no Entorno do Centro Urbano	05/11/2018	5	5	Carnaúba (extrativismo)
Subtotal:		3	19	19	
Total Conflitos Trabalhistas - RN		3	19		
Total dos Conflitos no Campo RN		5	Pessoas: 769		

Rio Grande do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Candiota	Área do CEEE	24/04/2018		Sem Terra
Candiota	Área do CEEE	27/07/2018	50	Sem Terra
Canela	T. I. Kaingang/Floresta Nacional de Canela	03/08/2018		Indígenas
Canela	T. I. Kaingang/Floresta Nacional de Canela	22/08/2018	33	Indígenas
Marau	Área do DNIT	15/02/2018	12	Indígenas
Porto Alegre	Faz. Ponta do Arado/T.I Guarani Mbya	17/06/2018	4	Indígenas
Porto Alegre	Quilombo Gonçalves de Lemos	07/11/2018	8	Quilombolas
Subtotal:		7	107	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Candiota	Área do CEEE	19/01/2018	50	Sem Terra
Canela	T. I. Kaingang/Floresta Nacional de Canela	16/07/2018	33	Indígenas
Encruzilhada do Sul	Área da Fepagro	19/01/2018	63	Sem Terra
Marau	Área do DNIT	15/02/2018	12	Indígenas
Subtotal:		4	158	

Total Conflitos por Terra - RS **11** **170**

Total dos Conflitos no Campo RS **11** **Pessoas: 850**

Rondônia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alta Floresta do Oeste	Povo Wajuru	12/06/2018		Indígenas
Alta Floresta do Oeste/São Francisco do Guaporé	T. I Rio Branco/Aldeia Anderé	29/01/2018	300	Indígenas
Alta Floresta do Oeste/São Francisco do Guaporé	T. I. Massaco	02/02/2018		Indígenas
Alto Paraíso/Porto Velho	Acamp. Nova Esperança/Boa Esperança/Título Definitivo São Sebastião/Flona Bom Futuro	10/11/2018	419	Posseiros
Alvorada do Oeste	Faz. do Italiano/Verde Vale	07/07/2018	50	Sem Terra
Ariquemes	Acampamento Renato Nathan 2	20/06/2018	40	Sem Terra
Ariquemes	Faz. Arroba/Só Cacau/Acamp. Canaã	14/12/2018	120	Sem Terra
Ariquemes	Projeto Burareiro/Acamp. São Francisco/Lote 131	05/11/2018	40	Sem Terra
Buritis	Faz. do Lourinho/Rio Alto/Linha 42	08/06/2018		Posseiros
Buritis	P. A. Santa Helena	09/04/2018	17	Assentados
Buritis/Nova Mamoré	Fazenda Schumann	21/08/2018	300	Posseiros
Cabixi	Acampamento Igarapé Preto	31/01/2018	120	Sem Terra
Cacoal	T. I. Sete de Setembro	11/05/2018	345	Indígenas
Campo Novo de Rondônia/Monte Negro/Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	11/05/2018	115	Indígenas
Campo Novo de Rondônia/Nova Mamoré/Porto Velho	Resex Jaci-Paraná	04/12/2018		Extrativistas
Candeias do Jamari	Linha Rio Preto	07/05/2018	100	Sem Terra

Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Pai Herói/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	30/12/2018	40	Pequenos proprietários
Corumbiara	Assentamento Roncauto	07/06/2018	40	Assentados
Costa Marques	Com. Quilombola de Santa Fé	26/01/2018	12	Quilombolas
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	18/05/2018	60	Quilombolas
Costa Marques	Reserva Extrativista do Rio Cautário/T. I. Cojubim	23/09/2018	150	Indígenas
Espigão do Oeste/Vilhena	Reserva Indígena Roosevelt	23/05/2018	240	Indígenas
Guajará-Mirim	T. I. Sagarana	02/02/2018	85	Indígenas
Guajará-Mirim/Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	02/02/2018	120	Indígenas
Guajará-Mirim/Nova Mamoré	T. I. Igarapé Ribeirão/Aldeia Ribeirão	02/02/2018	50	Indígenas
Guajará-Mirim/Nova Mamoré/Porto Velho	T. I. Karipuna	09/02/2018	58	Indígenas
Itapuaí do Oeste	Faz. Água Azul/Acamp. Raio de Sol II/Gl. Cajueiro/Lotes 01 e 02	20/06/2018	50	Posseiros
Ji-Paraná	T. I. Igarapé Lourdes	23/05/2018	246	Indígenas
Lábrea (AM)/Porto Velho (RO)	T. I. Kaxarari	11/05/2018	70	Indígenas
Machadinho D Oeste	Resex Rio Preto Jacundá	08/06/2018	24	Extrativistas
Machadinho D Oeste	Resex Roxinho	18/12/2018		Extrativistas
Mirante da Serra	Faz. na Linha 70/Área Revolucionária Paulo Bento	05/12/2018	60	Sem Terra
Mirante da Serra/Nova União	Assent. Margarida Alves/Palmares e Pe. Ezequiel	05/12/2018	200	Assentados
Nova Mamoré	Acamp. Conquista/Faz. Primavera/Gleba Buriti/Distrito de Jacinópolis	26/09/2018		Sem Terra
Nova Mamoré	Acamp. Conquista/Faz. Primavera/Gleba Buriti/Distrito de Jacinópolis	15/10/2018	35	Sem Terra
Nova Mamoré	Acamp. Dois Irmãos/Dois Amigos/Faz. do Bispo/Linha 29 C	25/07/2018	105	Posseiros
Ouro Preto do Oeste/Vale do Paraíso	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Jaú/Terra Nossa/Lote 204/Acamp. Monte Cristo	09/02/2018		Sem Terra
Ouro Preto do Oeste/Vale do Paraíso	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Jaú/Terra Nossa/Lote 204/Acamp. Monte Cristo	03/04/2018	400	Sem Terra
Porto Velho	Acamp. Vida Nova/Ramal do Coca-Cola	18/07/2018	18	Sem Terra
Porto Velho	Faz. Kamias/Gleba do Japonês/Acamp. Frutos da Terra	23/08/2018	35	Posseiros
Porto Velho	T. I. Karitiana/Aldeia Myniwini/Igarapé Preto	16/06/2018	70	Indígenas
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/C-95/Km 30/Gl. Burareiro/Lotes 14, 15, 16/Gl. 01	02/03/2018		Sem Terra
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/C-95/Km 30/Gl. Burareiro/Lotes 14, 15, 16/Gl. 01	12/03/2018		Sem Terra
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/C-95/Km 30/Gl. Burareiro/Lotes 14, 15, 16/Gl. 01	29/03/2018	66	Sem Terra
São Francisco do Guaporé	Com. Quilombola de Santo Antônio do Guaporé	23/09/2018	17	Quilombolas
São Miguel do Guaporé	Aldeia Andaré	29/01/2018	15	Indígenas
São Miguel do Guaporé	Com. Quilombola do Senhor Jesus	23/09/2018	8	Quilombolas
Seringueiras	Aldeia Puruborá	23/09/2018	75	Indígenas
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	15/05/2018		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	22/07/2018	400	Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 4	02/07/2018	100	Sem Terra
Theobroma	Faz. Gavião/Linha 605/Km 12	19/07/2018	50	Sem Terra
Vilhena	Acampamento Jhone Santos	26/06/2018		Sem Terra
Vilhena	Acampamento Jhone Santos	08/07/2018		Sem Terra
Vilhena	Assoc. Iquê Vitória/Lotes 435/436/437/438/439/455	20/06/2018	24	Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Setor 12/Lote 52/Faz. Duarte/Assoc. Canarinho	30/12/2018	50	Posseiros
Vilhena	Lote 33 C/Assoc. dos Produtores Rurais Dois Corações	04/05/2018	32	Posseiros

Subtotal:

57

4971

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Paraíso/Porto Velho	Acamp. Nova Esperança/Boa Esperança/Título Definitivo São Sebastião/Flona Bom Futuro	22/10/2018	419	Sem Terra
Alvorada do Oeste	Faz. do Italiano/Verde Vale	07/07/2018	50	Sem Terra
Ariquemes	Projeto Burareiro/Acamp. São Francisco/Lote 131	30/07/2018	40	Sem Terra
Cabixi	Acampamento Igarapé Preto	01/01/2018	120	Sem Terra
Ji-Paraná	Chácara em Ji-Paraná	27/08/2018	26	Sem Terra

Ouro Preto do Oeste/Vale do Paraíso	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Jaú/Terra Nossa/Lote 204/Acamp. Monte Cristo	30/03/2018	400	Sem Terra
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	30/04/2018	400	Sem Terra
Theobroma	Faz. Gavião/Linha 605/Km 12	18/07/2018	50	Sem Terra
Subtotal:		8	1505	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Nova Mamoré	Acamp. Conquista/Faz. Primavera/Gleba Buriti/Distrito de Jacinópolis	26/09/2018	35	Sem Terra
Subtotal:		1	35	

Total Conflitos por Terra - RO 66 4997

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Machadinho D Oeste	UHE Tabajara/28 Comunidades/PAC	20/08/2018	3639	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Porto Velho	Abunã/UHE Jirau e Sto. Antônio	02/03/2018		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Nova Mutum e Jaci Paraná/UHE Jirau e Santo Antônio	10/04/2018	1564	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Assent. Joana Darc I, II e III/UHE Jirau e Sto. Antônio/PAC	08/05/2018	286	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Nova Vila de Teotônio/UHE Sto. Antônio/PAC	08/05/2018	72	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	São Domingos/UHE Sto. Antônio/PAC	08/05/2018	15	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Novo Engenho Velho/UHE Sto. Antônio/PAC	08/05/2018	40	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Santa Rita/UHE Sto. Antônio/PAC	08/05/2018	135	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Riacho Azul/UHE Sto. Antônio/PAC	08/05/2018	42	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Morrinhos/UHE Sto. Antônio/PAC	20/06/2018	50	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Com. de São Carlos/Bom Será/Itacoã/Terra Caída/UHE Jirau e Sto. Antônio	02/12/2018	900	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		11	6743		

Total dos Conflitos no Campo RO 77 Pessoas: 58700

Roraima

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre	T.I. Macuxi e Wapixana/ Reserva Boqueirão	21/11/2018	116	Indígenas
Alto Alegre/Caracará/Mucajai	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	31/05/2018		Indígenas
Alto Alegre/Caracará/Mucajai	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	06/09/2018		Indígenas
Alto Alegre/Caracará/Mucajai	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	16/09/2018		Indígenas
Alto Alegre/Caracará/Mucajai	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	21/11/2018	1142	Indígenas

Amajari	T.I Anaro/Maloca do Anaro	21/11/2018	11	Indígenas
Boa Vista	T. I. Anzol/Faz. São Jorge	21/11/2018	14	Indígenas
Bonfim	T. I. Macuxi e Wapixana/ Reserva Canaunanim	21/11/2018	245	Indígenas
Bonfim	T.I. Wapixana/ Reserva Moskow	21/11/2018	157	Indígenas
Bonfim/Cantá	T.I. Wapixana/ Reserva Muriru	21/11/2018	46	Indígenas
Bonfim/Caracará	T.I. Wapixana/ Reserva Jacamim	21/11/2018	365	Indígenas
Cantá	T.I. Wapixana/ Maloca Recanto da Saudade (NS)	21/11/2018		Indígenas
Caroebe/São João da Baliza	T.I. Trombetas-Mapuera/ Wai Wai/ Hixcariana	21/11/2018	131	Indígenas
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	21/11/2018	3800	Indígenas
Pacaraima	T. I. São Marcos/Macuxi/Wapixana/Taurepang	21/11/2018	1460	Indígenas
Pacaraima	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	21/11/2018	567	Indígenas
São João da Baliza/São Luís	T. I. Waimiri Atroari	21/11/2018	502	Indígenas
Subtotal:		17	8556	

Total Conflitos por Terra - RR	17	8556
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Amajari	Fazenda Pau Baru	15/05/2018	3	3		Pecuária
Bonfim	Fazenda Nova Estrela	20/02/2018	3	3		Pecuária
Cantá	Sítio do Poirão	15/05/2018	4	4		Preparo de solo
Iracema	Fazenda do Quatorze	19/04/2018	1	1		Pecuária
Subtotal:		4	11	11		

Total Conflitos Trabalhistas - RR	4	11
--	----------	-----------

Total dos Conflitos no Campo RR	21	Pessoas: 42791
--	-----------	-----------------------

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abelardo Luz	Faz. Papuã/Itália II/Acamp. Kide	31/10/2018	62	Sem Terra
Abelardo Luz/Entre Rios/Ipuçu/Xanxerê	T. I. Xapecó/Kaingang	05/07/2018	1334	Indígenas
Araquari	Com. Quilombola Areais Pequenos	14/02/2018		Quilombolas
Araquari	Com. Quilombola Itapocu	14/02/2018		Quilombolas
Balneário Camboriú	Com. Quilombola Morro do Boi	14/02/2018	11	Quilombolas
Campos Novos/Monte Carlo	Com. Quilombola Invernada dos Negros	07/09/2018	170	Quilombolas
Capivari de Baixo	Com. Quilombola Ilhotinha	14/02/2018		Quilombolas
Florianópolis	Com. Quilombola Vidal Martins	14/02/2018		Quilombolas
Florianópolis	Com. Quilombola Vidal Martins	18/08/2018	28	Quilombolas
Garopaba	Com. Quilombola Aldeia	14/02/2018	34	Quilombolas
Garopaba	Com. Quilombola Morro do Fortunato	14/02/2018		Quilombolas
Monte Carlo	Com. Quilombola Campo dos Polí	14/02/2018	12	Quilombolas
Paulo Lopes	Com. Quilombola Toca de Santa Cruz	14/02/2018		Quilombolas
Paulo Lopes	Com. Quilombola Toca de Santa Cruz	20/11/2018	38	Quilombolas
Porto Belo	Com. Quilombola Valongo	14/02/2018		Quilombolas
Santo Amaro da Imperatriz	Com. Quilombola Caldas do Cubatão	14/02/2018		Quilombolas
Santo Amaro da Imperatriz	Com. Quilombola Tabuleiro	14/02/2018		Quilombolas
São Francisco do Sul	Com. Quilombola Tapera	14/02/2018		Quilombolas
Seara	Com. Quilombola Mutirão e Costeira	14/02/2018		Quilombolas
Subtotal:		19	1689	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Calmon	Faz. Pinhal/Pinhalão/Acamp. Maria Marta	03/03/2018	120	Sem Terra

Campos Novos/Monte Carlo	Com. Quilombola Invernada dos Negros	07/09/2018	170	Quilombola
Faxinal dos Guedes/Xanxerê	Faz. Chapecozinho II/Prezzotto Sementes/Acamp. Marcelino Chiarelo	17/02/2018	400	Sem Terra
Fraiburgo	Fazenda Agroceres	08/01/2018	80	Sem Terra
Subtotal:		4	770	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Faxinal dos Guedes/Xanxerê	Faz. Chapecozinho II/Prezzotto Sementes/Acamp. Marcelino Chiarelo	03/01/2018	180	Sem Terra
Subtotal:		1	180	

Total Conflitos por Terra - SC **24** **2339**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Retiro	Diversas Fazendas	30/11/2018	22	22		Cebola
Lages	Faz. Cambará/Coxilha Rica	30/06/2018	11	11		Floricultura
Subtotal:		2	33	33		

Total Conflitos Trabalhistas - SC **2** **33**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Brunópolis/Curitibanos/Frei Rogério/São José do Cerrito/Vargem	UHE São Roque	11/06/2018	700	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		1	700		

Total dos Conflitos no Campo SC **27** **Pessoas: 15228**

São Paulo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Americana/Limeira	Usina Ester/Acamp. Roseli Nunes	07/02/2018		Sem Terra
Americana/Limeira	Usina Ester/Acamp. Roseli Nunes	11/04/2018		Sem Terra
Americana/Limeira	Usina Ester/Acamp. Roseli Nunes	20/04/2018		Sem Terra
Americana/Limeira	Usina Ester/Acamp. Roseli Nunes	21/06/2018	789	Sem Terra
Araraquara	Acamp. Encontro das Águas	28/06/2018	30	Sem Terra
Araraquara	Acamp. Novo Horizonte	27/02/2018		Sem Terra
Araraquara	Acamp. Novo Horizonte	19/06/2018	270	Sem Terra
Boa Esperança do Sul	Fazenda Cachoeirinha	12/09/2018	40	Sem Terra
Duartina	Fazenda Esmeralda	14/03/2018		Sem Terra
Duartina	Fazenda Esmeralda	22/03/2018	350	Sem Terra
Gália	Faz. Paraíso/Vitória/Assent. Luiz Beltrame	02/03/2018	77	Assentados
Gália	Faz. Rio Vermelho	13/09/2018		Sem Terra
Gália	Faz. Rio Vermelho	24/09/2018	150	Sem Terra
Iaras/Tietê	Faz. Capivara/Faz. São Domingos do Tupã/Acamp. Anita Garibaldi	05/07/2018	86	Sem Terra
Iporanga	Com. Galvão/Vale do Ribeira	30/09/2018	33	Quilombolas
Itaporanga	Faz. Lageado/Acamp. Izael Fagundes	02/04/2018	25	Sem Terra
Limeira	Área do Horto Florestal de Limeira	10/09/2018		Sem Terra
Limeira	Área do Horto Florestal de Limeira	28/09/2018	108	Sem Terra
Pindamonhangaba	Área da Agência de Tecnologia do Agronegócio - APTA	27/02/2018	250	Sem Terra
Riversul	Fazenda Can-Can	24/05/2018		Sem Terra
São Carlos	Faz. Canchim/Embrapa	17/04/2018	50	Posseiros
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	04/02/2018	200	Sem Terra
Taubaté	Faz. Santa Rita/Acamp. Andrea Guaraciane	13/04/2018	70	Sem Terra

Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Cecília	05/05/2018		Sem Terra
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Cecília	20/10/2018	300	Sem Terra
Valinhos	Faz. Eldorado/Acamp. Marielle Vive	18/04/2018		Sem Terra
Valinhos	Faz. Eldorado/Acamp. Marielle Vive	01/06/2018	500	Sem Terra
Subtotal:		27	3328	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Faz. Tangará/Marruá	21/05/2018		Sem Terra
Agudos	Faz. Tangará/Marruá	10/09/2018	500	Sem Terra
Americana/Limeira	Usina Ester/Acamp. Roseli Nunes	03/04/2018	60	Sem Terra
Araçatuba	Fazenda Santa Cecília	17/04/2018	75	Sem Terra
Bauru	Fazenda Paiva	04/03/2018	250	Conafer/UNLC
Bauru/Pederneiras	Horto Florestal Aymorés/Acamp. Terra Nossa/P. A. Aymorés/Sítio Sta. Marina	15/05/2018	80	Sem Terra
Castilho	Área em Castilho	28/12/2018	130	Sem Terra
Dracena	Faz. Espinheiro Preto	24/01/2018	12	Sem Terra
Duartina	Fazenda Esmeralda	07/03/2018	350	Sem Terra
Gália	Faz. Rio Vermelho	07/09/2018	150	Sem Terra
Itaporanga	Faz. Lageado/Acamp. Izael Fagundes	24/02/2018		Sem Terra
Itaporanga	Faz. Lageado/Acamp. Izael Fagundes	07/09/2018	25	Sem Terra
Limeira	Área do Horto Florestal de Limeira	07/09/2018	108	Sem Terra
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	13/04/2018	100	Sem Terra
Mogi-Guaçu	Fazenda Campininha	29/07/2018	250	Sem Terra
Pindamonhangaba	Área da Agência de Tecnologia do Agronegócio - APTA	17/02/2018		Sem Terra
Pindamonhangaba	Área da Agência de Tecnologia do Agronegócio - APTA	24/03/2018	250	Sem Terra
Ribeirão Preto	Faz. Sta. Lydia/Soc. Agrícola Santa Elydia	21/07/2018	50	Sem Terra
São Carlos	Faz. Canchim/Embrapa	16/04/2018	50	Sem Terra
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	04/02/2018	200	Sem Terra
Taubaté	Área Pública no Km 119 da Via Dutra	04/11/2018	170	Sem Terra
Taubaté	Faz. Santa Rita/Acamp. Andrea Guaraciane	24/03/2018	70	Sem Terra
Taubaté	Fazenda Santana	21/05/2018	70	Sem Terra
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Cecília	17/04/2018		Sem Terra
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Cecília	10/08/2018	300	Sem Terra
Teodoro Sampaio	Fazenda Timburi	21/07/2018		Sem Terra
Valinhos	Faz. Eldorado/Acamp. Marielle Vive	14/04/2018	500	Sem Terra
Subtotal:		27	3750	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Americana/Limeira	Usina Ester/Acamp. Roseli Nunes	07/02/2018	789	Sem Terra
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	04/02/2018	200	Sem Terra
Subtotal:		2	989	

Total Conflitos por Terra - SP 56 5015

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Itu	Sítio da Colina	02/10/2018	8	8	2	Cebola
Subtotal:		1	8	8	2	

Total Conflitos Trabalhistas - SP 1 8

Total dos Conflitos no Campo SP 57 Pessoas: 25083

Sergipe

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araúá	Fazenda São João Tuim	27/07/2018		Sem Terra
Barra dos Coqueiros	Sítio Jatobá/Itaguassu Agro Industrial S.A	27/07/2018		Sem Terra

Indiaroba	Fazenda São João	27/07/2018		Sem Terra
Itaporanga da Ajuda	Fazenda Belém	27/07/2018		Sem Terra
Itaporanga da Ajuda	Fazenda Monte Alegre	19/11/2018		Sem Terra
Subtotal:		5		

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araújo	Fazenda São João Tuim	07/06/2018		Sem Terra
Barra dos Coqueiros	Sítio Jatobá/Itaguassu Agro Industrial S.A	07/06/2018		Sem Terra
Indiaroba	Fazenda São João	07/06/2018		Sem Terra
Itaporanga da Ajuda	Fazenda Belém	07/06/2018		Sem Terra
Itaporanga da Ajuda	Fazenda Monte Alegre	30/09/2018		Sem Terra
Subtotal:		5		

Total Conflitos por Terra - SE 10

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aracaju	Comunidade Mosqueiro	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Aracaju	Comunidade Atalaia Velha	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Aracaju	Com. Boca do Rio/Farolândia	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Barra dos Coqueiros	Comunidade Atalaia Nova	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Barra dos Coqueiros	Povoado Jatobá	08/04/2018	17	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Barra dos Coqueiros	Povoado Touro	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Barra dos Coqueiros	Comunidade Pontal	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Barra dos Coqueiros	Povoado Capuã	08/04/2018	17	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Brejo Grande	Com. Quilombola Brejão dos Negros	08/04/2018	277	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Brejo Grande	Povoado Samarém/Saramém	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Brejo Grande	Comunidade Resina	08/04/2018	57	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Pov. Porto do Mato	08/04/2018	769	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Com.Praia do Abaís	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Com. Praia do Saco	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Pov. Manoel Dias	08/04/2018	50	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Povoado Massadiço	08/04/2018	17	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Povoado Gravatá	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Povoado Ouricuri	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Povoado Tibúrcio	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Pov. Miranga/Miranguinha	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Povoado Muculanduba	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estância	Povoado Farnaval	08/04/2018	25	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Indiaroba	Povoado Cajueirinho	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Indiaroba	P. A. Sete Brejos	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição

Indiaroba	Povoado Preguiça	08/04/2018	350	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Indiaroba	Com. Pontal da Barra	08/04/2018	150	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Indiaroba	Pov. Terra Caída	08/04/2018	350	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Indiaroba	Povoado Santa Terezinha	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Indiaroba	Povoado Ribuleirinhas	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Itaporanga da Ajuda	Povoado Costa do Pau D'arco	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Itaporanga da Ajuda	Pov. Água Boa	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Itaporanga da Ajuda	Ilha Mem de Sá	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Itaporanga da Ajuda	Pov. Nova Descoberta	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Itaporanga da Ajuda	Povoado Caueira	08/04/2018	200	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pacatuba	Pov. Pontas dos Mangues	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pacatuba	Povoado Junça	08/04/2018	28	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pacatuba	Povoado Tigre	08/04/2018	63	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pacatuba	Pov. Santana dos Frades	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pirambu	Comunidade Bebedouro	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pirambu	Pov. Lagoa Redonda	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pirambu	Pov. Água Boa	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pirambu	Comunidade Aguilhadas	08/04/2018		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Pirambu	Povoado Aningas	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pirambu	Pov. Santa Isabel	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Santa Luzia do Itanhy	Povoado Taboa	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Santa Luzia do Itanhy	Povoado Cajazeiras	08/04/2018	100	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Santa Luzia do Itanhy	Povoado Crasto	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Santa Luzia do Itanhy	Povoado Rua da Palha	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Santa Luzia do Itanhy	Povoado Pedra Furada	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
São Cristóvão	Pov. Rita Cacete	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
São Cristóvão	Pov. Ilha Grande	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
São Cristóvão	Povoado Pedreiras	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
São Cristóvão	Povoado Caipe Velho	08/04/2018	27	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
São Cristóvão	Povoado Arame I	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
São Cristóvão	Povoado Apicum	08/04/2018		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Subtotal:		55	2497		

Total dos Conflitos no Campo SE

65

Pessoas: 12485

Tocantins

TERRA

Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Araguaína/Babaçulândia/Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itaparica/Água Viva/Acamp. na TO-222	07/03/2018		Sem Terra		
Araguaína/Babaçulândia/Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itaparica/Água Viva/Acamp. na TO-222	25/04/2018	50	Sem Terra		
Araguatins	Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente	12/05/2018	34	Quilombolas		
Araguatins	Empresa Ouro Verde/Faz. Esmeralda	10/09/2018		Sem Terra		
Araguatins	Empresa Ouro Verde/Faz. Esmeralda	26/09/2018	80	Sem Terra		
Arraias/Paraná	Com. Quil. Kalunga do Mimoso	31/12/2018	250	Quilombolas		
Babaçulândia	Faz. Aruanã I, II, III e IV/Taboca	16/10/2018	50	Sem Terra		
Barra do Ouro	Gleba Garimpo/Faz. Serrinha/Comunidade Serrinha	15/02/2018		Sem Terra		
Barra do Ouro	Gleba Garimpo/Faz. Serrinha/Comunidade Serrinha	09/03/2018	38	Sem Terra		
Barra do Ouro	Gleba Tauá	17/07/2018		Posseiros		
Barra do Ouro	Gleba Tauá	10/09/2018		Posseiros		
Barra do Ouro	Gleba Tauá	18/10/2018		Posseiros		
Barra do Ouro	Gleba Tauá	20/10/2018	90	Posseiros		
Bernardo Sayão	Fazenda Santa Helena I e III/P.A. Santa Helena	25/10/2018	32	Sem Terra		
Couto Magalhães/Pequizeiro	Fazenda Morrinhos e Jacu	20/11/2018	35	Sem Terra		
Filadélfia	Comunidade Barra do Grotão	04/12/2018	31	Ribeirinhos		
Formoso do Araguaia	T. I. Taego Áwa/Avá-Canoeiros	20/10/2018	5	Indígenas		
Fortaleza do Tabocão	Faz. Sinuelo/Santa Bárbara/Acamp. Olga Benário	24/02/2018	45	Sem Terra		
Ipueiras	Faz. Pântano do Papagaio/Acamp. Clodomir Santos de Moraes	30/08/2018	50	Sem Terra		
Mateiros	Comunidade Quilombola Margens do Rio Novo	31/12/2018	15	Quilombolas		
Mateiros	Comunidade Quilombola Mumbuca	31/12/2018	80	Quilombolas		
Mateiros	Comunidade Quilombola Riachão	31/12/2018	15	Quilombolas		
Mateiros	Comunidade Quilombola Rio Preto	31/12/2018	15	Quilombolas		
Maurilândia do Tocantins/Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada/PAC	14/02/2018	227	Indígenas		
Palmeirante	Faz. Recreio/Freitas/Acamp. Bom Jesus/Gabriel Filho	20/02/2018		Sem Terra		
Palmeirante	Faz. Recreio/Freitas/Acamp. Bom Jesus/Gabriel Filho	17/04/2018		Sem Terra		
Palmeirante	Faz. Recreio/Freitas/Acamp. Bom Jesus/Gabriel Filho	07/06/2018		Sem Terra		
Palmeirante	Faz. Recreio/Freitas/Acamp. Bom Jesus/Gabriel Filho	01/11/2018	30	Agente pastoral		
Palmeirante	Fazenda Malú	21/05/2018	80	Sem Terra		
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	30/11/2018	10	Sem Terra		
Porto Nacional	Faz. Chianini/Acamp. Marielle Vive	31/07/2018	20	Sem Terra		
Porto Nacional	P. A. Retiro/Acamp. D. Celso Pereira de Almeida	21/09/2018	40	Sem Terra		
Santa Tereza do Tocantins	Comunidade Quilombola Barra do Aroeira	31/12/2018	174	Quilombolas		
São Félix do Tocantins	Comunidade Quilombola do Rio do Prata	31/12/2018	78	Quilombolas		
Subtotal:		34	1574			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Fortaleza do Tabocão	Faz. Sinuelo/Santa Bárbara/Acamp. Olga Benário	31/01/2018	45	Sem Terra		
Ipueiras	Faz. Pântano do Papagaio/Acamp. Clodomir Santos de Moraes	31/01/2018	50	Sem Terra		
Porto Nacional	Faz. Chianini/Acamp. Marielle Vive	01/07/2018	20	Sem Terra		
Subtotal:		3	115			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Palmeirante	Faz. Recreio/Freitas/Acamp. Bom Jesus/Gabriel Filho	17/04/2018	18	Sem Terra		
Subtotal:		1	18			
Total Conflitos por Terra - TO		38	1574			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Arapoema	Fazenda Bom Jesus	22/10/2018	3			Pecuária

Bernardo Sayão	Fazenda Macedônia	23/11/2018	3			Manutenção de pastagens
Cristalândia	Fazenda Buritzal	04/10/2018	3			Piscicultura
Santa Rita do Tocantins	Fazenda São Sebastião	09/10/2018	9	9		Carvão vegetal
Xambioá	Fazenda São Francisco	04/10/2018	2			Pecuária
Subtotal:		5	20	9		
Total Conflitos Trabalhistas - TO		5	20			
Total dos Conflitos no Campo TO		43				Pessoas: 7890

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	1124	590400
Trabalho	89	1477
Água	276	368465
Seca		
Total Brasil	1489	960342



FOTO Andressa Zumpano.

O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências

Raquel Baster¹

De 2009 a 2018, 1.409 mulheres sofreram algum tipo de violência. Este número pode ser multiplicado por muitos dígitos, pois nos casos, por exemplo de um despejo, ou de uma expulsão, é computado o número de famílias, não é feito um levantamento do número de mulheres, envolvidas naquela violência. Pode-se dizer com certeza que é sobre as mulheres que recai a carga mais pesada destas ações, pois elas ao verem destruído o local de sua habitação e trabalho carregam consigo a dor e a angústia das crianças que estão sob sua responsabilidade.

Neste período 38 mulheres foram assassinadas., 80 sofreram tentativas de assassinato,

¹ Educadora popular, jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB).

409 receberam ameaças de morte; 22 morreram em consequência de conflitos, 111 foram presas, 410 foram detidas e 37 foram estupradas.

O texto de Raquel Baster a seguir analisa a situação das mulheres em conflitos no campo e as ocorrências em que elas estiveram envolvidas no ano de 2018².

As mulheres camponesas exercem papel fundamental na soberania alimentar. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) aponta as mulheres como responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo e com importante contribuição na preservação do meio ambiente e da biodiversidade. Por outro lado, as mulheres do campo são as que mais vivem em situação de desigualdade social, política e econômica. E como particularidades, podemos citar as mulheres negras e indígenas contra as quais a discriminação aparece de forma mais intensa.

No Brasil, as mulheres do campo enfrentam mais restrições do que os homens no acesso à terra, água, sementes, tecnologias, créditos e assistência técnica. Elas também são discriminadas no mercado de trabalhos rurais e são as responsáveis pela maior parte do trabalho não remunerado, já que ficam também à frente dos cuidados de suas casas, dos filhos e de afazeres domésticos. Além de serem as maiores vítimas de violência e exploração sexual em decorrência da instalação de projetos de desenvolvimento. E há uma tendência do aumento da violência contra as mulheres no campo, em especial por causa de conflitos pela terra, água e por defenderem territórios indígenas, quilombolas e outros.

Todos estes fatores contribuem significativamente para diminuir a capacidade das mulheres de participarem e incidirem nos espaços de discussão e decisão das políticas públicas voltadas ao campo, que as

afetam no direito a uma vida mais digna. Este cenário de desigualdade vem no longo dos anos contribuindo para uma série de violências e violações de direitos das mulheres camponesas.

O levantamento de dados da CPT, em 2018, demonstrou que 486 mulheres sofreram algum tipo de violência (tortura, agressão, tentativa de assassinato, aborto, intimidação etc.) em conflitos no campo. Desse total, duas mulheres sem-terra morreram em decorrência da situação de conflito nos acampamentos em que moravam, outras seis sofreram tentativas de assassinato, 37 sofreram ameaças de morte e 16 foram presas injustamente.

Verônica Pereira Milhomem, mais conhecida como dona Vera, tinha 54 anos quando morreu em fevereiro de 2018, em Redenção, no Pará. Dona Vera foi a óbito por conta de complicações motivadas pelo grave estado de saúde em que se encontrava desde a Chacina de Pau D'Arco que ocorreu no ano anterior. Ela perdeu seus dois únicos filhos, dois irmãos, dois sobrinhos e uma cunhada. Tudo em um único dia. Sua família ocupava a fazenda Santa Lúcia, no Sudeste do Pará, e foi brutalmente assassinada por policiais que cumpriam mandados de segurança. Depois dessa atrocidade, o quadro de saúde de dona Vera se deteriorou, já que era diabética, fazia tratamento de hemodiálise devido a um problema renal, e dependia totalmente da ajuda dos dois filhos assassinados.

De acordo com informações da Comissão

Pastoral da Terra (CPT) da região, após o massacre, que a colocou em um estágio de alta vulnerabilidade e fragilidade, não houve qualquer iniciativa do Estado para apoiá-la, em nenhuma instância. A única ajuda veio de familiares e amigos que fizeram uma campanha pública em seu favor. A morte de dona Vera levanta questões importantes sobre o papel do Estado que se omitiu frente ao desdobramento de um caso brutal de violência contra trabalhadores rurais sem-terra e também apresenta um cenário recorrente de uma situação de dependência emocional e econômica que oprime muitas mulheres camponesas.

O estado do Pará teve o maior número de situações de violência contra mulheres em conflitos no campo, ano 2018. De acordo com os dados, foram 21 no total, em um estado onde predomina a exploração dos recursos naturais por megaempreendimentos, como por exemplo as mineradoras e hidrelétricas, e há uma histórica conflitividade agrária. São vários os casos que em decorrência das suas lutas, por não serem vítimas passivas como frequentemente são percebidas, mulheres são assassinadas, perseguidas e criminalizadas e/ou vivem em situações de ameaça, perigo e violações de direitos.

As vozes de mulheres no campo em áreas de conflito vêm ao longo dos anos sendo silenciadas, por serem invisibilizadas e pelas vidas cruelmente ceifadas. Ao mesmo tempo ocorre um crescimento significativo do protagonismo das mulheres no campo, a partir de suas auto-organizações, principalmente nos enfrentamentos às inúmeras retiradas de direitos.

Portanto o silenciamento e a invisibilidade de mulheres nos conflitos no campo está ligado a uma construção das desigualdades estruturais resultantes de uma forma de “desenvolvimento” capitalista e perverso sustentado no campo principalmente pelo

extrativismo com fins lucrativos – atividades de produção e à expansão territorial das frentes de mineração, do agronegócio, do monocultivo de árvores, de petróleo e gás e do complexo energético. Esse modelo econômico vai na contramão do extrativismo de subsistência e do bem viver que são realizados com saberes ancestrais e de resistência, em grande parte por mulheres.

Essas duas diferentes formas de exploração constroem antagonismo nos modos de perceber e estar no mundo e geram conflitos em torno do acesso, do uso, da apropriação e da significação do mundo material e simbólico no/do campo.

Entre os anos de 2009 até 2018, a CPT registrou 1.409 casos de violência contra mulheres em situação de conflitos no campo. Isso mostra como esse jeito de “se desenvolver” é sustentado pelo sofrimento de mulheres. E não só.

Um agravante registrado em 2018 é que as disputas por território tradicional atingiram também crianças. Duas meninas da etnia Kinikinau, de sete e nove anos, foram atropeladas por uma caminhonete enquanto andavam de bicicleta no dia 13 de novembro de 2018, na Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda, no Mato Grosso do Sul. O motorista fugiu do local e suspeita-se que o atropelamento tenha sido proposital. Segundo informações e denúncia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi protocolado um pedido de investigação junto ao Ministério Público Federal. Nesse mesmo ano, seis crianças sofreram algum tipo de violência por causa de conflitos no campo.

Conflitos socioterritoriais no campo brasileiro e a invisibilização das mulheres – uma reincidência histórica

No Nordeste, em decorrência da luta em defesa de seu povo, em setembro de 2018,



Luta contra o crime da Vale no rompimento da barragem de Mariana, em Belo Horizonte- MG.
Foto: Agatha Azevedo.

a Cacica Madalena Pitaguary levou um tiro na nuca ao confrontar-se com um homem encapuzado que a emboscou em uma estrada dentro da Terra Indígena, localizada no município de Pacatuba, a poucos quilômetros de Fortaleza, no Ceará. E não foi a primeira vez que ocorreu uma tentativa de homicídio contra o território indígena Pitaguary. De acordo com os dados da CPT, em 2016, outra liderança, Ceixa Pitaguary quase foi assassinada na aldeia Santo Antônio do Pitaguary, em Maracanaú, no mesmo estado.

A situação de violência nestes casos é agravada já que as leis e práticas institucionais criadas para enfrentar a violência contra a mulher tratam-na como um ser “universal”. Sendo assim, as indígenas não se reconhecem nessas estruturas (ROSA, 2016). Ao mesmo tempo, o avanço de políticas e projetos que privilegiam o setor elétrico, a mineração, o agronegócio e a construção civil e o aprofundamento do

conservadorismo e do fundamentalismo, em especial no Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como a influência do setor ruralista sobre a elaboração de políticas, implicam em um retrocesso sem precedentes na garantia dos direitos indígenas, com intensificação da ofensiva contra os direitos indígenas e o genocídio destas populações remanescentes e voltando a crescer.

São vários os exemplos que em decorrência das suas lutas e por não serem vítimas passivas como frequentemente são percebidas, mulheres são assassinadas, perseguidas e criminalizadas e/ou vivem em situações de ameaça, perigo e violações de direitos. E isso não é de agora. Também na região Nordeste, no dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves foi assassinada na porta de sua casa por pistoleiros mandados pelo dono do engenho onde ela trabalhava, no município de Alagoa Grande - PB. O motivo do assassinato foi evidenciado pela postura da líder sindical em

defesa dos direitos das trabalhadoras do campo. Margarida foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no município, quando moveu mais de 70 ações por desrespeito às leis trabalhistas, contra os usineiros da cana-de-açúcar da região.

Esses 35 anos que separam as histórias de Margarida, Madalena e Ceíça, aproximam-nas das realidades de violências sofridas pelas mulheres no campo. No que diz respeito às violências sofridas, seria possível traçar uma linha do tempo com os dados dos relatórios da CPT desde os anos 80 e sua relação com o crescimento das grandes corporações no país. Em nome do avanço econômico, avolumam-se os impactos socioterritoriais sobre os grupos sociais mais vulnerabilizados, como as mulheres, provocando repercussões negativas sobre suas vidas, trabalho e saúde. Esse desenvolvimento oculta transformações territoriais que têm, ao longo desses anos, expulsado populações inteiras dos seus locais de produção e reprodução ou torna seus modos de vidas inviáveis.

Lugares assumidos pelas mulheres nos conflitos a partir de relações socialmente construídas

As lutas das mulheres vêm a cada ano ressignificando os lugares assumidos por elas nos conflitos do campo. Ressignifica também os papéis impostos pelo patriarcado, pois esse outro jeito de se enxergar e se posicionar nas disputas territoriais interfere nas estruturas e relações sociais de poder. Contudo, na força desigual de representação está o aparato do Estado que tem se demonstrado, cada vez mais, refratário e contrário a esse levante. Um exemplo disso foram as 16 prisões de mulheres camponesas registradas em 2018.

Desse total de prisões, 10 mulheres sem-terra foram detidas em julho de 2018 du-

rante a ocupação da fazenda Verde Vale, no município de Alvorada do Oeste, em Rondônia. Em outro caso de intimidação policial, 400 mulheres também sem-terra foram coagidas por horas dentro de ônibus por policiais militares, ao final da ocupação da sede da empresa Nestlé, em São Lourenço, no estado de Minas Gerais, durante protesto contra a privatização das águas por corporações internacionais. São diversos os conflitos, prisões arbitrárias, violências em manifestações populares, despejos forçados e assassinatos que se multiplicam de Norte a Sul do país, e se agravam ano após ano.

A exploração e contaminação da água, como no caso da Nestlé, ou pelos rompimentos de barragens, a usurpação da terra e a destruição das florestas impactam diretamente a vida cotidiana das mulheres, afetando o suprimento das necessidades diretas de reprodução da vida doméstica e comunitária. Sem espaços para produzir, elas ficam também sem possibilidade de desenvolver suas atividades e trabalhos cotidianos, comprometendo a segurança e soberania alimentar, dimensão na qual as mulheres foram situadas historicamente, conforme assinalado no início do texto.

As transformações nos territórios, advindas da implementação de megaempreendimentos também provocam, explicitamente, o aumento dos riscos de estupros e outras violências sexuais, gravidez indesejada e o aumento de problemas relacionados à saúde emocional das mulheres.

Eulina da Silva Souza, agricultora e moradora da comunidade Gabriel Filho, em Palmeirante, no Tocantins, foi despejada de sua casa em abril de 2018. Ela e sua família moravam na casa há 11 anos. Uma de suas filhas, que estava grávida, quando soube do despejo passou mal e perdeu o bebê. A ordem de reintegração de posse favorável ao proprietário da terra, Paulo Frei-

tas, foi concedida por uma decisão do juiz da Comarca de Filadélfia, onde o mesmo proprietário responde a um processo criminal pelo assassinato, em 2010, de uma das lideranças do grupo dos camponeses, que hoje dá nome à comunidade. É evidente, o aborto sofrido pela filha de Eulina se deu em decorrência do conflito pela terra.

Os dados apontados em 2018 revelam que as mulheres e crianças do campo vivenciam múltiplas faces da violência, o que demanda a proposição de diretrizes e ações de enfrentamento à esta violência específica. Rumos que contemplem a especificidade das demandas de cada grupo, de cada mulher.

Referências

MACHADO, Ismael. *Elas, marcadas para morrer*. São Paulo: A Pública, 2013. Disponível em: <http://apublica.org/2013/07/marcadas-para-morrer/>. Acesso: fevereiro 2019.

Mulheres e Conflitos Ambientais: nem nossos corpos, nem nossos territórios – da invisibilidade à resistência – Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – Pacs, 2017.

Mulheres, trabalho e justiça socioambiental/ Rivane Arantes e Vera Guedes (Orgs.). – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

Desta forma, é necessário que se reflita sobre o papel do Estado, enquanto um ator articulador central e suas prioridades em termos de políticas públicas no que se refere não só ao reconhecimento, mas também às possibilidades de ação para a garantia dos direitos das mulheres do campo, a uma vida sem violência, a um bem viver. Nesse sentido, as alternativas reais requerem processos de mobilização e organização das mulheres, bem como visibilidade das notificações e subnotificações de violências sofridas por elas no campo, e pelo acesso à informação, para que se reforce a conscientização sobre o tema e sua desnaturalização.

ROSA, Ana Beatriz. Por que a violência contra mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil. Huff PostBrasil. 25/11/2016. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s_a_21700429/. Acesso: fevereiro 2019.

DARON, Vanderléia Leodete Pulga. *Um grito lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.



FOTO: Ana Mendes / CIMI

Terra

Tabela 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	2	275	736			200					
GO	8	1851	255630		198		1353				
MS	36	2755	19955	24		1276	575	61		31	325
MT	47	5454	1295079	550	633	859	725	440	1	430	1174
Subtotal	93	10335	1571400	574	831	2335	2653	501	1	461	1499
Nordeste											
AL	5	310	536		120	210					
BA	112	11009	445422		2000	2399	3465	461		352	849
CE	15	2595	9380		60	240	230	215		35	80
MA	199	16154	989745		316	1638	2235	462	111	413	1065
PB	14	1866	7561	30	60	1014	534	30	60		534
PE	74	6061	14777	1	1345	1779	1468	278	806	1173	534
PI	25	1036	5281		80		331				
RN	2	150	0			100	50				50
SE	10	0	0		5						
Subtotal	456	39181	1472702	31	3986	7380	8313	1446	977	1973	3112
Norte											
AC	59	4994	670132			1785	1259				24
AM	44	6886	11598449		468	1046	704	722			316
AP	47	1285	237975	2	20	299	404	20			200
PA	121	25547	10093708	660	1099	2816	1301	461	301	621	1016
RO	66	4997	1524930	155	369	1608	746	270	35	158	607
RR	17	8556	12031957						20		
TO	38	1574	81192	20	318	390	225	53	2	2	196
Subtotal	392	53839	36238343	837	2274	7944	4639	1526	358	781	2359
Sudeste											
ES	5	300	80		300	200		200	200		
MG	59	3886	27317	620	726	815	1147	2	65	285	256
RJ	11	528	34650		200	200	272				
SP	56	5015	28548	200	2658	1643	1000	40	110		883
Subtotal	131	9729	90595	820	3884	2858	2419	242	375	285	1139
Sul											
PR	17	2487	37271		200	727	20	2		2	1509
RS	11	170	1156	45	50	91	4				
SC	24	2339	14027								
Subtotal	52	4996	52454	45	250	818	24	2	0	2	1509
Total :	1124	118080	39425494	2307	11225	21335	18048	3717	1711	3502	9618

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Ocorrências de Conflito por Terra.

Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018¹

*Carlos Walter Porto-Gonçalves²
Danilo Pereira Cuin³
Julia Nascimento Ladeira⁴
Marlon Nunes Silva⁵
Pedro Catanzaro da Rocha Leão⁶*

Aumenta o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo em 2018⁷

Aproximadamente um milhão de pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo no Brasil, em 2018, mais especificamente foram 960.342 pessoas envolvidas em conflitos contra 708.520 pessoas, em

2017, um aumento significativo de 35,6%. Nos conflitos especificamente por terra, foram 118.080 famílias envolvidas em conflitos por terra, em 2018, contra 116.572, em 2017.

O patamar de famílias envolvidas em conflito aumenta significativamente a par-

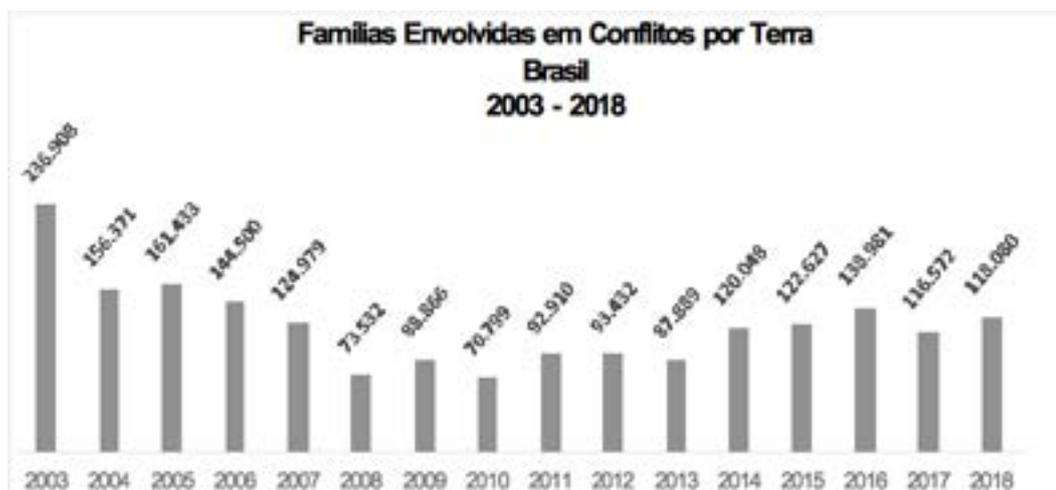


Figura 01. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF

1 Agradecemos à inestimável colaboração da equipe responsável pelo CEDOC, pela qualidade do trabalho técnico-científico e a presteza que só se explicam pela profunda implicação com a causa da luta pela terra e a solidariedade com aqueles e aquelas que sofrem e insistem na luta pela vida, dignidade território. A Antônio Canuto pela contribuição na leitura crítica do texto e a Leonardo Patrick Souza Silva, estudante de Políticas Públicas da UFF campus de Angra dos Reis, pela dedicação qualificada na elaboração de vários gráficos. Esses agradecimentos não os implicam em nossos eventuais erros que são de nossa única responsabilidade.

2 Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

Pesquisador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

3 Pesquisador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

4 Pesquisadora do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

5 Pesquisador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

6 Pesquisador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

7 Nota do editor: Os dados fornecidos pelo CEDOC Dom Tomás Balduino, para subsidiar esse artigo, são atualizados e podem divergir daqueles publicados nos relatórios Conflitos do campo no Brasil.

tir de 2013, quando foram registradas 87.889 famílias em conflito que passaram a 120.048, em 2014, ou seja, um aumento de 36,6%, patamar esse que se mantém elevado desde então, com uma média anual de 124.065 famílias envolvidas em conflitos por terra no período da chamada ruptura política (2015-2018).

Considerando-se todo o significado das chamadas Jornadas de Junho de 2013, quando milhares de brasileiros e brasileiras foram às ruas demandar melhores condições de mobilidade urbana (Movimento do Passe Livre), por melhores condições de segurança pública e contra a violência policial, saúde e educação “Padrão FIFA”, numa alusão irônica às exigências elevadas de qualidade das obras para a Copa do Mundo em relação à precária qualidade dos serviços públicos, enfim, o Brasil se viu diante de uma clara agenda de insatisfação com o poder (que deveria ser) público e com forte apelo popular.

Quando se observa o número de famílias envolvidas em conflitos por terra em 2014, o campo brasileiro também manifesta a seu modo um aumento da tensão política que viria se agravar em 2015, quando frações das classes dominantes, com destaque para as oligarquias agrárias e minerárias, vide o protagonismo da bancada ruralista, em particular, vão se recusar a reconhecer os resultados das urnas e iniciar o processo de ruptura política, que teve seu ápice em três momentos decisivos, a saber, (1) o impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, (2) o impeachment preventivo de Lula Silva com sua prisão, em abril de 2018, processo esse que se completaria (3) com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em outubro de 2018.

Assim, a agenda liberal pró-capital financeiro, pró-agronegócio, pró-capital minerário, contra os direitos trabalhistas, contra a legislação ambiental, contra os direitos indígenas, dos quilombolas e demais populações tradicionais, agenda que já vinha sendo radicalizada por Michel Temer à frente do governo desde 2015, será consagrada nas urnas legitimando eleitoralmente uma agenda antipopular que já vinha sendo radicalizada no período da ruptura política⁸. O campo já o demonstra a partir de 2014, com o aumento significativo (36,6%) do número de famílias envolvidas em conflito (Figura 1).

O aumento do número de pessoas envolvidas em conflitos não foi homogêneo no território nacional. Houve, inclusive, diminuição em três das macrorregiões brasileiras, a saber: na região Sul, o número de pessoas envolvidas em conflitos caiu 44,8%; na região Centro-Oeste, em 27,6% e na região Sudeste em 8,6%. Sendo assim, foi o aumento exponencial do número de pessoas envolvidas em conflitos na região Norte, de 119,7%, em 2018 em relação a 2017, o maior responsável pelo aumento geral do número de pessoas envolvidas em conflitos no país, haja vista que o aumento na região Nordeste, de 13,2%, foi relativamente baixo em relação à região Norte.

Assim, a região Norte passou a predominar entre todas as regiões brasileiras quanto ao número de pessoas envolvidas com uma proporção maior que todas as regiões somadas, ou seja, 51,3% de todas as pessoas envolvidas em conflitos no Brasil! Isso nos dá forte indício do avanço/invasão da Amazônia, o que será corroborado pelos demais indicadores dos conflitos.

8 A expressão “legitimando eleitoralmente a agenda antipopular” só aparentemente é paradoxal, haja vista que o processo eleitoral foi abertamente influenciado pela posição do judiciário, que só a partir daquele ano eleitoral viria permitir a prisão em segunda instância, condição em que se enquadrava Lula da Silva, e pela condenação imposta a Lula pelo Juiz Sérgio Moro que, mesmo tendo sido protagonista do impedimento da candidatura daquele que tinha a preferência em todas as pesquisas de opinião para ganhar as eleições para presidência da República, não se viu eticamente impedido de aceitar fazer parte do governo para quem suas ações efetivamente contribuíram para eleger.

Pessoas Envolvidas em Conflitos por Região – Brasil 2017-2018

Região/Ano	2017	2018	2017-2018 %
Centro-Oeste	75.529	54.652	- 27,8%
Nordeste	267.206	302.503	+ 13,2%
Norte	224.494	493.183	+ 119,7%
Sudeste	89.052	81.396	- 8,6%
Sul	52.239	28.924	- 44,8%
Brasil	708.520	960.630	+ 35,6%

Tabela 01. Fonte: Cedoc - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Elaboração LEMTO-UFF.

Os conflitos no campo, em 2018, registram o avanço da fronteira sobre a Amazônia. Ao compararmos a média anual de conflitos no campo⁹ durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) e o período da ruptura política (2015-2018), observa-se uma mudança importante na concentração regional de conflitos: até 2014 predominam os conflitos na região Nordeste e, a partir de 2015, a região Norte ganha proeminência. Note-se, entretanto, que a região Norte tem sua média anual ascendendo vertiginosamente desde o primeiro período, crescendo em 126 conflitos na média anual na comparação com o período da Ruptura Política [Tabela 1]. Nas regiões Sul e Sudeste, a média anual de conflitos cai desde o governo Lula, enquanto na região Centro-Oeste se mantém.

Conflitos no Campo por Regiões - Brasil por Períodos de Governo Média Anual

	Lula	Dilma	Ruptura Política
Centro-Oeste	124	111	124
Nordeste	394	431	405
Norte	282	307	433
Sudeste	183	146	127
Sul	109	49	62
Total geral	1092	1044	1152

Tabela 02. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino Elaboração: LEMTO-UFF

Cabe destacar que desde a primeira metade dos anos 2000, já desde o 1º governo Lula da Silva, que todos os indicadores de avanços das lutas sociais por terra e território começam a sofrer retrocesso, como se pode ver na sequência de gráficos a seguir.

Com relação aos Assentamentos Rurais, a série histórica de decretos de desapropriação para fins de reforma agrária no Brasil, assinados entre 1995 e 2018, nos mostra que, em 1998, foram assinados 845 decretos, configurando o ponto mais alto na curva e, em 2015, já no período da Ruptura Política, tivemos o pior ano em toda a série histórica, em que nenhum decreto foi assinado. Desde 2006, o número de decretos assinados por ano diminuiu consideravelmente. O ano de 2018, com apenas quatro decretos de desapropriação para fins de reforma agrária está, inclusive, abaixo da média anual de seu período correspondente, de sete decretos de desapropriação¹⁰.

O mesmo pode ser observado quanto à área desapropriada para fins de reforma agrária. O último período, o de ruptura política 2015-2018, nos indica que houve praticamente uma paralisação da reforma agrária no país, sobretudo depois de 2017.

Desde o governo FHC até a Ruptura Política fica evidenciado o caráter descendente das áreas desapropriadas para fins de reforma agrária, com uma queda brutal de mais de um milhão de hectares desapropriados para esse fim na média anual entre 1995 e 1998, para pouco mais de dez mil hectares por ano no período de ruptura política entre 2015 e 2018. Ou seja, o período de ruptura política desapropriou para fins de reforma agrária uma área equivalente a 0,7% da que havia sido desapropriada por FHC entre 1995 e 1998 e

⁹ Os conflitos no campo, para esta parte da análise, se referem à soma das ocorrências de violência contra a ocupação e a posse de terras com as ocorrências de ocupações e acampamentos realizados por movimentos sociais rurais. Sendo assim, nessa análise o conflito assinala apenas a existência de disputa de terra se manifestando naquela região.

¹⁰ Fonte <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/15997>.

a 1,8% da área desapropriada por Lula da Silva no seu primeiro mandato.

O mesmo movimento geral pode ser observado quanto ao número de famílias assentadas na série histórica entre 1995 e 2018, em que se destacam os dois últimos anos do primeiro mandato do Governo Lula que registraram o maior número de famílias assentadas no Brasil. Sem contarmos 1998,

os anos de 2005-2006 foram os únicos em toda a série histórica de 23 anos, em que mais de 100.000 famílias foram assentadas no território brasileiro.

A média anual do período de ruptura política (2015-2018) foi de apenas 9.609 famílias assentadas, o que corresponde a cerca de 10% das famílias que foram assentadas na média anual no 1º governo Lula da Sil-



Figura 02. Fonte: Incra. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2019.



Figura 03. Fonte: Incra. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2019.

va e a 13,3% de média anual de famílias assentadas no 1º governo FHC¹¹.

Enfim, todo o processo de conquista de terras começa a regredir e uma das principais medidas nesse sentido foi o Projeto Terra Legal - Lei 11.952/09, que editara a MP 458 que proporcionou a maior legalização de terras griladas da história do Brasil!

Com essa Lei, uma das principais conquistas democráticas da sociedade brasileira consagrada na Constituição de 1988, a saber, o princípio da função social da propriedade, está sob forte ameaça. Essa MP não só legalizou terras obtidas ao arpejo da lei através da grilagem, em particular na Amazônia e, assim, contribui para o desmatamento, para a concentração fundiária e, pouco se diz, retirou dos movimentos sociais um dos principais argumentos para a luta pela reforma agrária, a saber, que terra grilada, por ser ilegal, está sujeita à desapropriação por interesse social. Essa lei é o segundo grande golpe contra os grupos/classes sociais que vivem em situação de subalternização, depois que o Presiden-

te FHC, nos inícios dos anos 2000, baixara a Medida Provisória nº 2.183-56/2001, conhecida como MP das Ocupações, cujo objetivo explícito foi coibir a ação do MST¹². O mais recente golpe contra os interesses populares no campo e nas periferias urbanas¹³ é a Lei 13.465/2017 que permite, por exemplo, a venda de lotes dos assentamentos de reforma agrária, o que expõe as famílias que ocupam os 88 milhões de hectares de assentamentos rurais.

Sobre as Terras Indígenas observamos o mesmo movimento, ou seja, queda vertiginosa das homologações desde o 1º governo FHC, com sua quase nulidade no período de ruptura política.

No governo FHC, tivemos o maior número de Terras Indígenas - TI's - homologadas, totalizando 145 homologações. A queda durante os governos de Lula e Dilma é evidente: o primeiro homologou 79 TI's e o segundo 21. Durante os anos de ruptura política sob o governo de Michel Temer, foi homologada somente 1 (uma) TI em todo o território nacional. Segundo o Instituto

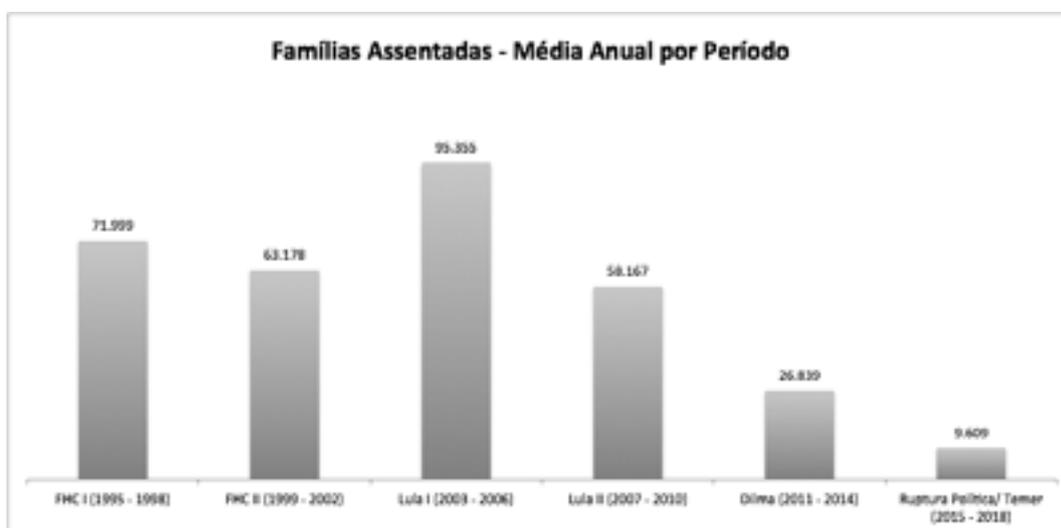


Figura 04. Fonte: Incra. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2019.

11 Fonte <http://www.incr.gov.br/tree/info/file/16335>.

12 Agradecemos ao geógrafo e professor Dr. Eraldo Ramos Filho, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), por essas informações.

13 Consultar <http://comcat.org/wp-content/uploads/2018/08/O-Termo-Territorial-Coletivo-TTC-Aplicado-a-aCC%80s-Favelas-Poderia-Resolver-a-Crise-Mundial-de-Moradia.pdf>

Socioambiental trata-se da Terra Indígena Baía dos índios Guató, em Mato Grosso¹⁴.

Além do descaso do Estado com a homologação das TI's, 2018 também foi marcado por uma aceleração do desmatamento nas Terras Indígenas na Amazônia, reconhecidas áreas mais preservadas pelas práticas culturais dos povos¹⁵.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA),

para 26,7 mil hectares.

É sabido que as TI's exercem um papel fundamental enquanto barreira ao desmatamento. Contudo, sobretudo no Pará¹⁶, o mercado ilegal de terras e madeireiros agem sob a omissão do Estado, quando não com a cumplicidade de seus agentes.

Sobre as Comunidades Quilombolas, o ano de 2018 foi marcado pelo corte no or-

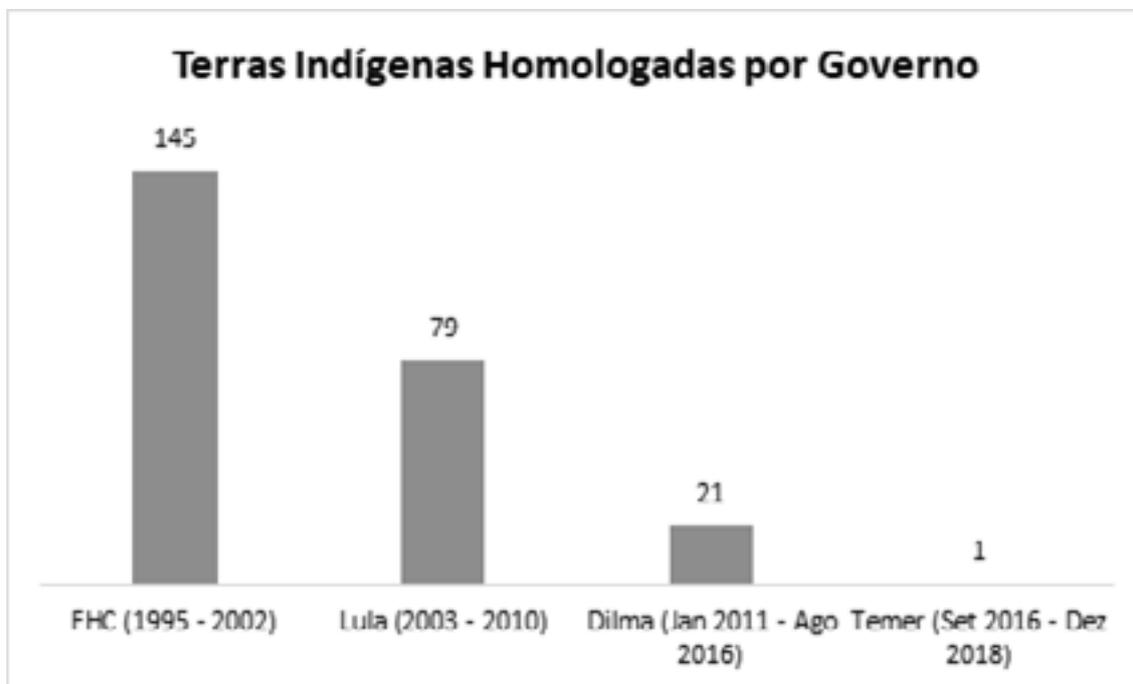


Figura 05. Fonte: CIMI, ISA, 2019. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2019.

a comparação entre o período de agosto de 2016 a julho de 2017 e o mesmo período de 2018, nos mostra que o desmatamento atingiu um crescimento de 124%, o que representa um salto de 11,9 mil hectares

çamento direcionado à titulação de seus territórios e pela diminuição dos processos de regularização, reduzida praticamente a zero¹⁷.

14 O decreto foi assinado por Temer durante a realização do 15º Acampamento Terra Livre - ação indígena que reuniu milhares de povos indígenas em Brasília em abril de 2018. O decreto homologou a demarcação da terra uma área de 20 mil hectares, no município de Barão do Melgaço-MT para posse permanente desse povo. Fonte <https://widgets.socioambiental.org/pt-br/placares>.

15 Fonte: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-em-terras-indigenas-cresce-124-mas-segue-concentrado-em-areas-criticas>.

16 Segundo o ISA - Instituto Socioambiental -, entre as dez TIs mais desmatadas em 2017-2018, seis estão no sudoeste do Pará

17 Para maiores detalhes consultar:

1- <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>;

2- <http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>;

3- <http://www.palmars.gov.br/>;

4- <http://cultura.gov.br/144-comunidades-quilombolas-foram-certificadas-em-2018%EF%BB%BF/>;

Segundo levantamento da Organização Terra de Direitos, com base em informações do Incra, a destinação de recursos públicos para a titulação de territórios quilombolas sofreu uma queda de mais de 97% nos últimos cinco anos. Em 2013 foram usados mais de R\$ 42 milhões para a desapropriação das terras onde estão os territórios quilombolas e este valor caiu para cerca de R\$ 1 milhão, em 2018.

Nos últimos 15 anos, 206 áreas quilombolas, com cerca de 13 mil famílias, foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão que executa a titulação das terras já identificadas e reconhecidas. Em relação aos processos de certificação, nos últimos 13 anos, 3.168 comunidades remanescentes de quilombos foram identificadas e certificadas. Quase 80% delas foi identificada a partir de 2003, quando foi editado o Decreto 4887, que estabeleceu os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas. No entanto, a destinação definitiva das áreas pleiteadas que se dá com a titulação mostra o quanto a colonialidade e seu racismo ainda prevalece na política brasileira: somente 6,5% das áreas identificadas e certificadas foram tituladas.

Ronaldo dos Santos, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq), avalia que:

“Conceitualmente, o decreto proporcionou avanços. Na prática, o decreto é só um instrumento, ele depende da operação da máquina estatal para que realmente se torne efetivo. E aí a gente entende que o racismo institucional ainda impera”.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), ins-

tituição responsável pela certificação das comunidades quilombolas no território brasileiro, emitiu certificado para apenas 144 comunidades e titulou somente quatro terras quilombolas em 2018, segundo a Comissão Pró Índio de São Paulo.

Advirta-se, no entanto, que mais que responsabilizar os governos por esses números, por maiores responsabilidades que possam ter, é preciso registrar que nesses anos em que maior foi a extensão de áreas desapropriadas e maior o número de famílias assentadas foram também os anos de maior mobilização dos movimentos sociais através de ocupações e acampamentos. Portanto, há uma correlação positiva entre mobilização social e conquista de terras. Mais adiante veremos que o número de ações dos movimentos sociais através de ocupações e acampamentos caiu de cerca de 700 ações em 2003 para 160 em 2018!

Intensificam-se as ocorrências de conflitos no campo em 2018

O ano de 2018 registra que as ocorrências de conflitos no campo aumentaram em 4%, em relação a 2017, passando de 1.431 ocorrências para 1.489.

As ocorrências dos conflitos específicos por terra apresentaram um aumento expressivo a partir de 2016, já no período da ruptura política (2015-2018). Enfim, os recentes anos de 2016, 2017 e 2018 são os que mais tiveram conflitos por terra no Brasil, como se pode notar na figura 06, a seguir.

Quanto às localidades onde ocorreram conflitos por terra (figura 07), apesar da queda do número de localidades em conflito em 2018 em relação ao ano anterior, 868 contra 882, em 2017, esse número mantém

5- <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas-e>; 6-<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>.

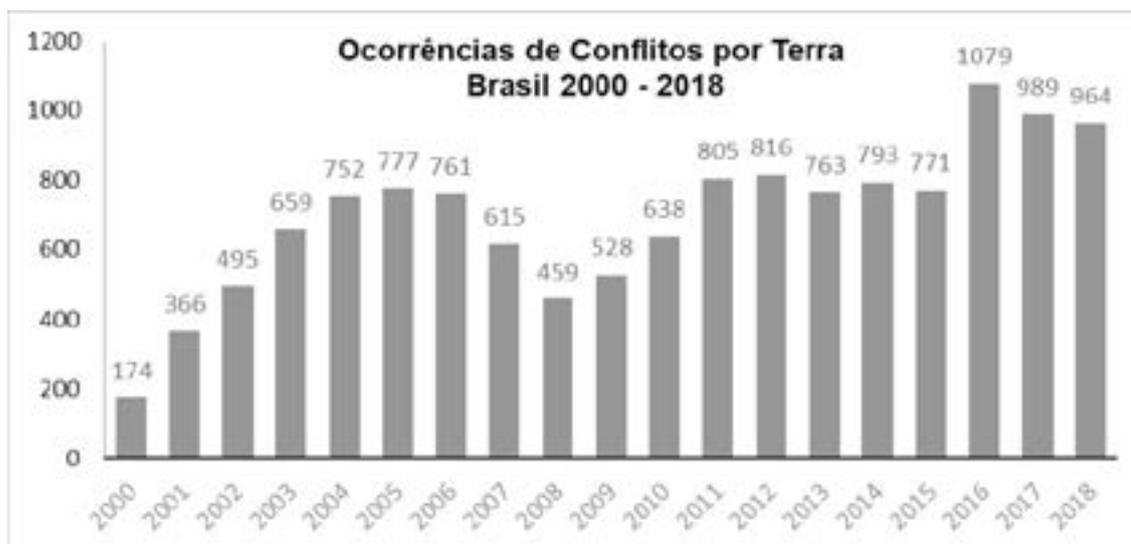


Figura 06. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF

elevada a tensão conflitiva que caracteriza o período de Ruptura Política (2015-2018), cuja média é 858 conflitos por terra/ano¹⁸, conforme se pode verificar na figura 07.

Em relação às localidades onde ocorreram conflitos por terra e água-terra¹⁹ em 2018, a região Nordeste se destaca com 43,1% do número total de localidades em conflito no país, seguida da região Norte, com 33,6%, pela região Centro-Oeste, com 15,2%, do

Sudeste com 13,7% e a região Sul, com apenas 3,4% das localidades em conflito por terra e água-terra no Brasil, conforme se vê na Tabela 03 e na figura 08.

No entanto, apesar da região Nordeste ter se destacado quanto ao número de localidades envolvidas em conflitos, o mesmo não se observa quando calculamos o Índice de Conflitividade que compara a proporção (porcentagem) da população rural de



Figura07.Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF.

18 Informe-se que uma mesma localidade pode registrar diversas ocorrências de conflito num mesmo ano. Eis a razão de distinguirmos ocorrências de localidades em que se registraram conflitos. A primeira nos indica o grau de intensidade dos conflitos e as localidades a amplitude geográfica das comunidades em conflito. Um registro completa o outro, como se vê.

19 Água – Terra refere-se as localidades onde ocorreram conflitos por terra e água.

cada região (ou de cada estado ou unidade federada) com a proporção das localidades da mesma região (ou de cada estado ou unidade federada) em que houve conflito. É a região Norte, que apresenta o maior Índice de Conflitividade, qual seja, 2.36. Chama a atenção, o Índice de Conflitividade da região Centro-Oeste, de 1.18, apesar

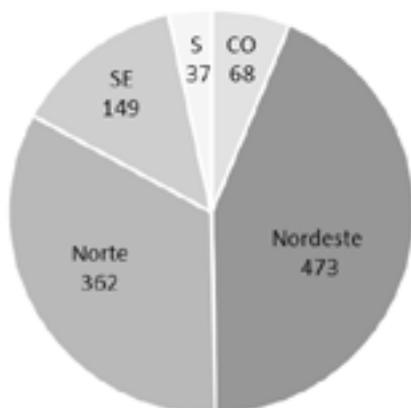


Figura 08. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino
Elaboração: LEMTO-UFF

da região não se destacar nacionalmente quanto ao número de pessoas envolvidas

Localidades com conflitos terra e água Regiões – Brasil – 2018

C-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
68	469	366	149	37	1089
15,2%	43,1%	33,6 %	13,7%	3,4%	100%

Tabela 03. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/
Elaboração: LEMTO-UFF.

em conflito, haja vista a relativa importância desta região quanto às localidades em conflito por terra e água-terra.

As demais regiões apresentam Índices de Conflitividade abaixo de 1, o que indica que sua contribuição para os conflitos é menor que a proporção de sua população em relação ao país.

Outro modo de aferir a intensidade dos conflitos e observar sua diferenciação na geografia social do campo brasileiro pode

ser obtido calculando alguns Índices de Conflitividade.

Começamos, nesse caso, comparando a proporção do número de pessoas envolvidas em conflitos por macrorregião em relação com sua proporção de população rural em relação (Tabela 04).

Índices de localidades com conflitos terra e água – pessoas envolvidas Regiões – Brasil – 2018

	C-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Pessoas Envolvidas	1.07	0.65	3.65	0.45	0.22
Localidade	2.7	1.4	0.7	1.6	1.1

Tabela 04. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino
Elaboração: LEMTO-UFF

Quanto ao Índice que mede a intensidade dos conflitos no campo com relação ao número de pessoas envolvidas, somente duas das macrorregiões apresentam índices altos, ou seja, acima de 1.0, o que sinaliza maior intensidade conflitiva e maior relevância da questão agrária, a saber, a região Centro-Oeste com Índice 1.07 e a região Norte com Índice Muito Alto, 3.65.

Vejamos, agora, esse mesmo Índice de Intensidade de Conflitos para todas as unidades federadas do país. O resultado é revelador. Por ordem de Intensidade, temos: Amapá – 19.6; Acre – 7.48; Rondônia – 4.11; Roraima – 3.63; Sergipe – 3.0; Tocantins – 2.33; Maranhão – 2.02; Mato Grosso – 1.83; Mato Grosso do Sul – 1.71; Amazonas – 1.62; Pará – 1.31 e o Espírito Santo – 1.03. Observamos que 12 Unidades Federadas, entre as 27 do país, que apresentam índices intensos, é dizer, acima de 1.0. Dessas 12 Unidades Federadas com Índices intensos, nada menos que 9 são amazônicas, a saber: todas da região Norte (7 ao todo), mais duas unidades federadas que fazem parte da Amazônia Legal: o Maranhão e o Mato Grosso. Somente duas Unidades Federadas com índice in-

tenso não são amazônicas: o Mato Grosso do Sul e o Espírito Santo.

Quando calculamos o Índice de Intensidade de Conflitos por Terra e Água-terra com base na proporção de localidades em conflito comparada com a proporção de pessoas envolvidas em conflito (Índice 2), os números surpreendem na medida que nos indicam que há uma proporção maior de localidades em conflito do que o número de pessoas nelas envolvidas em todas as regiões, exceto na região Norte. Nesse caso, a região Centro-Oeste se destaca pelo seu Índice mais elevado, de 2.66, seguido da região Nordeste, índice 1.38, e pelas regiões Sudeste, Índice 1.59 e pela região Sul, Índice 1.09. A única região que apresenta Índice abaixo de 1.0 é a região Norte, com Índice 0.65.

Esses Índices nos sinalizam que há um problema fundiário generalizado no país, sendo que a região Norte, e como vimos, toda região da Amazônia Legal, apresenta uma maior proporção de pessoas em relação às localidades em conflito, ao contrário das demais regiões.

No país das águas em abundância explodem os conflitos envolvendo água

Nos últimos anos muitos dos conflitos por terra vêm envolvendo explicitamente uma das suas principais qualidades metabólicas, qual seja, a água. O número de localidades implicadas em conflito que implica água apresenta, desde 2005, um aumento exponencial: passou de 71 localidades registradas para 276, em 2018, um aumento de mais de 289%. O ano de 2018 apresentou um aumento de 40,1% em relação ao ano anterior, conforme se verifica na figura 09. Tudo indica que a queda no preço das *commodities* em função da crise de 2008 tenha contribuído para esses números terem aumentado tanto desde 2010, sobretudo pela busca de aumento da produção

para compensar a queda dos preços e, ainda, pela necessidade de maior consumo de água derivado do incremento da exploração de minérios com menor teor. Os casos envolvendo a Cia. Vale, em Mariana, em 2015 e, recentemente, em 2019, em Brumadinho, ambos em Minas Gerais, são trágicos exemplos dessa hipótese.

Afinal, as jazidas de ferro em Minas Gerais têm cerca de 40% de teor, enquanto em Carajás, no Pará, o teor pode alcançar 66%. Ou seja, para obter o mesmo resultado de produção, as minas da Vale em Minas Gerais produzem 1/3 a mais de rejeitos que em Carajás, tendo de retirar minério em menor teor de um volume maior de rocha, o que necessariamente implica maior consumo de água.

As categorias sociais implicadas nos conflitos por terra e/ou água

Entre as classes proprietárias que vêm protagonizando conflitos por terra envolvendo água se destacam as Mineradoras implicadas em 135 localidades nesse tipo de conflito; os Empresários, em 74 localidades e as empresas Hidrelétricas em 31 localidades. Portanto, as empresas Mineradoras protagonizaram 50% das localidades com conflitos por água-terra, sendo que em 28 dessas localidades estavam implicadas Mineradoras Nacionais e, em 107 outras localidades as Mineradoras Internacionais.

Os Empresários protagonizaram outra parcela significativa dos conflitos por água-terra, estando implicados em 27,4% das localidades que tiveram esse tipo de conflito, enquanto as empresas Hidrelétricas estavam implicadas em outras 11,4% das localidades e os Fazendeiros em 10%.

O Governo e agentes públicos estiveram implicados em, pelo menos, três localidades em conflitos por água-terra, como na

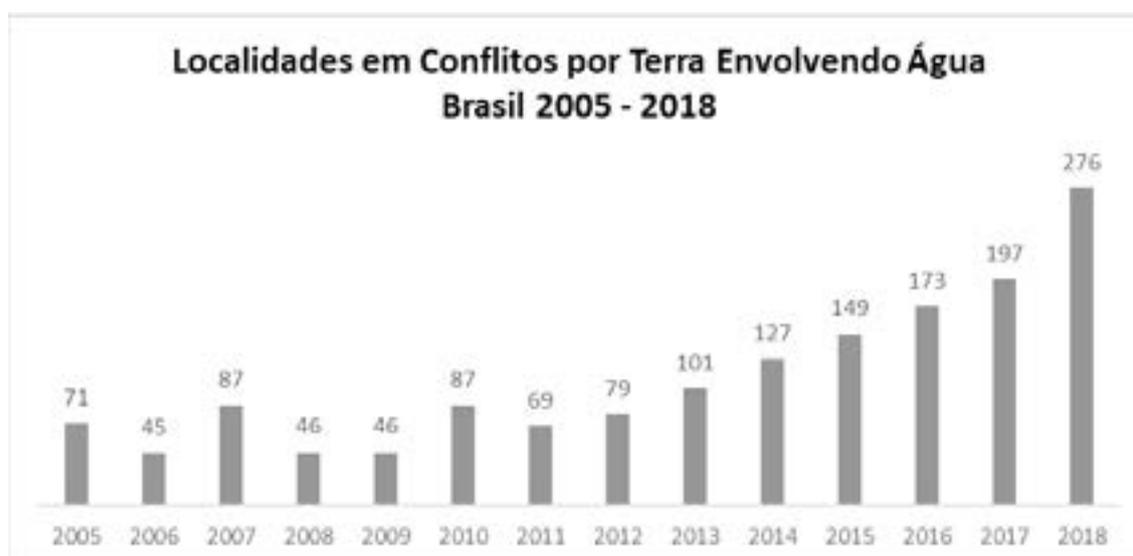


Figura 09. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF

Bahia, pela convivência com as grandes proprietárias na concessão de outorgas que ensejam conflitos entre, de um lado, grandes usuários que usam a água para fins de acumulação e, de noutro lado, usuários em que a água está destinada à reprodução da vida.

Já entre as categorias não-proprietárias ou em posse de uso real das condições metabólicas de produção/reprodução da vida e mesmo pequenos proprietários implicadas em localidades em conflito por terra-água em 2018, o destaque absoluto ficou por conta das Outras Populações Tradicionais (Ribeirinhos e Pescadores), implicadas em 80,5% das localidades com esse tipo de conflito, seguidos de longe pelos Assentados, implicados em 5,9% das localidades, dos Pequenos Proprietários, em 5,2%, dos Quilombolas, em 3,3% das localidades e dos Indígenas e Atingidos por Barragem, essas duas últimas categorias em 1,8% das localidades cada uma, e os Posseiros em 1,5%. Em suma, o total das populações tradicionais (Indígenas, Quilombolas, Posseiros e Outras Populações Tradicionais) estiveram implicadas em 87,1% das localidades em conflitos por terra-água. Tudo indica que o aumento da dependên-

cia da economia brasileira das exportações de *commodities* agrícolas e minerais, desde o Plano Real (1994), dependência essa que se acentuou com o *boom* da primeira década dos anos 2000 e se acentuou, ainda mais, no período da ruptura política, esteja subjacente a esse aumento tanto dos conflitos por terra, como dos conflitos pela água. Assim, os principais protagonistas e suas práticas implicadas em conflitos por água-terra são: (1) Empresários e Fazendeiros agronegociantes em sua ávida busca por terra-solo-fotossíntese e, consequentemente, por água com seus pivôs centrais, piscinões e outras técnicas para irrigação; (2) pelas Mineradoras protagonizando conflitos por terra-água para minerar o ferro, o manganês, o cobre, o ouro, o fosfato, a bauxita e outros minérios e sua demanda não só por área para abrigar os rejeitos e toda a logística necessária à atividade mineira, mas sobretudo para separar o minério propriamente dito dos rejeitos, o que aumenta a demanda por água cada vez que o teor de minério é menor; (3) pelas Empresas Hidrelétricas protagonizando conflitos por terra-água pela demanda de imensas áreas de terra que são alagadas que, assim, ficam impedidas de serem agricultadas e de produzir outra forma de

energia, qual seja, o alimento.

Assim, esses conflitos se dão (1) por inundações de áreas de comunidades ribeirinhas e de pescadores por hidrelétricas que, assim, não só impedem o alimento advindo da pesca dessas populações tradicionais, como também o cultivo das várzeas ocupadas tradicionalmente, (2) por poluição das águas por agrotóxicos e também por rejeitos de barragens de grandes empresas mineradoras (Vale do Rio Doce e a tragédia da Vale-Samarco em Mariana e adjacências em Minas Gerais, e da empresa norueguesa Hydro Alunorte, em Barcarena (PA)) e, ainda, (3) pelo uso intenso de água pelo latifúndio empresarial monocultor (agronegócio), como se viu no Oeste baiano, em Correntina (BA), por exemplo, ou pela mineração que disputa água com populações tradicionais como se viu em Angico dos Dias, município de Campo Alegre de Lourdes e Caitité, também na Bahia. Nesses dois casos, foi notória a ação de empresas de mineração em convivência com as autoridades (que deveriam ser) públicas.

Tanta terra, tanto conflito por terra ...

O ano de 2018 registra um acirramento dos conflitos por terra no Brasil. Com relação à extensão de terras (hectares) em disputa no território brasileiro, houve, de 2017 para 2018, um aumento da área em disputa de 6,5%, com cerca de 39 milhões e 425 mil hectares implicados em conflitos no campo, em 2018, contra 37 milhões e 19 mil hectares, em 2017. Registre-se que a área de 39 milhões e 425 mil hectares implicada em conflitos em 2018 corresponde a 4,6% da área total do país, o que dá a dimensão da importância da terra, e tudo que nela está implicado, na atual conjuntura brasileira. Permitam-nos frisar: em um só ano, cerca de 40 milhões de hectares, ou seja, 4,6% da área territorial do país, estava sendo objeto de disputa. Não há a menor dúvida que há uma questão (de reforma) agrária em aberto.

Observemos que o ano de 2015, que inaugura o período de ruptura política, viu a extensão – área - em disputa em conflitos no campo aumentar extraordinariamente em 163%, em relação a 2014, passando de 8 milhões e 134 mil hectares em conflito para 21 milhões e 387 mil hectares. Entre



Figura 10. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF.

2016 e 2017, o aumento na área em disputa foi de 56% e, como vimos, essa tendência se manteve em 2018, ainda que com um aumento menor, de 3%. Em suma, a área em disputa mantém, em 2018, o mesmo patamar elevado de extensão de terras disputadas em conflitos que se instalou com a ruptura política de 2015.

A região Norte, que abarca a Amazônia brasileira, teve 92% da extensão de terras implicadas em conflito no total do país, o que indica, de modo incontestável, a invasão que a região vem sofrendo. Registre-se que a região Centro-Oeste, com 4% da extensão total de terras em disputa no Brasil, em 2018, contribui para colocar a Amazônia em destaque, haja vista que o estado de Mato Grosso pertence à Amazônia Legal. A região Nordeste, que teve 3,7% da extensão total das terras em disputa no Brasil em 2018, também contribui para colocar a Amazônia em destaque, haja vista o número elevado de localidades em conflitos no Maranhão, estado que tem a maior parte da sua área também na Amazônia Legal.

A tabela 5 nos mostra a área em conflito por região.

Área em conflito por região – Brasil 2018 (1.000 hectares)

Região/Ano	2018	%
Centro-Oeste	1.571	4,0%
Nordeste	1.472	3,7%
Norte	36.238	92,0%
Sudeste	900	0,2%
Sul	520	0,1%
Brasil	39.425	100%

Tabela 05. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino
Elaboração: LEMTO-UFF.

O mapa de localidades com ocorrências de conflitos por terra dá uma visão esclarecedora desse caráter do movimento espacial atual da sociedade brasileira pós-ruptura política. O número de pessoas envolvidas em conflitos reitera essa dinâmica, ainda que em proporções um pouco diferentes.

Quem são as categorias sociais implicadas nos conflitos

Por todos os ângulos com que abordamos os conflitos até aqui, é possível afirmar não só que a conflitividade se intensificou no ano de 2018, como também se manteve o grau elevado de conflito e violência que caracteriza o contraditório processo de desenvolvimento capitalista moderno-colonial no campo brasileiro que vem se desenhando desde 2015, com o processo de ruptura política.

Como se vê, o processo de ruptura política que ocorreu nas esferas da superestrutura política, isto é, no Palácio do Planalto, no Legislativo e no Judiciário, foi protagonizado pelos mesmos grupos/classes sociais que vêm promovendo ações de violência no mundo nos territórios que caracterizam o mundo não-urbano brasileiro²⁰, a saber, nos assentamentos, nos acampamentos, nos quilombos, nas terras e territórios indígenas, além das terras e territórios das múltiplas campesinidades que caracterizam nossa sociedade como seringueiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, mulheres catadeiras de mangaba (mangabeiras), faxinalenses, ribeirinhos, retireiros, camponeses de fundo e de fecho de pasto, geraizeiros, caiçaras e muitas outras formas sociais camponesas.

Atentemos, agora, para os protagonistas e para os grupos/classes sociais implicados nos conflitos no campo brasileiro.

20 A julgar pelas investigações que ligam ações de milicianos a políticos eleitos no Rio de Janeiro, como indicam as investigações do assassinato de Marielle Franco, essas mesmas forças políticas também vêm operando contra as populações pobres das periferias urbanas.

A distinção conceitual entre protagonistas e os grupos/classes sociais implicados nos conflitos se deve ao fato de que, em todo conflito, é possível identificar a categoria social que tomou a iniciativa – protagonista – e os demais grupos classes sociais implicados na condição de quem sofre os efeitos de uma ação que deu início ao conflito. Os conflitos podem ser protagonizados: 1- pelas classes proprietárias identificadas como Empresários, Fazendeiros, Grileiros, Mineradoras, Madeireiros e (empresas) Hidrelétricas ou pseudo-proprietários, como os Grileiros; 2- pelo Poder Público, seja pelos governos em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) por iniciativa (ação-inação) no despejo de famílias e comunidades, seja pelo judiciário com mandados de reintegração de posse ou mesmo de prisões e por agentes públicos, como policiais e políticos e; 3- resistência de grupos sociais não-proprietários em luta por terra e território, com ações de ocupações e retomadas de terras-territórios, seja por grupos sociais em posse real de uso tradicional das terras-águas-vida.

A figura 11 - Protagonistas nos Conflitos por Terra – Brasil 2003-2018 - nos mostra na parte inferior das barras, mais escura o número de ações de resistência, seja através de Ocupações, Retomadas ou Acampamentos e, na parte superior das barras, mais clara o número de conflitos cuja iniciativa coube ao Poder Privado, através de expulsões, ameaças de expulsões ou assassinatos, ou coube ao Poder Público, através de ordens de despejo ou prisões, quase sempre em ação combinada do poder judiciário e do poder executivo.

Como se pode notar, somente no ano de 2003 as iniciativas nos conflitos couberam majoritariamente aos grupos/classes sociais não-proprietárias, aos movimentos sociais. Desde 2004, os conflitos no campo brasileiro são causados, majoritariamente, não pela ação dos movimentos sociais e comunidades em luta pela terra e/ou por território, mas sim pela ação do Poder Privado, com destaque para Fazendeiros, Empresários, Grileiros e Mineradoras ou pelo Poder Público, seja pelo judiciário por meio



Figura 11. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF.

de ações de despejo, seja por negligência no cumprimento de suas obrigações legais, quase sempre em conivência com o poder privado, como se vê nas situações de grilagem, fenômeno que, por definição, implica negligência do poder público.

Assim, desde 2003, o primeiro ano do governo Lula da Silva, os movimentos sociais vêm perdendo relevância como protagonistas dos conflitos, haja vista que, desde então, suas ações caíram de 700 iniciativas de ocupações retomadas e de acampamentos para apenas 160, em 2018, ou seja, um número que corresponde a 22,9% das ações que protagonizavam em 2003. Por outro lado, o número de ocorrências de conflitos por terra protagonizado pelas classes proprietárias e seus apoiadores aumentou significativamente desde 2003 passando de 697 naquele ano para 964 em 2018, um aumento de 27,7%.

Em outra perspectiva, e com base na mesma figura 11, podemos verificar que em 2003 para cada conflito protagonizado pelo Poder Privado e pelo Poder Público (697) foi registrado praticamente o mesmo número de conflito protagonizados por parte dos movimentos sociais (700). Já no ano de 2004, essa proporção se desequilibra passando as ações das classes proprietárias e do Estado a ser praticamente o dobro das ações dos movimentos sociais, ou seja, 1,8 vezes maior do que a ação dos movimentos sociais em luta pela terra-território.

Essa proporção entre as ações do Poder Privado e do Estado aumenta exponencialmente ao longo de toda a série histórica alcançando a desproporção de 6 por 1, isto é, para cada 6 conflitos protagonizados pelas classes proprietárias e pelo Estado somente um conflito foi protagonizado por movimentos sociais, o que não deixa a menor dúvida de que é a violência do Poder Privado e do Poder Público a principal responsável pelo aumento dos conflitos

no campo brasileiro. Somente no ano de 2018, o poder privado foi responsável pela expulsão de 2.307 famílias e o poder público por despejar 11.289 famílias.

Entre as categorias sociais das classes proprietárias e pseudo-proprietárias que mais estiveram implicadas em ações de violência, entre 2015 e 2018, se destacam os Fazendeiros, com 45% das iniciativas de ações de violência, os Empresários, com 23,9%, seguidos pelos Grileiros, com 15%, Mineradoras com 7,6% e dos Madeireiros com 7,6%.

Quando analisamos o ano de 2018 em comparação com a média anual da participação dessas mesmas categorias no período de ruptura política, chama-nos a atenção, em 2018, o aumento exponencial das Mineradoras de 182% e dos Empresários com um aumento de 36% em relação à média anual do período 2015-2018.

As demais categorias apresentaram diminuição não só em termos relativos (%) como também absolutos.

Consideremos nessa análise que a categoria Empresário apresenta uma sutileza ideológica em relação à categoria mais tradicional de Fazendeiro o que, inclusive, transparece na identidade de agronegócio, haja vista que, cada vez menos, se diz agricultura. O caráter de negócio, moderno, parece se sobrepor ao de cultura e, por isso, se dizem cada vez menos agricultores e Fazendeiros e, cada vez mais, Empresários do agronegócio, embora não se reivindicuem agronegociantes.

Essa autoimagem tão destacada do agronegócio talvez nos ajude a entender a naturalização da violência derivada da colonialidade do saber e do poder que a expressão guarda, a saber, no agronegócio é o negócio que se destaca e negócio é a negação do ócio, *negotium* (neg+otium)

do latim. Talvez, por isso, combatam com tanta ênfase as populações tradicionais, os indígenas e os quilombolas com seus tempos lentos, entendidos como preguiçosos e ociosos. Embora se viva o paradoxo do *time is money*: afinal tempo pode ser medido assim como o dinheiro e, assim, se pode dizer que tempo é dinheiro. Já a riqueza, como diz qualquer bom livro de economia ou de boa filosofia, é aquilo que se desfruta. Assim, se tempo é, ele mesmo, riqueza, a rapidez e a velocidade são um contrassenso.

Foram registradas, em todo o período de 2015-2018, um total 3.175 de ações violentas protagonizadas pelo Poder Privado e pelo Poder Público e/ou seus agentes, o que nos dá a média anual 795 (vide tabela 06).

Um dos registros que melhor capta as ações violentas das classes proprietárias

**Famílias expulsas por região – Brasil
2017-2018**

Região	2018	% Brasil
C. Oeste	574	24,9
Nordeste	31	1,3
Norte	837	36,3
Sudeste	820	35,6
Sul	45	2,0
Brasil	2307	100

Tabela 07. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino
Elaboração: LEMTO-UFF

A geografia da violência das classes proprietárias fica visível no mapa que segue abaixo que registra, na extensão territorial das mesorregiões, a intensidade dessa violência através das expulsões e ameaças de expulsão no período da ruptura política e, em círculos, registra as mesmas ocorrências de violência do Poder Privado no ano de 2018. Queremos chamar a atenção do leitor para amplitude de mesorregiões de maior intensidade (mais escuras no mapa)

**Categorias sociais implicadas nos conflitos por terra
Classes proprietárias e pseudo-proprietárias
Brasil: média 2015-2018 e 2018**

	Empresários	Fazendeiros	Grileiros	Madeireiro	Mineradoras	Total
2015-18	190	357	120	61	67	795
2018	260	328	92	57	189	928
Variação %	+ 36,9%	- 08,1%	- 23,3%	- 10,1%	+ 182%	+16,%%

Tabela 06. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF.

ou pseudo-proprietárias, ou seja, a violência do poder privado, é o registro das ocorrências de expulsões, das ameaças de expulsões e do número de famílias expulsas. O número de famílias expulsas pela ação do poder privado no campo aumentou 59% em relação a 2017.

Três regiões foram responsáveis pela maior parte das expulsões, como se vê na tabela 7 e na figura 12 a seguir, a saber, a região Norte, com 36,3% das famílias expulsas; a região Sudeste, 35,6 % e a região Centro-Oeste com 24,9%.

na Amazônia, sobretudo no Mato Grosso, em Tocantins, no Sul e Sudeste do Pará, no Maranhão, no vale do Purus, no Acre Ocidental e no Amapá. Destaque-se, ainda, a violência do Poder Privado no Matopiba, no Oeste baiano e no vale do São Francisco, onde avança celeremente o agronegócio, sobretudo nos cerrados do Oeste baiano, onde tem sido grande a r-existência dos geraizeiros e dos camponeses e camponesas de fundo e fecho de pasto. Chama a atenção, ainda, o litoral da Bahia, sobretudo o Sul do estado, além do eixo em torno da construção da FIOCRUC que tem sido um eixo de conflito e violência.

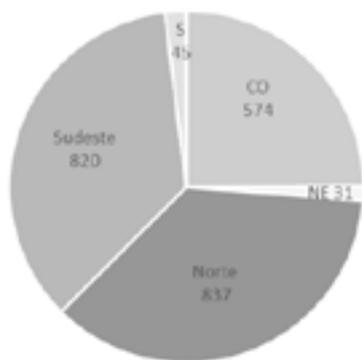


Figura 12. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/
Elaboração: LEMTO-UFF

Localidades com conflitos terra e água

Três categorias das classes proprietárias – Fazendeiros, em 328 localidades, Empresários, em 260 localidades e Mineradoras, em 189 localidades, se destacam no con-

junto dessas classes reunindo juntas 71% do total de todas as localidades em que protagonizaram alguma ação de violência em disputa por terra e água-terra.

Essas três categorias somadas predominaram amplamente em todas as regiões brasileiras em relação às outras categorias Madeireiros e Grileiros, com mais de 90% das localidades em que protagonizaram algum tipo de ação violenta (96,6% na região Sudeste; 94,1% na região Sul e 91,7% na região Nordeste). Na região Centro-Oeste predominaram com 86,4% e na região Norte com 70,9%.

Ressalte-se pelas implicações diferenciadas da natureza dos conflitos que, na região Norte, são as categorias dos Grileiros e dos Madeireiros somados que se sobressaem em relação aos Empresários e às Mineradoras chegando a se aproximar dos

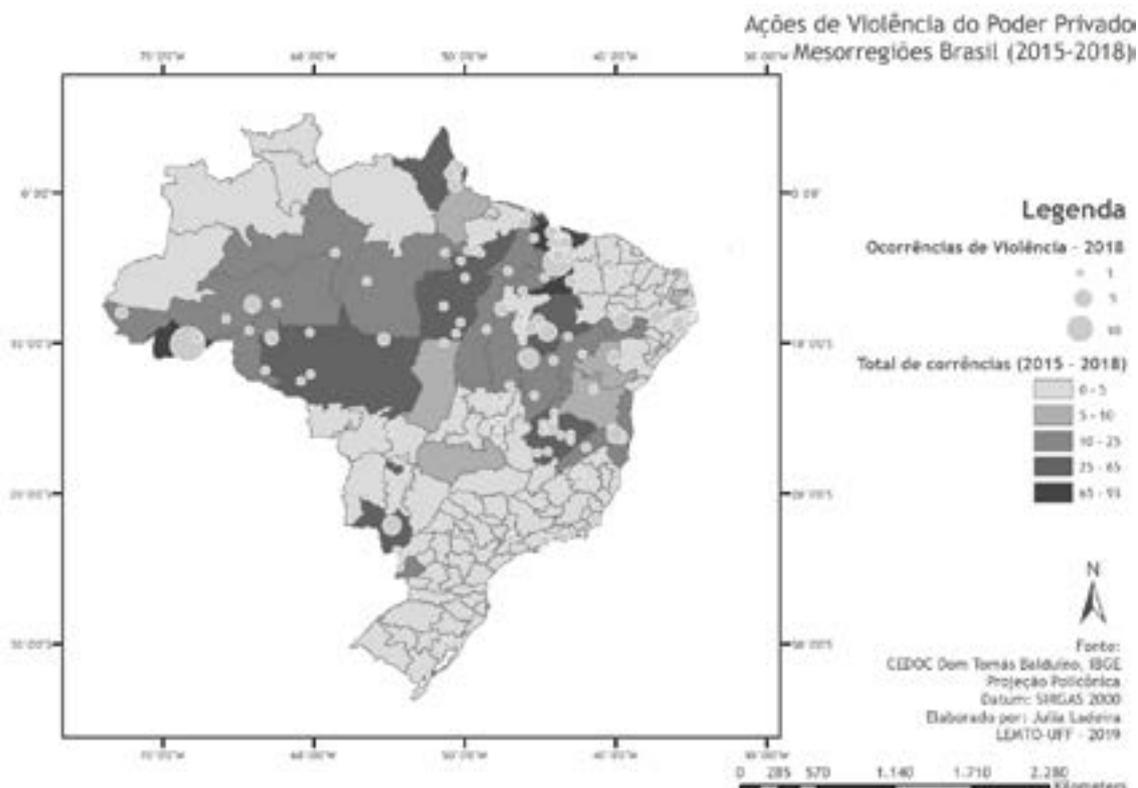


Figura 13. CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF.

**Violência das categorias sociais grandes proprietárias e pseudo-proprietárias
Brasil - 2018**

	C-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	%
Empresário	07	161	95	20	08	260	23,9%
Fazendeiro	44	142	108	26	08	328	30,1%
Grileiro	08	31	48	05		92	8,4%
Madeireiros	04	12	41			57	5,2%
Mineradora	-	62	39	88		189	17,4%
Outros + S.I.	01	02	28		01	26	3,0%

Tabela 08. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF

Fazendeiros (99 contra 108). Isso nos indica um intenso processo de tentativa de expropriação de terras em posse real de uso de comunidades várias, de camponeses, quilombolas e indígenas e avanço devastador contra a floresta e campos de ocupação rigorosamente milenar: a presença humana registrada na Amazônia brasileira remonta a 11.200 anos, em Monte Alegre, Pará. Sublinhemos que estamos diante de matrizes de racionalidades distintas entre, de um lado, grupos que se relacionam com a terra e tudo que nela está implicado enquanto metabolismo, é dizer, com terra-solo-água-biota/biocenose/fotossíntese enquanto condição de produção/reprodução da vida e, de outro lado, grupos/classes sociais que veem a terra e tudo que nela está implicado como recurso natural, é dizer, como todo recurso é um meio para um determinado fim e, no caso das classes que vêm protagonizando a ocupação capitalista moderno-colonial da Amazônia, esse fim é ganhar dinheiro que, como equivalente geral, se abstrai da concretude da riqueza da terra e tudo que nela está implicado como condição metabólica, é dizer, de reprodução da vida. A fratura metabólica é o efeito concreto dessa abstração, como se vê amplamente com a devastação de rios e florestas, onde o ecocídio vem acompanhado de etnocídio, quando não de genocídio e, pouco se diz, de epistemicídio porque implica o olvido dos conhecimentos ancestrais que, como vimos, remonta a mais de

10.000 anos. Ignora-se que esses povos/comunidades/grupos sociais em posse real de uso tradicional pudesse viver a região sem saber pescar, sem saber coletar, sem saber caçar, sem saber cuidar dos animais (pecuárias), sem saber cuidar das plantas e sem saber cultivar (agriculturas), sem saber se curar (medicinas), sem saber se proteger das intempéries (arquiteturas), sem saber relacionar-se enquanto mulheres e homens instituindo regras, enfim, sem saber, sem saberes, sem sabores.

Destaquemos, ainda, o amplo predomínio das Mineradoras na região Sudeste, ainda por conta das inúmeras comunidades ribeirinhas e de pescadores, além dos pequenos proprietários, que ainda lutam por sua dignidade em função dos efeitos do crime da Vale-Samarco-BHP Billiton no Vale do Rio Doce, caso Mariana.

Tudo indica, até pelos recentes desdobramentos de Brumadinho, que a empresa Vale abandonou definitivamente qualquer relação de respeito à região do vale do rio Doce e mesmo ao nome do rio que um dia lhe inspirou o nome: Cia Vale do rio Doce. A empresa se alienou de qualquer relação com a própria realidade metabólica que um vale enseja com suas encostas, suas matas e sua bacia hidrográfica, condições metabólicas essas que, durante milhares de anos, os indígenas, como os Krenak, por exemplo, e centenas de anos as comu-

nidades ribeirinhas e quilombolas, se relacionaram enquanto suas condições de reprodução da vida se alimentando de seus peixes, da fertilidade de suas várzeas e de suas matas, a Mata Atlântica, praticamente toda desmatada para beneficiar os negócios e os negociantes da mineração, sobretudo. A Vale, tudo indica, se abstraiu no valor de suas ações na bolsa e já não sabe o que é um vale enquanto condição metabólica da vida, daí o colapso ambiental, a fratura metabólica que Mariana e Brumadinho são trágicos e criminosos exemplos²¹.

É importante que se registre, ainda, que todas as classes proprietárias e pseudo-proprietárias que protagonizaram conflitos em disputa por terra e água o tenham feito contra as Populações Tradicionais, predominantemente, conforme podemos verificar:

1- Os Empresários²² e Fazendeiros, em 423 localidades cometeram ações de violência em disputa por terra e/ou água sendo, em 72,8% das localidades em que estiveram implicados o fizeram contra Populações Tradicionais em uso real de suas condições metabólicas de produção/reprodução, a saber: Posseiro em 145, Quilombola em 64, Indígenas em 51 e em 162 localidades contra Outras Populações Tradicionais. Em outras 27,2% das localidades em que os Empresários e Fazendeiros cometeram alguma ação violenta foram contra outras categorias sociais em luta por terra e/ou água: em

112 localidades contra os Sem-Terra, em 38 contra os Assentados e em 8 outras localidades contra Pequenos Proprietários.

2- As Mineradoras, se envolveram em conflitos por terra e/ou água em 188 localidades sendo que, em 156, contra Populações Tradicionais, ou seja, 83% do total e, em 32 localidades, ou seja, em 17%, contra outras categorias sociais em luta por terra e/ou água. Saliente-se a voracidade com que as Mineradoras se envolvem em disputa por água: em 72,3% das localidades em que as Mineradoras protagonizaram conflitos, a água esteve implicada diretamente, seja impedindo o acesso à água às comunidades ribeirinhas, de pescadores e de vazanteiros, seja poluindo as águas, seja pelo não-cumprimento de procedimentos legais, como na maior parte dos conflitos ocorridos em 2018 em Minas Gerais e Espírito Santo, ainda pelos efeitos da criminosa ação da Vale-Samarco-BHP Billiton no vale do rio Doce.

Um gravíssimo caso de agressão à vida e à dignidade dos povos tradicionais se deu em Barcarena, Pará, provocado pela maior empresa do mundo de exploração de bauxita/alumina (matéria-prima para produção de alumínio): a empresa norueguesa Hydro Alunorte. Sob investigação desde 2017, a empresa é acusada de ter dutos irregulares e utilizá-los para despejar água contaminada no rio Pará, em Barcarena. A Hydro Alunorte foi alvo de uma denúncia de que a região da refinaria estaria contaminada com água tó-

21 Devemos registrar as profundas implicações da submissão das diferentes atividades produtivas ao capital financeiro. O capital financeiro opera com a fórmula geral D-D' e, nesse sentido, se abstrai do mundo da riqueza concreta que, necessariamente, passa pelas condições materiais de produção/reprodução da vida no capitalismo D-M-D', sendo que esse M entre dois dinheiros implica a agricultura, a indústria e o conjunto das atividades extrativas. Sendo assim, os territórios em suas dimensões mais profundas metabólicas e culturais ficam subordinados aos controladores dos rendimentos das ações com seus tempos próprios de trimestres e valorizações anuais dos investidores. A busca de rendimentos cada vez maiores medidos em dinheiro, equivalente geral, logo abstrato, implica o colapso das condições concretas metabólica e culturais nos territórios. Nas palavras de Luiz Gonzaga Beluzzo: "Os representantes dos fundos exercem rígido controle sobre os resultados financeiros e são, eles mesmos, controlados pela ditadura dos resultados trimestrais que informam os analistas de mercado encarregados de classificar as ações das companhias listadas nas bolsas de valores. Nos anos 1960, um investidor carregava seu portfólio de ações por nove ou dez anos. Hoje, o prazo médio é um ano". O título do artigo de L. G. Beluzzo é "Brumadinho e o Capitalismo" foi publicado na Carta Capital em 20 de fevereiro de 2019 e consultado em <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/brumadinho-e-o-capitalismo/>

22 Inclui as empresas Hidrelétricas.

xica e que as comunidades que habitam aquela área estavam expostas a elementos como chumbo e altos níveis de nitrato, sódio e alumínio causadores de danos à saúde. E, mais, a empresa se vê implicada em denúncias graves de violência. Paulo Sérgio Almeida Nascimento, um dos representantes da Associação dos Caboclos, indígenas e Quilombolas da Amazônia (CAINQUIAMA), desde de 2017 cobrava da prefeitura de Barcarena a autorização para construção das bacias de rejeito que a empresa alega possuir: foi assassinado com quatro tiros. Segundo a CPT, “a execução, infelizmente, não surpreende”. Em documento protocolado pelo 2º promotor de Justiça Militar, Armando Brasil Teixeira, em 19 de janeiro de 2018, foram pedidas “garantias de vida aos representantes da referida associação” diante das ameaças que estavam recebendo. Em 6 de fevereiro, o pedido, no entanto, foi negado por Jeannot Jansen, então Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará.

Dias antes, outro representante da CAINQUIAMA, Bosco Oliveira Martins Júnior, com ajuda do advogado Ismael Moraes, também havia protocolado um pedido de proteção junto ao Governo do estado do Pará, o que também foi ignorado. Apesar do documento listar ameaças feitas via mensagens de WhatsApp e também relato de casos pessoais, inclusive de um capitão da Polícia Militar (PM) identificado como “Gama” e outro militar identificado como José, o parecer do Secretário do estado, Sr. Jeannot Jansen foi negativo, obrigando Bosco e sua família a saírem de Barcarena e se esconder em outro lugar para sobreviver²³. “Parece que a empresa não age assim na Noruega”, afirmou o promotor de Justiça de Barcarena, no Pará, Laércio de Abreu em entrevista à Revista EXAME. Enfim, as mesmas práticas de violência das oligarquias tradicionais são reproduzidas por empresas modernas transnacionais colo-

niais, como sempre.

Não podemos deixar de alertar para a importância que os movimentos sociais têm ao apontar para a sociedade as contradições do processo de desenvolvimento capitalista moderno-colonial em curso que, fossem suas denúncias e ações devidamente consideradas, evitar-se-iam casos não só como os de Barcarena, de Mariana-Vale do Rio Doce e de Brumadinho. Esse aspecto deve ser enfatizado, sobretudo na atual conjuntura, pelas gravíssimas ameaças políticas que pairam contra os movimentos sociais, como a lei antiterrorista decretada ainda no Governo Dilma Rousseff para proteger os investidores das Olimpíadas e da Copa do Mundo, e que agora ganha forte ímpeto no novo governo que associa diretamente movimento social com comunismo e terrorismo. Insistimos, fossem consideradas devidamente as ações dos movimentos sociais e, com certeza, não teríamos as tragédias-crime de Mariana, de Brumadinho e de Barcarena, para no atermos àquelas promovidas por Mineradoras.

3- Os Madeireiros protagonizaram ações violentas em 56 localidades, sendo que em 83,9% dos casos contra Populações Tradicionais, com destaque para os Indígenas implicados em 27 localidades do subgrupo das Populações Tradicionais, ou seja em 57,4% das localidades desse subgrupo, e ainda para os Posseiros implicados em 16 localidades do mesmo subgrupo, isto é, em 43% das localidades desse subgrupo. Registre-se que 100% dessas localidades estavam na Amazônia Legal, o que sinaliza para gravidade do avanço/invasão dos Madeireiros contra a floresta amazônica e seus povos.

Sobre as violências dos pseudo-proprietários, os grileiros, e suas implicações necessárias com o poder constituído

23 Consultar : <https://exame.abril.com.br/brasil/da-noruega-ao-para-as-contradicoes-da-hydro-alunorte/> e também <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4502-mineradora-hydro-alunorte-anuncia-suspensao-de-operacoes-no-para>.

Um Pouco da Geografia da Grilagem

Em 91 localidades foram registradas ações violentas em disputa por terra e/ou água protagonizadas por pseudo-proprietários, isto é, por Grileiros. Em 59,1% das localidades foram as populações tradicionais que sofreram/r-existiram a essas incursões contra seus territórios. Dessas localidades, em 27 delas foram os Posseiros os implicados, os Indígenas em 9 localidades, os Quilombolas em 7 e as Outras Populações Tradicionais em 11 localidades. Registre-se que 79,6% localidades em que os Grileiros protagonizaram alguma ação de violência estavam na Amazônia Legal (PA – 16, MA – 15, AM – 13, TO – 08, AP – 06, RO – 04 e AC – 01).

Os grileiros e suas implicações necessárias com o poder constituído: a violência do poder público e seus agentes

Registre-se que, em 2018, foram contabilizadas 131 localidades em que houve algum conflito por terra e/ou água em que o Governo ou Agentes Públicos estavam envolvidos, protagonizando alguma ação que deveria ser em nome da prerrogativa do monopólio do uso da força que a lei atribui ao Estado.

E aqui reside o verdadeiro nó das relações sociais e de poder que envolve o estado brasileiro e do papel que as oligarquias fundiárias cumprem na conformação do bloco de poder que nos governa há 500 anos.

Registre-se que nas ações protagonizadas por Grileiros, o Estado, de algum modo, está sempre direta ou indiretamente implicado na medida em que a grilagem se caracteriza justamente por serem terras juridicamente podres, isto é, mal administradas pelos órgãos/agentes que (que de-

veriam ser) públicos.

Sendo assim, o Estado é, no fundo, o grande responsável pela intensa e tensa conflitividade que caracteriza o campo brasileiro, na medida em que deixa de cumprir com a própria legalidade que, por princípio, está investido, como a de arrecadar as terras devolutas em boa parte em posse real de uso de comunidades tradicionais cujo direito, assim, antecede o Estado enquanto direito originário que, conceitualmente, não se resume aos povos indígenas como a lei reconhece. No entanto, o Estado não o faz pelo fato de historicamente ser capturado pelas oligarquias que têm na própria concentração fundiária uma das suas principais fontes de poder²⁴.

Conflitos envolvendo governo ou agentes públicos

C-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	% Brasil
04	59	38	10	20	131	12,1%

Tabela 09. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino
Elaboração: LEMTO-UFF

O fenômeno da grilagem de terras é a melhor expressão da cumplicidade entre o *poder de facto* e o *poder de jure*. A facilidade com que o poder judiciário exara ordens de reintegração de posse, e a rapidez com que o faz, são expressão da dupla velocidade com que o estado se move: veloz, quando em defesa do andar de cima, e lento quando se trata dos interesses dos grupos/classes sociais em situação de subalternização, isto é, de opressão/exploração. Não estranhemos, pois, quando a impunidade seja reconhecida amplamente como algo que estrutura nossa vida societária.

Sabemos como a propriedade da terra é um valioso instrumento para se apropriar da renda da terra, particularmente importante num país como o Brasil, em que o

²⁴ Karl Marx, formado em Direito, dizia que o direito não tem história. Segundo ele, seriam os homens através de suas relações sociais (e de poder) que criam o direito e não o contrário.

Estado tem forte componente patrimonialista, posto que capturado pelos interesses privados, particularmente dos grandes proprietários de terra, os Donos do Poder conforme a consagrada expressão do jurista Raimundo Faoro. O Plano Real (1994), por exemplo, colocou o estado a serviço dos grandes grupos financeiros submetendo a sociedade brasileira, sobretudo a grande maioria que não pode especular com os títulos da dívida pública, às maiores taxas de juros do mundo, digna de agiotas, e intermediando a favor dos interesses dos grandes exportadores de produtos primários agropecuários e minerais, como a Lei Kandir²⁵ e através de outros fortes subsídios.

Recentemente, em fevereiro de 2019, a atual Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, cometeu o que bem merece o neologismo de sincericídio, isto é, uma sincera declaração do que, em linguagem popular, se chama “mamar nas tetas do Estado”, ao criticar as ações do Ministro da Economia Paulo Guedes, de destinar o subsídio que hoje é direcionado para os grandes produtores, para fortalecer o seguro agrícola. Disse a Ministra:

Temos que ter muito cuidado porque estamos falando de 20% do PIB, que é o agronegócio que faz. Como é que isso vai se dar? Em quanto tempo isso vai acontecer? É uma medida radical? Eu brinco até que é um desmame. Você pode fazer o desmame radical e o controlado. Ainda está muito no campo das nossas ideias de lá e de cá. As nossas equipes estão sentando agora para discutir²⁶.

A Ministra se referia explicitamente aos 191 bilhões de reais (aproximadamente 50 bilhões de dólares estadunidenses) dispo-

níveis para os agronegociantes com o Plano Safra.

Recentemente, a ganância dessas oligarquias teve seu apetite aguçado pelas grandes oportunidades de demanda de matérias primas agrícolas e minerais do mercado mundial, o que tem alimentado o crescimento dos conflitos e da violência, seja pela servidão voluntária de nossas elites que procuram oferecer facilidades para os investimentos externos, sobretudo para fundos de pensão atraídos para compra de terras como ativos financeiros, como se viu na região do Matopiba.

Na região do Matopiba muitas dessas empresas estrangeiras vêm negociando diretamente com grileiros, segundo Fábio Pitta, Pós-doutorando em Geografia Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Dentre as 13 fazendas compradas pela Tellus – empresa criada pelo TIAA-CRE, fundo de pensão privado criado para gerir as economias de professores universitários dos Estados Unidos -, estão as fazendas Ludmila e Laranjeiras, no município de Santa Filomena, Piauí e as fazendas Sagitário e Marimbondo, na cidade de Balsas e Alto Parnaíba, no Maranhão.

O pesquisador assinala que estas áreas estão em locais de Chapada, “onde só haviam terras devolutas”, e revela “casos de expropriação violenta em áreas onde surgiram novas fazendas, algumas recentemente adquiridas pela Radar S/A e pela Tellus S/A. Essas fazendas foram negociadas através de uma figura conhecida como ‘O Maior Grileiro de Terras da Região’ do sul do Maranhão e do Piauí”²⁷.

25 A Lei Kandir, lei complementar nº 87/1996, isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. A lei tem este nome em homenagem ao seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir do PSDB.

26 “Desmame de subsídios não pode ser radical”. Jornal O Estado de São Paulo, 11 de fevereiro de 2019. Consultar <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desmame-de-subsidios-nao-pode-ser-radical-diz-ministra-da-agricultura>

27 Fundos de pensão estrangeiros grilam terras na região do Cerrado. Brasil de Fato. Belém (PA), 7 de feverei-

Para Maurício Correia, advogado da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) da Bahia, há vários casos de grilagem de terras na região do oeste da Bahia. Um deles é referente à matrícula 2280, registrada no cartório Santa Maria da Vitória. Segundo ele, um casal de advogados que atuava na região a mais de 30 anos registrou em seu nome uma área de mais de 150 mil hectares distribuídos em diferentes municípios da região e, assim, “regularizou-a”, em outras palavras, grilou-a. O mesmo advogado cita outro caso, o da fazenda Campo Largo, localizada na divisa entre os municípios de Mansidão, Cotegipe e Barra, em que a fazenda teria uma extensão de 130 mil hectares. A Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) fez a mediação da área e, por meio de uma ação discriminatória, “constatou que a área foi grilada”. Registre-se que o pretense-proprietário dessa área, é a empresa Caracol Aguiar, controlada por um Fundo de pensão dos professores universitários da Universidade de Harvard nos EUA, o TIAA-CRE.

Muitos investidores internacionais, inclusive fundos de pensão, denunciados por comprarem terras griladas, vêm candidamente se defendendo afirmando que seus títulos são juridicamente bons, ignorando que boa parte das terras no Brasil não são recuperadas pelo Estado, conforme determina a lei, assim como são muitos os casos que vêm a público onde há cumplicidade de empresas ligadas a esses fundos de pensão que mantêm relações com agentes públicos que agem ao arrepio da lei.

Maurício Correia se referindo à região do Matopiba assinala que:

Esses territórios, porém, não são espaços vazios. Há décadas vivem neles po-

pulações tradicionais. O Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (Gite) informa que existem 28 terras indígenas, 42 unidades de conservação ambiental, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas; comunidades que estão sendo retiradas de seus territórios de onde produziam alimentos para a sua subsistência para dar lugar a plantações industriais destinadas à exportação.

Assim, tal como vimos no caso da empresa mineradora norueguesa Hydro Service, em Barcarena, no Pará, há uma enorme cumplicidade entre o estado e agentes (que deveriam ser) públicos, com as velhas e com as novas oligarquias. Tudo indica que jagunços, coronéis e os grileiros agora têm CNPJ.

Os que sofrem/R-existem à violência do poder privado e do poder público

Entre as categorias sociais implicadas, entre 2015-2018, nos conflitos por terra enquanto classes Não-proprietárias ou em posse real de uso das condições de produção/reprodução da vida cabe destacar o predomínio absoluto das populações tradicionais, com 61,5% do total dessa categoria implicada em conflito. Em seguida, em importância estão os Sem-Terra, com a expressiva proporção de 31,8%, seguidos pelos Assentados com 6,9% e os Pequenos Proprietários com 3,0%.

É interessante ressaltar que no subconjunto das Populações Tradicionais, os Posseiros correspondem a 39,7% do total, os Indígenas a 23,1%, os Quilombolas a 18% e 19,2% correspondem às Outras Populações Tradicionais, a saber, Ribeirinhos, Pescadores, Vazanteiros, Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Catadoras de Mangaba (Mangabeiras), Seringueiros, etc.

Categorias sociais implicadas nos conflitos por terra

Classes não-proprietárias, em posse real de uso e pequeno-proprietárias

	Brasil	%
Assentados	71	6,5%
Peq. Proprietário	27	2,5%
Sem-Terra	178	16,3%
Pop. Tradicional	293	26,9%
Indígenas	129	11,8%
Quilombolas	156	14,3%
Posseiros	223	20,5%
Outros + S.I.	12	1,1%

Tabela 10. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/Elaboração: LEMTO-UF

Quando observamos a proporção do subconjunto das Populações Tradicionais, em 2018, sua participação sobe para 73,6% do total quando comparado com o período total de ruptura política quando foi de 61,5%. Os Sem-Terra têm sua participação relativa reduzida praticamente à metade (16,3%, em 2018, contra 31,8%, em 2017), os Assentados mantêm praticamente a mesma proporção (6,5% contra 6,9%), assim como os Pequenos Proprietários (2,5% contra 3%).

Quando analisamos a participação das classes não-proprietárias ou em Posse Real de Uso e de pequenos-proprietários implicadas em conflitos ano de 2018, chamamos a atenção não só o aumento de 15,5% em relação à média anual do período da ruptura política até 2017, mas sobretudo o aumento de 57,3% das po-

pulações Tradicionais. Registre-se, ainda, o aumento de 12,7% dos Assentados e a queda das demais categorias, com destaque para a queda de 38,4% da participação dos Sem-Terra.

No ano de 2018, no subconjunto das Populações Tradicionais, os Posseiros viram sua participação relativa cair de 39,7% no período de ruptura política para 27,8%, em 2018, os Indígenas também de 23,1% para 16,1%, os Quilombolas apresentam um aumento de 18%, entre 2015-2017, para 19,5%, em 2018, enquanto as Outras Populações Tradicionais (Ribeirinhos, Pescadores, Vazanteiros, Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Catadoras de Mangaba (Mangabeiras), Seringueiros, etc.) praticamente dobraram sua participação relativa sobre o conjunto das Populações Tradicionais passando de 19,2%, entre 2015-2017, para 35,6%, em 2018, desse grupo.

Considere-se que as Populações Tradicionais geralmente estão em posse real de uso das condições de reprodução da vida e, nesse sentido, a elevada proporção delas implicadas em conflitos indica que há um processo de despossessão pela expansão do capital/invasão de seus territórios onde há r-existência²⁸ a essa violenta expansão.

Normalmente as áreas em posse real de uso desses grupos/classes sociais são as áreas de maior diversidade biológica e disponibilidade de água e, em sua maior parte, sob práticas sociais de uso comum, como se vê entre geraizeiros, mangabeiras, quebradeiras de coco babaçu, camponeses de fundo e de fecho de pasto, entre outros.

28 Dizemos r-existência para ressaltar que não se trata somente de resistir à ação do capital, quase sempre em conivência com os governos/agentes (que deveriam ser) públicos, conforme os históricos dos conflitos registrados pela CVT amplamente documentam, mas sim de lutas pela afirmação de modos de existência haja vista que estão em posse real de uso de seus territórios. Nesses casos, esses modos de ser próprios lutam pela dignidade de seus modos de vida e, em geral, para eles, a terra é condição da vida em reprodução cultural e metabólica, simbioticamente.

Categorias sociais implicadas nos conflitos por terra²⁹
Classes não-proprietárias, em posse real de uso e pequenos-proprietárias
Brasil – 2015-2018 e 2018

	Populações Tradicionais	Sem Terra	Assentados	Pequenos Proprietários ³⁰	Outros	Total geral
Média Anual 2015-17	509	289	63	29	2,7	934
2018	801	178	71	27	3	1079
Variação %	+ 57,4%	-38,4%	+ 12,7%	- 06,9%	-11,1%	+ 15,5%

Tabela 11. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF.

Localidades com conflitos terra e água
Categorias sociais que sofreram ações de violência
Por regiões – Brasil - 2018

	C-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	%
Assentados	06	36	26	02	01	6,5%
Peq. Proprietário	-	10	02	14	01	2,5%
Sem-Terra	20	49	71	33	05	16,3%
Pop. Tradicional	01	136	74	82	-	26,9%
Indígenas	33	14	69	01	12	11,8%
Quilombolas	04	95	29	12	16	14,3%
Posseiros	04	127	89	03	-	20,5%
Outros	-	05	8	02	02	1,0%

Tabela 12. Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF

Em parte, a riqueza em diversidade biológica e em água nas áreas dessas comunidades se dá porque a vida é o horizonte de sentido de suas práticas culturais e não a acumulação de capital e, assim, as condições metabólicas de reprodução da vida, em sentido amplo, que inclui os bichos e as plantas, se mantêm em condições de resiliência biológica, inclusive, pelas práticas culturais.

É importante destacar que no ano de 2018, nas Localidades com Conflitos Terra e Água, em 73,5% dos casos em todo o

Brasil predominaram as Populações Tradicionais, desdobrando-se em 20,5% de Posseiros, 14,8% de Indígenas, 14,3% de Quilombolas e 26,9% de outras Populações Tradicionais (Pescadores, Ribeirinhos, Camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, entre as múltiplas formações geralmente em posse real de uso das condições metabólicas de produção/reprodução da vida).

Os Sem-Terra, os Assentados e Pequenos Proprietários estiveram implicados em Localidades em conflito por terra e água-terra em 25,3%, respectivamente com 16,5%,

²⁹ Com base nas Localidades em Conflito por Terra e Terra-Água em 2018.

³⁰ Inclui também Arrendatários e Parceiros.

6,5% e 2,5%. A predominância das Populações Tradicionais em relação aos Sem-Terra, aos Assentados e Pequenos Proprietários implicados nas localidades em conflito por terra e água-terra se reproduz em todas as regiões brasileiras, a saber:

Na região Nordeste o conjunto de Populações Tradicionais predominam com 82,9% das localidades contra 17,1% % das outras categorias de Sem-terra, Assentados e Pequenos Proprietários; na região Sul 80% contra 20%; na região Norte, 72,5% contra 27,5%; na região Centro-Oeste com 67,3% contra 22,7% e, na região Sudeste com 66,6% contra 33,3%. Em suma, as Populações Tradicionais predominam com, no mínimo, 2/3 do conjunto de categorias sociais não-proprietárias e/ou em posse real de uso das condições metabólicas de produção/reprodução da vida e pequenos proprietários (Ver Tabela 12).

Considerando: (1) que a violência protagonizada pelos Empresários e Mineradoras, categorias que tanto se destacaram entre as classes proprietárias e pseudo-proprietárias desde 2015 e, em particular em 2018; (2) que a relevância das populações tradicionais entre as categorias não proprietárias e/ou em posse real de uso das condições metabólicas de produção/reprodução da vida; (3) a expressiva extensão de terras em disputa e; (4) o aumento exponencial dos conflitos por terra envolvendo água nos indicam claramente que estamos diante de um violento processo expropriatório protagonizado pelo grande capital agrário, minerário e financeiro e de r-existências de múltiplos grupos/classes sociais em luta pela vida e pela terra, cada

vez mais, vista como território.

Conclusões preliminares, como sempre

O ano de 2018, sobretudo à medida que avançava o calendário eleitoral e crescia a candidatura que elegeria o atual presidente, foi explicitando o caráter contraditório da cordialidade do povo brasileiro, sobretudo a violência que o constitui³¹. Na base dessa violência, o caráter de herói desbravador da conquista do território pelo poder que o Estado, a princípio, o colonizador português e, depois, o Estado brasileiro com a colonialidade herdada, consagra ao domínio territorial. As sesmarias, origem do latifundiário, eram cedidas aos homens de cabedal e aos amigos do Rei, não só para que ganhassem dinheiro como brasileiros³², mas também para que cumprissem uma função do Estado, qual seja, a conquista territorial. Enfim, enquanto ganhavam dinheiro eram heróis da conquista territorial. Essa linha difusa entre o poder privado e o poder público, entre o *poder de facto* e *poder de jure*, estrutura nossas relações sociais e de poder. Mais tarde, com o Código Civil de 1832, o poder de fazer justiça será objeto de compra e venda e, portanto, acessível a quem pode pagar numa sociedade escravocrata: os latifundiários e comerciantes. Daí nascerá o fenômeno do coronelismo em que o poder de jure é exercido pelo poder de facto, isto é, pelos potentados latifundiários, os “coronéis”. Ainda hoje, o símbolo da Política Militar do Rio de Janeiro apresenta um ramo de café e outro de cana em armas, a serviço do poder ali representado pela Coroa Real. Enfim, o poder privado do café e da cana indica que a defesa da

31 A expressão cordial não indica, ao contrário do que se pensa, apenas bons modos e gentileza. Cordial vem do radical latino cordis, relativo a coração e, como tal, também capaz de atos violentos movidos pela emoção. Fernandes, Claudio. O Homem Cordial na Formação do Brasil. In História do Brasil. Consultar <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/o-homem-cordial-na-formacao-brasil.htm>.

32 Brasileiro, no período colonial, era o nome que se dava aos que viviam de explorar o Brasil. É sugestivo que entre os adjetivos pátrios relativos a quem nasce no Brasil tenha prevalecido brasileiro, quando estão dicionarizados também brasileiro, brasileiro e brasilês. Aliás, poucos são os adjetivos pátrios derivados em eiro. Parece que explorar o Brasil bem expresse o olhar dominante da classe dominante bem brasileira.

propriedade está acima da defesa da vida. Talvez isso nos esclareça a violência inscrita na nossa sociedade e não só nas suas polícias, embora essa seja conhecida como uma das que mais mata no mundo. Diante de tanta violência estruturante vinda da própria sociedade não se tem, na verdade, hegemonia, pois se tem menos persuasão que dominação, o que, talvez, nos explique porque da necessidade permanente de pacificadores, desde o Duque de Caxias, patrono do exército brasileiro e conhecido como Pacificador, até as UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora. A serem pacificados, os índios, os quilombolas, os camponeses (vide Canudos e do Contestado) e os pobres das periferias urbanas. Talvez o que estejamos assistindo, hoje, nos faça lembrar a *boutade* atribuída a Caetano Veloso quando, em plena ditadura empresarial-militar (1964 e 1985), afirmara que a ditadura seria uma expressão autêntica da cultura dominante na sociedade brasileira. À época, a afirmação causara espanto, mas o movimento que hoje se mostra nas ruas através do bolsonarismo talvez esteja a nos obrigar a enfrentar as contradições mais profundas da sociedade brasileira sem que nos enganemos a nós mesmos quanto ao nosso caráter.

À medida que um discurso de ódio afirmava a candidatura que viria se tornar vitoriosa na campanha a presidente da República, cresce o número de conflitos em que os que protagonizam a violência o faziam invocando o nome de Bolsonaro. A violência que já era aceita por boa parte das instituições e respaldada pelo poder público, no que tange impunidade e favorecimento de latifundiários, grileiros e outros empresários, passa a ser incitada pe-

los discursos trazidos por Bolsonaro³³. As discussões sobre a Lei Antiterrorismo, que têm como possibilidade a criminalização de ações de movimentos sociais, passam a andar junto com os diversos discursos públicos onde Bolsonaro fala abertamente que os militantes do MST e MTST “são todos terroristas”.

Os efeitos práticos não tardaram, como se viu no Acampamento Hugo Chávez, em Marabá. Ali, o ainda pré-candidato à presidência fez um discurso na curva do ‘S’, em Eldorado dos Carajás, na região Sudeste do Pará, onde em 1996 ocorreu o maior massacre da história recente do país, onde defendeu os policiais presos, acusados daquele crime, afirmando que eles estavam apenas fazendo seu trabalho e se defendendo dos militantes. Disse também que quem deveria estar preso eram os militantes do MST. Duas semanas depois, o Acampamento Hugo Chávez, na mesma região, sofreu um atentado cometido por pistoleiros, no qual há indícios de envolvimento da polícia. Mesmo com a denúncia feita pela direção do Movimento à Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), o comandante responsável se recusou a agir, alegando que ordens superiores os proibiam de interferir “mesmo que houvesse uma carnificina”.

Enfim, há uma grande tensão conflitiva derivada da expansão/invasão do capital em suas diversas frações – minerária, agropecuária, empreiteiros/estradas/energia-hidrelétrica-solar-eólica – sob o manto do capital financeiro contra os grupos/classes sociais que r-existem em suas terras/territórios tradicionalmente ocupados ou como trabalhadores rurais sem-terra

33 Eis algumas frases de Jair Bolsonaro nesse sentido. (1) “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”, disse em comício no dia 1º de setembro em Rio Branco. Logo depois, sua assessoria declarou que “foi uma brincadeira, como sempre”. (2) “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, disse Bolsonaro na sessão da Câmara quando do impeachment de Dilma Rousseff, dedicando seu voto ao coronel Brilhante Ustra, que chefiou o DOI-Codi, serviço de inteligência e repressão, durante a ditadura militar, acusado de cometer pelo menos seis assassinatos sob tortura. (3) “O erro da ditadura foi torturar e não matar” (entrevista à rádio Jovem Pan, junho de 2016). Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/frases-polemicas-do-candidato-jair-bolsonaro/>.

em luta por um pedaço de terra para uma vida digna. Essa tensão conflitiva é atravessada por violências que visam, sobretudo, expropriar grupos/classes sociais que tradicionalmente ocupam o território. E, mais, essa violência que, aparentemente se naturaliza como cultura, precisa ser enfrentada não só através de instrumentos legais e formais, mas enfrentando as condições materiais em que se funda, em que a concentração fundiária cumpre um papel estruturante nesse sentido³⁴.

Os dados analisados até aqui nos permitem afirmar a tese que o processo de ruptura política iniciado em 2015, em que a Frente Parlamentar Agropecuária, a Bancada Ruralista, teve um papel protagônico, não foi um processo que se deu exclusivamente na esfera da representação política e da superestrutura do Estado, mas também um processo violento que vem se dando no território onde se acirra a luta pela apropriação das condições metabólicas de reprodução da vida entre, de um lado, grande parte dos grupos/classes sociais que tradicionalmente ocupam esses territórios e, de outro lado, as oligarquias latifundiárias agrárias e minerárias sob o manto do capital financeiro, sobretudo depois do Plano Real. Assim, aquilo que para uns é visto como condição necessária para a produção/reprodução da vida, para outros, essas mesmas condições são vistas como recursos, enfim, meios para a acumulação de capital.

Talvez, o elo que nos ajude a entender a ligação entre a ruptura política e o aumento dos conflitos e da violência protagonizadas pelo poder público e pelo poder privado, no plano internacional seja a queda no pre-

ço das *commodities* agrícolas e minerais depois da crise de 2008 e, sobretudo pela queda do crescimento da economia chinesa dos dois dígitos para algo em torno de 7%. No plano nacional, mas amplamente articulado com o plano internacional, a ligação entre a ruptura política pós-2015 e o aumento dos conflitos e da violência protagonizado pelo Poder Público e pelo Poder Privado, se deve à centralidade que o bloco de poder fundado no capital financeiro e nos capitais de exportação de bens primários agrícolas e minerais adquire no país, particularmente, no novo ciclo de acumulação que se inaugura com o Plano Real (1964), que levou à reprimarização da nossa pauta de exportações e, ainda, viu cair a contribuição do setor secundário industrial no PIB de cerca de 26%, em 1994, para menos de 10% nos dias atuais. Acrescente-se a continuidade da política financeira e de exportação de produtos agrícolas e minerais que caracterizaram todos os governos desde FHC, sem exceção³⁵.

A tese que esse artigo analisou tem como base o que os dados sobre os conflitos desde 2015 a 2018 sinalizam, qual seja, a necessidade de aumentar a produção para continuar acumulando diante da queda de preços das *commodities*. É isso que está subjacente a esse aumento da violência que se abate contra os camponeses e as populações tradicionais, entre elas indígenas e quilombolas, que veem seus territórios sendo objeto de invasão pela expansão capitalista do agrohidronegócio, da mineração, da exploração de energia, inclusive a solar e eólica. Como se vê, é todo o metabolismo da vida que está implicado, o que exige uma ampliação do conceito de terra, haja vista que implica o solo, o subsolo, a

34 A relação entre regimes políticos e a estrutura fundiária já havia sido percebida por Barrington Moore. Consultar MOORE, Jr. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1983.

35 Basta ver a continuidade do tucano Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco de Boston nos governos Lula e do ilegítimo Temer e, ainda, a presença de lideranças políticas do agronegócio nos governos do PT: Roberto Rodrigues, ex-presidente da ABAG – Associação Brasileira de Agrobusiness – Ministro da Agricultura e Luiz Fernando Furlan, Presidente da Sadia, Ministro da Indústria e Comércio, ambos no governo Lula da Silva, e Kátia Abreu, conhecida como Miss Motosserra, como Ministra da Agricultura de Dilma Rousseff.

água, o sol (fotossíntese e energia), a flora e a fauna. Acreditamos que os dados analisados corroboram amplamente essa tese.

Tudo indica que o caráter antirreforma agrária, anti-indígena, anti-quilombolas, anti-populações tradicionais e anti-populações das periferias urbanas que já vinha se delineando desde o governo FHC se acentua com o processo de ruptura política posto em prática desde 2015 pelas classes dominantes. A eleição de Jair Messias Bolsonaro consagra e radicaliza essa agenda política liberal-conservadora que se explicitou com a ruptura de 2015 emprestando-lhes a legitimidade do voto popular, para o que foi fundamental o impeachment preventivo de Lula da Silva e, como pode ser visto pelas mudanças institucionais que vem sendo postas em prática desde a eleição do novo governo e suas primeiras medidas.

Publicações

- 1- Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária – Revista Okara. Universidade Federal da Paraíba. Volume 12. Número 2.
- 2- Conflitos no Campo Brasil 2017 – Comissão Pastoral da Terra (CPT - Nacional).
- 3- “Lista Suja” do Trabalho Escravo - Cadastro de Empregadores, que submetem trabalhadores a condições análogas às de escravo - <http://olma.org.br/wp-content/uploads/2018/11/cadastro-de-empregadores-publicacao-semestral-ordinaria-detrae-outubro-2018.pdf>
- 4 - Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA. Realização: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Apoio: GRAIN, CPT, Development and Peace, Aidenvironment, FIAN. <https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/MATOPIBA.pdf>
- 5 - Dossiê: violações aos territórios tradicionais e crimes contra as águas. Realização: Comissão dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (PCTS) – FAMA /2018. <https://pt.scribd.com/document/374527485/Dossiê-Aguas-Fama20mar2018-Versao-Final-Sandra>

6 - Manual para Defender os Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais Realização Fundação para o Devido Processo DPLF. http://www.dplf.org/sites/default/files/povos_indigenas_web_c.pdf

Referências

- ALENTEJANO, P. R. R. A política Agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) - <http://apib.info/>
- MOORE, Jr. Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1983.
- De olho nos ruralistas: Observatório do agronegócio no Brasil - <https://deolhonosruralistas.com.br/>
- Comissão Pastoral da Terra (CPT) - <https://www.cptnacional.org.br/>
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - <https://cimi.org.br/>
- Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) - <http://fama2018.org/>
- Instituto Socioambiental (ISA) - <https://www.socioambiental.org/pt-br>
- LEITE, A. Z; CASTRO, L. F. P; SAUER, S. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 247-274, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>
- MALHEIRO, Bruno Cezar, MICHELOTTI, Fernando e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Mais Além da Conjuntura: por outros horizontes de sentido. 2019. No prelo.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - <http://www.mst.org.br/>
- TEIXEIRA, Gerson. 2019. Censo Agropecuario Desautoriza Pesquisa da Embrapa sobre a Preservação da Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais. Articulação Nacional de Agroecologia, Brasília. In: <http://www.agroecologia.org.br/2019/01/14/censo-agropecuario-desautoriza-pesquisa-da-embrapa-sobre-a-preser.pdf>

Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampanamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	1	200	1	75			2	275
GO	6	1801	1	200	1		8	1851
MS	26	2075	7	625	3	480	36	2755
MT	39	5154	5	610	3	474	47	5454
Subtotal:	72	9230	14	1510	7	954	93	10335
Nordeste								
AL	5	310					5	310
BA	87	9759	25	2780			112	11009
CE	11	2325	3	380	1	30	15	2595
MA	196	16154	3	162			199	16154
PB	11	1616	3	510			14	1866
PE	58	4420	16	2201			74	6061
PI	21	639	4	477			25	1036
RN	2	150					2	150
SE	5		5				10	
Subtotal:	396	35373	59	6510	1	30	456	39181
Norte								
AC	55	4865	4	522			59	4994
AM	44	6886					44	6886
AP	46	1285	1	20			47	1285
PA	114	25547	5	980	2	460	121	25547
RO	57	4971	8	1505	1	35	66	4997
RR	17	8556					17	8556
TO	34	1574	3	115	1	18	38	1574
Subtotal:	367	53684	21	3142	4	513	392	53839
Sudeste								
ES	3	300	2	300			5	300
MG	47	3312	10	1394	2	120	59	3886
RJ	10	528	1	200			11	528
SP	27	3328	27	3750	2	989	56	5015
Subtotal:	87	7468	40	5644	4	1109	131	9729
Sul								
PR	16	2487	1	14			17	2487
RS	7	107	4	158			11	170
SC	19	1689	4	770	1	180	24	2339
Subtotal:	42	4283	9	942	1	180	52	4996
Brasil:	964	110038	143	17748	17	2786	1124	118080

* Os dados da primeira coluna, denominada conflitos por terra, referem-se à soma das ocorrências em que as famílias foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou sofreram ações de pistolagem.



FOTO: Juliana Pesqueira

Anapu, um barril de pólvora

Jean Ann Bellini¹

Mário Braz Manzi Muniz²

Anapu, município do Sudoeste paraense com menos de 30 mil habitantes, desde 2005, ganhou projeção nacional e internacional, pois a 12 de fevereiro daquele ano era assassinada a missionária estadunidense Irmã Dorothy Stang, pelo apoio que dava às famílias e movimentos nas Glebas Bacajá e Belo Monte, que cobravam do In-cra a implantação de um modelo de assentamento adaptado à floresta amazônica, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS.

Anapu, continuou a se destacar nos anos posteriores pelos altos índices de violência contra os trabalhadores. Em 2018, Valdemir Resplandes dos Santos, o “Muletinho”, e Leoci Resplandes de Sousa, ambos da mesma família, e Gazimiro Sena Pacheco, conhecido como “Gordinho”, foram assassinados, no município. Três mortes violentas que representam mais de 10% de todos os assassinatos em conflitos no campo no Brasil, que no ano registrou 28 assassinatos. Anapu se igualou em número de as-

¹ Membro da Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra

² Jornalista, mestre em Antropologia Social pela UFG, membro da equipe de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

sassinatos a Novo Progresso, também no Pará. Três outras pessoas receberam ameaças de morte em Anapu, em 2018.

Por conta disso, Anapu se insere entre os municípios com um dos maiores índices de violência no país. De 2003 a 2018, 20 pessoas foram assassinadas no contexto de conflitos no campo. É o município do estado do Pará com o maior índice de assassinatos, ao lado de São Félix do Xingu. Cada um dos dois municípios registra no período 9% do total dos homicídios no estado, que totalizaram 227 homicídios. Levando-se em conta que São Félix do Xingu tem uma população maior que 100 mil habitantes, o índice de violência de Anapu é alto.

O que levou Anapu a atingir este tão elevado índice de violência no campo?

Ocupação da fronteira

Em 1970, o Presidente Médici anunciou a construção de uma estrada, que ficou conhecida como Transamazônica, que tinha por objetivo transferir do Nordeste e demais estados do Brasil, “homens sem terra, para uma terra sem homens”.

De acordo com o Programa de Integração Nacional do governo federal, uma faixa de 10 Km em cada lado da Transamazônica seria destinada a assentar famílias em lotes de 100 hectares cada. Às margens desta estrada, a BR 230, entre Marabá e Altamira, formou-se um novo povoado que se denominou Anapu.

Em 1975, o governo federal começou a conceder, através de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs), o direito de uso de parcelas de 500 e 3.000 ha., destinadas à implementação de projetos

agropecuários. Segundo os critérios do CATP, os que recebiam lotes tinham por obrigação torná-los produtivos em cinco anos. Quando o INCRA vistoriou as áreas situadas nas glebas Bacajá e Belo Monte em 1980 e 1981, encontrou muitos lotes em situação de completo abandono, e a grande maioria dos lotes, mesmo ocupada, não cumpria os termos do CATP. Houve transferência dos lotes para terceiros, sem anuência do INCRA. Mas o INCRA nada fez para retomar as terras públicas.

Preocupados com a convivência das famílias com a floresta, nos anos 1990 Irmã Dorothy e os movimentos sociais de Anapu discutiam com o INCRA um modelo de assentamento, mais adaptado à floresta amazônica. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STR, de Anapu articulou posseiros, camponeses, extrativistas e ribeirinhos no “Grito dos Posseiros de Anapu” em 1997, e encaminhou ao INCRA um pedido que identificava 45 lotes, 24 na gleba Belo Monte e 21 na gleba Bacajá, para serem transformados em áreas de assentamento e preservação³.

As famílias sem-terra começaram a ocupar os lotes pleiteados e aguardavam a criação dos PDS, logo passaram a sofrer ameaças e expulsão por milícias armadas contratadas pelos madeireiros e grileiros. Pressionado pelo STR e outras organizações da região, o INCRA iniciou ações judiciais para cancelar os CATPs não cumpridos e os registros imobiliários originados destes, mas com pouco sucesso.

Em 1999, um levantamento dos projetos da SUDAM criados em toda a Amazônia entre 1991 e 1999 revelou indícios de fraudes: 39% dos projetos foram instalados num único estado, o Pará. Na investigação realizada no final de 2001 pelo Ministé-

³ Grito dos Posseiros de Anapu, divulgado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Anapu, em Setembro de 2004.

rio Público Federal e a Polícia Federal, foi identificada uma organização criminosa envolvendo políticos do estado, que fraudava projetos da SUDAM, grilava terras públicas, falsificava documentos e desviava recursos para campanhas eleitorais. Regivaldo Pereira Galvão, que controlava a caixa da quadrilha, atuava principalmente em Anapu, onde havia 15 projetos aprovados pela SUDAM.

Resistência dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável sob risco

Em dezembro de 2002, as Glebas Bacajá e Belo Monte foram destinadas à criação de dois PDSs, hoje conhecidos como Esperança e Virola-Jatobá. De acordo com a Portaria INCRA/P/Nº 477, de 1999, que definia como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PDS, dois elementos distintos dos projetos de assentamento convencionais, por ser “de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental”(Art. 1º); “mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias”(Art. 2º).

Vale lembrar que nos PDS 80% da área total é destinada à reserva legal, via cessão de uso em regime comunal, enquanto os 20% às famílias assentadas. A produção extrativista “para quem não tem ganância” pensa a relação duradoura com o território, um tipo de exploração que permite a subsistência por gerações.

“[o PDS] representa a preservação da Amazônia completa. Quem preserva tem, com economia. Um sistema de economia da mata, que é sustentável, sustentar a mata e sustentar a nós com produção. A luta não acabou, porque enquanto existir as pessoas que têm amor pela preservação, elas [essas pessoas] não deixam ninguém invadir o que é dele.” (Agricultor assentado no PDS

Esperança, Fevereiro, 2019)

No PDS Esperança, as famílias dedicam-se ao cultivo de cacau e açaí consorciado com urucum, pimenta, mandioca, lavoura branca e árvores frutíferas nos lotes individuais, e decidiram não assumir manejo florestal na reserva, mas preservá-la intacta. No PDS Virola-Jatobá, as famílias assentadas realizam plantio de mandioca, caju, maracujá, abacaxi, pimenta, café e lavoura branca, nos lotes individuais. Nos primeiros tempos, o PDS Virola fez experiência de manejo florestal, promovida pela ASSEFA, grupo de técnicos que a Dorothy ajudou a formar, e mais tarde assumida por uma empresa madeireira até 2016, quando a EMBRAPA assumiu a orientação técnica.

“Perder a vida tá fácil demais”

Frente à proposta e à consolidação dos PDS em Anapu, o assédio às famílias começou a se tornar constante. Tanto por parte dos madeireiros, interessados na madeira contida nas áreas de preservação, quanto pelos empresários, fazendeiros e grileiros, que têm/tinham interesse em se apropriar das áreas. Ao contexto que já era por si só conflituoso, se somou a escassa presença dos órgãos públicos, que além de não impedirem a ação dos grupos antagônicos aos PDS, deixaram as famílias assentadas mais vulneráveis diante dos ataques às áreas de preservação.

Assim, cresceu a insegurança fundiária entre as famílias. Muitas delas, por se sentirem ameaçadas, abandonaram os lotes, e diversos assentados por insistirem no modelo de desenvolvimento sustentável proposto e por não aceitarem as imposições dos que se declaravam donos de áreas em disputa, pagaram com a própria vida sua resistência. Foram executados. Foi assim com a Dorothy, em 2005, no lote 55 do PDS Esperança, e com outras 19 pessoas

no período de 2003 a 2018.

“Perder a vida tá fácil demais”. As aspas trazidas no intertítulo são do relato de um dos assentados do Esperança, que mantém a produção conforme preza o PDS. O fato de não desmatar os lotes já singulariza uma condição de oposição ao interesse dos grandes exploradores da Amazônia. A sanha e a ganância dos que se consideram com direito sobre áreas nas quais foram implantados PAs ou PDSs explica em parte a violência que lá se vive e a perseguição ao trabalho dos agentes da CPT.

A atuação desses grupos é facilitada pela ausência do poder público, como se evidência no seguinte caso retirado do banco de dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, o DataCPT.

Em 18 de outubro de 2016, dois acampamentos na margem da estrada frente aos lotes 44 e 46 da Gleba Bacajá, famílias sem-terra foram atacadas por pistoleiros, que incendiaram os barracos. As famílias acordaram cercadas pelas chamas. Houve muitos tiros e bombas por cima dos barracos.

Mesmo diante da violência do ataque e das frequentes ameaças por parte dos fazendeiros/grileiros, as famílias decidiram permanecer na área e lutar pela posse da terra, embora estejam desassistidas da infraestrutura mais básica. De acordo com os trabalhadores, depois que a Polícia Militar deixou de monitorar a área de risco da Gleba Bacajá, que compreende os lotes 44, 46, 68, 69, 71, 73, 75 e 83, as ameaças e violências aumentaram. Com a ausência da PM os fazendeiros/grileiros passaram a circular no meio dos acampamentos com mais frequência, para observar e tirar fotos.

Em abril de 2018, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) realizou

missão no PDS Virola-Jatobá em decorrência da invasão ilegal da área do assentamento. Em dezembro do ano anterior, 2017, o Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Pará encaminharam ao INCRA, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) recomendação para que os respectivos órgãos agissem no sentido de refrear ações criminosas nos PDS. À época da missão realizada no Virola-Jatobá, a PFDC determinou que o INCRA solicitasse reintegração de posse da área invadida, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente.

A reintegração de posse, realizada em setembro de 2017, provocou, no entanto, retaliação por parte dos grileiros aos assentados legais do projeto. A “represália”, executada dois dias após a reintegração, destruiu, em um incêndio criminoso, alojamentos e um estoque de madeira proveniente do manejo florestal, causando um prejuízo de cerca de R\$ 1 milhão, quantia que seria auferida da venda legal da madeira. O montante seria rateado entre as famílias legalmente assentadas.

Uma nova estratégia de ataque

Anapu ganhou novamente as manchetes da imprensa nacional em 2018, quando no dia 4 de março o Padre José Amaro Lopes, responsável pela comunidade católica do município, agente da CPT, que durante anos foi companheiro de luta de Irmã Dorothy, foi preso em decorrência de um mandado judicial baseado em um inquérito policial eivado de problemas.

A prisão e o processo contra o Padre Amaro representam uma nova estratégia montada pelos fazendeiros e suas entidades representativas para afastar quem se opõe a seus modos de agir. Eliminar fisicamente o padre provocaria uma reação muito gran-

de como aconteceu quando do assassinato de Dorothy. Por isso decidiu-se desmoralizar o padre e seu trabalho acusando-o de vários crimes, para com isso destruir sua credibilidade junto à população.

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT se manifestaram, em nota de 28/03/2018, à sociedade brasileira dizendo: “A prisão do Pe. Amaro é uma medida que vem satisfazer a sanha dos latifundiários da região que pretendem de toda forma destruir o trabalho realizado pela CPT, e desmoralizar os que lutam ao lado dos pequenos para ver garantidos os seus direitos. E se enquadra no contexto do cenário nacional em que os ruralistas ditam os rumos da política brasileira”.

Detido no mesmo presídio onde estava Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”, um dos mandantes do assassinato de Dorothy, Amaro teve habeas corpus concedido somente depois de 110 dias de prisão, após ser negado em primeira e segunda instância. Dez dias antes da negativa ao padre pelo Tribunal de Justiça do Pará, TJE, o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, STF, concedeu o benefício a Galvão, condenado em segunda instância.

O processo

Padre Amaro foi preso sob a alegação de ter cometido sete crimes, dentre eles o de associação criminosa; consta no inquérito a acusação de associação criminosa indiciada apenas uma pessoa. Este foi apenas o primeiro, da série de furos que se enredariam no inquérito e posteriormente na tentativa de incriminar Padre Amaro.

Iniciadas as audiências de instrução e julgamento; na primeira realizada no dia 12 de setembro de 2018, foram ouvidas 16 testemunhas de acusação, contudo quatro dos relatos colhidos pelo juiz contra-

disseram as acusações imputadas a Padre Amaro.

Além deste fato, outra oitiva teria novo desdobramento no decorrer dos meses. José Iran dos Santos Lucena, arrolado na condição de testemunha de acusação, foi preso no dia 17 de janeiro de 2019, sob a acusação de chefiar rede de pistolagem no Sudeste paraense.

Contrariamente à tentativa de criminalização em curso, a atuação de Padre Amaro junto aos camponeses e povos da floresta foi laureada, em 10 de dezembro de 2018, pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD), com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos João Canuto, em reconhecimento da relevância de sua ação pastoral em Anapu.

Cronograma de violências

Um resumo dos fatos ocorridos entre 2002 e 2018 em conflitos de terra no município e registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, nos dá uma visão do clima vivido pelas famílias assentadas e sem-terra em Anapu.

28/10/2002 - Trabalhadores rurais de Anapu encaminharam às autoridades estaduais e federais um documento relatando a situação de violência e terror a que estão expostos.

28/11/2002 - Em depoimento à Polícia Federal, Ir. Dorothy denuncia cerca de 12 fazendeiros e funcionários de fazendas da região de Anapu por causa de ameaças contra trabalhadores rurais.

02/06/2004 - Dorothy é ameaçada de morte.

27/08/2004 - Foi flagrada uma derrubada ilegal de madeira no Lote 55, PDS Esperança, cerca de mil ha. de madeira de lei já haviam sido derrubados por tra-

balhadores contratados por um homem conhecido como “Bida”, em condições precárias. O caso foi encaminhado à Polícia Federal e à Delegacia de Trabalho como Trabalho Escravo.

24/11/2004 - Na Gleba Belo Monte existem conflitos entre assentados do PDS no projeto Virola Jatobá (140 famílias) e madeireiros, fazendeiros e grileiros Luciano Fernandes e Dr. Paulo Medeiros de Carvalho. Na Gleba Bacajá, lugar do PDS Esperança com 100 famílias, Reginaldo Pereira Galvão, Avelino Dede e o grileiro apelidado “J.K.” praticam atos de violência contra os assentados e tentam expulsá-los.

25/01/2005 - O assentado Luís Moraes de Brito, na área destinada ao PDS, registra boletim de ocorrência na delegacia, denunciando as ameaças que vem recebendo por Tato, capataz de Vitalmiro Bastos de Moura, o “Bida”, que disparou tiros para o alto.

09/02/2005 - Dorothy relata a Nilmário Miranda, Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que ela e Luís Moraes Brito recebem ameaças.

12/02/2005 - Dorothy é assassinada, após ter participado de uma reunião com técnicos do Incra, sobre o assentamento de 20 famílias em uma área cuja posse é disputada por “empresários” Luís Ungaratti e Regivaldo Pereira Galvão.

25/02/2005 - Imissão de posse concedida ao INCRA, de 9 mil hectares, para o assentamento de 90 famílias; na Gleba Bacajá, lote 55, grilado por Vitalmiro Bastos, parte do PDS Esperança; no PDS Virola- Jatobá, Lote 108, grilado por Milton Lemos e lote 130, grilado por Francisco Ribeiro.

11/08/2005 - Cerca de 100 agricultores, madeireiros e grileiros ocupam a sede do Incra em Anapu em protesto ao projeto PDS; pleiteiam adoção do assentamento

convencional nas terras de Anapu.

25/08/2005 - Madeireiros armados e com pistoleiros armados, estão entrando dentro da área de reserva do PDS Esperança durante a noite para roubar madeira.

29/09/2005 - Um grupo de trabalhadores rurais, moradores dos PDS Esperança e Virola-Jatobá, ocupam o STR, de Anapu; reivindicam do Incra: agilidade no processo de georeferenciamento, para regularização das terras dos PDS, a repartição de lotes, abertura de vicinal em caráter emergencial.

Setembro de 2009 - Assentados da Gleba Bacajá, PDS Esperança bloquearam a entrada e saída de madeireiros. Numa só noite pararam sete caminhões que eles mesmos entregaram ao IBAMA. O prefeito de Anapu, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, junto ao governo estadual, cobram a saída do chefe do Ibama e o fim das investigações sobre a retirada ilegal de madeira. Ibama sai de Anapu.

20/01/2011 - Há dez dias colonos da área interditaram a estrada que dá acesso ao PDS Esperança para evitar a entrada de caminhões que fazem a extração ilegal na área.

25/01/2011 - Aproximadamente mil pessoas participam da audiência pública e reivindicam medidas de segurança para os assentados, o fim do desmatamento ilegal dentro do PDS Esperança e a retirada das pessoas que ilegalmente ocuparam os lotes.

09/02/2012 - Uma das guaritas planejadas pelo Incra para o PDS ainda não foi feita. O contrabando de madeira está sendo feito pela entrada que está sem controle.

17/11/2015 - Wislen Gonçalves Barbosa, vigia na entrada do PDS Esperança, funcionário da empresa de segurança contratada pelo Incra, é assassinado.

27/07/2016 - O Ministério Público Federal solicita ao Ministério da Justiça o envio da Força Nacional de Segurança para a região de Mata Preta, Gleba Bacajá, tendo em vista a expulsão ilegal de famílias de pequenos posseiros, por grupos armados.

28/08/2016 - Geraldo Lourenço, acampado às margens do lote 44, da Gleba Bacajá, demandada pela Família Fernandes, foi vítima de tentativa de assassinato.

18/10/2016 - Trabalhadores rurais sem terra que ocupam a região de Mata Preta (lotes 68-69-71-73 da Gleba Bacajá), recebem ameaça de morte dos funcionários dos grileiros que demandam a posse das áreas.

18/10/2016 - Dois acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, na Gleba Bacajá, nos lotes 44 e 46, são atacados por pistoleiros, que incendeiam os barracos, às 23h30. Apenas dois barracos foram poupados do fogo.

31/05/2017 - A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, requer à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará a presença permanente, e pelo tempo que for necessário, de forças policiais na Gleba Bacajá, Lote 69, com a finalidade de garantir a segurança das mais de 200 famílias sem terra, acampadas na área

09/01/2018 - Foi assassinado em Anapu-PA o trabalhador rural sem-terra Valdemir Resplandes dos Santos, uma das lideranças da ocupação na Fazenda Santa Rita, Lote 46 da Gleba Bacajá, e 30 minutos depois, foi assassinado Gazimiro Sena Pacheco.

27/03/2018 - O agente da Comissão Pastoral da Terra-CPT em Anapu-PA, Pe. José Amaro Lopes da Silva, considerado sucessor da missionária Dorothy Stang, assassinada em 2005, é preso preventi-

vamente pela Polícia Civil.

03/06/2018 - Leoci Resplandes de Sousa, 27 anos, trabalhadora rural sem terra, ocupante da Fazenda Santa Rita/Lote 46/Gleba Bacajá, é assassinada em sua residência em Anapu-PA. Ela era sobrinha de Valdemir Resplandes, liderança da ocupação, executado por pistoleiros em janeiro.

O que vimos acima é uma amostra, não tão pequena, dos fatos ocorridos em Anapu no período citado e nos ajuda a compreender o porquê de tanta violência no município, campeão de assassinatos no campo, 20 neste período, e a entender porque Irmã Dorothy foi assassinada e o porquê da prisão e do processo contra o Padre Amaro.

O gráfico abaixo mostra as ocorrências de conflitos por ano em Anapu. Após os picos no índice de violência em 2005 e 2011, os agentes do Estado marcavam presença e os agressores recuavam por um tempo, depois voltavam a agir. Chama atenção que desde 2015, quando houve 14 ocorrências, o recuo foi pequeno em 2016, com 8 ocorrências, caindo para 4 em 2017, mas voltando a subir para 9 em 2018.

Em um contexto historicamente convulsionado pela disputa por terras, a ausência e omissão do poder público põem em



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT - 2018

risco conquistas como Esperança e Virola-Jatobá. As contradições inerentes às políticas públicas direcionadas à Amazônia, à inoperância do Estado e à impunidade.

Frente à resistência das famílias camponesas e suas organizações, fazem jus ao

Referências

ASSEFA. Cartilha Manejo Florestal Sustentável nos PDS'S de Anapu - Pará.

ASSUNÇÃO, Helder do Nascimento. PORRO, Roberto. Extração de madeira e organização social no PDS Virola-Jatobá, Anapu, Pará: Percepções e discursos contrastantes em um assentamento ambientalmente diferenciado. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 9, n.3, p. 79-95, dez/2018

BRINGEL, Fabiano Oliveira; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. Territorialização Camponesa e Fronteira Agrária-o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, em Anapu-PA. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 41, n. 2, 2014.

FERREIRA MENDES, JOSILENE; MIYASAKA PORRO, NOEMI S. Conflitos Sociais Em Tempos De Ambientalismo: Direito Vivo À Terra Em Assentamentos Com Enfoque Conservacionista. Ambiente & Sociedade, v. 18, n. 2, 2015.

comentário em 17 de novembro de 2015, do Ouvidor Agrário Regional, Marcial Moto, na ocasião do assassinato de Wislen Gonçalves Barbosa, que trabalhava na guarita que dá acesso ao PDS Esperança, “A preocupação é porque o perigo existe. Anapu é um barril de pólvora.”

FOLHES, Ricardo. CANTO, Otávio. LÊNA, Philippe. BASTOS, Rodolpho. Conflitos fundiários e Reforma Agrária na Amazônia: Experiência do PDS Esperança no município de Anapu. Passages de Paris 12 (2016) 304-318.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Metodologia para Implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, Brasília, 2000.

PEREIRA, Airton dos Reis. A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.54-77, julho/out. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.



FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

Água

Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro

Luiz Jardim Wanderley¹

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves²

[...]
A montanha foi moída
E é serpente morta no calabouço dos navios.
Levam-na assim:
Como quem rouba pergaminhos
A misturar-se já com outro tempo.
Fica-nos a mandíbula
Uma certeza falsificada
E o sol empoeirado sobre as infâncias
É só!
[...](*A montanha foi moída, Charles Trocate*)

Terra, água e subsolo: o âmbito da disputa territorial

A disponibilidade de importantes reservas minerais ainda inexploradas no Brasil coloca o país numa posição de destaque na rede de produção global extrativa de diversos minérios. Em 2017, o país ocupava a segunda posição em valor de minério exportado, com 11,1% da participação global (ITC, 2018). No entanto, essa condição não significa necessariamente a possibilidade da promoção de um desenvolvimento social integrado para a população brasileira. Pelo contrário, Bunker (1985), ao analisar a economia extrativa na Amazônia, constatou que a exploração mineral industrial

iniciada em meados do século XX até o início do XXI, se assemelha às formas pretéritas de exploração dos recursos naturais característicos da história econômica do Brasil. Isto é, deixam violentas marcas na história e na geografia do país e em especial nas localidades mineradas, como ilustrado nos versos de *A montanha foi moída*, do poeta Charles Trocate.

As esferas do modelo de acumulação, os vários circuitos e as múltiplas redes produtivas; a organização e a estrutura do trabalho; os dispositivos simbólicos e ideológicos; e a ação política e geopolítica desenvolvida pelos atores, agentes e classes em busca de hegemonia (SANTOS, 1999), faz do território mais do que um recurso, torna-o um campo de conflitos e disputas. A territorialização de projetos extrativos minerais, produto da intensificação das regiões mineradas e da expansão da fronteira mineral no Brasil, promovem processos de reconfigurações espaciais, novas dinâmicas sociais, ambientais e de usos dos territórios. Por conseguinte, revelam a influência da mineração na produção social do espaço, sua organização, planejamento e efeitos sobre as temporalidades e modos de vida dos sujeitos e seus lugares de exis-

1 Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Grupo Integrante do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). E-mail: luizjardim.ffp@gmail.com.

2 Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Integrante do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). O autor agradece a CAPES e FAPEG pela bolsa de pós-doutorado. E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

tência comunitária. Isso colabora para que a mineração se torne uma atividade não olvidada pelo debate que reflete os conflitos que palmilham o espaço agrário brasileiro.

Os primeiros anos do século XXI representaram um período de crescente expansão do setor extrativo mineral e agropecuário na América Latina. Com isso, terra, energia, água, minérios, alimentos e espaço territorial se tornaram mercadorias negociadas no comércio internacional, *O boom das commodities* minerais com alta de preços dos minérios no mercado global e as demandas de países emergentes, como a China, impactaram o comportamento de empresas, governos e sociedades, com graves implicações agrárias, ambientais e territoriais³.

Entre 2003 e abril de 2012 foram encaminhados aproximadamente 182.463 requerimentos de pesquisa à Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), sendo 136.718 autorizadas, 74,93% do total. Ainda, houve 2.946 concessões de lavra e 1.299 permissões de lavra garimpeira aprovadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) no mesmo período (SANTOS, 2012). Isto implicou na intensificação da mineração em regiões tradicionais e na expansão do controle e disputa pelo subsolo brasileiro. Destaca-se ainda que as operações minerais, que em 2004 eram da ordem de 20 bilhões de reais, em 2011 superaram R\$ 85 bilhões (MALERBA, 2015). À vista disto, a exportação brasileira de minério significava 6,8% da pauta exportadora em 2000, uma década depois, em 2011, elevou-se para 17,6%. Por sua vez, a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - os *royalties* da mineração - su-

biu, em valores nominais, de R\$ 160 milhões para R\$ 2,38 bilhões entre 2001 e 2011 (ANM, 2017).

Diante desse quadro cresceu a importância política e econômica do setor mineral e das empresas mineradoras na sociedade brasileira, influenciando políticas de governo. Assim, os efeitos espaciais da mineração incrementam e tornam-se indissociáveis dos problemas que afetam o espaço agrário brasileiro. Além de representar novas dinâmicas espaciais locais e regionais, a mineração se soma ao conjunto da escalada de violências e conflitos agrários. Neste sentido, Gonçalves (2016) defende que além da água e da terra, o subsolo compõe os territórios em disputa e deve ser levado em consideração para entender a questão agrária brasileira contemporânea.

A apropriação dos recursos do subsolo amplia as pressões sobre os territórios, através de práticas características de conflitos agrários como compra ilegal de terras em áreas de assentamento, grilagem, ameaças de morte, pressão psicológica, perseguições, assassinatos etc. (BEDINELLI, 2016). Somam-se a isso, as ações do Estado no sentido de servir aos interesses do capital mineral nacional e estrangeiro (como leis, projetos de lei, medidas provisórias, uso de força policial, prisões de indígenas, camponeses, quilombolas, posseiros e outros grupos). Não se pode deixar de mencionar a violência provocada por desastres e impactos ambientais de diferentes escalas, que levam a mortes ou a lesões e ferimentos graves de um sem número de pessoas. Também não se podem omitir os efeitos cotidianos sobre a saúde das pessoas da poluição gerada pela atividade minerária que, em muitos casos, levam lentamente à impossibilidade de trabalhar e até à morte. Unidades de conservação, áreas de fron-

3 O boom das *commodities* minerais entre os anos 2002 e 2011 caracterizou-se pela crescente elevação do preço de diversos minérios no mercado mundial, especialmente diante da elevada demanda de países emergentes como a China (WANDERLEY, 2017).

teira, rios e lagos, terras indígenas, territórios quilombolas, terras tradicionalmente ocupadas, comunidades camponesas e assentamentos de reforma agrária metamorfoseiam-se em territórios em disputa pela ação de mineradoras. Os dados compilados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que entre 2004 e 2018 diferentes sujeitos que vivem e trabalham em territórios onde se desenvolvem atividades mine-rárias estiveram envolvidos em situações de conflito. (Gráfico 1).

Diante do total de 1.123 conflitos envolvendo a mineração no Brasil, os ribeiri-

foram pelo menos 203.430 famílias envolvidas nesses conflitos. São sujeitos que dependem das águas, das florestas e da terra para reproduzir socialmente sua própria existência com dignidade.

A mineração foi responsável por 579 casos dos conflitos envolvendo a água (51,6% do total de conflitos por água), por 535 dos casos de conflitos por terra (47,6% do total dos conflitos), e 9 casos implicando vítimas de violência (0,8%). Portanto, o modelo de mineração no Brasil representa a ameaça de fratura sistemática da base material e imaterial das vidas das famílias que vivem

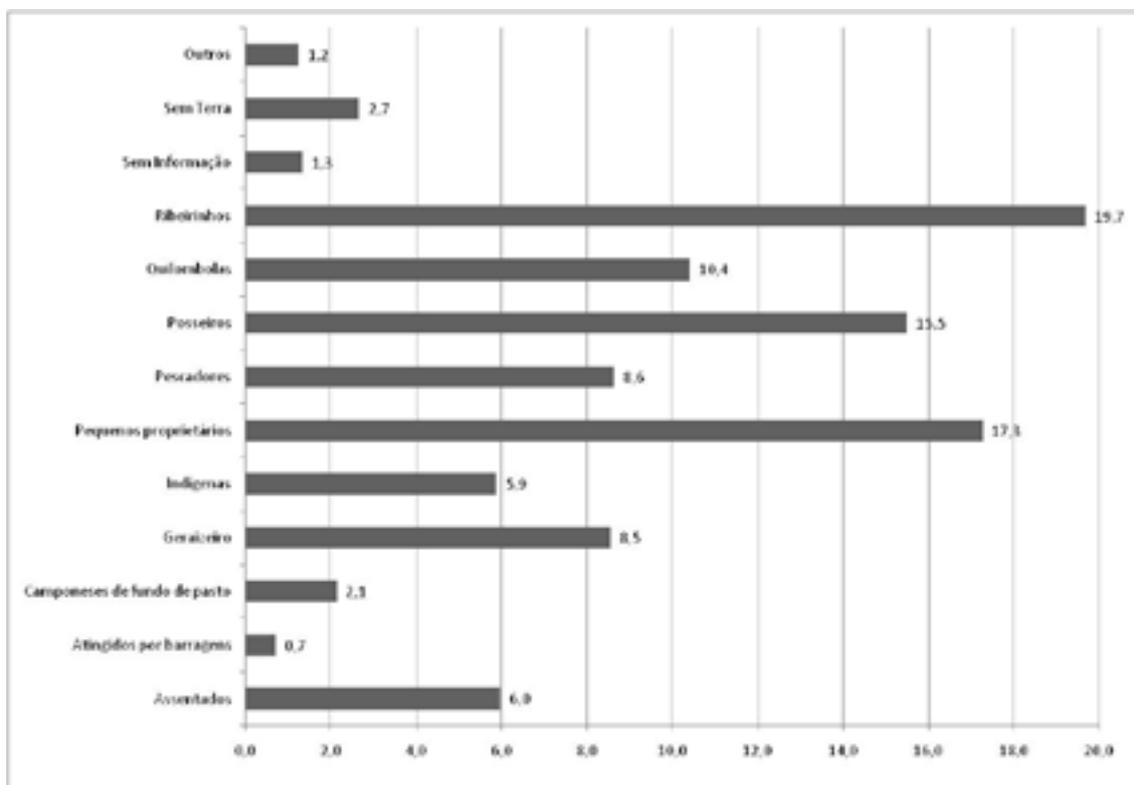


Gráfico 1 – Sujeitos atingidos pelos conflitos envolvendo a mineração no Brasil - 2004 a 2018 (%).
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018). Elaboração: os autores.

nhos estiveram envolvidos em 221 casos (19,7%); pequenos proprietários em 194 (17,3%); posseiros em 174 (15,5%); quilombolas em 117 (10,4%); pescadores em 97; geraizeiros em 96; assentados em 67; indígenas em 66; sem terra em 30; camponeses de fundo de pasto em 24 e por fim, os demais casos somaram 37. Ademais,

nos espaços dominados pela atividade mine-rária, assim como promove amputações ecológicas (GUDYNAS, 2015). Fica patente a conexão entre questão agrária e mine-ração diante das reconfigurações da luta pela terra, água e território no momento em que a “disputa pelo subsolo” (GONÇALVES, 2016) se acirra com o avanço da ex-

ploração mineral no país.

A expansão acelerada dos projetos extrativos no Brasil - com minas a céu aberto, barragens de rejeitos, duplicação de ferrovias, minerodutos, estradas, indústrias de transformação e terminais portuários - ampliou também o número de conflitos entre 2004 e 2018, com implicações em diversos estados das regiões brasileiras. (Gráfico 2).

A análise do gráfico 2 revela a agudização dos conflitos após 2010, com aumento de casos especialmente nos estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão e Espírito Santo,

neração no país, entre 2004-2018. Deve-se lembrar que o território mineiro historicamente é onde a mineração vem apresentando maior valor produzido e por consequência o que mais vem sofrendo com a exploração mineral. Em seguida, destaca-se a Bahia, com 217 conflitos, totalizando 19% dos casos registrados; o Maranhão comparece com 168 casos, 15% do total; o Pará, com 105 conflitos, 9% do total; Espírito Santo compareceu na lista com 67 conflitos catalogados, o que representou 6%. Ademais, a distribuição geográfica dos conflitos envolvendo a mineração nas distintas regiões brasileiras demonstra que Nordeste e Sudeste se destacam, sendo a

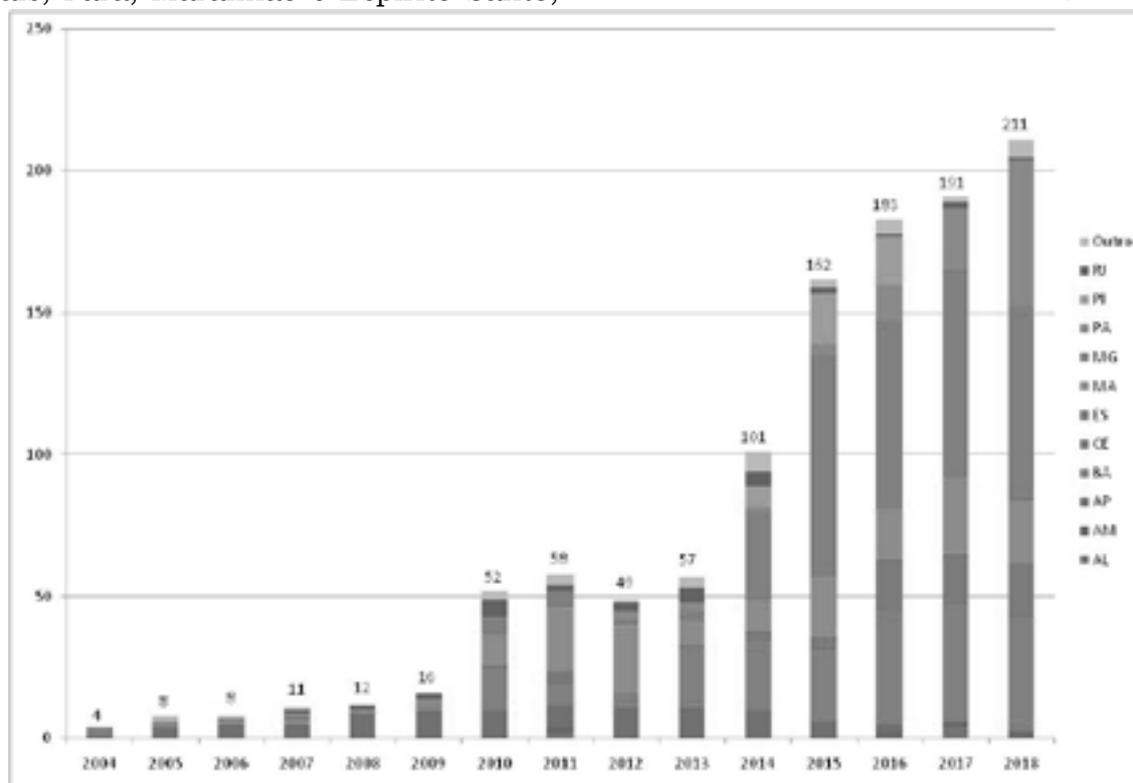


Gráfico 2 - Evolução dos conflitos envolvendo a mineração no Brasil – 2004 a 2018. Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018). Elaboração: os autores.

que se caracterizam como importantes territórios de exploração e exploração mineral ou de infraestruturas conexas à mineração, como ferrovias, rodovias, minerodutos e portos. Apenas Minas Gerais, com um total de 340 casos registrados, foi responsável por 30% dos conflitos envolvendo a mi-

primeira responsável por 39,7% dos casos compilados, e a segunda por 39,4%. Em seguida, a região Norte é realçada com 19,5% dos conflitos. Em todas as regiões do país os impactos e conflitos recaem sobre espaços ocupados predominantemente por grupos excluídos e pobres, em especial

do campo.

Os conflitos envolvendo a mineração passaram a comparecer de maneira acentuada nos dados da CPT em 2010, com uma expansão de 225% dos casos neste ano, mesmo após de quase uma década de expansão da mineração no Brasil e no auge do *boom* das commodities. Se por um lado, o crescimento dos conflitos representa a intensificação da exploração mineral no início do século XXI; por outro, é a partir desse momento que se verifica uma atenção maior com as implicações territoriais da mineração por parte de movimentos sociais e demais entidades como a própria CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e formação nos anos seguintes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. A atuação, a militância e as denúncias desse conjunto de organizações contribuíram também para dar mais visibilidade e apoiar na sistematização dos conflitos envolvendo a mineração no país. Ou seja, esse crescimento do número de casos é também reflexo da atuação de múltiplas organizações sociais frente à questão mineral brasileira e da consolidação da percepção dos conflitos envolvendo mineradoras como uma particularidade do campo brasileiro.

Desta maneira, percebe-se que os efeitos da mineração na organização do espaço não se reduzem à mina e ao seu entorno. O desastre da Samarco-Vale-BHP Billiton é um das razões de agudização dos conflitos nos anos de 2015 a 2018, em municípios de Minas Gerais e Espírito Santo que não possuem atividade mineral ativa em grande escala. No entanto, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão provocou um caminho de destruição, pilhagem e conflitos em diversos territórios da bacia do rio Doce e revelou o caráter voraz do

modelo minerador no Brasil. Neste período, os conflitos decorrentes do crime da Samarco-Vale-BHP totalizaram mais de 70 casos anuais. Isso é, mais de um terço dos casos em cada ano.

Finalmente, percebe-se que a mineração toca profundamente as coisas da terra, a propriedade fundiária, as temporalidades do viver e o sentido dos lugares para as populações que os habitam. Mostra a força dos monopólios numa economia mundializada. Ela ameaça os territórios com a fragmentação de assentamentos rurais; a desarticulação da cultura e da produção camponesa; a criminalização de atingidos, lideranças e movimentos de resistências; aumenta a pressão sobre as terras indígenas e quilombolas. Por isso, é evidente a necessidade de inserir a leitura da mineração como parte essencial do debate sobre o espaço agrário brasileiro.

Mineração e conflitos: um problema estrutural

É na disputa pelos recursos naturais e no processo de apropriação de territórios pelo capital minerador que se concentra grande parte dos conflitos envolvendo a mineração no campo brasileiro. A exploração dos bens naturais, especialmente o mineral, requer o controle territorial intenso. Não é possível extrair o minério sem se remover o solo e o subsolo, sem promover modificações e impactos tanto socioespaciais como físico-ambientais. Como resultado destes processos, se têm a expropriação, a exclusão ou eliminação dos grupos sociais precedentes no espaço, majoritariamente ribeirinhos, camponeses, posseiros, quilombolas e povos tradicionais, assim como das práticas espaciais anteriormente existentes.

Apesar de se poder tratar os conflitos em áreas de mineração em uma perspectiva ambiental, não se pode perder de vista que

para explorar o recurso mineral é necessária a apropriação (temporária ou definitiva) do espaço. Com efeito, trata-se, sobretudo, de conflitos territoriais, de disputas que buscam o controle de determinados espaços ricos em recursos naturais de alto valor de mercado e imprescindíveis para as revoluções tecnológicas contemporâneas, e que ao mesmo tempo é espaço de sobrevivência e simbolismos para grupos ali tradicionalmente fixados (COELHO, CUNHA e WANDERLEY, 2010).

Os conflitos envolvendo mineradoras e as populações do campo, sobretudo povos tradicionais, não se referem à disputa por um mesmo recurso, mas sim a uma disputa pelo território e seus atributos materiais e simbólicos, incluindo os bens comuns naturais. As comunidades do campo não têm a pretensão de extrair minério; porém, seus interesses se voltam para o espaço superficial/concreto onde estão territorializados os recursos de fauna e flora, para o espaço simbólico dos significados histórico-culturais e, também, para os usos presentes e futuros do espaço geográfico que permite a reprodução social da existência. Contemporaneamente, o embate por território vem sendo tecido diretamente entre mineradoras e as populações do campo. Enquanto as empresas buscam a liberação de concessões minerárias, os povos em terras tradicionalmente ocupadas lutam pela titulação coletiva de suas terras ou mesmo pela permanência em áreas já estabelecidas (WANDERLEY, 2012).

Por mais que as empresas insistam em reafirmar o desinteresse para com a questão fundiária, sua organização espacial pressupõe uma territorialização de objetos técnicos (sedes, acampamentos, minas, galpões, rodovias, ferrovias, minerodutos,

condomínios ou *company-town*), que pressupõem diferentes formas de domínio sobre o espaço geográfico. Consequentemente, durante o processo de territorialização do capital minerador ocorre a delimitação de novos territórios usados, causando sobreposições e conflitos em decorrência dos distintos planejamentos, concepções, usos e interesses de diversos atores para o mesmo espaço.

A Estrada de Ferro dos Carajás (EFC) é um exemplo revelador dos impactos e conflitos na mineração para além das áreas de extração. Ao conectar áreas de extração e terminais portuários para exportação de minério de ferro, os danos causados ao meio ambiente e às populações que vivem nas áreas atravessadas por quase 900 quilômetros desta ferrovia são sem conta. Centenas de vagões, carregados de minério, deixam rastros de pó de ferro, exaustão e acidentes em comunidades camponesas e quilombolas nos estados do Pará e Maranhão, situação frequentemente denunciada pela Rede Justiça nos Trilhos (2018)⁴. Além disso, destaca-se que a EFC foi também um vetor de penetração de guseiras (indústrias de beneficiamento de minério de ferro) que promoveram práticas de grilagem, trabalho escravo (CAMPOS, 2007), poluição do ar, desmatamento e destruição da floresta amazônica (GREENPEACE, 2012).

Isto posto, a profusão de empresas mineradoras nacionais e estrangeiras envolvidas em conflitos, pelo menos 60, a variedade de minérios explotados (ferro, níquel, urânio, ouro, diamante etc.), a relação com as redes globais extrativas evidenciam que o modelo de mineração implantado no Brasil é o modelo dos conflitos e não um problema de uma empresa em parti-

4 Outro exemplo que também contribui para se compreender que os conflitos envolvendo a mineração não se reduzem à mina e seu entorno é o Projeto Minas-Rio da Anglo American, que interliga a área de extração em Conceição do Mato Dentro - MG ao porto do Açú, em São João da Barra - RJ por meio de um mineroduto de 530 km, que atravessa 32 municípios (SANTOS; MILANEZ, 2015).

cular. A forma de operar das empresas de extrativismo mineral impõe um modo vio-

los sistematizados pela CPT, ou aproximadamente, 4,8% dos conflitos ligados à

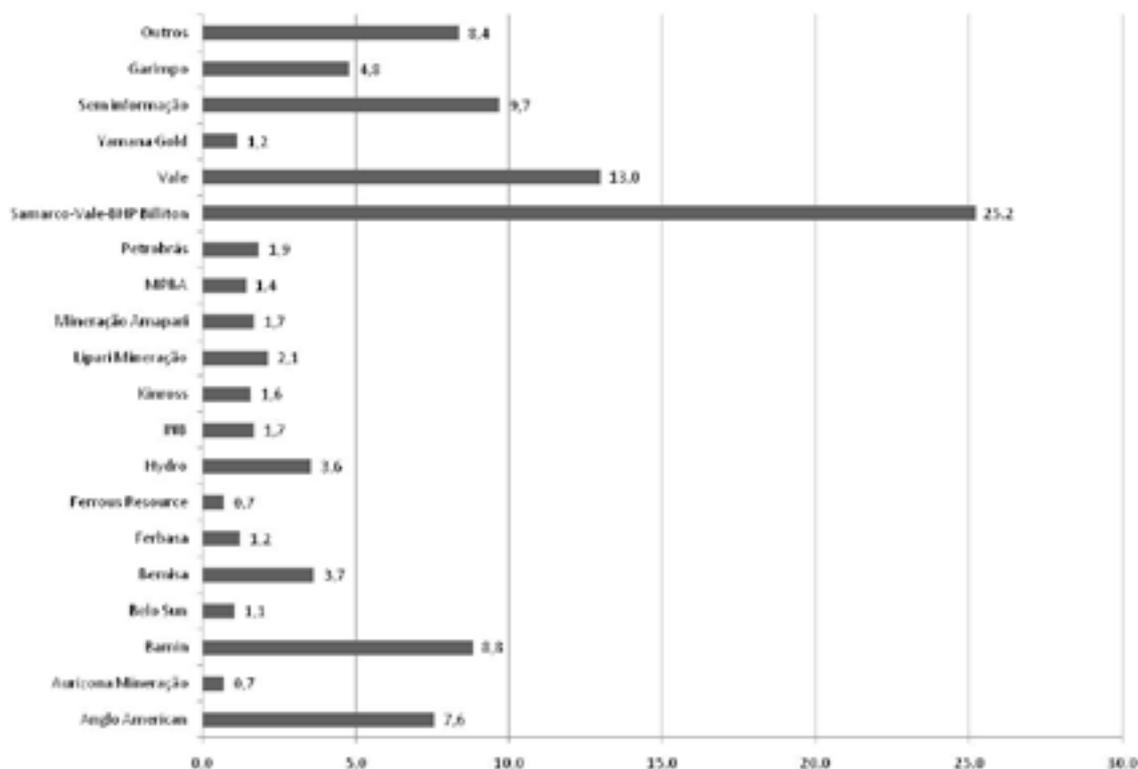


Gráfico 3 – Empresas causadoras de conflitos no território brasileiro – 2004 a 2018. Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018). Elaboração: os autores.

lento de atuar nos territórios. (Gráfico 3). As empresas que mais compareceram como causadoras de conflitos envolvendo a mineração no território brasileiro foram a Samarco-Vale-BHP Billiton, presente em 283 casos (25%); a Vale, em 146 casos (13%); a Bamin, em 99 casos (9%); a Anglo American em 85 casos (8%); a Lipari Mineração, em 24 casos; a INB, em 19 casos; a Mineração Amapari, em 19 casos e a Kinross, em 18 casos. No entanto, ao considerar o fato de que a Samarco Mineração S.A., é uma *joint venture* da Vale S.A. e da BHP Billiton, constata-se que a Vale aparece em 428 situações de conflitos, o equivalente a 38,1% dos casos compilados pela CPT, o que mostra o grau de violência provocado pela maior mineradora do país.

O garimpo também é um fator gerador de conflitos sociais e compareceu em 54 ca-

extração mineral no Brasil. A condição de extrema pobreza, aliada à ganância por encontrar um veio rico em ouro, diamante ou outra pedra preciosa, levam diversos indivíduos a desprezar limites territoriais preestabelecidos como Terras Indígenas, Unidades de Conservação, propriedades privadas, áreas de concessão minerária etc. Os garimpos, legais ou ilegais, são conduzidos por agentes econômicos de pequeno e médio porte.

Os estragos no ambiente e conflitos gerados são proporcionais ao tamanho, à capacidade de extração e ao valor do investimento. Ainda assim, os garimpeiros também são afetados pela instalação de minas de empresas mineradoras. Ao contrário dos povos do campo que não disputam o minério com as grandes corporações, os garimpeiros lutam pelo direito à

exploração dos recursos minerais.

Em suma, a perspectiva geográfica destas análises reconhece que a mineração impõe novas formas de manejo e controle dos territórios. Por isso, ao redefinir os usos e as configurações dos lugares, os conflitos, os diferentes tipos de violência e as ações de resistência compõem no âmago deste processo. Os distintos impactos de um projeto de mineração, da mina aos circuitos de beneficiamento e escoamento da produção que o integram, não se verificam em territórios vazios e homogêneos. A relação conflituosa entre a mineração e os demais usos e formas de organização dos territórios, questiona as estratégias de exploração do trabalho, a disputa e apropriação da terra, água, subsolo e áreas de florestas.

Comentários finais

Considerar o conflito nas investigações que aproximam a mineração e a organização do território brasileiro, contribui para dar visibilidade às mudanças espaciais, aos sujeitos em situação de injustiça socioambiental e às comunidades afetadas pela imposição de racionalidades hegemônicas que orientam a produção do espaço econômico por um grande projeto de investimento ou de infraestrutura de grande escala. No entanto, reconhece-se que a gravidade dos conflitos envolvendo a mineração no Brasil abrange escalas ainda maiores do que os dados apresentados pela CPT. Exemplo disso, ocorre com relação a Goiás, o terceiro principal estado minerado no país, com grandes minas a céu aberto e exploração em grande escala de ouro, níquel, fosfato, amianto, nióbio e cobre em municípios que enfrentam situações de conflito envolvendo a mineração e usos da água e da terra, causando sérios impactos ambientais e afetando a saúde dos trabalhadores, conforme demonstrado em pesquisas desenvolvidas por Barbosa

(2013) e Gonçalves (2016).

Os dados e informações documentados pela CPT somam-se a outros esforços de sistematização de conflitos envolvendo a mineração no território brasileiro. Entre estas experiências, destaca-se o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIRPO et al., 2017). A cartografia de aproximadamente 113 casos de conflitos envolvendo a mineração, georreferenciados em todo o país, demonstra o caráter corrosivo dos territórios, de populações e trabalhadores por estes empreendimentos. Outra importante fonte é o Banco de dados de recursos minerais e territórios, organizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), que reúne 118 estudos de caso, em todo o Brasil, sobre os efeitos socioambientais e econômicos da mineração (FERNANDES; ARAUJO, 2017). Por fim, destaca-se o Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, um projeto executado desde 2007 pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) em parceria com outros grupos, que mapearam 65 conflitos envolvendo a mineração no estado mineiro (ZHOURI et al., 2017).

Por fim, os dados de conflitos envolvendo a mineração revelam que o modo desse setor extrativo operar no Brasil representa um problema estrutural. Portanto, é um modelo que precisa ser discutido com participação popular ativa, organizada por comunidades, movimentos sociais e sindicais, trabalhadores e populações tradicionais com poder de decisão sobre as prioridades, destinos e usos dos seus territórios.

Da mesma maneira, é necessário o debate participativo sobre as políticas minerais, ambientais e trabalhistas, capazes de garantir a extinção de riscos ambientais e de desastres, fixar limites para as escalas e

ritmos de exploração dos minérios, criar áreas livres de mineração, fortalecer os órgãos de fiscalização e monitoramento da atividade, eliminar a influência parasitária das mineradoras dentro do Estado, certificar a segurança e saúde dos trabalhadores, respeitar os direitos tradicionais de

Referências

ANM - Agência Nacional de Mineração. Arrecadação CFEM. 2017. Disponível em: < https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx >. Acesso em: 20 Fev 2018.

BARBOSA, F. de M. T. Imperialismo e produção do espaço urbano: a indústria do amianto e a construção da cidade de Minaçu – GO. 236f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BEDINELLI, T. Os sem-terra desafiam a gigante Vale na Amazônia. El País, 2016. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479905291_797076.html >. Acesso em: 15 Fev 2018.

BUNKER, S. Underdeveloping the Amazon. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1985.

CAMPOS, A. Vale dá ultimato a siderúrgicas presentes na “lista suja”. Repórter Brasil, 30 Ago 2007. Disponível em: < <http://reporter-brasil.org.br/2007/08/vale-da-ultimato-a-siderurgicas-presentes-na-quot-lista-suja-quot/> >. Acesso em: 20 Mar 2018.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: Os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná, p. 276-300. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

FERNANDES, F. R. C.; ARAUJO, E. R. Banco de dados Recursos minerais e territórios: impactos humanos, socioambientais e econômicos. CETEM, 2017.

FIRPO, M. et al. Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. FIO CRUZ 2017.

povos da terra e das florestas. Logo, para que o modelo de mineração depredador no país seja radicalmente mudado é imprescindível a organização da sociedade sem que ocorram outros desastres como os rompimentos de barragens em Mariana/MG e Brumadinho/MG.

GONÇALVES, R. J. A. F. No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

GREENPEACE. Carvoaria Amazônia: Como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação de governos. 2012. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2012/423%20-%20Pig%20Iron%20D3-portugues.pdf> >. Acesso em: 20 Mar 2018.

GUDYNAS, E. Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

MALERBA, J. Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo. In: CPT (Ed.). Conflitos no Campo – Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional, 2015. p.78-85.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, R. S. P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. In: CPT (Ed.). Conflitos no Campo – Brasil 2012. Goiânia: CPT Nacional, 2012. p.75-86.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio. In: Anais... 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015.

TROCATE, C. A montanha foi moída. In: TROCATE, C. et.al. (Org.). Poema mineral. Movimento pela Soberania Popular na Mineração/MAM, Marabá, Pará, 2018. p.111.

WANDERLEY, L. J. Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mine-

ral no Brasil. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WANDERLEY, L. Recursos minerais na Amazônia brasileira: Impactos e perspectivas. In: MALLERBA, J. (org.) Novo marco legal da mine-

ração: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: FASE, 2012. p. 91-160.

ZHOURI, A. et al. Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. GESTA;NINJA, et al 2017.

Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO	2	18
MS		
MT	3	264
Subtotal:	5	282
Nordeste		
AL		
BA	65	20187
CE		
MA		
PB	2	325
PE	2	50
PI	9	101
RN		
SE	55	2497
Subtotal:	133	23160
Norte		
AC		
AM	1	100
AP	3	520
PA	37	36692
RO	11	6743
RR		
TO		
Subtotal:	52	44055
Sudeste		
ES	20	2274
MG	65	3222
RJ		
SP		
Subtotal:	85	5496
Sul		
PR		
RS		
SC	1	700
Subtotal:	1	700
Brasil:	276	73693



FOTO: Ingrid Barros

Conflitos pela Água 2018: entre a felicidade e a agonia...¹

Samuel Britto das Chagas²

“Perto de muita água, tudo é feliz”³.

Guimarães Rosa

“Mais se eu vê esse rio secá, como eles tão quereno, né.

Aí eu também vou secá igual o rio”⁴.

Analdina Gramacho

1 Nossos agradecimentos a Cássia Regina da Silva Luz do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC pelo envio dos dados e diálogo nas suas interpretações, e a minha filha Malu Oliveira, a quem ofereço esta análise, ainda criança ela me ajuda a ser feliz em nossos banhos no Velho Chico, enquanto escrevia estas linhas ela dormia ao meu lado com toda a sua inocência.

2 Engenheiro Agrônomo, Aperfeiçoado em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, Educador Social da CPT- Centro-Oeste da Bahia-Núcleo da Diocese de Bom Jesus da Lapa.

3 Rosa, Guimarães. Grande Sertão: Veredas (p. 45)

4 Depoimento de Analdina Gramacho (D. Dina) para o documentário “Das Águas Gerais: a Resistência de um Povo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JzE5aSaoEuM>. Acesso em 26/02/2019 às 17:55 h.

Considerações iniciais

As duas afirmações com as quais se inicia esta análise, pretendem evidenciar dois sentimentos que parecem antagônicos. João Guimarães Rosa, em seu clássico livro “Grande Sertão: Veredas”, traz a água numa perspectiva abundante e como sinônimo de felicidade. Por outro lado, a tristeza, a desolação e a agonia, expressas por dona Dina, ribeirinha das margens do Rio Carinhonha, no município de Cocos-BA, que trata o rio como se fosse a sua própria vida, revelam que os sinais de morte da água equivalem também ao seu perecimento. Não há, na verdade, antagonismos pois os sentimentos expressos em ambas as afirmações são complementares e típicos de quem vê as águas como fontes fundamentais da existência.

Ao aceitar o desafio de contribuir com a análise dos conflitos pela água no Brasil, registrados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT em 2018, decidimos trazer um elemento de fundo que permita compreendê-los a partir de uma indissociável relação com a terra. Dessa forma, água e terra estão juntas e os conflitos, nas quais elas se imbricam são, ao mesmo tempo, socioambientais e territoriais.

Roberto Malvezzi (2015), já esclarecia que “desde o início da publicação de Conflitos no Campo Brasil, em 1985, entre os conflitos por terra catalogavam-se os conflitos originados pelas barragens para construção de hidrelétricas ou outros pequenos açudes”. A dimensão una entre terra e água também foi citada em outras análises do relatório, a exemplo do artigo de Claudemir Cosme para a edição de 2016, que traz em uma nota de rodapé a seguinte afirmação:

Ao tratar da propriedade fundiária, mais especificamente da renda da terra, Marx (2008, p. 824) mais uma vez antecipa

uma questão que seria de extrema relevância na atualidade: ‘Para sermos precisos, observemos que nosso conceito de terra abrange também águas etc. que, como acessório dela, tenham proprietário’. Portanto, não dá para falar, por exemplo, de reforma agrária no Brasil sem discutirmos essa relação, inseparável, entre terra e água (COSME, 2017, p. 121).

Ao abordar os conflitos por terra e água, caracterizando-os como socioambientais e territoriais, cabe citar a compreensão de Henri Acselrad, que caracteriza os conflitos ambientais como sendo

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 27).

O autor complementa que os conflitos ambientais remetem a quatro dimensões constitutivas, a saber: “apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade entre as práticas sociais”. Para ele,

a análise destes dois planos onde se põem em jogo a apropriação dos recursos do território, bem como do modo como são evocadas as condições de interação e durabilidade das diversas formas sociais de apropriação, é essencial para se apreender a dinâmica conflitiva própria aos diferentes modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2004, p. 27).

Chagas (2014) afirma que “há atualmente uma variedade de visões, abordagens e conceituações sobre conflitos, que acarretam uma polissemia entre os termos utili-

zados em sua abordagem”.

As opções conceituais da CPT na documentação de conflitos no campo têm sua história e suas razões, que estão nas lutas e resistências concretas do campesinato brasileiro em sua grande variedade de territórios, identidades, adversários e inimigos, conforme as configurações espaço-temporais deste imenso País. A (moderna) luta pela terra tem marco inaugural evidente: a Lei de Terras (1850), que impõe a propriedade capitalista da terra.

A situação que deu origem à CPT e à necessidade de documentar e denunciar os conflitos no campo foi a política de expansão da fronteira agrícola em nome do “desenvolvimento”, sobretudo na Amazônia, em meados do último período militar (1964 / 1985). Mas e a evidência – e a visibilização necessária – dos conflitos por água?

A especialidade dos conflitos por água tem origem nos enfrentamentos vários que os atingidos por barragens e hidrelétricas passaram a ter nesse mesmo período. Ainda que a água fosse o ingrediente principal destes conflitos, o foco era a perda e reconquista da terra inundada.

Daí que figuravam na documentação da CPT como TE/BA – terra / barragem. E também como em torno da Seca, em vista dos conflitos deste tipo na região semiárida do Brasil. Já na passagem do século e do milênio, a questão da água aparecia mais e com outras configurações diversas, além destas de barragem e seca. Era hora de chamar a atenção para eles.

Para a CPT são conflitos pela água:

“ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores”. (CPT, 2018).

Contexto de 2018

O ano de 2018 inicia-se com dois eventos internacionais que abordaram a temática da água em perspectivas completamente opostas. De um lado, o **“Fórum Mundial da Água-FMA”**, organizado pelos Estados e Corporações que têm uma visão da água como mercadoria. De outro, o **“Fórum Alternativo Mundial da Água-FAMA”**, iniciativa de comunidades, movimentos sociais, organizações e entidades populares, que veem a água como fonte primordial da vida. Em seu discurso no FMA, o então Ministro da Agricultura brasileiro, Blairo Maggi, afirmou que:

a agricultura no Brasil é bastante sustentável, eu até desafio uma agricultura que seja mais sustentável que a do Brasil. (...) Apenas 10%, ou menos de 10% da agricultura brasileira utiliza água para a irrigação, os outros 90% de nossa agricultura é água de precipitação⁵.

A afirmação contraria a própria Agência Nacional de Águas (ANA), cujo relatório “Conjuntura Recursos Hídricos Brasil 2018”⁶ veicula dados diferentes. De acordo com a publicação, a água para irrigação representa 52% do total retirado e a água consumida para irrigação representa 68,4% do total consumido, o que está bem próximo das médias internacionais, que giram em torno de 70% da extração

5 Disponível em: <https://tvterraviva.band.uol.com.br/videos/ultimos-videos/16413917/agricultura-brasileira-e-a-mais-sustentavel-do-mundo-diz-maggi.html>. Acesso em 25/02/2019 às 23:45 h.

6 Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/porta/publicacao/Conjuntura2018.pdf>. Acesso em 26/02/2019 às 19:23 h.

de água mundial usadas para a irrigação (WWAP, 2018)⁷.

Já o documento final do FAMA, que expressa a visão dos participantes do evento, se contrapõe ao discurso do Ministro Blairo Maggi ao afirmar, em uma perspectiva crítica, que:

O modo de produção capitalista, historicamente, concentra e centraliza riqueza e poder, a partir da ampliação de suas formas de acumulação, intensificação de seus mecanismos de exploração do trabalho e aprofundamento de seu domínio sobre a natureza, gerando a destruição dos modos de vida. Vivemos em um período de crise do capitalismo e de seu modelo político representado pela ideologia neoliberal, na qual se busca intensificar a transformação dos bens comuns em mercadoria, através de processos de privatização, precificação e financerização (...). O resultado desejado pelas corporações é a invasão, apropriação e o controle político e econômico dos territórios, das nascentes, rios e reservatórios, para atender os interesses do agronegócio, hidronegócio, indústria extrativa, mineração, especulação imobiliária e geração de energia hidroeétrica. O mercado de bebida e outros setores querem o controle dos aquíferos. As corporações querem também o controle de toda a indústria de abastecimento de água e esgotamento sanitário para impor seu modelo de mercado e gerar lucros ao sistema financeiro, transformando direito historicamente conquistado pelo povo em mercadoria.

Cabe aqui retomar a análise de Acselrad (op. cit. apud FABIANI, 1989), para quem o Estado:

insere-se na luta pela apropriação simbólica da base material impondo a definição de uma natureza estatizada, integrada ao capital, e de uma natureza residual

onde acomodam-se os agentes que resistem e/ou são excluídos espacialmente.

E mais, “as agências estatais de meio ambiente, limitam-se, por vezes, à ação simbólica de administrar as representações da Natureza, separando a Natureza a conservar da Natureza ordinária, aberta aos apetites econômicos”. Parecem ser estas as simbologias que sustentam o discurso de Blairo Maggi e também ajudam a tornar aceitáveis os dados da ANA.

Nesse sentido, entidades como o grupo AGROPLUS/UFV e a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia-AIBA, além de autarquias do estado baiano e instituições públicas de ensino, inclusive estaduais, participam dos estudos sobre o Potencial Hídrico do Oeste da Bahia, no Projeto Urucuia⁸. Este é um exemplo do envolvimento de setores privados e universidades públicas a serviço do agronegócio. A lógica desse esforço é “referenciar cientificamente” o que os agronegociantes baianos afirmam categoricamente: “há no oeste da Bahia água suficiente para expansão da agricultura”. Neste caso concreto, é possível recorrer a um velho dito popular que diz que “quem paga a banda, escolhe a música”. Assim, torna-se previsível antecipar os resultados dos estudos, sem profetizar, e menos ainda ironizar, que afirmarão: “há água no oeste baiano para o agronegócio”.

O Projeto Urucuia remete a um conceito citado por Martínez-Alier, para quem:

Ao incorporar o meio ambiente, a noção de intercâmbio desigual pode ser ampliada de modo a incluir externalidades locais não contabilizadas e que, nesse exato sentido, não são ressarcidas, assim como inscrever diferentes tempos de produção

7 Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261494/PDF/261494spa.pdf.multi>. Acesso em 26/02/2019 às 20:50 h.

8 Disponível em: <https://www.agroplusufv.com.br/projeto-urucuia>. Acesso em 27/02/2019 às 14:45 h

intercambiados para quando tivermos produtos extraídos que se repõem apenas no longo prazo (se é que efetivamente isso é possível), e que são trocados por bens e serviços produzidos de um modo bem mais rápido. Neste sentido, a noção de ‘intercâmbio ecologicamente desigual’ significa a exportação de produtos oriundos de países ou de regiões pobres desconsiderando as externalidades envolvidas na sua produção e o esgotamento dos recursos naturais, trocados por bens e serviços das regiões mais ricas (MARTINEZ-ALIER, 2011, s.p.).

Seria esta a lógica condutora das ações dos agronegociantes, mineradoras, empresas da hidroeletricidade, setores imobiliários que aliados às omissões e conivências do Estado, imprimem aos despossuídos mais expropriações. E as lógicas e dinâmicas distintas vão desde o plano concreto dos conflitos para o plano dos debates teórico-discursivos.

As eleições de 2018 trouxeram um cenário de divisão no Brasil, diferente das últimas eleições de 2010 e 2014, nas quais, apesar de representar propostas políticas distintas, tanto o PT como o PSDB tinham como horizonte um projeto que visava manter a dinâmica extrativista de produção de *commodities* (ferro, carne, grãos e, consequentemente, água) para exportação. Parecia haver dois “cavalos iguais, correndo o mesmo páreo” e as propostas tinham como horizonte a reprimarização da economia em detrimento da indústria nacional.

Em 2018, o cenário eleitoral foi outro: havia dois projetos totalmente opostos, e infelizmente aquele que representava as ideias conservadoras se elegeu para governar o Brasil. A composição do novo governo deu o tom de como serão as coisas nos próximos anos. Os representantes da banca da bala, do boi e da bíblia, juntamente com os militares da reserva, ocuparam os cargos na reforma administrativa realiza-

da. Por não ter havido um debate público, torna-se um desafio compreender o que se dará nos próximos anos, embora o perfil institucional que se desenhou permita imaginar os rumos do País.

Ao analisar a “narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado” Altair Sales Barbosa et al. (2014) cita o “Piar da Juriti Pepena”, que para a tradição dos indígenas, chamados de “Peregrino do Alvo-recer”, o Cerrado, ambiente ocupado por diversos desses povos, é comparado a um “Jardim das Plantas Tortas” e este piar da Juriti seria um canto de agouro, que traria a “desgraça” para os povos. Na fábula, um indígena chamado Djahy, da etnia Uru-eu-wau-wau, que habitava as cabeceiras do rio Jamari, no Planalto da Alta Lídia, na Serra dos Pakaás-Novos, em Rondônia, sonha com o piar do pássaro por três vezes. A interpretação é que o primeiro piar da Juriti Pepena representou a chegada das primeiras “bandeiras” ao Cerrado no século XVII; o segundo piar se deu nas décadas 1950 e 1960 do século XX, com a chegada da Revolução Verde. Os cenários parecem se agravar com Bolsonaro e seus aliados. Estariam todos os brasileiros diante do terceiro piar da Juriti Pepena? Só o tempo nos dirá!

Análise dos números da CPT sobre os conflitos pela água em 2018

Para não se perder a referência histórica dos últimos 16 anos, ou seja, desde 2002, quando a CPT começou a sistematizar os dados em torno dos Conflitos pela Água, organizou-se a tabela 1, a seguir, com o número de conflitos e de famílias envolvidas.

Ao organizar a análise por séries, é possível perceber que os registros apontam crescimento variável entre 2002 e 2011, e a partir desse ano uma elevação constante, com ápice em 2018. Os números mostram que em 16 anos de registro houve 1.626 confi-

Conflitos pela Água – 2002 a 2018		
Ano	Número de Conflitos	Número de Famílias envolvidas
2002	8	1.277
2003	20	9.601
2004	60	21.449
2005	71	32.483
2006	45	20.502
2007	87	32.747
2008	46	27.156
2009	46	40.348
2010	87	39.522
2011	69	28.908
2012	79	29.911
2013	101	31.426
2014	127	42.815
2015	135	42.337
2016	172	44.471
2017	197	35.418
2018	276	73693
16 anos	1.626	551.204

Tabela 1 - Fonte: CEDOC CPT - 2002 a 2018

tos, envolvendo 551.204 famílias, considerando a média brasileira de cinco pessoas por família, chega-se a um número aproximado de 2.756.020 pessoas envolvidas.

Ao usar como referência a população brasileira estimada para o ano 2018, segundo o IBGE, em 208,5 milhões de pessoas⁹, ao longo desses 16 anos é como se 1,32% da população brasileira estivesse envolvida em conflitos pela água. Os dados de 2018 saltam aos olhos, pois os conflitos passam de 197 em 2017, para 276, um aumento de 40%. Já o número de famílias cresceu de 35.418 para 71.253, elevação de 101,17%.

Ao analisar os dados de 2018, considerando as macrorregiões do País, é possível perceber que em relação ao número de conflitos destaca-se o Nordeste com 133 casos (48,1 %), em segundo o Sudeste com

85 (30,80%) e em terceiro o Norte com 52 (18,84%). Em número de famílias essa ordem se altera, ficando em primeiro lugar o Norte, com 44.055 (61,83%), em segundo o Nordeste com 23.160 (32,5%) e em terceiro o Sudeste com 5.496 (7,71 %).

Os estados mais conflitivos em 2018 foram Bahia e Minas Gerais cada um com 65 casos (23,55%). Somados representam 130 casos (47,10%); em segundo lugar está Sergipe com 55 ocorrências (19,93%); e em terceiro o Pará com 37 (13,41%). Chama a atenção que Minas e Bahia apresentem algumas características semelhantes, a saber: possuem grandes mineradoras, estão interligados pelo rio São Francisco e sua rede de afluentes e subafluentes, e encontram-se no domínio semiárido.

Conforme a tabela 2, as principais vítimas dos conflitos pela água em 2018 foram as Comunidades Tradicionais. Dos 276 casos, 235 (85,14%) atingiram nove grupos sociais distintos: Camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Indígenas, Marisqueiras, Pescadores, Quebradeiras

Conflitos pela Água 2018 (Grupos sociais envolvidos)	
Grupo Social	Ocorrências
Alados	2
Assentados	16
Atingidos por Barragens	5
Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto	4
Geraizeiros	18
Indígenas	5
Marisqueiras	1
Pequenos Produtores	14
Pescadores	96
Posseiros	4
Quebradeiras de Coco	1
Quilombolas	9
Ribeirinhos	100
Vazanteiros	1
14 grupos	276

Tabela 2 - Fonte: CEDOC CPT - 2018

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-mais-de-208-milhoes-de-habitantes-segundo-o-ibge.ghtml>. Acesso em 28/02/2019 às 19:05 h.

de Coco, Quilombolas, Ribeirinhos e Vazanteiros. As outras categorias (Aliados, Assentados, Atingidos por Barragens, Pequenos Produtores e Posseiros) estiveram envolvidas em 41 ocorrências (14,85%). Os Ribeirinhos foram os mais impactados, com 100 casos (36,23%), especialmente nos estados da Bahia, Minas Gerais e Pará. O segundo grupo mais atingido foi o dos Pescadores, com 96 casos (34,78%) e destaque para os estados do Espírito Santo e Sergipe. Ao considerar que as identidades dos Ribeirinhos, Vazanteiros e Pescadores estão muito próximas, é possível afirmar que 197 casos (71,37%) dos Conflitos pela Água no Brasil em 2018 vitimaram essas categorias.

De acordo com a tabela 3, são oito as principais categorias causadoras de conflitos pela água em 2018, com destaque para Mineradora Internacional, agente em 111 casos (40,22%), principalmente nos estados de Minas Gerais e Pará. Ao somar esses 111 casos aos 28 protagonizados

Conflitos pela Água 2018 (Causadores)	
Causadores de Conflitos	Número de Conflitos
Empresário	73
Empresário Internacional	1
Fazendeiro	27
Governo Estadual	2
Governo Federal	1
Hidrelétrica	33
Mineradora	28
Mineradora Internacional	111
8 causadores de conflitos	276

Tabela 3 - Fonte: CEDOC CPT - 2018

por Mineradora, essa atividade passa a representar 139 eventos, 50,36% do total. Empresários foram responsáveis por 73 ocorrências (26,45%), concentradas principalmente em Sergipe, e as Hidrelétricas

respondem por 33 casos (11,96 %), com destaque para os Estados do Piauí e Rondônia.

A tabela 4 demonstra que as três principais tipologias de conflitos pela água, registradas pela CPT em 2018, revelam a preponderância da Apropriação Particular, responsável por 114 casos (41,30%). Em seguida está Uso e Preservação, com 91 ocorrências (32,97%) e em terceiro lugar as Barragens e Açudes, com 71 eventos (25,72%).

Conflitos por Água 2018 (Tipologia)	
Tipologias de Conflitos	Número de Conflitos
Apropriação Particular	114
Barragens e Açudes	71
Uso e Preservação	91
3 Tipologias	276

Tabela 4 - Fonte: CEDOC CPT - 2018

Segundo a tabela 5, foram 10 as principais formas de violência ocorridas em 2018, que fizeram 153 vítimas, das quais 75 (49,02%), foram impactadas pela Omissão ou Conivência das autoridades públicas; 53 casos (34,64%) estão relacionados a Danos variados, que vão desde a destruição de roças até a eliminação de nascentes. Por fim, em sete casos (4,58%) houve Ameaça de Morte. Aqui cabe destacar três conflitos emblemáticos: 1) as 58 ações envolvendo a tragédia de Mariana da Samarco/Vale/BHP Bilinton em Minas Gerais; 2) as 55 comunidades do Baixo São Francisco Sergipano, na luta pela manutenção dos seus modos de vida, contra os interesses especulativos imobiliários; 3) as 30 ações da Hydro Alunorte contra as comunidades

Conflitos por Água 2018 (Caracterização da Violência)	
Caracterização da Violência	Número de Vítimas
Ameaça de Expropriação	2
Ameaça de Morte	7
Assassinato	1
Danos	53
Humilhação	1
Impedimento de ir e vir	5
Impedimento do Exercício Profissional	4
Intimação	3
Omissão / Conivência	75
Tentativa de Assassinato	2
10 Características da Violência	153

Tabela 5 - Fonte: CEDOC CPT - 2018

paraenses, do município de Barcarena.

Esse último conflito fez um mártir da luta em defesa da vida e das águas em 2018, Paulo Sérgio Almeida Nascimento, ribeirinho, liderança da Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia-CAINQUIAMA, assassinado a tiros na comunidade Ramal Fazendinha, em Barcarena-PA, em 12/03/2018. Três meses antes, em 22/12/2017, Fernando Pereira, liderança da Comunidade Jardim Canaã, no mesmo município, também foi assassinado por envolvimento no mesmo conflito. Que suas lutas, resistências e martírios não sejam em vão, pois se “a luta pela terra a mãe de todas as lutas”, a luta e resistência pelas águas é a própria luta pela vida.

Considerações finais

Ao trazer a perspectiva da água como sinônimo de felicidade, pretendia-se nesta análise apresentar o simbolismo que a água representa, em especial para os Povos e Comunidades Tradicionais, que dependem essencialmente dela para sobreviver e viver.

Nesse sentido, isto é da intrínseca ligação da água com a vida e da dura e contínua luta que os povos do campo são forçados a travar por suas águas e terras, não é tarefa fácil colocar termo naquilo que permanece aberto. Por isso, sugerem-se aqui três estratégias que parecem centrais, como perspectivas para o cenário dos conflitos pela água:

1) ampliar o debate sobre a água no seio da sociedade brasileira, com engajamento político das pessoas sensibilizadas a partir dessa realidade tão severa;

2) articular aqueles que lutam e resistem contra os processos de expropriação territoriais no campo brasileiro, seja nas lutas pela terra, pela água, pelos territórios, pelos direitos, traçando como perspectiva um projeto popular, autônomo e independente, protagonizado a partir de outras esferas de poder, que não apenas a institucional;

3) enfrentar todas as formas de injustiça, em especial as socioambientais no campo brasileiro, buscando alianças com setores estratégicos da sociedade, inclusive no âmbito internacional.

Por fim, trazemos dois especialistas em questões correlatas à análise proposta. O primeiro é Aldo Rebouças, um dos maiores especialistas em água do Brasil, que afirma:

Efetivamente, o que mais falta no Brasil não é água, mas determinado padrão cultural que agregue ética e melhore a eficiência de desempenho político dos governos, da sociedade organizada *lato sensu*, das ações públicas e privadas, promotoras do desenvolvimento econômico, em geral, e da sua água doce em particular (REBOUÇAS, 2015, p. 30 e 31).

O outro é Martinez-Alier (2015, p. 340), especialista em Ecologia Política, que complementa: “os valores sociais não-econômicos e a urgência da sobrevivência humana entram em jogo nos processos de tomada de decisões ambientais, legitimados, como se fizesse falta, pelos fracassos da valoração econômica”.

Que o terceiro pilar da Juriti Pepena não se conclua, apesar de um cenário com tendências a se agravar. Enfim, que a felicidade das águas possa superar a tristeza, a desolação, e a agonia que nos afligem.

Referências

- ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: Relume Dumará. Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ANA, *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018*. Informe anual. Brasília-DF: ANA, 2018
- BARBOSA, A. S. *O piar da Juriti Pepena – Narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado*. Goiânia-GO: Editora da PUC Goiás, 2014.
- CHAGAS, S.B. *Conflitos Socioambientais da Bacia do São Francisco*. In: *Velho Chico: A experiência da Fiscalização Preventiva Integrada na Bahia*. Equipe FPI. 1ª Edição. Salvador-BA: Ministério Público e Órgãos Parceiros do Programa FPI. 2014.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2017*. Goiânia-GO: CPT Nacional, Expressão Popular, 2018.
- COSME, C. M.. *Crítica à transformação capitalista da água em mercadoria: águas para a vida, não para a morte*. In: *Conflitos no Campo Brasil 2016*. Goiânia-GO: CPT Nacional, Expressão Popular, 2017.
- FAMA. *Declaração Final do Fórum Alternativo Mundial da Água*. Brasília-DF: 2018.
- MALVEZZI, R. *Conflitos por Água nos últimos 10 anos*. In: *Conflitos no Campo Brasil 2014*. Goiânia-GO: CPT Nacional, Expressão Popular, 2015.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. Joan Martínez-Alier; tradução Maurício Waldman – 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo-SP: Contexto, 2011.
- REBOUÇAS, A.C. *Água doce no mundo e no Brasil*. In: *Braga*. In: BRAGA, J. B. (Org.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. 4ª edição. São Paulo-SP: Escrituras Editora, 2015.
- ROSA, G. *Grande Sertão: Veredas*. 19ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 2001.
- WWAP (Programa Mundial de las Naciones Unidas de Evaluación de los Recursos Hídricos)/ONU-Agua. *Informe Mundial de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos 2018: Soluciones basadas em la naturaleza para la gestión del agua*. París, UNESCO. 2018.



FOTO Andressa Zumpano

Trabalho

Agrotóxicos: o medo que cala

Ana Aranha¹

Conflitos Trabalhistas

Depois que a ação do Estado no combate aos conflitos trabalhistas chegou ao fundo poço em 2017, quando a CPT registrou 66 ocorrências, com 530 pessoas envolvidas na denúncia e os órgãos competentes libertaram apenas 386 pessoas, pode-se dizer que houve uma reação positiva no combate ao trabalho escravo em 2018, apesar da exiguidade dos recursos e da diminuição constante do número de fiscais do trabalho.

Em 2018 registraram-se:

86 ocorrências de trabalho escravo, 1.465 pessoas envolvidas, 3 ocorrências de superexploração, 12 pessoas envolvidas, Total 89 ocorrências – 35% maior que o ano anterior.

1.477 pessoas envolvidas 179% maior que o ano anterior 2 pessoas assassinadas.

Mas outras situações, igualmente graves, mostram diferentes formas de exploração do trabalho no campo que a CPT registra.

O texto de Ana Aranha a seguir analisa os casos de trabalhadores vítimas de contaminação por agrotóxicos².

Descobri recentemente o tema que faz as portas e sorrisos se fecharem mesmo nas casas mais hospitaleiras do Brasil rural. Cobrindo o tema pela Repórter Brasil, que promove uma série de matérias e investigações em parceria com a Agência Pública sobre agrotóxicos, lidamos diariamente com o medo de nossas principais fontes de informação: as comunidades rurais que vivem na pele as consequências dessas substâncias. Desde trabalhadores que ficaram doentes depois de manusear os químicos, passando por mães e pais cujos filhos foram intoxicados em escolas próximas a plantações, chegando até a médicos que observam cotidianamente o aumento dos casos de contaminação.

A maioria se cala.

Por isso a importância de um olhar aprofundado sobre o levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que usa a ferramenta do monitoramento social para detectar não só as mortes, mas também ameaças à vida relacionadas ao contato com os agrotóxicos.

Mas como é possível fazer um levantamento exaustivo de um tema tabu? Não é. Os casos reunidos aqui estão limitados às histórias que furaram a bolha do silêncio. Os números são pequenos perto do universo de ocorrências que segue invisível porque não são notificadas. Mas permitem

1 Jornalista e documentarista da Repórter Brasil

2 Os editores

uma análise qualitativa sobre a dinâmica de como esses químicos ameaçam a vida das populações rurais no Brasil – o país que mais utiliza agrotóxicos no mundo.

De 2000 a 20018, a CPT detectou 363 vítimas em conflitos envolvendo essas substâncias, pessoas que morreram ou tiveram sua vida ameaçada devido ao contato com elas. São situações que abarcam intoxicação de trabalhadores e moradores do campo, assim como lideranças rurais perseguidas por denunciar o problema. Seguindo a classificação por conflitos feita pela organização, os casos estão distribuídos do seguinte modo: 71% em conflitos pela terra (256 vítimas), 21% em conflitos trabalhistas (77 vítimas) e 8% em conflitos pela água (30 vítimas).

O ícone que representa as mortes em conflitos pela terra envolvendo agrotóxicos é José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé. O apelido é uma referência ao nome da comunidade onde ele nasceu e vivia, Tomé, que fica na Chapada do Apodi, município de Limoeiro do Norte, Ceará. A história desse líder comunitário que teve coragem de denunciar os impactos dos agrotóxicos na sua região é a exceção que confirma a regra.

Zé Maria era um pequeno produtor rural que despertou para os impactos dos agrotóxicos ao ver os efeitos na pele de uma de suas filhas, que quando pequena sofria com coceiras e irritações. Ele seguiu os canais de água que abastecem sua comunidade e descobriu que passavam dentro de grandes plantações de frutas na região.

Passou então a pular cercas para tirar fotos dos aviões jogando agrotóxicos sobre a água que abastecia as famílias locais, e liderou um movimento para pressionar por mudanças. Semanas depois que os vereadores da cidade aprovaram a proibição da pulverização aérea na cidade, sob for-

te pressão do grupo liderado por Zé Maria, o líder foi executado com 25 tiros, em abril de 2010. Os assassinos levaram o seu pendrive e pasta, onde ele guardava as denúncias contra o uso irresponsável de agrotóxicos pelas fazendas locais. Menos de um mês depois da sua morte, a lei foi revertida, voltando a permitir a aplicação de agrotóxicos por avião no município. João Teixeira Junior e José Aldair Gomes Costa, respectivamente o dono e o gerente da empresa Frutacor, que produz frutas na região, foram denunciados como réus pelo Ministério Público Estadual. O caso ainda será julgado em terceira instância.

O conflito que tirou a vida de Zé Maria revela que os agrotóxicos exigem um olhar global, pois envolvem a questão da terra, da água e trabalhista. O líder era crítico do modo como a terra da sua região fora fatiada dentro do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, que levou a água do rio de mesmo nome à Chapada do Apodi. O projeto deslocou pequenos produtores, que ocupavam a terra há gerações, para dar espaço a empresas de grande porte, muitas delas multinacionais, que hoje estão demitindo os trabalhadores que empregavam na região devido à seca.

O assassinato gerou mobilização de organizações nacionais e internacionais, colocando as denúncias de Zé Maria na imprensa, mas o “recado” foi dado para os moradores, que ainda têm medo de falar sobre o assunto. Graças ao monitoramento de diversas organizações, porém, sabe-se que as famílias continuam sofrendo as consequências dos agrotóxicos, sendo o local que mais concentra conflitos com este componente em todo o país, de acordo com o levantamento da CPT.

Crianças entre as vítimas

A família de Zé Maria tem que lidar, hoje, com mais uma consequência da presença

contínua de agrotóxicos: a neta do líder assassinado foi uma das crianças diagnosticadas com puberdade precoce em pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Conduzida pela médica Ada Pontes Aguiar, a pesquisa estabeleceu correlação entre os problemas de saúde da nova geração e o contato com agrotóxicos. A pesquisa encontrou ingredientes ativos não só na água usada na casa das famílias pesquisadas, mas também no seu sangue e urina. A pesquisa foi abordada em matéria da Repórter Brasil e entrou no levantamento da CPT, com oito crianças entre as vítimas.

As crianças são presença constante na base de dados: há 91 delas entre as vítimas. Escolas rurais servem de cenário para nada menos que um terço das vítimas de conflitos por terra relacionados a agrotóxicos. Mais da metade foram intoxicadas dentro de escola do Paraná em novembro de 2018, quando um trator da fazenda de soja vizinha violou as regras para distância mínima e aplicou Paraquate, agrotóxico proibido na União Europeia, a poucos metros da unidade de ensino. Os alunos, que estavam brincando na quadra, correram para ver a “máquina nova do fazendeiro”, e sentiram no rosto a umidade trazida pela nuvem de produto químico. Foram mais de 50 crianças e adolescentes intoxicados só neste caso, mas o número sobe para mais de 100 quando se leva em conta os funcionários da escola que também foram vítimas do episódio. O caso foi revelado por matéria da Agência Pública dentro do projeto Por Trás do Alimento, site que reúne a cobertura sobre agrotóxicos feita em parceria com a Repórter Brasil.

Esse caso foi classificado como conflito de terras porque as escolas ficam próximas a fazendas que não respeitam a distância mínima fixada em lei. A resposta do estado à denúncia foi desastrosa, indicando que outras violações assim devem ocorrer:

pouco mais de um mês depois que o caso do Paraná veio à tona, o governo revogou a norma que proibia a aplicação de agrotóxicos a menos de 50 metros de escolas, casas, unidades de saúde, rios e mananciais. Hoje, o único impedimento legal para aplicação perto de escolas no estado é para pulverização aérea, regido por lei federal.

Ainda em 2018, outro caso de contaminação em escolas, que também está registrado no relatório da CPT, voltou à tona em denúncia feita por professor de Rio Verde, Goiás. O professor Hugo Alves dos Santos – que denunciou episódio em que um avião jogou agrotóxicos sobre sua escola, em 2013, até então maior caso de contaminação em escolas do país – voltou a falar em entrevista à Repórter Brasil. Dessa vez ele denunciou que a intoxicação de crianças em Rio Verde continua acontecendo de forma contínua. Segundo ele, os fazendeiros não respeitam a distância mínima e jogam químicos com trator no entorno das escolas. Embora a região apareça uma vez no relatório da CPT, registrando 37 vítimas em 2013, o professor diz que o número de vítimas é muito maior, pois a contaminação ocorre de forma contínua e silenciosa.

A denúncia foi confirmada por estudo da Human Rights Watch sobre intoxicações por agrotóxicos em zonas rurais do Brasil. Depois de visitar sete locais do Brasil rural, a pesquisa concluiu que casos como o de Rio Verde se repetem: crianças, professores e moradores do campo são intoxicados em escalas menores, mas de modo disseminado e contínuo. A exposição contínua pode gerar consequências médicas sérias, como os casos de puberdade precoce no Ceará ou casos de câncer identificados em pesquisas na Itália sobre o Paraquate, um dos químicos mais vendidos no Brasil embora proibido na União Europeia.

Depois de dar diversas entrevistas sobre o caso da pulverização sobre a escola em

2013, Hugo relata ter sofrido perseguição. Ele perdeu o cargo de diretor e chegou a ser proibido de falar com a imprensa. Tudo, segundo ele, por pressão do poder econômico local.

Trabalhadores: refêns do silêncio

Além de suas comunidades continuarem sofrendo intoxicação, as duas lideranças citadas acima sofreram consequências severas por denunciar os impactos dos agrotóxicos. A certeza da punição cala a maior parte das vítimas, ainda mais quando o ganha pão está em jogo. O medo de perder o emprego faz, dos trabalhadores, o grupo mais silencioso.

No caso dos conflitos trabalhistas, o que mais chama a atenção no levantamento da CPT é a subnotificação: foram apenas 77 vítimas em conflitos relacionados ao trabalho de 2000 a 2018. Em uma atualização dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) feita pela Agência Pública, podemos verificar os dados do sistema de saúde para o mesmo período analisado pela CPT: de 2000 a 2018, há registro de 9.098 casos de intoxicação em que a vítima tinha exposição à substância no trabalho. Assim como nos dados da CPT, esses são os casos de pessoas intoxicadas, nem todos levaram à morte.

Mas mesmo os dados do sistema público de saúde são considerados como subnotificados – em especial quando se trata da exposição no trabalho. Essa é a principal conclusão da pesquisadora Rosany Bochner em artigo publicado pela Fiocruz em 2015, como sugere o título “Óbito Ocupacional por exposição a agrotóxicos utilizado como evento sentinela: quando pouco significa muito”.

Buscando casos de mortes, a pesquisadora encontrou 66 óbitos devido a intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola ao

analisar o SINAN de 2007 a 2011. Para o mesmo período, ela encontrou um número ainda menor no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas: apenas 14 óbitos por agrotóxicos registrados como ocupacionais.

Para a pesquisadora, porém, os casos registrados devem ser analisados com detida atenção, pois servem de referência para entender uma dinâmica que vitimiza muitos outros: “atrás de cada óbito há vários trabalhadores convivendo nas mesmas condições, exercendo a mesma função ou algo similar, estando expostos aos mesmos fatores de risco. Dessa forma pode-se afirmar que ‘pouco significa muito’”.

O exemplo de caso escolhido para análise pela pesquisadora também está no levantamento da CPT e também ocorreu no município de Limoeiro do Norte, dentro de uma empresa que cultivava frutas na Chapada do Apodi – região onde Zé Maria foi morto e onde vive a sua família.

Como Zé Maria, o caso de Vanderlei Matos da Silva é a exceção que confirma a regra. Segundo laudo médico, a causa da sua morte foi “hepatopatia grave de provável etiologia induzida por substâncias tóxicas”. Ou seja, um diagnóstico que não nomeia os agrotóxicos. Foi preciso grande mobilização de médicos e outros pesquisadores para provar a ligação entre a exposição contínua a esses químicos e o quadro de intoxicação que levou à morte. Graças a essa mobilização, a morte de Vanderlei foi a primeira em que a Justiça reconheceu essa relação e condenou a empresa. O caso também foi registrado em detalhes em matéria da Repórter Brasil.

Vanderlei trabalhou por mais de três anos como responsável por estocar, pesar e transportar agrotóxicos dentro da fazenda da norte-americana Del Monte Fresh Produce, empresa que se apresenta como a

maior vendedora de abacaxis do mundo. A Del Monte recorreu em duas instâncias, alegando que não devia indenização à família do trabalhador porque a sua morte nada tinha a ver com as atividades que ele exercia na empresa. Um dos argumentos utilizado pela empresa no processo foi o número de empregos criados na região. “Como se uma coisa justificasse a outra”, disse o advogado que defendeu a família da vítima, Francisco Cláudio Silva, em entrevista para a Repórter Brasil. “É um argumento que não tem nada a ver com a questão. Na minha visão, é quase uma chantagem com a sociedade”.

Mas a defesa teve sucesso pois contou com o apoio de organizações da sociedade civil e universidades que monitoram a região. Assim, o advogado conseguiu reunir uma série de documentos de difícil acesso para a maioria dos trabalhadores que são vítimas de intoxicações. Além do histórico de Vanderlei, com os exames e os diagnósticos que ele recebeu durante a internação em um hospital universitário, a defesa encontrou a lista com os 13 agrotóxicos diferentes que a Del Monte utilizou em 2006, um ano antes da sua morte, quando a empresa entregou essa relação à Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Além disso, havia uma série de pesquisas desenvolvidas na Chapada do Apodi pelo núcleo Tramas, grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará que estuda os impactos dos agrotóxicos na região. Quando Vanderlei adoeceu, havia uma equipe pesquisando justamente a contaminação dos trabalhadores no cultivo do abacaxi. A pesquisa colhe exames de funcionários das grandes empresas e visitou as instalações da Del Monte.

A quantidade de investigação necessária para confirmar a causa da sua morte, porém, apenas confirma a dificuldade em se

comprovar as intoxicações no ambiente de trabalho. O levantamento da CPT registra outro caso de trabalhador rural que morreu em consequência da intoxicação, mas que nunca teve seu caso reconhecido pela justiça. José Valderi Rodrigues faleceu depois de trabalhar para a Banesa, grande produtora de bananas na Chapada do Apodi. Sem equipamento de proteção, ele trabalhou na lavoura sem botas, apenas com chinelos. Nesse período, desenvolveu uma reação infecciosa no pé, que evoluiu para o amputamento do membro e para a sua morte. O óbito, porém, nunca foi oficialmente reconhecido como consequência do contato com agrotóxicos.

Em entrevista para reportagem em vídeo publicada pela Repórter Brasil, ouvimos da viúva de Valderi, Maria da Conceição, que o seu filho tem medo de ir à justiça reclamar pelos direitos da família. “Ele diz assim: ‘mãe será que se a senhora for na justiça não vão é matar nós?’”. Vivendo com dificuldade em uma casa sem acabamento na periferia de Limoeiro do Norte, a viúva ganha diárias como doméstica e o filho trabalha no posto de combustível. Ela não tem ideia de quando nem como conseguiria receber indenização pela morte do marido.

Referências

https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canaais/perimetros_irrigados/ce/jaguaribe_apodi.html

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30896/1/2017_dis_acpaguiar.pdf

<https://reporterbrasil.org.br/2018/06/agrotoxicos-seriam-causa-de-puberdade-precoce-em-bebes-aponta-pesquisa/>

<https://apublica.org/2018/12/contaminacao-recorde-por-agrotoxicos-no-parana-atinge-mais-de-50-criancas/>

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

UF	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatado	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste										
DF										
GO	9	172	126	1	2	4			11	176
MS										
MT	4	8	7						4	8
Subtotal:	13	180	133	1	2	4			15	184
Nordeste										
AL	2	90	90	12					2	90
BA	5	47	47						5	47
CE	1	3	3						1	3
MA	2	33	33						2	33
PB										
PE										
PI	2	74	74	5					2	74
RN	3	19	19						3	19
SE										
Subtotal:	15	266	266	17					15	266
Norte										
AC										
AM										
AP										
PA	18	174	151	3	1	8			19	182
RO										
RR	4	11	11						4	11
TO	5	20	9						5	20
Subtotal:	27	205	171	3	1	8			28	213
Sudeste										
ES	3	74	67	2					3	74
MG	22	687	255	2					22	687
RJ	1	10	10						1	10
SP	1	8	8	2					1	8
Subtotal:	27	779	340	6					27	779
Sul										
PR	2	2	2						2	2
RS										
SC	2	33	33						2	33
Subtotal:	4	35	35						4	35
Brasil:	86	1465	945	27	3	12			89	1477

1 *Além destes dados de trabalho escravo rural, houve 25 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 382 trabalhadores, dos quais 209 foram resgatados.



FOTO: Juliana Pesqueira

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a Pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinato	Mortos em Consequência	Ameaças de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	2	1375							
GO	21	9521			1				
MS	36	13775		2				10	73
MT	54	28598	2	1		4		4	2
Subtotal	113	53269	2	3	1	4	0	14	75
Nordeste									
AL	7	1640							
BA	182	156027	2	1		8		1	8
CE	16	12978		1					
MA	201	80803		1	2	56	2	2	32
PB	16	10955	2	1				3	10
PE	76	30555				19		10	
PI	36	5759		1					
RN	5	769							
SE	65	12485							
Subtotal	604	311971	4	5	2	83	2	16	50
Norte									
AC	59	24970				1			
AM	45	34930		1		2		1	
AP	50	9025							
PA	177	311377	16	10	1	50	20	1	24
RO	77	58700	6	3		6	2	150	5
RR	21	42791			2	1			
TO	43	7890		1		1			1
Subtotal	472	489683	22	15	3	61	22	152	30
Sudeste									
ES	28	12944							
MG	146	36227		2		15		2	16
RJ	12	2650				1			
SP	57	25083					3	8	2
Subtotal	243	76904	0	2	0	16	3	10	18
Sul									
PR	19	12437		1	1	1		5	6
RS	11	850		2					2
SC	27	15228							
Subtotal	57	28515	0	3	1	1	0	5	8
Total	1489	960342	28	28	7	165	27	197	181

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas refere-se à soma das ocorrências de conflitos por terra, água e trabalho.

Contra o povo ataque parlamentar aos direitos dos povos do campo e da natureza

Marco Antonio Mitidiero Junior¹

Lucas Araújo Martins²

Brenna da Conceição Moizés³

Apresentação

Desde 2015 estamos acompanhando o comportamento legislativo de deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária no que diz respeito à política agrária e agrícola. Antes da hecatombe política, que marca a conjuntura nacional com o golpe político/jurídico/midiático de 2016 e a eleição da extrema direita em 2018, o início da 55ª Legislatura (2015-2018) ficou caracterizado pela posse de um Congresso declaradamente conservador. Esse Congresso imprimiu uma pauta igualmente conservadora e regressiva ante os avanços em iniciativas legislativas proativas em minimizar as desigualdades e dramas socioeconômicos incrustados na história e no cotidiano nacional. Em uma atuação orquestrada por parlamentares, assistimos na legislatura passada a proposição em massa de Projetos de Lei (PL's) e outros institutos legislativos, somados ao desarquivamento de PL's antigos, que tinham por objetivo dismantelar boa parte das leis que asseguravam os direitos dos trabalhadores, sugerindo a imagem de ataques contra as conquistas do povo no que se refere às legislações. Quando observamos em específico a temática que estudamos mais de perto - a "questão agrária"

- nota-se sua posição de destaque nessas ofensivas, com isso, intitulamos nossa pesquisa de "*Ataques aos direitos dos povos do campo: as ações do legislativo e executivo federal*". Com esse título, antecipamos uma noção que ganhou corpo no jornalismo crítico e na análise acadêmica pós-golpe, que é a noção de ataques.

Foram ataques por todos os lados, entretanto, o que figurou mais explicitamente foi a agenda dos ruralistas, que, de um lado, na pauta que extrapola o tema agrário (PEC dos gastos, destruição da legislação trabalhista, absolvição parlamentar de Michel Temer, etc.) foi o esteio do governo golpista e, de outro lado, estampou na agenda legislativa ações em defesa do agrogonegócio e do latifúndio contra camponeses, índios, quilombolas, reforma agrária e movimentos sociais. Tal investida, sobretudo porque colocou na mira a fração da população mais carente (em geral os pobres do campo), permitiu que fizéssemos a leitura acadêmica a partir do conceito de violência. Os ataques são, portanto, violência política, violência parlamentar e violência legislativa contra as frações da população historicamente mais marginalizadas social e economicamente. Sendo que na esteira desse processo, a fim de abrir mais áreas

1 Professor Doutor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba.

2 Graduando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, projeto: "Território e Política no Brasil: ataque legislativo aos direitos dos povos do campo".

3 Graduando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, projeto: "Território e Política no Brasil: ataque legislativo aos direitos dos povos do campo".

para os ruralistas, a natureza e sua proteção também foram colocadas na mira das ações parlamentares.

Em outras edições do Conflitos no Campo Brasil, publicado pela CPT, elaboramos uma tabela com as propostas legislativas que julgamos constituir ataques aos direitos conquistados pelos povos do campo. Essa tabela, a qual convidamos o leitor a consultar (MITIDIERO et. al., 2016, 2017, 2018), apresenta os dados gerais das propostas de lei e uma breve análise das mesmas. No presente texto, não apresentaremos as tabelas, mas gráficos que visam explicitar o “tamanho” dos ataques.

Uma nota importante é que passamos também a acompanhar as ações do Poder Executivo ((MITIDIERO et. al., 2017, 2018), não só na forma de proposição de leis (Medidas Provisórias, PL's etc.), mas na ação política que molda a estrutura administrativa. Vimos que sem essa leitura ficaríamos longe de compreender os ataques, pois como o processo legislativo na aprovação de uma lei pode (e deve) ser demorado e negociado, o governo golpista atuou mais rapidamente no desmonte daquilo que já estava estabelecido como políticas sociais e territoriais de interesse de homens e mulheres trabalhadores do campo, portanto, de desinteresse do agronegócio. Exemplo: ao dar o golpe na presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer prontamente extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) como uma forma de barrar as iniciativas a favor da reforma agrária. Não faltam exemplos nesse sentido no recentíssimo governo empossado. O “governo Bolsonaro”, em uma medida administrativa cirúrgica, transferiu para o Ministério da Agricultura a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas e a execução da política fundiária e da reforma agrária, ou seja, deixou o poder nas mãos da instituição que sempre lutou contra a decretação de terras para as po-

pulações originárias e a reforma agrária. Em outras palavras, colocou as “raposas para cuidarem do galinheiro”. Tal estratégia administrativa bloqueia imediatamente a legislação e as políticas progressistas ao passo que os parlamentares tentam, com mais tranquilidade, sedimentar seus interesses em forma de Lei no Congresso.

O objetivo das breves análises e reflexões a seguir é mostrar a intensificação do capital e do agronegócio em construir “segurança jurídica” às suas atividades, consequentemente produzindo insegurança jurídica aos povos do campo. Com isso, nossa análise está dividida em três argumentos: o primeiro sobre a conjuntura de desenvolvimento do sistema capitalista de produção estar cada vez mais calcado na violência como forma de reprodução; o segundo tenta mostrar como os parlamentares ajudam nesse processo, cumprindo o papel de legisladores (no caso, utilizando-se da violência política); no terceiro argumento fecharemos o texto com a conclusão de que o parlamento, na sua maioria, atua *contra o povo*, um povo que teologicamente pode-se chamar de Povo de Deus.

Conjuntura e crise do capitalismo contemporâneo

Nosso ponto de partida é assumir que o capitalismo, como sistema que organiza sociedades e territórios na maior parte do planeta, está em crise desde a convulsão e quebraadeira financeira de 2008. Não discutiremos aqui suas causas e sua temporalidade, muito menos se se trata de uma crise final, apontaremos, sim, que a crise é, como todas as outras, a crise de acumulação de capital, na qual determinações econômicas criam barreiras para reprodução ampliada de capital. O foco da nossa análise, a partir da noção de crise do capitalismo, é de que as ações adotadas na tentativa de reverter o quadro, ou mesmo minimizá-lo, estão centradas em ações vio-

lentas contra o povo. A violência, que nunca deixou de ser uma forma de acumulação de capital, passa a ser (ou volta a ser) a linha mestra para a extração de mais valor da classe trabalhadora e na transformação dos bens naturais em mercadoria. Nesse caminho, a ideologia neoliberal é entendida como uma ideologia de ódio ao povo trabalhador.

Não é por menos que retorna com força na literatura crítica a análise genética de Marx sobre as origens do capital. Na “assim chamada acumulação primitiva”, Marx mostra como a violência foi o “abre-alas” do sistema que veio a se configurar como capitalismo. Na atual conjuntura, a violência parece ter voltado a cumprir uma função, que não é mais original, porém funcional ao sistema em tempos de crise. Por isso, é fácil encontrarmos na literatura, intelectuais trabalhando com conceitos e noções como: violência, expropriação, fraudes, corrupção, pilhagem, saque, extrativismo, crime, barbárie, roubo, despojo, espoliação, desapropriação, ataques etc.

As tentativas contemporâneas para reativar a “roda da fortuna”, a reprodução ampliada de capital, dão-se por meios violentos materializados em ações concretas que atingem indivíduos ou grupos sociais, como, por exemplo: a expulsão de populações camponesas e indígenas de suas terras, terras essas que vão ser anexadas ao mercado capitalista (do mercado imobiliário à terra como ativo financeiro); e ações que atingem a classe trabalhadora por inteiro, como, por exemplo, a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Essa violência também resplandece em direção à natureza, desde sua exploração voraz a estratégias de transformar todos os bens naturais sob a órbita terrestre em mercadoria, em um processo orquestrado e avassalador de submeter a natureza (da sua exploração à sua preservação) às dinâmicas de mercado.

É nessa conjuntura que a produção de Leis de interesse do grande capital aparece como uma das características desse período violento. Portanto, não é apenas um recurso discursivo a primeira grande Lei aprovada no governo ilegítimo de Michel Temer ter recebido o nome de “PEC da Morte” (trata-se da PEC 55 de congelamentos dos gastos sociais), e o rol de ações políticas e legislativas desse período ter recebido o título de “pacote de maldades”.

Em uma conjuntura de crise mundial do capitalismo, abrem-se brechas e possibilidades na construção de um novo sistema mais justo e solidário, porém não é isso que vem sendo sinalizado no mundo da economia política. A presença da ideologia neoliberal vem se expandindo, contraditoriamente, após sua própria crise em 2008. Em vez de regredir, já que a crise é fruto no *modus operandi* da doutrina neoliberal, ela se fortaleceu. A presunção de que o mercado/mercadoria é a medida de todas as coisas, o único caminho para saída da crise, ao mesmo tempo em que se intensifica uma ideologia hostil aos pobres e trabalhadores, é acentuada nessa quadra histórica. A tônica é o trabalhador perder seus direitos, ampliando as possibilidades de sua exploração e a natureza passar a ter dono, abolindo qualquer forma de uso comum dos bens naturais.

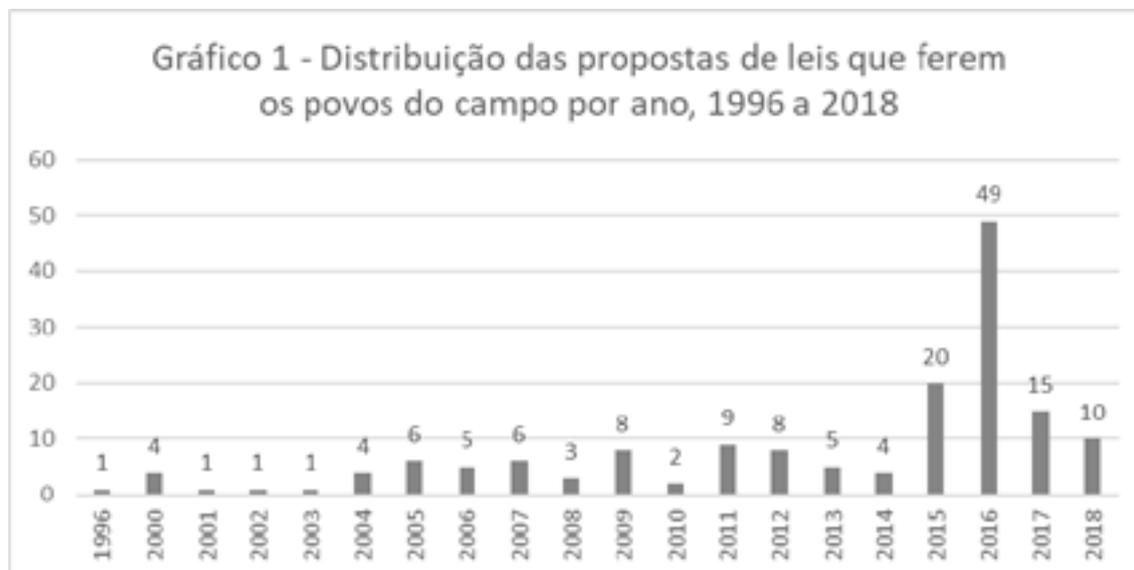
Como fazer com que tudo isso se institucionalize na sociedade dita moderna? Produzindo Leis! Quando o discurso neoliberal proclama a necessidade de “segurança jurídica” ao investidor, é o mesmo que referendar a famosa frase do presidente eleito Jair Bolsonaro: “é melhor menos direitos e mais empregos”. Isto é quase que automaticamente: mais direitos ao capital, menos direitos aos trabalhadores (e à natureza).

Com isso há uma avalanche de propostas legislativas nessa direção. São propostas regressivas naquilo que poderíamos deno-

minar de processo civilizatório, algumas delas chegam até ser “medievais”. Abordaremos rapidamente duas dessas propostas referentes ao tema agrário antes de apresentar o tamanho da montanha de ataques.

O PL 6442/2016 de autoria do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) causou espanto

de armas, uma das insígnias do atual governo federal. O então deputado Colatto, não reeleito nas últimas eleições, é hoje o recém-nomeado chefe do Serviço Florestal Brasileiro pelo governo Bolsonaro. Seu PL está em plena sintonia com o Decreto nº 9685, assinado em janeiro de 2019 pelo seu chefe. Esse decreto facilita a posse de armas em território nacional.



Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018. Org. Martins, Lucas

até na mídia/jornalismo tradicionalmente aliada ao agronegócio. O projeto prevê alteração nas normas reguladoras do trabalho rural, ao ponto de tentar instituir a possibilidade de moradia e comida entrar como fator de remuneração do trabalhador, além de abrir a possibilidade de ampliar o número de horas trabalhadas. Uma regressão ao ponto de revivenciar o período escravocrata. Já o PL 6268/2016, de autoria do deputado Valdir Colatto (MDB/SC), tem conotações medievais ao tentar criar uma lei que libera a caça de fauna no Brasil, inclusive em áreas de conservação (prática proibida em território nacional desde 1967). Em uma tacada só, o PL agrada grupos econômicos que explorariam o mercado imobiliário, o turismo de caça e a indústria bélica que ampliaria a venda

A violência legislativa

A conjuntura internacional e nacional comentada acima gerou no âmbito do parlamento brasileiro uma corrida por aprovações de propostas de lei abertamente conservadoras e regressivas do que diz respeito aos direitos dos povos do campo e da natureza.

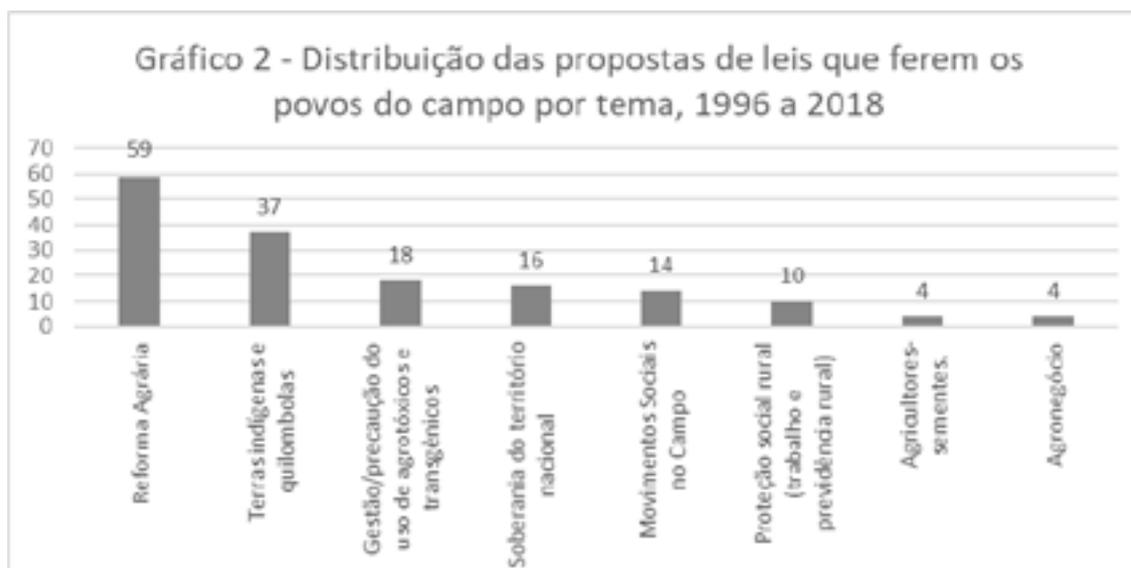
As propostas para criar legislação são dominadas pelos Projetos de Lei, mas existem outros institutos legislativos no trabalho parlamentar, como Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Emenda Constitucional (PEC), Projeto de Lei do Senado (PLS), Requerimento de Instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (RCP), Projeto de Lei da Câmara (PLC), Projeto de

Decreto Legislativo (PDC) e Medida Provisória (MP). Os gráficos a seguir expressam quantitativamente a avalanche de propostas que são consideradas ataques às conquistas legislativas que asseguram direitos a homens e mulheres do campo e à natureza.

O gráfico 1 expressa a quantidade de propostas legislativas consideradas ataques aos direitos dos povos do campo, distribuídos por ano de proposição. O período de tempo abordado extrapola o período que consideramos de intensificação dos ataques, que se inicia em 2008 com a crise do capitalismo mundializado e se fortalece com a crise política brasileira, que culmina em um golpe político que tem início em 2015 e sedimenta-se em 2016, e na eleição de um governo de extrema direita em 2018. Considerar propostas antes desse período justifica-se pela forma de tramita-

ter sido retomado nessa conjuntura. Outro adendo importante, versa a respeito do pensamento de propostas. Isso quer dizer que propostas que versam sobre o mesmo tema podem ser juntadas, não importando o seu objetivo, se progressista ou conservador. O que observamos em nossa pesquisa é que existem muitos PL's de caráter conservador pensados a muitos outros com os mesmos objetivos; e também PL's de caráter mais progressistas que a ele são pensados outros PL's de caráter conservador, tentando reverter sua raiz positiva.

Observando o Gráfico 1 constatamos que a intensificação das propostas (ataques) legislativas tem sua gênese em 2009, reduzindo-se em 2013 e 2014, mas sofrendo um significativo aumento a partir de 2015. No total do período analisado, são 162 ataques. Ao distribuir essa quantidade de ataques legislativos pelo tema ao qual ele é



Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018. Org. Martins, Lucas

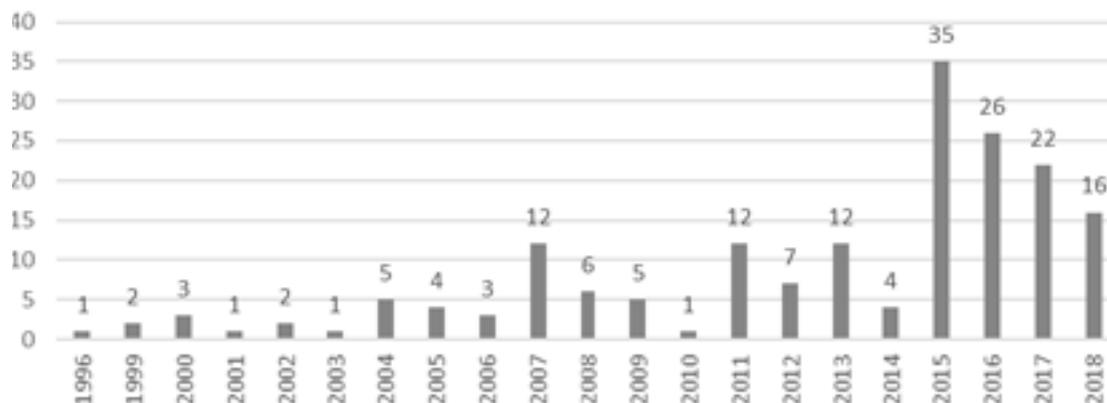
ção de propostas na Câmara, ou seja, no período de intensificação dos ataques não foram apenas novos projetos que surgiram, mas, também, o desarquivamento de propostas conservadoras que já existiam. Não importa, por exemplo, que o PL seja de 1996, mas importa, sim, o fato de ele

vinculado, (Gráfico 2) vemos que o foco do agronegócio, representado pela Bancada Ruralista, é o de bloquear a realização da reforma agrária e a possibilidade de decretação de terras indígenas e quilombolas, e pior, parte dessas propostas tentam reverter as áreas conquistadas pela luta pela

terra e, principalmente, as terras indígenas. Também aparece uma notável quantidade de propostas que visam liberar, ainda

criminalizar a organização da sociedade civil em movimentos sociais. A partir da chegada da extrema-direita a Brasília é quase

Gráfico 3 - Distribuição das propostas de leis que ferem a preservação da natureza por ano, 1996 a 2018

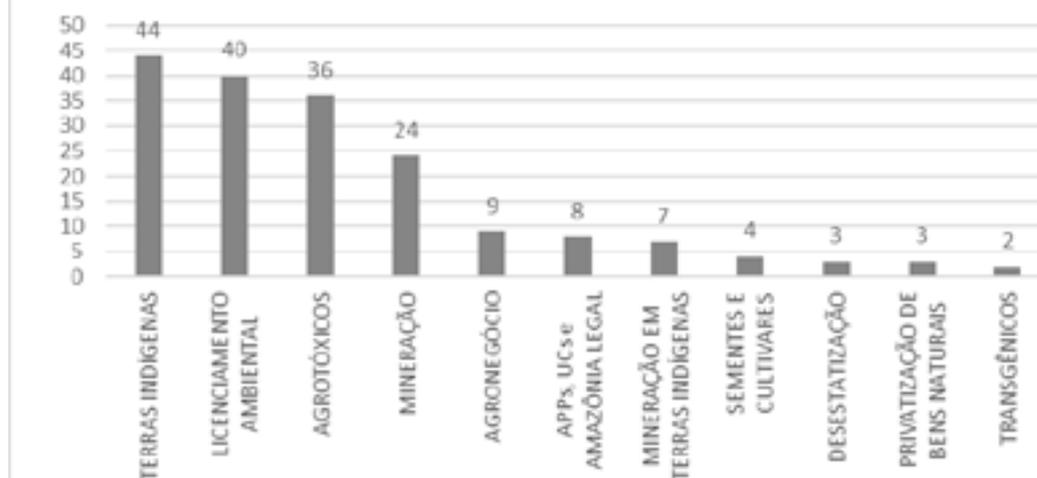


Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018. Org. Moizés, Brenna.

mais, a agricultura brasileira para o uso dos agrotóxicos e transgênicos; e PL's que visam a liberação da compra de terras por estrangeiros, ferindo legislações que atuam no sentido da soberania nacional. Outro dado importante no gráfico, são os 14 PL's que visam, de alguma forma, ferir e

cotidiano o pronunciamento de altos escalões do governo no intuito de perseguir criminalmente os movimentos sociais. Vale lembrar que um PL transformado em Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016) está sofrendo tentativa de remodelação, no sentido de enquadrar ações dos movimentos

Gráfico 4 - Distribuição das propostas de leis que ferem a preservação da natureza por tema, 1996 a 2018



Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018. Org. Moizés, Brenna.

sociais no campo (principalmente do MST) como atividades terroristas.

Os gráficos 3 e 4 representam a totalidade das propostas legislativas consideradas ataques à natureza, totalizando 180 propostas. O gráfico 3 aponta o ano de 2007

ques aos povos do campo quanto aos da natureza. O gráfico 5 mostra o desenvolvimento no tempo de ações parlamentares contra indígenas. E damos este destaque porque assumimos uma máxima encontrada em alguns estudos ambientalistas de que para preservar a natureza deve-se



Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018. Org. Martins, Lucas

como o início de uma ofensiva mais massiva contra os direitos que asseguram a preservação da natureza. De 2008 a 2014 existem oscilações na quantidade de propostas, porém 2015 significa um aumento vertiginoso nos ataques, que embora diminua nos anos seguintes, mantem-se significativos. Aparecem em primeiro lugar as proposições que afetam as terras indígenas, em seguida destacam-se os ataques à legislação que institui o licenciamento ambiental a fim de praticamente extingui-lo; propostas pela liberação de mais agrotóxicos e propostas para ampliar e agilizar áreas de mineração, atividade com alto impacto no meio ambiente e nas sociedades locais, vide a memória recente dos crimes de Mariana e de Brumadinho.

As propostas legislativas que visam as sociedades indígenas merecem uma atenção maior, por elas aparecerem tanto nos ata-

preservar a comunidade que dela diretamente vive e retira seu sustento. Muitos dos ataques às terras indígenas são para criar legislação que permita explorar economicamente suas riquezas naturais (florestas e minérios principalmente). O tema dos indígenas, principalmente das suas terras, nunca esteve tão em voga no debate político e a explicação é uma só: querem roubar as terras dos indígenas, por isso, a intensificação de ataques nos anos 2015 e 2016.

E os sinais dos tempos indicam mais violências contra os povos originários. O recém empossado Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, na tentativa de imprimir uma narrativa contra as terras indígenas, afirmou que o “maior latifundiário do país é o índio”. Recurso discursivo que apareceu na luta contra a reforma agrária décadas atrás, ao afirma-

rem que o maior latifundiário do país era a Igreja.

O que se esperar da atual legislatura? Embora as eleições de 2018 tenham significado uma ampla renovação no Congresso Federal – 52% de novos deputados e 85% de novos senadores – foi como “trocar seis por meia dúzia”. O caráter conservador dos novos deputados eleitos e o empoderamento que todos eles terão baixo o discurso de extrema-direita do presidente eleito, induz à construção de uma agenda legislativa de ataques. A tríade de bancadas BBB (Bala – Boi – Bíblia), com espírito ideológico e interesses em comum, somam, já no início da legislatura, 243 deputados, praticamente a metade do Congresso nacional (DIAP, 2018).

Em específico, foram eleitos 91 deputados que compõem a Banca Ruralista. Porém, como frequentemente acontece, essa bancada infla nos primeiros dias de novas legislaturas, sendo que na atual já se contabilizam mais de 200 deputados fiéis aos interesses do agronegócio. Esse tamanho, com o fiel apoio das bancadas da Bíblia, da Bala, dos Empresários e dos Bancos, concede um poder incomensurável aos ruralistas, deixando o Estado brasileiro à mercê de seus interesses. O agravante em relação ao poder dessa bancada no jogo político é que depois do Golpe de 2016 ela tenta impor uma pauta perversa e maldosa em relação ao povo e à natureza.

Violência, perversidade e maldade deveriam contribuir na leitura e interpretação do que significa o agronegócio atualmente. A definição de agronegócio, bem como os títulos que recebe sua representação política – a institucional Frente Parlamentar da Agropecuária ou a popular Bancada Ruralista -, não nos dá base para definir, e muito menos entender, o que são e o que realmente fazem. Agronegócio e sua

bancada no parlamento são noções técnicas a respeito de um suposto ramo da economia de importância fenomenal nas contas do Estado. Por dentro desses conceitos e títulos, há processos sociais, econômicos e até culturais de longa duração que vêm diuturnamente influenciando, moldando e, atualmente, determinando o Estado brasileiro. Além disso, influencia ou determina vidas e mortes, bem próximo daquilo que Mbembe (2018) chamou de “necropolítica”. Os assassinatos no campo, pistolagem, milícias, expulsões, milhões de litros de agrotóxicos aliados ao aumento dos casos de câncer, disseminação dos transgênicos, desproteção e hiperexploração dos bens naturais, leis regressivas, excludentes e retirada de direitos causam, direta e indiretamente, rápida ou a conta-gotas, a morte de homens e mulheres e a devastação da natureza.

Contra o povo de Deus

Quando o primeiro autor desse texto começou a estudar a questão agrária brasileira, na segunda metade da década de 1990, o conceito que dominava a literatura crítica era o de luta pela terra. Já nos primeiros anos do novo século, o conceito de luta pelo território teve ampla repercussão nas ciências humanas e entre as organizações e movimentos sociais. Luta pelo território, criada na simbiose entre acadêmicos e movimentos sociais, significou um avanço interpretativo que ampliou a noção de luta social. Contudo, nos últimos anos, nota-se um novo conceito emergir dessa simbiose, que é o conceito de luta pela vida (projetos de vida versus projetos de morte; território de vida versus território de morte). Longe de ser resultado de um avanço teórico, de uma depuração intelectual, trata-se de um conceito ou noção que emerge da tragédia de nosso tempo, na qual a reprodução social de comunidades camponesas, índios, quilombolas e a preservação da natureza

está cada vez mais difícil e ameaçada. Vivemos uma conjuntura contra o povo de Deus.

Teologicamente povo de Deus significa o povo dos pobres. Segundo Comblin (2002), o conceito de povo é muito mais bíblico do que sociológico e é na América Latina que se resgata essa doutrina tão clara na Bíblia, colocando-o como uma realidade histórica. “Povo de Deus é um conceito essencialmente bíblico e teológico e designa uma realidade revelada por Deus e fundada por Jesus” (p.121).

“Os conceitos de povo e pobre são solidários e correlativos” (p. 11), na medida em que não há pobres que não formem um povo e não há povo que não seja de pobres.

Referências

COMBLIN, JOSEPH – O Povo de Deus. São Paulo: Paulus, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Radiografia do Novo Congresso: legislatura 2019-2023. Estudos Políticos do DIAP, Brasília, 2018.

FUHRMANN, LEONARDO. Milícias e fuzis: as más companhias de Nabhan Garcia, o homem de Bolsonaro para a reforma agrária. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/19/milicias-nabhan-garcia/>, acesso em: 25/05/2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Subsídios para a conjuntura agrária. Escritório Nacional do MST, Brasília, 2018.

As eleições de 2018 significaram a disputa entre valores e crenças na qual ficaram escanteados o conhecimento produzido pela ciência, formação e debate político, fatos e eventos históricos. A cabeça dos brasileiros foi dominada por teses anti-intelectuais e o discurso de ódio às minorias do presidente eleito, claramente anti-cristão, conquistou corações e mentes. Portanto, a atuação parlamentar das bancadas citadas nesse texto contra índios, quilombolas, camponeses e a natureza provedora são ações contra o povo de Deus.

Resta-nos, portanto, positivar o título da nota publicada pelas Pastorais Sociais no Campo, nesse fim de fevereiro de 2019: “a esperança luminosa dos pobres vencerá a escuridão”.

MBEMBE, ACHILLE. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MITIDIERO Jr, MARCO. Ataque aos direitos dos povos do campo. In: Conflitos no Campo - Brasil 2015, Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, v. 32, 2016.

MITIDIERO Jr, Marco; MARTINS, Lucas Araújo; SILVA, Ana Mikaelly dos Santos; NASCIMENTO André Paulo. Ataque aos Direitos dos Povos do campo: as ações do Legislativo e Executivo Federal. In: Conflitos no Campo - Brasil 2015, Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, v. 33, 2017.

MITIDIERO Jr, Marco; MORAIS, Hugo B.,

MARTINS, Lucas A.; MOIZÉS, Brenna C.. Leis e Grandes Empreendimentos: do Estado de Direito ao Estado de Exceção. In: Conflitos no Campo - Brasil 2015, Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, v. 34, 2018.

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Bahia						
Iramaia	Assentamento Boa Sorte	24/01/2018	Márcio Matos Oliveira		33	Liderança
Pau Brasil	T. I. Caramuru Catarina Paraguassu	06/11/2018	Reinaldo Silva Pataxó		40	Liderança Indígena
Subtotal:					2	
Mato Grosso						
Colniza	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	10/10/2018	Erivelton Tenharin		43	Liderança Indígena
Paranatinga	PDS Rio Jatobá	07/02/2018	Carlos Antônio dos Santos, "Carlão"		51	Liderança
Subtotal:					2	
Pará						
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	14/04/2018	Nazildo dos Santos Brito		33	Liderança Quilombola
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	11/10/2018	Aluísio Sampaio dos Santos, "Alenquer"		A	Liderança
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	09/01/2018	Gazimiro Sena Pacheco, "Gordinho"		36	Sem - terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	09/01/2018	Valdemir Resplandes dos Santos, "Muletinho"		47	Liderança
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	03/06/2018	Leoci Resplandes de Sousa		A	Sem - terra
Barcarena	Com. Ramal Fazendinha/Hydro Alunorte	12/03/2018	Paulo Sérgio Almeida Nascimento		47	Liderança
Marabá	Região de 4 Bocas/Plano Dourado	24/08/2018	Arleis Pereira de Sousa		A	Trab. Rural
Marabá	Região de 4 Bocas/Plano Dourado	24/08/2018	Paulo de Tasso Mendes da Silva		37	Trab. Rural
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	12/01/2018	Romar Roglin		55	Assentado
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	18/05/2018	Antônio Rodrigues dos Santos		A	Assentado
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	13/07/2018	Ricardo Roglin		A	Assentado
Pau D Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	04/03/2018	Joacir Fran Alves da Mota		38	Sem - terra
Placas	PDS Castanheira	15/12/2018	Gilson Maria Temponi, "Mineiro"		43	Liderança
Santa Isabel do Pará	Granja Kitagawa/Acamp. 13 de Agosto	02/06/2018	Katyson de Souza, "Gatinho"		39	Liderança
Santa Maria das Barreiras	Faz. Pontal/Acamp. Lagoa Azul	01/08/2018	Juvenil Martins Rodrigues, "Foguinho"		59	Liderança
Santarém	Com. Quilombola Tinguu	29/09/2018	Haroldo Betcel		A	Quilombola
Subtotal:					16	
Paraíba						
Alhandra	Faz. Garapu/Acamp. D. José Maria Pires	08/12/2018	José Bernardo da Silva, "Orlando"		A	Liderança
Alhandra	Faz. Garapu/Acamp. D. José Maria Pires	08/12/2018	Rodrigo Celestino		A	Liderança
Subtotal:					2	
Rondônia						
Nova Mamoré	Acamp. Dois Irmãos/Dois Amigos/Faz. do Bispo/Linha 29 C	25/07/2018	Tiago Campin dos Santos		23	Posseiro
Nova Mamoré	Acamp. Dois Irmãos/Dois Amigos/Faz. do Bispo/Linha 29 C	25/07/2018	Ademar Ferreira		24	Posseiro
Ouro Preto do Oeste	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Jaú/Terra Nossa/Lote 204/Acamp. Monte Cristo	09/02/2018	Joscione Nunes das Neves		32	Trab. Rural
Ouro Preto do Oeste	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Jaú/Terra Nossa/Lote 204/Acamp. Monte Cristo	03/04/2018	Edemar Rodrigues da Silva, "Galego ou Lalaco"		36	Liderança
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	22/07/2018	Ismauro Fátimo dos Santos		49	Liderança
Vilhena	Acampamento Jhone Santos	08/07/2018	Lucas de Lima Batista		21	Sem - terra
Subtotal:					6	
Total:					28	



FOTO: Andressa Zumpano.

Nas rotas dos conflitos

Diana Aguiar¹

*Povo Munduruku diz: Não à Ferrogrão!
China: a soja que você compra tem sangue indígena. No Tapajós não passará.
Água é vida.²*

A bacia do Tapajós, região de ocupação ancestral do povo indígena Munduruku, tornou-se alvo de inúmeros projetos logísticos nos últimos anos. Quase paralelos estão a BR 163 (e seu projeto inconcluso de pavimentação) e os projetos de ferrovia (Ferrogrão) e hidrovía (Teles Pires-Jurueña-Tapajós). O entroncamento dessas vias

se concentra no entorno da cidade de Itaituba, onde alguns terminais portuários já despontam e outros estão projetados para a margem do rio. Diversas empresas transnacionais de comercialização de *commodities* agrícolas (as chamadas *tradings*) – tais como as norte-americanas Bunge (em associação com a Ammagi) e Cargill

1 Membro do Grupo Nacional de Assessoria (GNA) da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 Dizeres de uma faixa empunhada por guerreiros Munduruku bloqueando a realização de Audiência Pública da Ferrogrão em Itaituba, em dezembro de 2017, em razão da não realização de Consulta Prévia.

e a francesa Louis Dreyfus Commodities – compraram terrenos cujos títulos apresentam indícios de grilagem, alimentando a especulação, bem como os conflitos pela terra na região³.

Mas não é somente sobre o Tapajós que incidem projetos de corredores logísticos, que implicam na apropriação privada da terra em territórios indígenas e de ocupação tradicional e camponesa. Corredores projetados, como a Ferrovia Paraense S.A. – que visa a conectar o Nordeste do Mato Grosso e Sudeste do Pará ao complexo portuário de Barcarena –; corredores em construção, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) – que visa a conectar

de expansão da soja no Oeste da Bahia ao novo Porto Sul em Ilhéus –; ou corredores em expansão, como a Ferrovia Norte-Sul – em seu trecho até Açailândia (no Maranhão), onde se integra com a Ferrovia Carajás para chegar até o porto de Itaqui em São Luís – estão entre as vias prioritárias às agroestratégias⁴. Em comum, a intenção de conexão entre as principais fronteiras agrícolas do Cerrado – no Norte do Mato Grosso e no MATOPIBA – e os portos do chamado Arco Norte⁵.

A lógica impulsionadora é encontrar rotas mais rápidas entre as zonas de expansão dos monocultivos e o novo destino prioritário da soja, a China. A transformação

Elaboração da autora com dados da ANTAQ (2018)

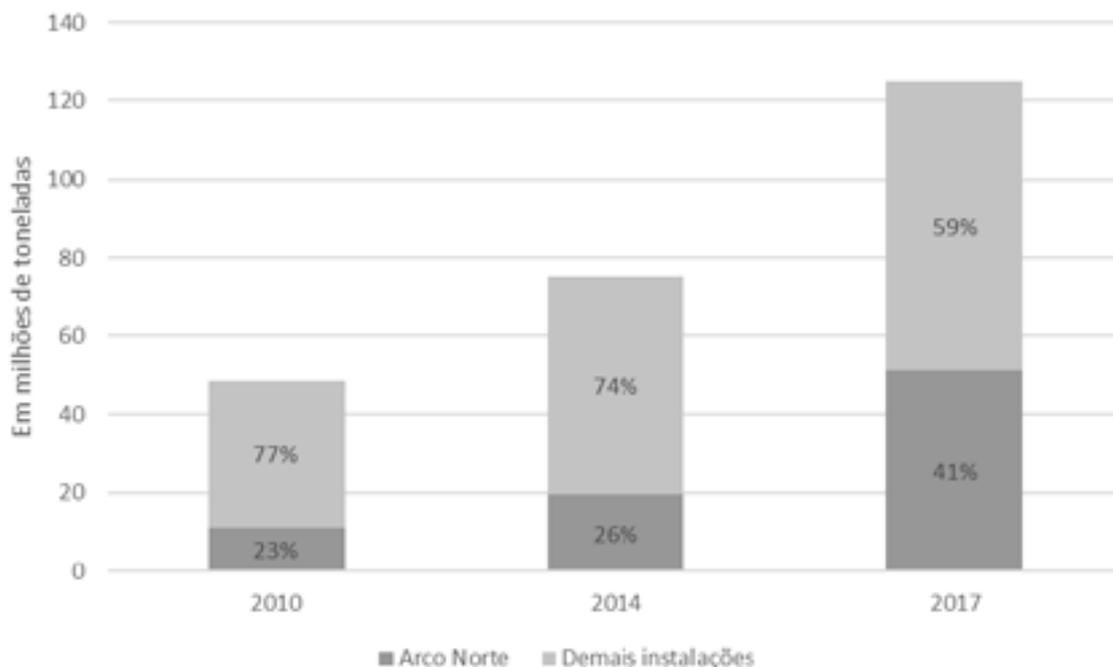


Gráfico 1 – Expansão do volume de soja e milho exportado pelos portos do Arco Norte em relação ao total das instalações portuárias (em milhões de toneladas – 2010, 2014, 2017)

uma mina de ferro em Caetité e as zonas na geografia da produção e circulação da

3 Para mais a respeito desse processo, ver AGUIAR, D. A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: FASE e Action Aid, 2017.

4 ALMEIDA, A. W. B. DE. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101–144.

5 De acordo com o Portal da Estratégia, do Ministério da Infraestrutura, “O Arco Norte é um plano estratégico que compreende portos ou estações de transbordos dos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão. A região é vista como fundamental para parte do escoamento dos grãos de Mato Grosso”. Disponível em <http://portaldaestrategia.infraestrutura.gov.br/spntt/288-arco-norte-1.html> - acesso em 14/03/2019.

soja em uma era de ascensão chinesa é tão acelerada que estamos testemunhando um processo emergente de redesenho das rotas comerciais de *commodities* agrícolas no país. A escalada desse processo é tal que, em cerca de sete anos, o volume de soja e milho exportado pelos portos do Arco Norte, em relação ao total das instalações portuárias do país, aumentou de 23% em 2010 para 41% em 2017 (ver gráfico 1). Portos tradicionais e com rotas consolidadas do Centro-Sul do país – tais como

diu consideravelmente (58% entre 2010 e 2017) e está entre os que movimentam maior volume de soja na região. Os portos de Barcarena apresentam o maior salto. Não figuravam sequer entre os portos de movimentação de carga de soja em 2010. Entre 2014 e 2017, a movimentação desses portos cresceu impressionantes 432%. Juntos passaram a constituir o maior espaço logístico para exportação de soja do Arco Norte. Vale lembrar que, dentre as cargas que por ali passam, estão aquelas

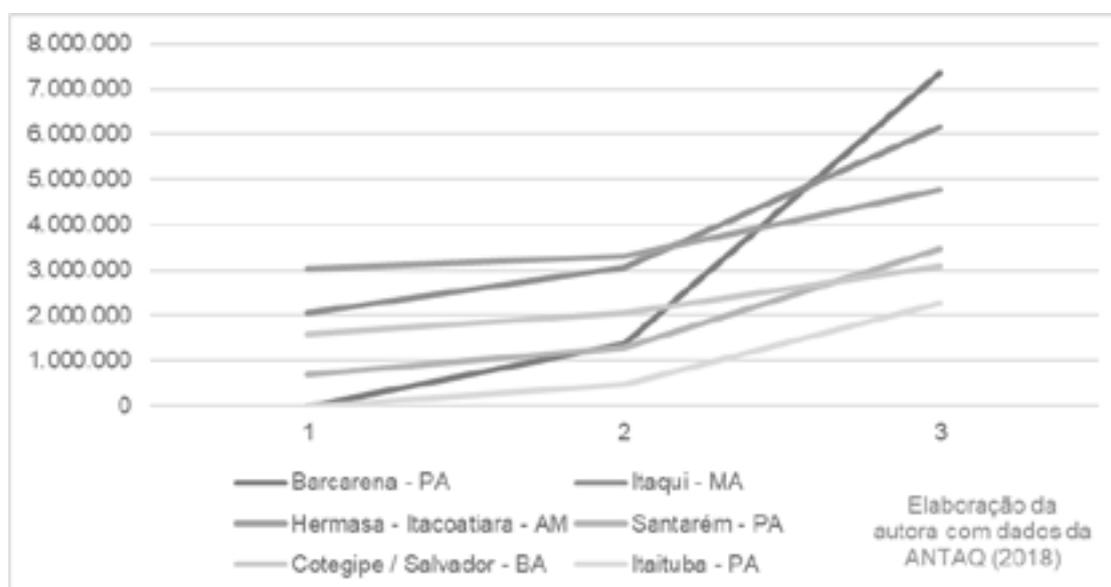


Gráfico 2 - Expansão do volume de soja e milho exportado pelos principais portos do Arco Norte (em milhões de toneladas - 2010, 2014, 2017)⁶

Santos e Paranaguá – seguem crescendo em números absolutos, mas, em termos relativos, perdem espaço para os portos que viabilizam a “saída pelo Norte”.

Dentre os portos do Norte e Nordeste do país, alguns tiveram expansão especialmente alta no período. Por ser um corredor mais consolidado (começou a operar no final dos anos 1990), o porto da Ammagi em Itacoatiara (Terminal Hermasa) não foi o porto que mais se expandiu na última década, mas ainda assim se expan-

que embarcam em barcaças nos terminais de Itaituba e são transferidas para navios oceânicos em Barcarena.

A movimentação do porto de Santarém, de onde partem navios oceânicos diretamente para exportação, cresceu quase 400% entre 2000 e 2017. O porto de Itaquí em São Luís cresceu quase 200% e o porto de Salvador 95% no mesmo período. Desde o estabelecimento do primeiro porto (Bunge+Amaggi) em 2014 até 2017, os portos de Itaituba cresceram 383% em movimen-

⁶ No gráfico, Barcarena se refere aos portos de Vila do Conde (Companhia das Docas do Pará), Terfron (Bunge e Ammagi) e Ponta da Montanha (ADM) somados; Itaituba se refere às estações de transbordo de carga Terfron (Bunge e Ammagi) e Hidrovias do Brasil. Ver: ANTAQ. Anuário Estatístico 2017. Brasília: fevereiro de 2018

tação de soja (ver gráfico 2).

Essa expansão frenética tem como espelho as ameaças e invasões aos territórios e modos de vida que se encontram na rota da soja. Não é casual que a partir da cartografia dos conflitos no campo, Porto-Gonçalves et al⁷ demonstrem que justamente as áreas de maior violência e conflito nos estados de Pará e Rondônia correspondem aos eixos viários (BR 364 ou Brasília-Cuiabá-Porto Velho, BR 153 ou Belém-Brasília e a BR 163 ou Cuiabá-Santarém) associados a alguns desses corredores.

Ao mesmo tempo, essa correspondência nos remete a dinâmicas históricas, já que essas rodovias foram abertas durante o governo Juscelino Kubistchek (Belém-Brasília, inaugurada em 1959, e Brasília-Porto Velho, inaugurada em 1960) e no marco do Programa de Integração Nacional (PIN) do regime militar (BR 163, iniciada em 1970 e inaugurada em 1976). Esses dois períodos representam a era de alta intensidade na abertura de grandes estradas que visavam a ampliar o controle do Estado sobre os sertões do Brasil. Por outro lado, na perspectiva dos territórios, a instauração ampla da vida no eixo da estrada é também a história do genocídio de povos indígenas⁸, da apropriação privada da terra e do entrecruzamento dos destinos de colonos e populações ribeirinhas e sertanejas ali estabelecidas. A violência inscrita nesse processo marca ainda hoje as sociedades que dela emergiram.

Um raro relato na perspectiva dos povos indígenas violentados por esse processo

nos é dado pelo xamã Davi Kopenawa, a respeito da abertura da estrada Perimetral Norte em território Yanomami no estado de Roraima pelos militares no início dos anos 1970:

A raiva do luto invadiu novamente o meu pensamento: “Esse caminho dos brancos é muito ruim! Os seres da epidemia xawarari vêm seguindo por ele, atrás das máquinas e dos caminhões. Será que sua fome de carne humana vai nos matar a todos, um depois do outro? Terão aberto a estrada para silenciar a floresta de nossa presença? Para aqui construir casas, sobre os rastros das nossas? Serão eles realmente seres maléficos, já que continuam nos maltratando assim?”⁹.

O compromisso em buscar pôr em relevo a perspectiva dos povos indígenas também nos conduz a um percurso de ainda mais longa duração, um percurso que nos permita descolonizar a infraestrutura e os caminhos. Para tanto, e visando a superar os limites de nosso conhecimento sobre a história territorial antes da invasão colonial, podemos recorrer a alguns recursos: os acúmulos sobre as dinâmicas de espacialização dos troncos linguísticos indígenas e os achados arqueológicos.

É assim, por exemplo, que aprendemos que os povos indígenas, na era pré-colonial, se territorializaram das margens dos grandes rios, e suas múltiplas ramificações, às entranhas da floresta, constituindo fluxos a partir dessas veias d’água. A ampla presença de povos indígenas de troncos linguísticos comuns em áreas extensas, tal como documentado no mapa etno-históri-

7 PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P.; LADEIRA, J.N.; Silva, M. N; LEÃO, P. C. R. Brasil. In: Ruth Bautista Durán; Oscar Bazoberry Chal; Lorenzo Soliz Tito. Informe 2017. Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2017. 298 p.

8 O relatório final da Comissão da Verdade apresenta uma sistematização cuidadosa e dilacerante da violência na abertura das estradas do Programa de Integração Nacional e outros grandes projetos do regime militar. Ver BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.2. – Brasília: CNV, 2014. 416 p.

9 O relatório final da Comissão da Verdade apresenta uma sistematização cuidadosa e dilacerante da violência na abertura das estradas do Programa de Integração Nacional e outros grandes projetos do regime militar. Ver BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.2. – Brasília: CNV, 2014. 416 p.

co de Curt Nimuendajú¹⁰, dá uma dimensão da regionalidade das interações¹¹ que resultaram em verdadeiras “províncias macro-culturais”¹².

Por outro lado, esses povos não estiveram à mercê de determinações supostamente naturais para sua ocupação e mobilidade no espaço. Em alguns casos, foram notórios “domesticadores da paisagem”, e não somente por meio do manejo da agrobiodiversidade: construíram infraestruturas, tais como estradas e portos, que costumavam seus padrões de ocupação territorial¹³. Assim, as relações entre o ambiente construído das infraestruturas e as territorialidades potencializadas por estas não são prerrogativa dos caminhos de ferro da era Imperial ou das grandes estradas abertas no século XX, mas, com estas, atingem uma escala sem precedentes.

O que se pretende enfatizar é que uma estrada não é somente uma via de trânsito. Seu traçado determina, ao mesmo tem-

po, possibilidades e destinos. Que lugares se conectam e quais são preteridos, para onde se dirige o fluxo e a partir de onde. Quem tem acesso, de que formas e para quê. Quando se trata de uma grande estrada, cortando uma região sem vias preteritas de mobilidade de alta intensidade e velocidade, o projeto dessa estrada se confunde com os projetos de vida de muitos sujeitos, a ampla maioria sujeitados a estratégias que tendem a definir-se em gabinetes da burocracia estatal e escritórios empresariais. Inscritos em cada megaprojeto viário estão possibilidades e limites às vidas das populações que viviam nos territórios sobre os quais se projetam ou daquelas que chegarão ou por ali passarão em razão deste.

Dessa forma, o momento de projeção de uma nova rodovia ou ferrovia adquire alto sentido político, tanto pelo que determina, quanto pelo que exclui. E mesmo diante disso, os processos por meio dos quais projetos emergem ou perdem espaço na



10 NIMUENDAJU, C. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. Brasília: IPHAN, IBGE, 2017. p. 121.

11 LITTLE, P. E. Amazônia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

12 HECKENBERGER, M. J. Estrutura, História e Transformação: a Cultura Xinguana na Longue Durée, 1000-2000 D.C. In: Os Povos do Alto Xingu. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 29.

13 Ibid.

agenda pública de infraestrutura, como se definem e se implementam, dificilmente se dão por meio de amplo debate público. Ao contrário, são as pressões empresariais pela abertura de vias de escoamento, de veias para a drenagem econômica de territórios que se constituem em imperativos, traduzidos em programas governamentais de infraestrutura e nos projetos em seus portfólios.

A lógica do planejamento governamental estruturada por projetos viários retomou centralidade no período pós-redemocratização, a partir dos chamados eixos nacionais de integração e desenvolvimento (Enids)¹⁴, propostos no Programa Brasil em Ação (1996-2000).

O desenho dos Enids se dá em um contexto de reformas neoliberais que respondem aos imperativos de seu tempo: expropriar os sujeitos dos territórios incorporados, por meio de mecanismos sustentados por uma narrativa de “eficiência” e “desenvolvimento” (entendido como crescimento) que lhe desse legitimidade. Ao mesmo tempo, transformar o Estado em uma “empresa a serviço das empresas”¹⁵ de forma a que este estado empresarial (ou corporativo) servisse a esses imperativos. Esse processo de neoliberalização pode não ter acontecido de forma homogênea, contínua ou progressiva, mas configurou-se como a lógica subjacente a todos os programas a partir de então (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Programa de Investimento em Logística – PIL e Programa de Parcerias de Investimento – PPI), apesar de suas especificidades (mais ou menos privatizantes, mais ou menos centradas no investimento estrangeiro).

Um elemento que dá a dimensão das continuidades em meio às diferenças é justa-

mente a reiteração de projetos em programas governamentais distintos. Muitos dos projetos prioritários no programa do governo golpista (PPI) e no homônimo programa do atual governo são os mesmos do PAC e do PIL dos ex-presidentes Lula e Dilma Roussef, tais como a pavimentação da BR 163, a Ferrogrão e a Fiol. Poucos interesses capitalistas são tão imunes a mudanças de governo e tão plasmados na agenda pública quanto os logísticos.

Para buscar estabilidade em meio às instabilidades que dominam a política nacional nos últimos anos, recorre-se a figuras bem aceitas pelo mercado, entidade fantasmagórica que determina a condução do Estado empresarial. Tal é o caso do atual ministro da infraestrutura, engenheiro militar que esteve nos quadros públicos da área de infraestrutura de todos os governos desde o da ex-presidenta Dilma Roussef. No centro de sua agenda está assegurar a retomada de projetos que estagnaram na era pós-PAC. Para tanto, uma série de leilões estão programados, sem respeitar os marcos da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, tais como previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A premissa subjacente é de que não há nada, nem ninguém, no caminho do traçado da rota, além de sua viabilização financeira.

No entanto, por mais que queiram ignorá-las, a promessa logística de fluxos contínuos e rápidos de *commodities* para a exportação tropeça nas fricções promovidas pelas re-existências populares nos territórios. Os projetos e a expansão de corredores, que fermentam o processo emergente de redesenho de rotas comerciais, não aterrissam sem atrito nos territórios. Porém, se o planejamento e implementação

14 Ou, como nos sugerem Porto-Gonçalves et al (Op. cit., p. 125), “eixos de violência, conflitos e devastação”.

15 DARDOT, P.; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 288.

de projetos viários estão historicamente marcados pelo autoritarismo e violência, o contexto no qual vivemos aponta para o acirramento destas lógicas, com a provável militarização nos territórios em disputa e

Referências

AGUIAR, D. A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: FASE e Action Aid, 2017.

ALMEIDA, A. W. B. DE. Agroestratégias e des-territorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

ANTAQ. Anuário Estatístico 2017. Brasília: fevereiro de 2018.

Disponível em:

<http://portal.antaq.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/20180112_Anuário_2017_v4-4-versão-final.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019

DARDOT, P.; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 288.

GALVÃO, A. C. F.; BRANDÃO, C. A. Fundamentos, Motivações e Limitações da Proposta Governamental dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In: GONÇALVES,

M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Eds.). Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora

criminalização das lutas sociais que se dão nas rotas dos conflitos. A defesa da democracia passa por estarmos atentos e fortes diante desses processos.

Unesp, 2003, pp. 187-205.

HECKENBERGER, M. J. Estrutura, História e Transformação: a Cultura Xinguana na Longue Durée, 1000-2000 D.C. In: Os Povos do Alto Xingu. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 29.

KOPENAWA, D. O tempo da estrada. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. (Eds.). A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 291-310. p. 306.

LITTLE, P. E. Amazônia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - Portal da Estratégia. Disponível em <http://portaldaestrategia.infraestrutura.gov.br/spntt/288-arco-norte-1.html> - acesso em 14/03/2019.

NIMUENDAJU, C. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. Brasília: IPHAN, IBGE, 2017. p. 121.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P.; LADEIRA, J.N.; Silva, M. N; LEÃO, P. C. R. Brasil. In: Ruth Bautista Durán; Oscar Bazoberry Chal; Lorenzo Soliz Tito. Informe 2017. Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2017. 298 p.

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Amazonas						
Santa Isabel do Rio Negro	T. I. Jurubaxi-Téa	16/11/2018	Arlindo Nogueira		A	(o)Indígena
Subtotal:				1		
Bahia						
Mansidão	Assentamento Nova Esplanada	29/06/2018	Edmilson Araújo Silva		47	Assentado
Subtotal:				1		
Ceará						
Maracanaú	T. I. Pitaguary/Emp. Britaboa	12/09/2018	Madalena Pitaguary		55	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Maranhão						
Sítio Novo	T. I. Krikati	06/01/2018	Cacique João Grossar Krikati		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Mato Grosso						
Colniza	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	10/10/2018	Cleomar Tenharim		31	(o)Indígena
Subtotal:				1		
Mato Grosso do Sul						
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	13/11/2018	Criança Indígena Kinikinau		9	(a)Indígena
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	13/11/2018	Criança Indígena Kinikinau		7	(a)Indígena
Subtotal:				2		
Minas Gerais						
Capitão Enéas	Faz. Norte América/Acamp. Alvimar Ribeiro	08/03/2018	Thiago Coimbra		32	Liderança
Capitão Enéas	Faz. Norte América/Acamp. Alvimar Ribeiro	08/03/2018	Não Informado		74	Sem - terra
Subtotal:				2		
Pará						
Almeirim	Projeto Jari Celulose/Jarcel	24/02/2018	Não informado	2	A	Posseiro
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Mococa	16/02/2018	Não informado		A	Liderança
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Mococa	16/02/2018	Não informado	2	A	Sem - terra
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue	21/01/2018	Raimundo Saw Munduruku		A	(o)Indígena
Marabá	Região de 4 Bocas/Plano Dourado	24/08/2018	"Pé de Pato"		A	Trab. Rural
Marabá	Região de 4 Bocas/Plano Dourado	24/08/2018	Wesley de Oliveira Souza		A	Trab. Rural
Marabá	Região de 4 Bocas/Plano Dourado	24/08/2018	"Negão"		A	Trab. Rural
Santarém	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	09/03/2018	Raoni Bernardo Maranhão Valle		41	Alliado
Subtotal:				10		
Paraíba						
Alhandra	Manifestações 2018	06/04/2018	Lindinalva Pereira de Lima Filha		35	Assentada
Subtotal:				1		
Paraná						
Guaira	T. I. Guarani Mbya/Aldeia Tekohá Yhovy	06/11/2018	Donecildo Agueiro		21	(o)Indígena
Subtotal:				1		
Piauí						
São João do Arraial	Com. dos Cocais/Açude Sta Rosa	03/03/2018	Francisca Nascimento		A	Liderança
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Marau	Área do DNIT	15/02/2018	Não Informado		A	(o)Indígena
Marau	Área do DNIT	15/02/2018	Não Informado		81	(o)Indígena
Subtotal:				2		
Rondônia						
Nova Mamoré	Acamp. Dois Irmãos/Dois Amigos/Faz. do Bispo/Linha 29 C	25/07/2018	Ednilson Cabral de Souza		A	Posseiro
Nova Mamoré	Acamp. Dois Irmãos/Dois Amigos/Faz. do Bispo/Linha 29 C	25/07/2018	Vandim, "Gardenal"		A	Posseiro
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	22/07/2018	Sabrina		16	Sem - terra
Subtotal:				3		
Tocantins						
Palmeirante	Faz. Recreio/Freitas/Acamp. Bom Jesus/Gabriel Filho	01/11/2018	Agente da CPT-AR/TO		A	Ag. pastoral
Subtotal:				1		
Total:				28		

A invisibilidade da morte de trabalhadores na cadeia do agronegócio

Antônio Canuto¹

Todos os dias somos bombardeados por uma campanha que nos quer fazer crer que o agronegócio é o grande carro chefe do desenvolvimento e progresso do Brasil: Agro é Tech. Agro é Pop. Agro é Tudo.

Mas, o secretário executivo do CIMI, Cleber Buzatto, já em 2016 mostrou que na verdade o agro é cídio. Cídio de homicídio, pelo elevado número de “assassinatos de indígenas e camponeses” registrados a cada ano.

Mas, além das mortes violentas em conflitos no campo, que a CPT registra a cada ano, na cadeia do agronegócio há um sem número de mortes de trabalhadores que ficam invisíveis aos olhos da sociedade.

Mortes nos armazéns de grãos

No dia 28 de agosto de 2018, a BBC News Brasil, levantou o véu de uma dessas invisibilidades ao publicar um levantamento que efetuou sobre o número de mortes ocorridas em silos de armazenamento de grãos. A longa reportagem trazia como título: **As silenciosas mortes de brasileiros soterrados em armazéns de grãos.**

Os silos são grandes estruturas metálicas utilizadas para armazenar grãos dos mais diversos tipos, evitando que se estraguem e também aguardando a melhor época para negociá-los no mercado, com isso auferindo maiores lucros.

Os acidentes nestes silos provocam mortes por asfixia, pois encobrem os trabalhadores com várias toneladas de grãos - soja, milho, arroz ... Diz a reportagem que estas mortes “são um efeito colateral pouco conhecido da modernização do campo”.

O levantamento registrou pelo menos 106 mortes em silos de grãos, desde 2009 até julho de 2018. Foram 106 mortes que de alguma forma chegaram ao conhecimento da imprensa. Muitas outras mortes podem ter ocorrido sem terem sido noticiadas.

O ano com mais acidentes fatais foi 2017, quando houve 24 mortes. Em 2018, até julho, o levantamento registrou 13 mortes.

Os estados onde ocorreram mais mortes nestes acidentes foram: Mato Grosso (28), Paraná (20), Rio Grande do Sul (16) e Goiás (9). Ocorreram também mortes em outros 13 estados, em todas as regiões do país.

A reportagem ainda identificou Sorriso e Canarana, no Mato Grosso, como os municípios onde ocorreram mais mortes. Sete em cada um deles.

No dia 9 de agosto, Geraldo José da Silva, de 46 anos, auxiliar de produção da fábrica Vitamilho, em Campina Grande, PB, acabou morrendo depois de ter sido retirado debaixo dos grãos de milho.

¹ Jornalista e colaborador da CPT.

No dia 28 de agosto, Clodomiro Silva Corrêa, de 53 anos, e Wilson do Nascimento Aires, de 54, morreram trabalhando em um silo de arroz, no interior de Candelária, no Vale do Rio Pardo, RS.

No dia 12 de outubro, dois trabalhadores morreram soterrados em uma fazenda às margens da MG-427, em Planura, MG. Eles trabalhavam na escavação de uma cratera onde seriam armazenados grãos.

No dia 29 de outubro, Luiz Vieira da Silva, 53 anos, morreu após desabamento de um silo com 17 toneladas de milho em propriedade rural em Vicentina, MS.

No dia 6 de novembro, Francisco Vivaldino Lopes, 60 anos, morreu soterrado em um silo de soja, no município de Barracão, RS.

Somadas às 13 mortes do levantamento da BBC, são 20 mortes, em 2018, sem contar outros muitos acidentes em que não houve vítimas fatais.

Carbonizados no mar da cana

Outras mortes ocorrem na colheita da cana. Há alguns anos foram noticiadas as mortes de trabalhadores por 'birola' no corte da cana, que eram mortes por exaustão, pelo excesso de trabalho.

Quase a cada ano outras mortes ocorrem na colheita da cana pela ação do fogo. Em 2018, três mortes foram noticiadas nestas circunstâncias, as três no estado de Goiás.

Dois funcionários da usina Anicuns, no município de Itaberaí, Fernando José Gonçalves, de 42 anos, e Divino Valdeci Soa-

res, de 55, ao colocar fogo na cana, acabaram sendo envolvidos pelas chamas e morreram carbonizados.

Fato acontecido no dia 6 de setembro. Quatro dias antes, no dia 2 de setembro, Sebastião Gomes Pereira, de 39 anos, também morreu carbonizado, ao tentar combater um incêndio no canavial da Usina Vale do Verdão, no município de Santa Helena de Goiás. Ele fazia parte da brigada de incêndio da usina.

Na verdade a cadeia do agronegócio, como disse Buzatto, é uma cadeia de morte, mas que é apresentada à sociedade como o suprassumo do desenvolvimento. Além dos homicídios, diz Buzatto, o agronegócio é responsável por outros crimes: pelo alto número de suicídios, provocados, sobretudo, pelo uso de agrotóxicos que levam à depressão e como consequência a colocar um fim à própria vida; pelo ecocídio, pois o agronegócio é o grande responsável pelo desmatamento e destruição do meio ambiente; pelo hidrocídio, pois a cada ano novas nascentes são destruídas, cursos d'água são assoreados, poços artesianos sugam água das profundezas da terra para irrigação, provocando o secamento de centenas de córregos e riachos ao mesmo tempo em que as águas são contaminadas pelos mais diversos produtos químicos empregados nas lavouras.

É preciso que a sociedade brasileira tome conhecimento da cadeia de mortes que são responsabilidade do agronegócio. O elevado número de pessoas que morrem no campo a cada ano, quando lutam por um emprego que os ajude a sobreviver, deve ser visibilizado.

Tabela 10 - Ameaças de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Porto Acre	Seringal Novo Andirá	16/05/2018	Não Informado		A	Posseiro
Subtotal:				1		
Amazonas						
Nova Olinda do Norte	Aldeias no PAE Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	16/08/2018	Jair Seixas Reis**		A	Liderança Indígena
Nova Olinda do Norte	Aldeias no PAE Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	29/08/2018	Everaldo Castro de Araújo		A	(o)Indígena
Subtotal:				2		
Bahia						
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	05/04/2018	Maurício Correia		A	Advogado
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	05/04/2018	Liliane		A	Advogada
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	07/04/2018	Cícero Rodrigues da Silva**		A	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	07/04/2018	Evanildo José dos Santos		A	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	07/04/2018	Limiro dos Santos		A	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	20/04/2018	Antônio dos Santos Silva**		A	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	25/06/2018	Geni dos Santos Silva		A	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	30/06/2018	Jaime Edinaldo		A	Camponês de fundo e fecho de pasto
Subtotal:				8		
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão	Gl. Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	30/04/2018	Antônio Marcos Alves Gomes		A	Assentado
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora	30/01/2018	Juscelino Galvão		A	Assentado
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora	30/01/2018	Zaqueu Galvão		A	Assentado
Alto Alegre do Maranhão	Arame	30/04/2018	Raimundo Alves		A	Assentado
Balsas	P. A. Gado Bravinho	30/10/2018	Jovair Ferreira		A	Assentado
Belágua	Estiva do Cangati	30/05/2018	José Maria Barbosa		36	Liderança
Cedral	Engole	18/02/2018	Alcacy Vieira Dias		A	Quilombola
Chapadinha	Vila Chapéu/P. A. Mangueira	30/01/2018	Jordeano Alves		A	Assentado
Codó	Pov. Vergel/Veigel/Faz. Boa Esperança	30/09/2018	Antônio Francisco de Souza Araújo, "Jaizim"		46	Liderança
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	23/02/2018	Raimundo Nonato Rodrigues Filho***		51	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	14/07/2018	Conceição da Silva Ramos, "Concita"		46	Posseira
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	17/10/2018	Raniere da Conceição		25	Ag. pastoral
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	17/10/2018	Márcia Palhano		36	Ag. pastoral
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	17/10/2018	Irisnete da Conceição		47	Posseira
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	17/10/2018	Valdivino Pereira da Conceição		40	Posseiro
Grajaú	Assentamento Remanso	04/02/2018	Não Informado	2	A	Assentado
Grajaú	Assentamento Remanso	04/02/2018	Isaque de Sousa de Freitas		31	Ag. pastoral
João Lisboa	Faz. Cipó Cortado/Rolete	30/09/2018	Antônio Miranda		A	Sem - terra
João Lisboa	Faz. Cipó Cortado/Rolete	30/09/2018	Cosmo Rodrigues de Araújo		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Fernando Henrique Oliveira Santos		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	João Cirolo Gonçalves		A	Posseira
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Benedita Correia Gomes		A	Posseira
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Hilton Carlos da Rocha e Rocha		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Luís Milanês Castro		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Paulo Cirino da Silva		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Pedro Rodrigues Ferreira		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	José de Ribamar do Nascimento		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Zaqueu Alencar Costa		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Francivaldo Ferreira da Rocha		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Manoel Messias Lopes dos Santos		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Gean Correia Gomes		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Aloizio Cordeiro		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Antônio Povoas Veras		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Joaquim Lima Araújo Filho		A	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	30/07/2018	Manoel Ferreira da Rocha		A	Posseiro
Luís Domingues	Gleba Negra Velha	04/01/2018	Não Informado	8	A	Posseiro
Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	28/02/2018	Luís Carlos Teixeira, "Luís Lopes"		A	Liderança Quilombola
Primeira Cruz	Faz. São Raimundo/Rosarinho	30/01/2018	Raimundo Pereira da Conceição		A	Liderança
São Luís	Comunidade Cajueiro	17/10/2018	Yasmim França Farias		A	Assentada
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Gerê	30/04/2018	Francisco Hermano da Silva		A	Posseiro
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	24/07/2018	Alessandro Pinheiro Santos		A	Posseiro
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	24/07/2018	Maria Edileusa Messias		A	Posseira
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	24/07/2018	Maria de Lourdes Messias		A	Posseira
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	24/07/2018	Luís Gonzaga Ramos		A	Posseiro
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	24/07/2018	Elias Ramos Passos		A	Posseiro
Senador La Rocque	Acampamento Batata da Terra	30/12/2018	José da Silva		A	Liderança
Senador La Rocque	Acampamento Batata da Terra	30/12/2018	Pedro		A	Liderança
Timbiras	Faz. São Raimundo/Data São Tomé	30/08/2018	Antônio Prudêncio dos Santos		58	Posseiro
Viana	Pov. de Bahias/Santero/Povo Gamella	16/11/2018	Povo Gamella		A	(a)Indígena
Subtotal:					57	
Mato Grosso						
Colniza	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	16/10/2018	Cleomar Tenharim		31	(o)Indígena
Colniza	Área da Cooper-Roosevelt/P. A Taquaruçu do Norte	30/01/2018	Osmar Antunes		A	Posseiro
Colniza	Faz. Bauru/Magali	29/11/2018	Marcos Sturaro		A	Liderança
Colniza	Faz. Bauru/Magali	29/11/2018	Derisvaldo Ferreira de Sá, "Baiano da Garça"		47	Liderança
Subtotal:					4	
Minas Gerais						
Açucena	Faz. Preservar/Acamp. Esperança	09/09/2018	Jovens/Nomes não Informados		6	A Sem - terra
Araçuaí	Com. Quilombola Baú	03/04/2018	Antônio Baú		A	Liderança Quilombola
Araçuaí	Com. Quilombola Baú	03/04/2018	Romilda Santos das Neves		A	Liderança Quilombola
Conceição do Mato Dentro	Com. Cabeceira do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018	Vanessa Rosa Santos		A	Liderança
Conceição do Mato Dentro	Com. Cabeceira do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018	Reginaldo Rosa dos Santos		A	Liderança
Conceição do Mato Dentro	Com. do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018	Raquel Rosa de Matos		A	Pequena proprietária

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Conceição do Mato Dentro	Com. do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018	Elias Souza		A	Liderança
Conceição do Mato Dentro	Família Pimenta/Proj. Minas-Rio/Anglo American	27/03/2018	Lúcio da Silva Pimenta		A	Liderança Quilombola
Itacarambi	Com. Quil. Ilha da Maria Preta	27/01/2018	Reinaldo Silva		A	Liderança Quilombola
Manga	Com. da Ilha de Pau Preto/Rio São Francisco/Proj. Jaíba	09/05/2018	Maria Zilah de Mattos		A	Ag. pastoral
Subtotal:				15		
Pará						
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	17/07/2018	Ananias Brito de Souza		A	Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	17/07/2018	Ivonete dos Santos		23	Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	17/07/2018	Laeson de Souza		31	Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	17/07/2018	Quilombola do Alto Acará	2	A	Quilombola
Alenquer	Ameaça de Morte contra o Pres. do STTR de Alenquer	16/07/2018	João Gomes da Costa		A	Sindicalista
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	06/12/2018	Pe. José Amaro Lopes de Souza*		51	Ag. pastoral
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	01/05/2018	Leoci Resplandes de Sousa+		27	Sem - terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	01/05/2018	Iraci Resplandes		A	Liderança
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Cari pi/Hydro Alunorte	15/01/2018	Maria do Socorro Costa da Silva*		A	Liderança Quilombola
Barcarena	Com. Burajuba/Codebar/Itupanema/Cari pi/Hydro Alunorte	18/03/2018	Ludmilla Machado de Oliveira		A	Liderança
Barcarena	Com. Bom Futuro/Mineradora Hydro Alunorte	15/01/2018	Ângela Maria Vieira		A	Liderança
Barcarena	Com. Bom Futuro/Mineradora Hydro Alunorte	18/03/2018	Maria Salestiana Cardoso		69	Ribeirinha
Barcarena	Com. Jesus de Nazaré/Hydro Alunorte	15/01/2018	Bosco Oliveira Martins Júnior*		A	Liderança
Barcarena	Com. Ramal Fazendinha/Hydro Alunorte	15/01/2018	Paulo Sérgio Almeida Nascimento+		47	Liderança
Breu Branco	Fazenda Chama/Acampamento Irmã Dorothy	26/06/2018	Claudionor da Silva Feitosa*		35	Liderança
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	18/03/2018	Pedro Braga		A	Liderança
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	18/03/2018	Ageu Lobo Pereira		36	Liderança
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	18/03/2018	Francisco Firmino Silva, "Chico Catitu"		68	Liderança
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	03/04/2018	Maria Leusa		A	Liderança Indígena
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	03/04/2018	Cacique Geral da Aldeia PV		A	Liderança Indígena
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	03/04/2018	Cacica da Aldeia PV		A	Liderança Indígena
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	03/04/2018	Ana Poxo		A	Liderança Indígena
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	28/07/2018	Não Informado	3	A	Sem - terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	28/07/2018	Não Informado		2	Criança
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	05/11/2018	Maria Márcia Elpídia de Melo		A	Liderança
Pau D Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	05/05/2018	Rivelino Zarpellon*		A	Advogado
Pau D Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	05/05/2018	José Vargas Júnior*		A	Advogado

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Placas	PDS Castanheira	31/01/2018	Gilson Maria Temponi, "Mineiro" +		43	Liderança
Santa Maria das Barreiras	Faz. Pontal/Acamp. Lagoa Azul	01/08/2018	João do Novo Acordo*		A	Sem - terra
Santa Maria das Barreiras	Faz. Pontal/Acamp. Lagoa Azul	01/08/2018	José do Milton*		A	Sem - terra
Santarém	Com. Quilombola Tingu	29/09/2018	Não Informado		A	Liderança Quilombola
São Félix do Xingu	Fazenda Tucunaré	01/11/2018	Moisés Feitosa Pereira		49	Trab. Rural
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	20/05/2018	Osvalinda Maria Marcelina Alves Pereira*		A	Liderança
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	20/05/2018	Daniel Alves Pereira*		A	Assentado
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	21/11/2018	Antônio de Paula Silva*		A	Assentado
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Marcos Vinícius Silva de Souza		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Joacy Alves de Sousa		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Rosinalva Alves de Sousa		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Hikaro Brasileiro Silva		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Antônio Pablo Souza Silva		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Josiane do Nascimento Brasileiro		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Yasmin Brasileiro Silva		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Ingridd Victória de Almeida da Silva		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Wemily Fabry de Jesus Silva		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Alan Conceição da Silva		A	Sem - terra
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/01/2018	Fabrcio de Souza Silva		A	Sem - terra
Subtotal:					49	
Paraná						
Santa Helena	Tekoha Mokoi Joegua-Ete Dois Irmãos-Pyau/Itaipu Binacional	14/03/2018	Cacique Cláudio Vogado		A	Liderança Indígena
Subtotal:					1	
Pernambuco						
Jaqueira	Eng. Fervedouro/Us. Frei Caneca	06/11/2018	Ernande Vicente Barbosa da Silva*		A	Posseiro
Jatobá	Com. Bem Querer de Baixo/T.I. Pankararu	26/09/2018	Adeilde Nascimento		46	Liderança Indígena
Orocó	Com. Quil. Caatinginha/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018	Alexandre da Silva		A	Liderança Quilombola
Orocó	Com. Quil. Umburana/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018	Jaciema Santos da Silva		A	Liderança Quilombola
Orocó	Com. Quil. Vitorino/Territ. Águas do Velho Chico	30/09/2018	Isaías da Silva Landim		A	Liderança Quilombola
Recife	Eng. Boa Vista/Complexo Suape	11/05/2018	V. L. D.		49	Liderança
Sertânia	Fazenda Jaú	22/08/2018	Epifânio Guilhermino da Silva		56	Sem - terra
Sertânia	Fazenda Jaú	22/08/2018	Bruna Leite da Silva		17	Sem - terra
Sertânia	Fazenda Jaú	22/08/2018	Urbano Leite da Silva		60	Sem - terra
Sertânia	Fazenda Jaú	22/08/2018	Silvana Maria Passos da Silva		45	Sem - terra
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	Jacilene dos Santos, "Darinha"		A	Liderança Indígena
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	Cícero Soares		A	(o)Indígena
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	Sidinei Batalha		A	Liderança Indígena
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	Tiago Oliveira		A	Liderança Indígena
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	Cordeiro Xavante		A	(o)Indígena
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	José Auto		A	Liderança Indígena
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	Pedro Monteiro		A	Liderança Indígena

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	Fernando Monteiro		49	Liderança Indígena
Tacaratu	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	26/09/2018	George Sarapó		A	Liderança Indígena
Subtotal:				19		
Rio de Janeiro						
Mangaratiba	Faz. Santa Justina/Acamp. Olga Benário	07/01/2018	Edevaldo da Conceição		A	Quilombola
Subtotal:				1		
Rondônia						
Cacoal	T. I. Sete de Setembro	11/05/2018	Cacique Almir Narayamoga Suruí		45	Liderança Indígena
Campo Novo de Rondônia	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	11/05/2018	Awapu		A	Liderança Indígena
Nova Mamoré	T. I. Karipuna	09/02/2018	Adriano Karipuna		A	Liderança Indígena
Nova Mamoré	T. I. Karipuna	09/02/2018	André Karipuna		A	Liderança Indígena
Ouro Preto do Oeste	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Jaú/Terra Nossa/Lote 204/Acamp. Monte Cristo	03/04/2018	João Batista Rodrigues		A	Sem - terra
Porto Velho	Acamp. Nova Esperança/Boa Esperança/Título Definitivo São Sebastião/Fiona Bom Futuro	10/11/2018	Delson Pinto de Souza		45	Posseiro
Subtotal:				6		
Roraima						
Mucajá	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	06/09/2018	Resende Sanoma		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Tocantins						
Barra do Ouro	Gleba Tauá	17/07/2018	Valdinez Pereira dos Santos, "Pica-Pau"		42	Liderança
Subtotal:				1		
Total:				165		



FOTO: Juliana Pesqueira

Manifestações

Cristianismo da libertação

Breves notas sobre a CPT

Michael Löwy¹

A Comissão Pastoral da Terra - CPT é uma das expressões mais importantes do que se pode chamar de «Cristianismo da Libertação», no Brasil. Entendemos por Cristianismo da Libertação um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960, antes mesmo do Concílio Vaticano II. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos leigos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã), pastores com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou operários etc. Sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento operário e camponês no Brasil a partir dos anos 1970.

Se tivéssemos de resumir em uma única fórmula a ideia central do Cristianismo da Libertação poderíamos nos referir à expressão consagrada por muitos teólogos e bispos: “a opção preferencial pelos pobres”. Mas é preciso acrescentar imediatamente que, para a nova concepção sócio-religiosa, esses pobres são os agentes de sua própria libertação e os sujeitos de sua própria história – e não simplesmente,

como na doutrina tradicional da Igreja, objeto da atenção caridosa.

Geralmente, refere-se a esse amplo movimento sócio-religioso como “Teologia da Libertação”, porém, como o movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de Cristianismo da Libertação, por ser um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão “integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia etc.) uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns².

No Cristianismo da Libertação podem-se encontrar elementos de “igreja” e de “seita” (de acordo com os conceitos sociológicos de Troeltsch). Mas podemos entendê-lo melhor se usarmos o tipo-ideal weberiano da religiosidade soteriológica comunitária (soteriologische Gemeindereligiosität),

1 Cientista Social, formado pela Universidade de São Paulo-USP, radicado na França, onde atualmente é Diretor Emérito de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, em Paris.

2 Essa precisão tornou-se necessária porque certos sociólogos, com o pretexto de que a natureza da rede era insuficientemente “integrada” e “bem coordenada”, negam a existência de um movimento social: segundo Jean Daudelin, por exemplo, “esse movimento não foi nada mais que uma utopia teológica e uma ficção sociológica” (“A crise da Igreja Progressista no Brasil: fraqueza institucional e vulnerabilidade política”, manuscrito, 1991).

cujas origens remontam às antigas formas econômicas de ética comunitária³. Todos esses elementos podem ser encontrados, em forma quase “pura”, nas comunidades eclesiais de base e nas pastorais populares brasileiras, em particular na CPT.

Poderíamos então dizer que há uma “luta de classes dentro da Igreja”? Sim e não. Sim, na medida em que certas posições correspondem aos interesses das elites dominantes e outras aos dos oprimidos. E não, na medida em que bispos, religiosos ou padres que chefiam a “Igreja dos Pobres” não são, eles próprios, pobres. Sua dedicação à causa dos explorados tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé. Se considerarmos essa fé e essa identidade religiosa, profundamente arraigada na cultura popular, só como um “envelope” ou “roupagem” de interesses sociais e econômicos, estaremos incorrendo no tipo de abordagem reducionista que nos impede de entender a riqueza e a autenticidade do movimento verdadeiro.

De todas as estruturas do Cristianismo da Libertação no Brasil, poucas encarnam a “opção prioritária pelos pobres” de modo

tão radical e conseqüente quanto a CPT. Vasta rede composta tanto por membros do clero – religiosos, mas também padres e alguns bispos – quanto por leigos de todo tipo – teólogos, estudiosos, biblistas, sociólogos e, sobretudo agentes pastorais, frequentemente vindos das zonas rurais, a CPT, fundada em 1975, foi uma formidável escola de agentes camponeses⁴. De início estabelecidas na região Norte – Amazônia – e Nordeste, ela pouco a pouco se estendeu ao conjunto do país; graças à sua ligação direta com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão gozou de uma grande autonomia face às estruturas paroquiais locais, e não dependia da boa vontade dos bispos de cada região⁵. Muitos agentes pastorais, mas também membros do clero – o padre Josimo Tavares, impulsionador da CPT na região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins (antigo norte de Goiás), é apenas o exemplo mais conhecido – pagaram com suas vidas pelo engajamento ativo e intransigente da CPT, ao lado dos trabalhadores rurais em suas lutas por seus direitos.

O milenarismo da CPT – mas também das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Cristianismo de Libertação de um modo geral – se traduz na utopia sócio-religiosa do “Reino de Deus”, não como transcendência projetada em um outro mundo, mas como uma sociedade nova aqui embaixo, fundada no amor, na justiça e na liberdade. Entretanto, contrariamente ao milenarismo tradicional, este “Reino” não é concebido como iminente, mas sim como fruto de uma longa marcha – caminhada é a palavra mais utilizada neste contexto – até a Terra Prometida, segundo o mode-

3 Max Weber, “Zwischenbetrachtung”, in: *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus*, Tübingen: JCB, Mohr, 1989, p. 485- 486. Inglês: “Religious rejections of the word and their directions”, in: H.H. Gerth e C.W. Mills, orgs., *From Max Weber*. Londres: Routledge, 1967, p. 329.

4 O pesquisador brasileiro Luiz Inácio Germany Gaiger considera que os agentes pastorais da CPT cumpriram a função de “intelectuais orgânicos” (no sentido gramsciano) do movimento camponês em sua origem. cf. *Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 58-60.

5 Os bispos mais ativos no apoio à CPT foram dom Moacir Grecchi, dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia e dom Tomás Balduino, bispo de Goiás. Cf. Pe. José Oscar Beozzo, *A Igreja do Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1994, p.129-130.

lo bíblico do Êxodo. As lutas sociais presentes são teologicamente interpretadas como etapas que prefiguram e anunciam o Reino. Uma leitura inovadora e carregada de historicidade social da Bíblia é uma dos elementos formadores decisivos deste milenarismo *sui generis* e da sua transmissão aos segmentos populares⁶.

Uma das características centrais da cultura sócio-religiosa da CPT – que se encontra integralmente no MST – é a crítica das consequências sociais dramáticas da introdução do capitalismo no campo – fome, expulsão dos camponeses, pauperização, êxodo rural. Desta visão crítica radical decorre a denúncia da política de “modernização” autoritária dos militares e dos seus projetos faraônicos, assim como o protesto contra a orientação neoliberal dos governos civis neoliberais que sucederam, de 1985 a inícios dos anos 2000, o regime militar.

Partindo do postulado fundamental do Cristianismo da Libertação – os pobres são sujeitos de sua própria história – a CPT estabelece como seu objetivo o fortalecimento da auto-organização dos trabalhadores rurais. Respeitando a autonomia e a secularização dos movimentos sociais, ela recusa a concepção clerical tradicional do sindicato – ou partido – “cristão”. Trata-se simplesmente de assessorar, encorajar, apoiar, proteger – contra a repressão policial ou aquela dos homens a serviço dos latifundiários – os esforços dos trabalha-

dores agrícolas para se organizar. Como escreveu Sérgio Görger – padre franciscano e um dos principais dirigentes da CPT no estado do Rio Grande do Sul: «A CPT não substitui a organização de classe. Ela tenta contribuir, aconselhar, ajudar na conscientização, aprimorar as formas de organização, de estudar cientificamente a realidade, mas não substitui os órgãos representativos dos trabalhadores»⁷.

Entretanto, na prática, a distinção entre “assessorar” – um termo rico de significados – e dirigir não é sempre tão fácil de estabelecer. Tensões e conflitos inevitáveis surgiram durante os anos de formação do MST, entre a organização autônoma e alguns membros do clero na CPT. Mas, pouco a pouco, os dirigentes da CPT e a maioria dos bispos que lhe são próximos aceitaram a separação do MST, aportando ao movimento um apoio consequente e respeitando sua autonomia⁸.

Existe uma divisão do trabalho implícita, a CPT ocupando um lugar de vanguarda na denúncia da violência no campo – a cada ano, desde 1985, publica o relatório Conflitos no Campo Brasil referência nacional e internacional sobre os conflitos e a violência que os homens e as mulheres do campo sofrem - e no combate ao trabalho escravo e na defesa jurídica dos trabalhadores do campo - além de contribuir, de forma ativa, à sua conscientização e auto-organização.

6 Cf. Scott Mainwaring, *The Catholic Church and Politics in Brazil 1916-1985*. Stanford: Stanford University Press, 1986, p. 178-181; L.I.G. Gaiger, *Agentes religiosos...*, p. 34. Ver, por exemplo, o livro do biblista e beneditino Marcelo de Barros Souza publicado pela CPT, *A Bíblia e a luta pela terra*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1983.

7 Frei Sérgio Antônio Görger, *Os cristãos e a questão da terra*. São Paulo: FTD, 1987, p. 67-68.

8 Entrevista com Sérgio Görger, 5 jun. 1999.

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	28	11822
GO	9	1490
MS	30	1820
MT	16	2510
Subtotal:	83	17642
Nordeste		
AL	36	11200
BA	82	25092
CE	5	6050
MA	31	3815
PB	16	7800
PE	54	14120
PI	8	5250
RN	6	1350
SE	5	10440
Subtotal:	243	85117
Norte		
AC	6	6300
AM	13	1740
AP		
PA	35	6570
RO	22	6450
RR	4	3728
TO	6	940
Subtotal:	86	25728
Sudeste		
ES	9	850
MG	40	5870
RJ	5	200
SP	19	5512
Subtotal:	73	12432
Sul		
PR	30	22410
RS	15	5800
SC	8	1440
Subtotal:	53	29650
Brasil:	538	170569



Foto: Andressa Zumpano

** Homenagem a Dona Dijé, quilombola, quebradeira de coco babaçu e grande liderança no Maranhão, que faleceu no dia 14 de setembro 2018.*

Notas da CPT

ISSN 1676-661X

Tristes recordes da anti-reforma agrária

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cada vez mais preocupadas com os retrocessos nas políticas que afetam o acesso à terra e ao território a camponeses, povos e comunidades tradicionais e trabalhadores rurais sem-terra, vêm se manifestar publicamente a respeito.

Notícias veiculadas pela imprensa revelam um cenário ainda mais grave para os homens e mulheres da terra neste momento. Alardeia-se que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) está a bater recordes em emissão de títulos e empréstimos a assentados. Foram 123.533 títulos de posse, entre provisórios e definitivos. Ao mesmo tempo, 97 milhões de reais foram emprestados a assentados da “reforma agrária”. Ultrapassa-se assim o recorde do ano passado e, já em meados de março, cumpre-se a meta de todo o ano. A entrega de títulos será com toda pompa e propaganda (eleitoral?) nesta semana em que acontece o Fórum Social Mundial (FSM), em Salvador (BA), que antecede o Fórum Mundial da Água e seu contraponto, o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), ambos em Brasília (DF). Parecerá uma “agenda positiva” do governo golpista para os de dentro e os de fora.

Outro recorde, porém, não tem tanta exibição: **em 2017 não foi assentada nenhuma família sem-terra. Nenhuma!** Continuam elas sendo cerca de 4,8 milhões, neste país continental, de maioria das terras sendo públicas e griladas e com a maior área ainda agricultável do planeta. E os povos indígenas e comunidades tradicionais continuam à espera de seus direitos constitucionais, dívida histórica mais uma vez postergada. A CPT e os movimentos sociais do campo já vinham de-

nunciando, há alguns anos, a diminuição drástica do número de assentamentos no país, ao ponto de chegar a apenas 1.686 famílias assentadas em 2016. Uma política, portanto, que atinge o auge neste momento, com as condições criadas pelo governo golpista de Temer. Uma série de medidas vem sendo impostas para, não só paralisar a demarcação de Terras Indígenas e de comunidades quilombolas, como também para abri-las à exploração de seus recursos naturais.

Haverá os que vão aplaudir estas medidas do governo ilegítimo e, em tempos de mídia hegemônica e pós-verdade, não serão poucos. O que enganam estas aparências? Dão-se os braços os ruralistas, maior e mais forte bancada no Congresso, e o capital financeiro, numa artimanha internacional por mais poder e dinheiro. O lastro que faltava ao capital especulativo na crise de 2008 está se providenciando na propriedade fundiária e no mercado de terras. Por isso, a aceleração dos programas federais e estaduais de regularização fundiária. Só não das Terras Indígenas e dos territórios quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais. As áreas dos assentamentos de reforma agrária emancipados com títulos definitivos de propriedade, depois de inviabilizados pela falta de condições para torná-los produtivos e aptos à vida com qualidade no campo, acabarão sendo vendidas e entregues a uma nova dinâmica de concentração. Sem mais, os empréstimos aos assentados poderão se tornar fatores de endividamento e perda da terra. Parece reforma agrária, mas é o contrário. A face mais cruel deste cenário é o crescimento dos conflitos e da violência no campo. Os números gritam. **Em 2017, 65 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo (dados parciais), regis-**

tradados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC) da CPT. O número mais elevado desde 2003.

Quase metade deles em situações de massacres (3 mortos ou mais na mesma ocasião): 9 pessoas em Colniza (MT), 10 em Pau D'Arco (PA), 6 em Lençóis (BA) e 3 em Vilhena (RO). E ainda circularam notícias de massacres de mais de uma dezena de indígenas isolados que, por causa mesmo do seu isolamento, é muito difícil comprovar. Mas, se comprovados, dariam a 2017 um macabro recorde.

Além dos assassinatos e massacres, outro expediente tem sido mais acionado para “liberar” as terras: expulsões de famílias diretamente pelo latifúndio e o agronegócio, e despejos de outras milhares de famílias em cumprimento a ações judiciais favoráveis a supostos proprietários e/ou grileiros. Entre os anos de 2012 e 2016 foram despejadas 52.737 famílias no campo brasileiro, segundos dados do CEDOC da CPT.

Só na região Sul do Pará, no final de 2017, a Vara Agrária de Marabá determinou a

execução de sentenças de reintegração de posse contra duas mil famílias. Talvez por isso também Marabá tenha sido escolhida para o presidente golpista celebrar os números de sua anti-reforma agrária. Neste início de ano, já houve o despejo, entre outros, de 800 famílias em Canguaretama (RN), 400 em Iranduba, Manacapuru e Novo Airão (AM), 140 em Capitão Enéas (MG).

São tempos escuros os que atravessamos. Mas confiamos que “quanto mais escura a noite, mais brilham as estrelas”. Então, continuamos acreditando que o povo do campo, com toda a sua força, prática e potencial para o Bem Viver, com sua organização e protagonismo, está gestando um momento novo em nossa história.

A CPT, apesar de todo este quadro assustador, permanece firme ao lado deste povo, no clamor por Justiça que sobe até o céu e se compromete com a dignidade de todos e todas.

Goiânia, 14 de março de 2018 (Dia Internacional de Luta contra as Barragens).

Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da CPT

O avanço da criminalização não vai parar nossa missão!

Dorothy vive e queremos Padre Amaro livre!

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi surpreendida ontem (27) com a notícia da prisão do Padre José Amaro Lopes de Sousa, em Anapu, Pará.

Padre Amaro faz parte da equipe pastoral da Prelazia do Xingu e da equipe da CPT à qual pertencia a Irmã Dorothy Stang, assassinada em 2005, em Anapu, na luta pelo direito à terra para os que dela precisavam e na defesa de uma convivência harmoniosa com a natureza. Por isso, ela foi incansável e obstinada na concretização dos chamados PDS, Projetos de Desenvolvimento Sustentável.

O Padre Amaro e as Irmãs de Notre Dame de Namur (Congregação à qual Irmã Dorothy pertencia) continuaram apoiando as comunidades que lutavam pela terra e o PDS, como Dorothy fazia. Durante estes 13 anos, após a morte de Dorothy, sofreram vários tipos de ataques e ameaças. Desde 2001 o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, registra ameaças de morte contra o Pe. Amaro que se sucederam diversas vezes nos anos seguintes.

A prisão do Pe. Amaro é uma medida que vem satisfazer a sanha dos latifundiários da região que pretendem de toda forma destruir o trabalho realizado pela CPT, e desmoralizar os que lutam ao lado dos pequenos para ver garantidos os seus direitos. E se enquadra no contexto do cenário nacional em que os ruralistas ditam os rumos da política brasileira.

A ele se atribui uma série de crimes:

“lidera uma associação criminosa, com o fim de cometer diversos crimes, tais como, ameaça à pessoa, esbulho possessório, extorsão, assédio sexual, importuna ofensa ao pudor, constrangimento ilegal e lavagem de dinheiro.”

Até o momento não tivemos acesso ao Inquérito Policial que deu origem a este mandado de prisão, mas há suspeita de que houve uma ação bem orquestrada para juntar elementos, não se sabe de que qualidade, que pudessem sustentar uma decretação de sua prisão. A ordem de prisão se baseia não em fatos concretos, mas em depoimentos de fazendeiros e de outras pessoas que se dispuseram a atestar contra o padre.

O que chama a atenção é que boa parte do inquérito, como se extrai do mandado de prisão, começou a ser elaborada após a prisão de um motorista que trabalhava com o Pe. Amaro, em janeiro último. Vários depoimentos, citados no mandado, iniciam dizendo praticamente que, ao saber da prisão do referido motorista, aí sim decidiram comparecer à delegacia para agregar algumas informações a respeito da ação do Pe. Amaro, que é apresentado como o grande líder e incentivador das ocupações de terras no município. A ele se incrimina, inclusive, ser o incentivador de assassinatos de pessoas, a fim de caracterizar a região como de conflitos agrários. A juíza sequer ouviu o Ministério Público antes de decretar a prisão do padre.

O estado do Pará é historicamente conhe-

cido pelos conflitos no campo que ameaçam, escravizam e assassinam dezenas de homens e mulheres todos os anos. Anapu não escapa desse cenário. Irmã Dorothy, padre Amaro e as irmãs de Notre Dame de Namur colocaram suas vidas a serviço das pessoas abandonadas pelo Estado à própria sorte. A partir de sua atuação foram criados os PDS's, como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, transformando terras, em sua maioria públicas e apropriadas indevidamente por poucos, em um projeto de agricultura que além de garantir a subsistência das famílias e de abastecer as mesas da cidade, buscam preservar ao máximo o meio ambiente. É uma nova forma de se conviver com a terra, uma nova proposta de sociedade, e isso incomoda aqueles que querem manter seus interesses escusos. Dorothy não foi apenas morta nesse chão, ela foi plantada nessa terra e sua luta continuou e irá continuar pelas mãos de tantas mulheres e homens da terra, de padre Amaro, pelo trabalho das organizações populares, da CPT e por todo o povo pobre que resiste bravamente e diariamente no campo.

Como dizem as irmãs que com o padre

trabalham: “Padre Amaro é um incansável defensor dos direitos humanos e, por isso, é odiado pelos exploradores da região e por aqueles que acobertam seus crimes. Há muito tempo que ele vem sendo ameaçado de morte pelos latifundiários, por aqueles que querem se apropriar criminosamente de terras públicas para explorá-las, às custas da expulsão do povo que precisa das terras para sobreviver”.

Também fazemos nossa a preocupação das irmãs de o Padre Amaro ter sido “levado para o presídio em Altamira, uma vez que Taradão - o mandante do assassinato de Dorothy - está lá. Isso coloca a vida do padre Amaro em sério risco”.

A Diretoria e a Coordenação Nacional da CPT denunciam mais este esquema de atacar os que defendem o direito dos e das camponeses de lutar pela terra e por condições de vida dignas, os que, como o papa Francisco pede, sabem mergulhar os pés na lama para estar junto dos que são injustamente espoliados dos seus direitos e da dignidade de pessoas humanas.

Goiânia, 28 de março de 2018

Direção Nacional da CPT

Coordenação Executiva Nacional da CPT

Interditar Lula é consumação do fascismo

Consumada a prisão do ex-presidente Lula, a Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), reunidas em Goiânia, Goiás, juntam-se a toda gente de boa vontade e senso de Justiça para externar sua inconformidade com este ato. Neste, configura-se o auge de uma trama de assalto ao poder do Estado e dizimação da frágil democracia brasileira para consolidar a submissão nacional aos interesses ilimitados do capital global.

Ainda que tenhamos sérias críticas aos governos de conciliação de classes sob controle das coalizões lideradas pelo PT – críticas sobretudo às políticas agrária, agrícola e ambiental – é inegável que estes governos reduziram desigualdades sociais, através de políticas de distribuição de renda e inclusão social, mesmo que estas não tenham sido consolidadas em avanços estruturais irreversíveis. A larga vantagem de Lula nas intenções de voto para as eleições presidenciais deste ano comprova que a maioria trabalhadora e pobre deste País o quer de volta, na esperança de retomar o que perdeu com a sucessão de golpes e retrocessos nos direitos operados pelo governo ilegítimo de Temer. O mesmo querem dizer as manifestações populares de hoje em todo o País, para além de controles partidários, sem medo de repressão, tal a revolta com a prisão, que pisoteia um princípio fundamental da Justiça, que é o da presunção de inocência, e pretende interditar sonhos de vida melhor.

É exatamente para impedir que a volta de Lula se concretize e venha a desfazer medidas de concentração de riqueza e poder, que toda sorte de arbítrios e desmandos tem sido feita, no âmbito dos Três Poderes da República, acobertados pelas formalidades da lei, vazias de verdade e real justiça.

Para isto, vale tudo, de insuficiência de provas concretas a ágeis manipulações de leis e jurisprudências, num falso e hipócrita combate à corrupção sistêmica, contando com o aparato empresarial-midiático a martelar nas consciências a versão enviesada e torpe. Inescrupulosamente, não é o mesmo comportamento para outros líderes, de outros partidos, praticantes de crimes notórios. E a simples razão é porque estão a serviço e são beneficiários dos retrocessos e rendições à acumulação ampliada do capital financeiro-agrário que avassala povos e nações, sobretudo as mais ricas em bens naturais.

De costas para os interesses populares, o que este complexo empresarial-financeiro-midiático faz, com apoio militar velado ou explícito, é nutrir, estrategicamente, o ódio, a intolerância e o preconceito, expressões do fascismo social, em que só vale o indivíduo com seus interesses privados, não mais a sociedade e a partilha coletiva de bens comuns e públicos. O avanço da violência impune no campo e na cidade é sua face mais cruel.

Portanto, interditar Lula, ícone simbólico de uma alternativa, é a consumação do fascismo neoliberal no Brasil. Defendê-lo, independentemente de ser ou não ser petista ou lulista, tornou-se obrigação de todo verdadeiro democrata e promotor da Justiça, dos direitos humanos e de um outro mundo possível, política, social e ambientalmente sustentado. O antipetismo cultivado se faz contra esta possibilidade.

Com isso, a CPT se compromete e junta forças com as comunidades camponesas que acompanha e resistem nos territórios, organizações parceiras e movimentos so-

ciais em todo o País. Estamos convencidos de que, preso político, engrandecido na prisão, como grandes líderes o foram, Lula, mesmo com seus erros e até não sendo eleito, reúne mais condições de influenciar o futuro do País, que só será melhor se, nos marcos construtivos de uma democracia real participativa, através de assembleias e plebiscitos, revogar as medidas

regressivas atuais e estabelecer a soberania popular que nunca tivemos.

Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição, ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou a espada? (...) em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou (Romanos 8,35.37).

Goiânia, 07 de abril de 2018

Diretoria e Coordenação Executiva
Nacional da CPT

Padre Amaro, nosso companheiro da caminhada

Estamos reunidos aqui em Goiânia na XXX Assembleia Nacional da CPT e tu estiveste muito presente todos os dias no meio de nós, nas nossas reflexões e nas nossas orações.

Tua prisão, absurda e sem fundamentos, é o sinal claro da tua fidelidade à causa dos pobres, na busca por Justiça e dignidade. Pelos latifundiários e os poderes que lhe são submissos, que querem impedir que continues em tua missão. Mesmo com estas atitudes maldosas não apagarão de forma alguma a luz do teu testemunho e compromisso com os pobres, pelo qual teres sido considerado digno de sofrer por causa da Justiça, pois acreditamos naquele que proclamou de modo contundente: “Felizes os perseguidos por causa da Justiça, porque deles é o Reino do Céu. Felizes vocês, se forem insultados e perseguidos e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim. Fiquem alegres e contentes, porque será grande a recompensa no céu.

Do mesmo modo perseguiram os profetas que vieram antes de vocês”. (Mt 5, 11-12)

Esta promessa do evangelho é a palavra viva de Deus diretamente para você. Meu irmão Amaro em meio a tantas lutas e dificuldades e nossas próprias fragilidades, tua prisão nos fortalece em nossa missão. Teu testemunho alimenta em nós a certeza de que estamos no caminho certo, ao lado daqueles que o sistema rejeita e esquece.

Essa tua prisão tão violenta por tantas calúnias e difamação, em plena Semana Santa, nos deu a clareza que os teus sofrimentos se somaram aos sofrimentos de Cristo na busca da redenção de nosso povo, tão oprimido e espoliado.

Amaro, aceite pleno apoio e o nosso abraço, que é o abraço de toda a Comissão Pastoral da Terra espalhada pela imensidão do Brasil.

Goiânia, 5 de abril de 2018

Nota da CPT sobre apuração dos assassinatos de quilombolas na Bahia em 2017

A Comissão Pastoral da Terra / Regional Bahia e Nacional vem a público esclarecer o contexto das afirmações dadas em entrevista ao “Bahia Notícias”, no dia 17 de abril de 2018 (“Número de mortes no campo sobe 150%; perdas de quilombolas chamam a atenção”), por Ruben Siqueira, seu assessor na Bahia e membro da Coordenação Executiva Nacional da entidade. A afirmação de que o processo de apuração estava parado, com inquéritos falhos e sem prisões de reais culpados, na verdade se referia genericamente à tendência histórica de impunidade deste tipo de crime contra os povos do campo, mais uma vez comprovada, conforme consta na publicação pela CPT, no dia 16 de abril de 2018, dos dados de apuração, julgamentos e condenações destes crimes desde 1985, que acompanhou a divulgação dos dados de assassinatos por conflitos agrários no país no ano passado. Aí consta que de 1.438 casos, com 1.904 vítimas, “apenas 113 foram julgados, o que corresponde a 8% dos casos, em que 31 mandantes dos assassinatos e 94 executores foram condenados”. Os casos dos nove quilombolas mortos na Bahia em 2017, ao que tudo indica, estão indo em direção semelhante ou sendo conduzidos sem investigar a real motivação dos crimes. Senão, vejamos:

Caso de Iúna

Ocorrido em 06 de agosto de 2017, foi o massacre de seis quilombolas da comunidade de Iúna, no município de Lençóis, onde no dia 16 do mês anterior já havia sido assassinado Lindomar Fernandes Martins, liderança da comunidade em processo de reconhecimento e regularização como remanescente de quilombo. Os seis

quilombolas são Adeilton Brito de Souza, Amauri Pereira Silva, Cosme Rosário da Conceição, Gildásio Bispo das Neves, Marcos Pereira Silva e Valdir Pereira Silva. O inquérito policial foi concluído apressadamente e apontou como única e exclusiva motivação disputa entre traficantes de drogas.

Desde a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 20 de novembro de 2015, confirmando o pleito da comunidade, suas terras vinham sendo cobiçadas por pessoas de fora da comunidade, entre as quais algumas vinculadas ao tráfico de drogas. Mera coincidência? No caso de Lindomar, inicialmente, alegou-se a hipótese de latrocínio ou mesmo crime passional, sem menção ao tráfico. Após o massacre dos seis companheiros seus, tendo o tráfico apontado como a causa, este também passou a ser apresentado pela Polícia Civil como a motivação de seu assassinato.

Segundo reportagem do Correio 24 horas (“Apontado como causa de chacina, tráfico atormenta quilombolas em Lençóis”), haveria indícios de envolvimento no tráfico apenas em relação a um dos seis assassinados. As prisões efetuadas decorrentes do inquérito foram relacionadas apenas a esta hipótese. Neste contexto, sem garantias de proteção, as testemunhas não estão seguras em dizer o que realmente sabem. A condução do inquérito, a partir de então, descartou as demais linhas de investigação, principalmente no que se refere à disputa das terras que estaria fazendo convergir interesses do tráfico, de fazendeiros e de empresas. Após a cha-

cina, as famílias permanecem amedrontadas, muitas abandonaram o território. A escola, após ser reaberta por um breve período, foi novamente fechada.

Caso de Júnior – Jiboia

Trata-se do assassinato de José Raimundo Mota de Souza Júnior, em 13 de julho de 2017, na comunidade quilombola de Jiboia, em Antônio Gonçalves. O líder da comunidade e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) teve a cabeça destruída por 10 tiros, com características típicas de execução e crime de mando, modus operandi de grupos de extermínio. Júnior, como era conhecido, havia se afastado da militância pública em 2016, justamente em razão de sucessivas ameaças que vinha recebendo. Dedicava-se à produção de alimentos agroecológicos na sua roça junto com os irmãos, o que fazia quando foi morto.

Inicialmente, segundo o delegado responsável, todas as linhas de investigação estavam sendo consideradas. Recentemente foi decretado sigilo sobre o inquérito policial e passou-se a afirmar, sem nenhum fundamento concreto apresentado, que a causa da execução estaria também relacionada a disputa do tráfico. Entretanto, em ofício à Superintendência de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), o INCRA aponta que havia um clima de ameaças e intimidações a lideranças da comunidade, inclusive o Júnior, desde que um determinado fazendeiro supostamente adquiriu uma área de terra dentro do território demarcado como quilombola conforme o RTID publicado em 22 de dezembro de 2016. A partir de então, a Polícia Civil não forneceu mais informações sobre o caso nem apontou a autoria do crime até o presente momento.

Caso de Binho – Pitanga dos Palmares

“Binho do Quilombo”, como era conhecido Flavio Gabriel Pacifico dos Santos, da comunidade de Pitanga dos Palmares, no município de Simões Filho, foi morto com mais de 10 tiros, em 19 de setembro de 2017. O líder quilombola estava dentro do seu carro, próximo à escola onde fora deixar o filho, quando foi abordado por homens em um veículo branco. Após as apurações iniciais, foram expedidos dois mandados de prisão contra suspeitos de serem os executores. Em 20/12, um deles, Leandro Pereira da Silva, o “Léo”, foi preso temporariamente, tendo sido liberado no início deste mês de abril. Segundo a Polícia Civil, as investigações em torno do caso continuam, mas ainda não há informações sobre a motivação do crime...

O aumento vertiginoso de assassinatos de camponeses em conflitos agrários, no Brasil e na Bahia, especificamente de quilombolas em nosso estado, e a volta dos massacres como uma das formas destes crimes, no contexto atual do país, levantam sérias questões para as autoridades e sinalizam alertas muito preocupantes para as comunidades violentadas, outras em situações semelhantes e entidades e pessoas que as apoiam. Poderosos interesses atuam sem freios numa ainda mais voraz busca pela terra como mero ativo econômico, supervalorizado no mercado global. Para isto contam com decisivo apoio do Estado: facilidades legais, subsídios financeiros, leniência quanto aos crimes cometidos e criminalização das lutas de resistência e de suas lideranças. Não ficam fora nem vinculações com crime organizado – tráfico, lavagem de dinheiro etc.

Aqui, na morte impiedosa e vil dos mais fracos, destituídos de todo direito, até do fundamental à vida, a face mais cruel da

crise política e social – crise de destino como nação – em que a minoria de poder mergulha cada vez mais o Brasil. Mas não os deterão, nem a nós com eles,

pois contamos com a luz e a força daquele que disse a verdade: “o que vocês fizeram a algum dos meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizeram” (Mateus 25,40).

Salvador, 20 de abril de 2018

Coordenação Executiva Nacional da CPT

Coordenação Regional da CPT Bahia

O que mais nos poderá surpreender?

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) vêm, mais uma vez, a público para se manifestar sobre a decisão tomada nesta última quinta-feira, 24, pelo ministro Marco Aurélio de Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF), e que hoje ganhou as páginas dos noticiários, em conceder habeas corpus a Regivaldo Pereira Galvão, condenado pelo assassinato da missionária Dorothy Stang.

Quando a gente pensa que, neste País, envolvido a cada dia em novos escândalos, nada mais pode nos surpreender, surge algo novo que nos surpreende ainda mais.

Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, foi condenado pelo Tribunal do Júri em abril de 2010 como um dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang no dia 12 de fevereiro de 2005, em Anapu (PA). Foi condenado a 30 anos de prisão, mas gozava de liberdade por força de habeas corpus que lhe fora concedido em 22 de agosto de 2012. O STF, no dia 21 de junho do ano passado, revogou este habeas corpus e ele voltou à prisão. A apelação da defesa para que ele fosse posto em liberdade foi negado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que então apelou ao STF, resultando na decisão do ministro Marco Aurélio, que concede novo habeas corpus para que Taradão aguarde em liberdade o julgamento definitivo das apelações feitas a outras instâncias do Judiciário.

A Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da CPT, comprometidas com o povo da terra, das águas e das florestas, reiteradamente tem se expressado sobre como a impunidade alimenta cotidianamente a violência contra os trabalhadores e tra-

balhadoras do campo brasileiro e seus alidados. O caso da missionária era uma exceção à regra, possivelmente por ser estrangeira de nacionalidade estadunidense, pois os acusados de sua morte foram julgados e condenados. Taradão foi o último a ser julgado e preso e agora vai voltar a gozar da liberdade, enquanto muitos outros sem um crime claro a eles imputado aguardam encarcerados há anos por um julgamento.

A Equipe da CPT em Anapu atuava e atua na defesa dos camponeses que buscam terra e a desejam cultivar de maneira sustentável como a missionária propugnava. Por isso, no decorrer de praticamente duas décadas, vem sofrendo com denúncias, ameaças, agressões diversas, chegando à eliminação física de irmã Dorothy em 2005, e agora, **há praticamente dois meses, à eliminação moral do Padre Amaro**, que está em prisão sob as acusações mais esdrúxulas e absurdas para satisfazer a sanha belicosa dos ruralistas que não aceitam que alguém se interponha nos seus caminhos de acumulação de terras e de capital e de devastação do meio ambiente. Quem se atrever a levantar a voz em favor dos sem terra, dos camponeses pobres, posseiros, ribeirinhos e de outras comunidades rurais certamente vai enfrentar a perseguição.

Vivemos a lamentável situação em que autoridades de diversas instâncias, tanto do Executivo, quanto do Legislativo e do Judiciário dão o suporte que esses latifundiários precisam para continuar impondo seus interesses sobre os povos e comunidades. Na segunda-feira, 28 de maio, outro habeas corpus que será julgado é o de Padre Amaro. Diante desse cenário de injustiças e perseguições, nos apoiamos na

profecia de Isaías e nos indignamos profundamente diante do quadro que vivemos e com ele dizemos:

“Ai dos que absolvem o ímpio mediante suborno e negam ao inocente a sua justiça!”
Is. 5,23.

Goiânia, 25 de maio de 2018

Diretoria e a Coordenação Executiva
Nacional da CPT

Dois pesos e duas medidas: justiça?

Poucas horas antes de a CPT lançar, em Brasília, no dia 4 de junho de 2018, a edição referente a 2017 de “Conflitos no Campo Brasil”, o Tribunal de Justiça do Pará negou por unanimidade o pedido de habeas corpus impetrado a favor do Padre José Amaro Lopes Souza, da CPT, mantendo-o assim afastado de Anapu (PA), onde desenvolve seu trabalho pastoral em apoio às comunidades camponesas. Dez dias antes, o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, havia concedido o benefício a Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”, condenado em segunda instância como mandante do assassinato da Irmã Dorothy Stang, da CPT, em 2005, em Anapu.

O assassinato de Irmã Dorothy transformou-a em mártir e ícone que reforça a luta pela terra e a defesa da Amazônia. O consórcio criminoso que a matou tem outra estratégia frente ao Padre Amaro, que continua com energia e coragem o trabalho pastoral de Irmã Dorothy. Passou a tramar e investir articuladamente em sua destruição moral.

O conjunto de acusações contra o Padre, conforme constam do inquérito elaborado pela Polícia Civil de Anapu, baseia-se em afirmações que partiram do presidente do Sindicato Rural de Anapu e de mais de 20 fazendeiros da região, interessados em se apoderar definitivamente das terras públicas tornadas Projetos de Desenvolvimento Sustentável de centenas de famílias camponesas.

No Tribunal, sem a mínima consideração aos argumentos apresentados pela defesa, a relatora votou pela negação do habeas corpus, mantendo a prisão do Padre, voto seguido por todos os demais desembar-

gadores. Pe. Amaro ainda foi acusado de causar “tumulto social” em Anapu e de ser chefe de quadrilha armada na região, temido pelo prefeito, vereadores e fazendeiros.

Mantida a prisão do Padre Amaro, a violência continua solta em Anapu. No mesmo dia do julgamento, mais um camponês foi assassinado na luta pela terra, o jovem Leoci Resplandes de Sousa. Mais um que se soma aos 15 trabalhadores ali assassinados a partir de 2015. Em 09 de janeiro deste ano, o tio de Leoci, Valdemir Resplandes dos Santos, foi assassinado e, em 2015, seu primo Hércules Santos de Souza. A violência judiciária se soma a física, para o êxito de um projeto de morte.

Uma campanha de ódio contra o Padre e as irmãs que continuam o trabalho de Dorothy e contra a CPT se espalha pelas redes sociais desde estes setores, em Anapu.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, FAEPA, que reúne fazendeiros, pecuaristas, madeireiros, grileiros e outros ligados ao agronegócio no estado, imediatamente comemorou “com euforia” em Nota Oficial a negação do habeas corpus. A nota evidencia que a atuação pastoral da Igreja, da CPT, do Padre e das Irmãs tem sido um obstáculo ao intento deles, por quanto é um trabalho que apoia a organização e a resistência dos camponeses e camponesas e denuncia as arbitrariedades e violências contra eles praticadas todos os dias por estes setores.

A Diretoria e a Coordenação da CPT manifestam sua indignação diante de uma decisão que expõe a contradição e parcialidade no exercício do sistema de justiça. Como entender de outro modo a liberdade dada ao mandante do assassinato da Irmã

Dorothy já condenado em Júri Popular e negada ao padre cujo trabalho pastoral incomoda os que o acusam, uma minoria que se sente dona do território e da política e age sem escrúpulos para manter seus privilégios?

Ao Pe. Amaro, às Irmãs de Anapu e à Prelazia do Xingu nosso apoio e solidariedade. Apesar das ameaças e perseguições, não nos demoverão da missão de serviço aos pequenos, preferidos de Jesus de Nazaré,

ao qual buscamos ser fiéis, também sob injúria, perversidade e condenação. Confortam-nos e nos animam as palavras do profeta Isaías (cap. 10, vers. 1-3):

“Ai dos que decretam leis injustas e dos escrivães que escrevem perversidades, para prejudicarem os pobres em juízo, e para arrebatarem o direito dos aflitos do meu povo, e para despojarem as viúvas, e para roubarem os órfãos! Que fareis no dia do ajuste de contas, da calamidade que vem de longe?”.

Goiânia, 07 de junho de 2018

Diretoria e Coordenação da Comissão
Pastoral da Terra

Padre Amaro livre, ainda esperamos justiça e paz

Depois de se completarem 90 dias de prisão do Padre Amaro Lopes, da Prelazia do Xingu e CPT de Anapu (PA), o ministro do STJ, Rogério Schietti Cruz, na manhã de ontem, 29 de junho, concedeu-lhe habeas corpus para que possa responder em liberdade ao processo no qual é vítima.

A Coordenação Nacional da CPT, a Prelazia do Xingu e a Sociedade Paraense de Direitos Humanos se alegram com esta decisão, pois esperam que com ela comece a ser restabelecida a justiça em relação a um sacerdote e grande lutador em defesa dos direitos dos mais fracos – por primeiro o direito à terra da qual viver – espezinhados pelos que se arvoram em poderosos donos da terra e das decisões políticas.

Para conceder o habeas corpus o ministro baseou-se no fato de não haver na denúncia outros agentes envolvidos no tal “esquema criminoso”, o que “afastaria a existência de organização criminosa”. Segundo ele “parece tratar-se de operação deflagrada contra um investigado só”. Ressalta também o ministro que as denúncias apresentadas “historiam fatos ocorridos ao longo de 13 anos, nenhum, todavia, com data recente ou contemporâneo ao decreto prisional, a sinalizar a possibilidade de haverem sido reunidos com o propósito específico de eliminar a atuação do ora recorrente”.

Esta atuação é de continuidade à de Ir. Dorothy Stang, da mesma equipe da CPT em Anapu, assassinada em 2005, o que provocou repercussão inédita em nível nacional e internacional. Padre Amaro e as colegas de Dorothy, Irmãs de Notre Dame de Namur e cristãos leigos continuaram seu trabalho na implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, apoiados pelo INCRA, pelos quais famílias

camponesas cultivam e preservam a floresta em terras comprovadamente públicas. A estes projetos se opõem madeireiros, fazendeiros e grileiros de terra, ávidos de aumentar seus “negócios” na região. Em consequência, os conflitos e a violência agrária continuaram de tal forma que de 2015 até os dias de hoje já se contam 13 trabalhadores assassinados em Anapu, de acordo com os dados do Centro de Documentação da CPT Dom Tomás Balduino.

Na tentativa de conter a resistência camponesa nos PDS, os ruralistas da região orquestraram denúncias contra o padre Amaro baseadas em argumentos frágeis, mas que foram acolhidas, com celeridade inédita, tanto pela autoridade policial de Anapu, quanto pela Justiça local, também reafirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado, que tem se mostrado conservador e influenciado pelas forças do latifúndio.

Ao tempo em que nos alegramos com a libertação do Padre Amaro, manifestamos preocupação com a continuidade do clima de violência e insegurança na região. Esperamos que o mais breve possível a verdadeira Justiça seja totalmente estabelecida e que o padre Amaro e aqueles e aquelas que com ele compartilham da luta em defesa dos empobrecidos, privados da terra e das mínimas condições dignas de vida, possam continuar seu trabalho em paz, como cidadãos e cidadãs, filhos e filhas de Deus.

Goiânia, 29 de junho de 2018

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Prelazia do Xingu Sociedade Paraense de Direitos Humanos

Nota de Repúdio à “reportagem” da TV Band: quem de fato está devastando as margens do rio São Francisco?

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) – CPT Nacional e Regional Minas Gerais - vêm a público repudiar e exigir direito de resposta à Band (Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.) em face da reportagem da TV Bandeirantes veiculada às 20h do dia 19 de julho de 2018 e disponibilizada também em seu sítio eletrônico, sob o título “Grupos invadem terras e destroem vegetação perto do rio”, que criminaliza os Povos e Comunidades Tradicionais e esconde a verdade a respeito dos conflitos agrários e socioambientais que acontecem às margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais. Esta “reportagem” revela que o jornalismo da Band não entende nada sobre este tema e, ao se meter nele, está acintosamente a serviço dos ruralistas da região, usurpadores de terras públicas e os reais destruidores do chamado “rio da unidade nacional”. Na realidade a “reportagem” é uma propaganda disfarçada que mostra o compromisso do jornalismo da Band com os interesses de empreendimentos do agronegócio, que causam imensa devastação socioambiental e que não foram denunciados.

Já de início, a chamada da “reportagem” – “o processo de demarcação põe em risco o futuro do rio” – esconde a realidade para apoiar os latifundiários e empresários da região, que têm realizado ações para impedir a celebração do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e outras ações de regularização fundiária entre as Comunidades Ribeirinhas e o poder público.

A bem da verdade, temos que informar que:

1) As Comunidades ribeirinhas com seus modos tradicionais de vida ocupam as margens do rio São Francisco, algumas há séculos. Vivem da pesca, do extrativismo e de pequenas áreas de plantio nas ilhas e vazantes, aproveitando a fertilização natural trazida pelas cheias do rio. Daí sua identificação como ribeirinhos, pescadores e vazanteiros, algumas também indígenas e quilombolas. Além da subsistência de suas famílias, produzem boa parte dos alimentos comercializados nas feiras da região e protegem as beiras do rio das quais depende este modo de vida. Para essas Comunidades “o Rio é Pai e Mãe”, e as margens, uma bênção. Logo, as Comunidades Ribeirinhas são as primeiras interessadas na sua preservação. Vale lembrar que neste ano umas das comunidades vazanteiras do Norte de Minas, dentre cinco casos no Brasil, recebeu o Prêmio BNDES de boas práticas para Sistemas Tradicionais, em parceria com a EMBRAPA. São “exemplos de convivência com a terra, amostras da genuína cultura do campo em que natureza e comunidades se misturam e se confundem num jeito de viver especial”, conforme publicou a EMBRAPA.

2) A partir dos anos 1970, com favorecimentos dos governos da ditadura civil-militar-empresarial, grandes projetos de irrigação se apoderaram destas áreas ribeirinhas. Entre eles o Jaíba, nos marcos do Projeto JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), à época tido como o maior do mundo, em parceria com o capital japonês.

3) Neste processo, milhares de famílias

tradicionais ocupantes, diante da violência de jagunços, foram expulsas, algumas resistiram, muitas alojaram-se nas ilhas e periferias das cidades. São estas, ainda hoje numerosas, que lutam pela garantia da posse das áreas que lhes dão os meios de vida, para o que precisam preservá-las.

4) Fazendas de gado e empresas de irrigação ocupam áreas da União – as áreas inundáveis às margens de rios nacionais são de propriedade da União - de forma ilegal, muitas mediante mecanismos de grilagem de terras. Assim, além de usar as vazantes para colocar o gado nos períodos de seca, têm acesso ilimitado às águas do rio São Francisco para irrigação.

5) A grande irrigação na Bacia do São Francisco é, comprovadamente, o maior consumidor de água, cerca de 70%. Por isso é o maior responsável pela evidente diminuição do volume de água do rio, um dos mais degradados do mundo.

6) Os responsáveis maiores pela supressão de matas ciliares são os latifundiários e empresários, não as comunidades ribeirinhas que delas dependem. Para induzir ao equívoco dos telespectadores, a “reportagem” mostra imagens aéreas de vegetação seca, sem revelar que se trata do período natural da estiagem. Nos espanta que o Cerrado, Bioma responsável por mais de 90% das águas do Velho Chico, venha sendo devorado pelas grandes plantações de eucalipto, algodão, soja e cana, dentre outras monoculturas, e isso nem ao menos tenha sido citado pela “reportagem”.

7) As comunidades ribeirinhas no uso do direito de autodefinição buscam a efetivação da Política Nacional e Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto nº 6.040/2007 e pela Lei Estadual nº 21.147 de 14 de janeiro de 2014. Lutam pela regularização de seu território tradi-

cional, que constituem os espaços necessários à sua reprodução cultural, social e econômica, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Desta forma, parte das comunidades tem seus processos de regularização iniciados, diferentemente de latifundiários que ocupam e degradam áreas da União sem autorização nenhuma.

8) A ação da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) tem por objetivo regularizar para proteger as terras públicas da União nas margens do rio São Francisco, rio federal, através da demarcação e aprovação de ocupações que as preservam. É dever da SPU demarcar os territórios tradicionais como prescreve a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) da ONU, da qual o Brasil é signatário, que determina que os direitos das Comunidades Tradicionais, após autorreconhecimento, devem ser garantidos. A SPU, em Minas Gerais, planejou realizar seis audiências públicas em cidades à margem do rio São Francisco, mas todas elas foram canceladas em função das pressões e ameaças dos latifundiários do norte de Minas. O que revela que autoridades e funcionários da União e do Estado não estão isentos destas injunções escusas.

9) Os fazendeiros que aparecem na “reportagem” são lideranças dos ruralistas na região, latifundiários que ameaçam as comunidades, perseguem lideranças e agentes pastorais, buscam influenciar o Poder Judiciário, criam milícias armadas e estão envolvidos em crimes contra comunidades, movimentos sociais e o meio-ambiente. Como resultado de inquérito policial da Polícia Civil de Montes Claros, três fazendeiros estão foragidos e 12 pessoas presas, por planejar ataque e tentativa de assassinato a comunidade sem-terra. Segundo divulgado pela Polícia Civil, o ataque foi planejado no Sindicato Rural de Montes Claros e 20 pistoleiros, contratados pelos

fazendeiros, cometeram o crime. Armas foram apreendidas nas fazendas. Em 2014 Cleomar Rodrigues de Almeida, liderança que vivia com sua família em uma área de comodato, em Pedras de Maria da Cruz, foi assassinado por funcionário de um fazendeiro. Muitas lideranças populares na região estão ameaçadas e envolvidas em programas de defensores de direitos humanos.

10) Ruralistas influenciam ou mesmo controlam prefeitos e deputados da região, que juntos fazem campanha, como a chamada “Paz no Campo”, cujo intuito é impedir qualquer tentativa de regularização dos legítimos territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas.

Como concessionária de um serviço público de comunicação, a TV Band tem por obrigação legal informar ao seu público, de modo isento e fiel, a verdade dos fatos. Como no presente caso descumpriu seu dever, acusando de forma leviana a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de apoiar ilegalidades que não existem, nós exigimos direito de resposta conforme garante a Lei 13.188/2015, para que a verdade dos fatos seja restabelecida e conhecida. E a luta legítima e fundamental das comunidades ribeirinhas do Norte de Minas Gerais e de todo o rio São Francisco seja apoiada e vitoriosa, a bem da dignidade humana e do Rio – suas águas, terras, matas e gentes – e do País.

Belo Horizonte / Goiânia, 24 de julho de
2018

Coordenação da CPT Regional
Minas Gerais

Diretoria e Coordenação Nacional
Executiva da CPT Nacional

Nota de solidariedade da CPT aos grevistas

Companheiros e companheiras em greve de fome.

A Comissão Pastoral da Terra em todo o Brasil vem acompanhando com muita atenção e preocupação este gesto radical que vocês estão fazendo. Em vocês a CPT também se sente representada pois comunga dos mesmos valores e das mesmas aspirações que vocês expressam. Estamos junto com vocês torcendo para que uma solução justa e adequada seja encontrada, no mais rápido tempo possível.

Esta é uma greve de solidariedade. Vocês estão colocando em risco suas vidas, num momento em que o fantasma da fome volta a rondar milhares e milhares de famílias brasileiras em decorrência das políticas adotadas que restringem e destroem direitos que os mais frágeis da sociedade, que com muito custo conquistaram e ao mesmo favorecem os que sempre quiseram dominar e determinar os rumos da nação.

É uma greve que clama aos quatro cantos para que uma verdadeira democracia volte a vicejar em nossa terra.

Este gesto de vocês que muitos consideram tresloucado representa o que de mais sagrado o povo brasileiro defende, a luta por dignidade, por igualdade e por uma soberania nacional que a cada dia mais está sendo aviltada. Os valores de nossa nação, de nosso povo, estão sendo negociados no balcão de negócios do mercado capitalista internacional, insensível, implacável e insensato. E cada dia são mais os vendilhões da pátria que se arvoram em defensores dos trabalhadores quando na realidade os jogam às margens da cidadania.

Amigas e companheiros, recebam o nosso mais sincero e afetuoso abraço de toda a CPT, carregado de esperança de que a luta de vocês não será em vão.

Em nome de toda CPT.

Goiânia, 10 de agosto de 2018

Coordenação Executiva Nacional da CPT

Com as armas da solidariedade e da justiça, resistamos à mentira, hipocrisia e barbárie!

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT assumem como seu dever tomar posição, não se omitindo, nesta hora em que os destinos de nossa nação estão sob graves riscos. Os povos e comunidades do campo, a quem a CPT se põe a servir há 43 anos, estão entre os que mais serão afetados caso for vitorioso o projeto de desconstrução de direitos defendido pelo candidato do PSL.

Uma onda nacional baseada no ódio, na irracionalidade, na mentira e na hipocrisia, está prestes a lançar o Brasil num novo tempo de barbárie, interrompendo o breve interlúdio democrático que vivemos com o fim da Ditadura Civil-Militar de 1964. A Constituição Cidadã de 1988 que o garantiu mal completa 30 anos! Esta situação nos leva a entender o que o capítulo 13 do Apocalipse traduzia no tempo da grande perseguição no início do Cristianismo: “Vi, então, outra Fera subir da terra. Realizou grandes prodígios. Seduziu os habitantes da terra com os prodígios que lhe era dado fazer sob a vigilância da Fera, persuadindo-os a fazer uma imagem da Fera que sobrevivera ao golpe da espada.” (Ap 13,11-14).

Neste tempo sombrio, a manipulação das consciências atinge um grau inédito por meio da difusão permanente de falsas notícias pelas chamadas “redes sociais”. E essa difusão de mentiras obedece a um único objetivo: desconstruir os avanços sociais conquistados nos últimos anos e colocar no seu lugar retrocessos que agravam às elites nacionais e o mercado.

Estas mentiras se escondem atrás de uma hipocrisia sem tamanho. As palavras, ao invés de revelarem a verdade, na realidade a ocultam ou a deturpam. O apoio às elites empresariais, ao capital, é vendido como uma forma de ampliar a geração de empregos e a melhoria do bem-estar social. Os resultados deste tipo de política, os mais pobres os estão sentindo na pele com o alto grau de desemprego e de precarização das condições de trabalho. E o apelo constante a Deus e à sua palavra raia o patamar da blasfêmia. Não é isso que o segundo mandamento diz: “Não tomarás seu santo nome em vão!” Deus se torna, na palavra de políticos e de líderes religiosos, o fiador de retrocessos sociais que vão sobrecarregar os ombros dos mais pobres e vulneráveis de nossa nação.

Mas o que mais nos preocupa é o crescimento acelerado da violência e da barbárie. A mentira e a hipocrisia são o solo fértil para o ódio contra “os outros”. A pregação contra o direito de minorias – quilombolas, indígenas, LGBTQs, – a favor da compra de armas por “pessoas de bem”, de defesa da ditadura militar e seus torturadores, de propor a condecoração de policiais e militares responsabilizados pelo assassinato de pessoas, da redução da idade penal, de transformar a luta pela terra em atos de terrorismo, e a proposta de “botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil”, é um discurso claro de desrespeito aos direitos humanos, de desapareço pela democracia. Defender o combate à violência com o uso de violência é um salvo-conduto para o uso de mais violência. Uma espiral ilimitada de violência! O ataque de que o pró-

prio Bolsonaro foi vítima dá pleno valor ao dito popular, que tem raiz em Provérbios 22,8: “Quem semeia vento, colhe tempestade”.

Esta espiral da violência já está instalada e só tende a crescer: mais de 60 pessoas sofreram violência física entre os dias 1º e 10 de outubro de 2018, sendo mais de 50 praticadas por apoiadores de Bolsonaro. E não se agride simplesmente quem de alguma forma tenta se expressar a favor de outro projeto, mas se quer apagar a memória de quem lutou em defesa dos direitos dos mais fracos, da justiça e da dignidade, como foi a destruição de placas no Rio de Janeiro que lembravam a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada no início deste ano.

A CPT tem destacado o aumento na violência no campo brasileiro nos três últimos anos, quando se iniciou a desconstrução de direitos, com um número cada vez maior de pessoas assassinadas na luta pela terra. Em 2017 foram 71 pessoas assassinadas, sendo 31 em cinco massacres. E, nesta onda de violência, as lideranças do campo, que lutam pela terra e em defesa dos territórios dos povos originários e comunidades tradicionais, estão sendo massacradas. Somente na última semana foram três pessoas: o sindicalista no Pará, Aluísio Sampaio, o indígena no Maranhão, Davi Gavião, e o indígena da etnia Tenharin, em Mato Grosso, Erivelton Tenharin, e nesse mesmo confronto, há outro indígena baleado. Esta é uma hora de grande reflexão.

Os que governaram o país antes da ruptura política que foi o impeachment em 2016 cometeram erros, sim, ainda não assumidos, mas respeitaram os processos democráticos. Não é o que farão os que pretendem a qualquer custo continuar no poder assim usurpado! Queremos uma nação onde o diálogo, o respeito e a democracia floresçam, sejam reafirmados e consolidados, ou uma nação onde o ódio, a violência e a barbárie imperem e comprometam a nossa e as futuras gerações?

É um momento, também, de nos cuidar e auto cuidar. O cenário de perseguições e violências está adoecendo e amedrontando pessoas. É tempo de estar juntos, fortalecer os afetos e a fé, alimentar a vida e a esperança e não se tornar vítimas manipuladas de notícias falsas que objetivam, justamente, nos imobilizar. Se o fascismo cresce, nossa coragem e esperança redobram!

Ninguém pode se furtar a tomar posição. Omitir-se numa situação destas é apoiar o retrocesso e o desmonte de direitos em nosso país. Agora é a hora de resistência à mentira, hipocrisia e barbárie. Conclamamos a todos e todas a esta nobre tarefa, ao tempo em que vamos nos dedicar, em todos os níveis da CPT, em todos os estados, a conquistar os votos que impeçam que o pior aconteça! Por isso, no segundo turno das eleições, vamos com Haddad e Manuela! Deus ajude o Brasil! A CPT continuará, sempre, ajudando os povos do campo na luta pelos seus direitos e por vida mais digna.

Goiânia (GO), 16 de outubro de 2018

Diretoria e Coordenação Executiva
Nacional da
Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nós somos CNBB. Nós somos CIMI

Felizes vocês se forem insultados e perseguidos e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim” (Mt 5, 11).

Nós, Conselheiros e Conselheiras, Coordenação Executiva Nacional e Diretoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em reunião do Conselho Nacional, queremos MANIFESTAR nosso REPÚDIO às afirmações do Sr. Jair Bolsonaro que, em vídeo que circula nas redes sociais, ofende a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), chamando estes dois Organismos de “banda podre da Igreja Católica”.

As ofensas dirigidas a estes Organismos se estendem também a todos os católicos e a todas as católicas do Brasil e do Mundo, já que somos muitos e muitas, mas formamos um só corpo (cf. 1 Cor 12, 13).

A CNBB, diferentemente das acusações do Sr. Jair Bolsonaro, é um Organismo que há 66 anos coordena as atividades de todos os bispos Católicos do Brasil, que tanto bem tem feito não somente à Igreja Católica, mas ao povo brasileiro, quando tomou a defesa dos perseguidos e torturados pela ditadura militar. Durante todos os anos de sua história tem tomado posição ao lado do bem, da verdade, da justiça, da vida, da dignidade da pessoa humana, especialmente dos mais pobres e excluídos. Tem se manifestado em Documentos, Mensagens e Notas no sentido de promover a democracia, os direitos dos trabalhadores, dos povos indígenas, das comunidades camponesas e a favor de uma Reforma Agrária autêntica.

A CNBB, portanto, não pode jamais ser chamada de “banda podre da Igreja Católica”, pelo contrário, ela nos ajuda a ser e viver como cristãos e cristãs, no seguimen-

to de Cristo, que veio para que tivéssemos vida e vida em abundância (cf. Jo 10, 10). A CNBB nos representa. Nós somos CNBB.

O CIMI, diferentemente das acusações do Sr. Jair Bolsonaro, é um Organismo da Igreja Católica que nasceu para SERVIR os Povos Indígenas e tem cumprido exemplarmente esta missão, sendo muitas das vezes a única voz em sua defesa e em apoio às suas lutas, para não perderem suas terras e territórios, para preservarem suas culturas e direitos e para reconquistarem territórios dos quais foram esbulhados pela sociedade envolvente.

O CIMI, também, não pode jamais ser chamado de “banda podre da Igreja Católica”. Ele é uma das muitas formas de se praticar a caridade cristã, através da prática da solidariedade com os Povos Indígenas. O CIMI nos representa. Nós somos CIMI!

Cremos que o povo brasileiro, os cristãos de todas as Igrejas e os Católicos ficarão com quem faz o bem e promove a vida e a paz; com quem busca a verdade e denuncia a mentira e as injustiças; ficarão com a CNBB e com o CIMI.

Assumimos como nossas as afirmações da Nota Conjunta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), CNBB e outras entidades sobre o momento em que vivemos. Com elas queremos:

“AFIRMAR o peremptório repúdio a toda manifestação de ódio, violência, intolerância, preconceito e desprezo aos direitos humanos, assacadas sob qualquer pretexto que seja, contra indivíduos ou grupos

sociais, bem como a toda e qualquer incitação política, proposta legislativa ou de governo que venha a tolerá-las ou incentivá-las”;

“REITERAR a imperiosa necessidade de preservação de um ambiente sociopolítico genuinamente ético, democrático, de diálogo, com liberdade de imprensa, livre de constrangimentos e de autoritarismos, da

corrupção endêmica, do fisiologismo político, do aparelhamento das instituições e da divulgação de falsas notícias como veículo de manipulação eleitoral, para que se garanta o livre debate de ideias e de concepções políticas divergentes, sempre lastreado em premissas fáticas verdadeiras”.

“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8, 32).

Goiânia, 26 de outubro de 2018

Conselho Nacional, Coordenação
Executiva Nacional e Diretoria da
Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nota de Pesar da CPT pelo falecimento de Irmã Alberta Girardi

24 de outubro de 1921 - 30 de dezembro de 2018

A Diretoria e Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no dia da Páscoa de Irmã Alberta Girardi, ocorrida na madrugada deste 30 de dezembro de 2018, quer louvar e agradecer a Deus pelos preciosos 97 anos de vida desta fiel, resistente e lutadora irmã.

Irma Alberta pertencia à congregação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade (ORIONITAS). Nascida na Itália, chegou ao Brasil em 1970, desenvolvendo suas atividades na região do Bico do Papagaio, no então Norte de Goiás, hoje Tocantins. Lá permaneceu até 1986, quando teve que deixar a cidade de Araguaína, após o assassinato do Pe. Josimo Moraes Tavares, seu companheiro na luta em defesa dos posseiros. Irmã Alberta também estava jurada de morte.

Em 1996 foi transferida para São Paulo onde se integrou totalmente no trabalho da CPT, chegando a viver num acampamento às margens da Rodovia Anhangueira, que se tornou o assentamento que leva seu nome.

Mesmo com idade avançada, Irmã Alberta estava sempre firme e atuante ao lado dos sem-terra, do povo de rua, das crianças. Nesta luta permaneceu enquanto as condições físicas lhe permitiram.

Irmã Alberta encarnou profundamente em sua vida a renovação implantada pelo Concílio Vaticano II e se inseriu totalmente na vida dos pobres e excluídos, como pedia a Conferência de Medellín, sempre fiel aos ensinamentos e prática de Jesus.

Andreлина, companheira de equipe de Alberta na CPT em São Paulo, ao comunicar

sua passagem, a qualifica como mãe dos pobres, mãe dos direitos humanos. Dela disse Roberto Malvezzi, o Gogó: “Pessoa linda, a Alberta. Generosa, fiel, aquela simplicidade verdadeira”.

E o padre Thiago Thorlby, da CPT Nordeste 2: “O que impressiona é o tamanho das mãos da Alberta...”

... imagine o tamanho do coração

... imagine o tamanho do coração de quem inspirou Alberta”.

E Sandro e Anna Maria, também companheiros de CPT, pedem que “Alberta, irmã querida d@s pobres, fermento de nossas lutas, sal do nosso saber e luz do nosso caminho, fique conosco e, com sua santa teimosia, anime nossa fidelidade ao Deus d@s pobres e aos pobres de Deus”.

A Diretoria e Coordenação Nacional da CPT sentem que toda a CPT tem uma intercessora junto de Deus, e esperam que todos e todas que assumem as causas da CPT se inspirem no exemplo desta santa e corajosa mulher.

Santa Alberta, roga pela CPT, pelo MST, com quem você tanto conviveu, pelos Sem-Terra, pelo povo da rua, pelas crianças abandonadas por este nosso Brasil, neste momento de trevas.

Goiânia, 30 de dezembro de 2018

A Diretoria e Coordenação
Executiva Nacional da CPT

Siglas dos Movimentos sociais, organizações e entidades

*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário		Nossa Família
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco
Ama	Amigos do Meio Ambiente	APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural		
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	AAMP RP*	Associação Agrop. Mista dos Produtores Rurais de Pacajá
ASA Brasil	Articulação no Semiárido Brasileiro	AAC*	Associação Antônio Conselheiro
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	AAI*	Associação Arco Íris
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ARPCT*	Articulação Rosalino dos Povos e Comunidades Tradicionais	ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Vazanteiros	Articulação Vazanteiros em Movimento	Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P.A. do Seringal Santo Antônio	ABU	Associação Brasileiros Unidos
APMG*	Assembleia Popular de Minas Gerais	ACAM*	Associação Camponesa do Amazonas
APRJ*	Assembleia Popular do Rio de Janeiro	ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	ACTRU*	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unai
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da região Juruti Velho	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas	Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
		Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba

ACSJT*	Associação Comunitária São José do Tomé	Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé
Arqpedra	Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal	AAGRIFPOM	Associação dos Agricultores Familiares do Pombal
ACSMAC	Associação da Comunidade São Miguel Arcanjo das Cachoeiras	AASTSP*	Associação dos Agricultores Sem-terra do Sul do Pará
ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos	Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares
AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco	AAU	Associação dos Assentados de Uruará
AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais	AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco
Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes	AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador
AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba	Aafit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho
Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro	Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas
AMPCV	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho	ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia
AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda	AC*	Associação dos Chacareiros
Amarqualta	Associação de Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará	Adufba	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia
Amajar	Associação de Moradores e Amigos de Jaraguá	Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia
AJIN	Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional	Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná
Aspamab	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá	Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
APL*	Associação de Pescadores e Lavradores	Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense
Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia	AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AST*	Associação de Sem Terra	AMRP*	Associação dos Micropodutores Rurais de Petrolândia
ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai	AMCA*	Associação dos Moradores da Chapada do A
ADC	Associação Direito e Cidadania	AMVJ*	Associação dos Moradores da Vila do Jaraguá
Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores	AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba
Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira	AMPCV*	Associação dos Moradores de Prainha do Campo Verde
ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
		APAJ*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jarauçu
		Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras

	Assent. do Sabiaguaba	ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul
Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha	ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais
Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa	Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú
APPRBV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista	Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros
Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia	ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília
Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru	Astelvira	Associação dos Trabalhadores Sem erra de Livramento
APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará	Astelira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento
APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá	Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida
Apescari	Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios	Assema	Associação em Áreas de Ass. no Estado do Maranhão
Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho	ADT*	Associação em Direito da Terra Fruto da Terra Associação Fruto da Terra
APA	Associação dos Produtores Alternativos	Ahomar	Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía da Guanabara
Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí	AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa
Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe	AIP	Associação Indígena Pussuru
APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios	AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres
APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança	Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu
Apracf*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca	Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga	Anauni	Associação Nacional dos Advogados da União
Asprim	Associação dos Produtores Rurais e Imóveis	Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz
Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos	ASPJ*	Associação Padre Josimo
Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá	ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão
ARQM	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Muquém	PRORURAL	Associação Prorural
ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana	AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva
ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto	AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba
ATDST	Associação dos Trabalhadores De sempregados Sem Terra	AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
		Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo
		AQM*	Associação Quilombola do Machadinho

AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte	CJG	Centro de Justiça Global
ARTS	Associação Renovação dos Sem Terra	COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
ARPRC*	Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros	Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
ASA	Associação Santo Antônio	Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas
Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia	Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
ATP	Associação Terra e Paz	CTV*	Centro Terra Viva
AUV	Associação União da Vitória	CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais
Astrarural	Astrarural	Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
Brigada	Brigada Indígena - ES	CDH	Comissão de Direitos Humanos
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra	Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
Cáritas Brasileira		CEH	Comissão Estadual dos Hortos
COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco	Codema	Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuaçu
CPM	Central de Movimentos Populares	Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
CAR	Central dos Assentados de Roraima	CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda
CTR - Brasil	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil	CRMA*	Comissão Regional de Meio Ambiente
CUT	Central Única dos Trabalhadores	Codevise	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina
CMC*	Centro das Mulheres do Cabo	CDS	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto Moz
CAA	Centro de Agricultura Alternativa	CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes
Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor	CPCETEDNNF	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense
Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha	Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescad Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca
CCL	Centro de Cidadania e Liderança	CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos	CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses
CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade	Conafer	Confederação Nacional dos Agricultores Familiares
Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva	CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural	Contag	Confederação Nacional dos
Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante		

	Trabalhadores na Agricultura	Conaq	Coordenação Nacional de Articulação
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil		das Comunidades Quilombolas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres	CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas
CDRRI	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Ituxi	CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio
Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente	Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIR	Conselho Indígena de Roraima		Diocese Diocese
Cimat	Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós	DCE	Diretório Central dos Estudantes
		DJP	Dominicans for the Justice and Peace
Cimi	Conselho Indigenista Missionário		
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros	Eeacone	Eeacone
CP**	Conselho Paroquial	EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores		Minas Gerais
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema
		FAF	Federação da Agricultura Familiar
CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipu	Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do
CP*	Consulta Popular		RJ
Cooperosevelt	Cooperativa Agrícola Mista de Produção Roosevelt	FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado
Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada	FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores
CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região	NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG
Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcilio Dias	FACQRS	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do RS
Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra	FCQPR	Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná
Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó	Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais
			do Estado de Minas Gerais
Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá	Fepearo	Federação de Pescadores Artesanais
			e Aquicultores do Estado de Rondônia
Coopervida	Coopervida		
Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB	Feraesp	Federação dos Empregados Rurais
			Assalariados do Estado de São Paulo
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais	FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES	FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio
	Zacimba Gaba		

	Grande do Norte		Agricultura do Estado de Tocantins
FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais	Fetraece	Federação dos Trabalhadores na
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na		Agricultura do Estado do Ceará
	Agricultura do Estado de Minas Gerais	Fetaes	Federação dos Trabalhadores na
Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo	Fetaema	Agricultura do Estado do Espírito Santo Federação dos Trabalhadores na
Fetacre	Federação dos Trabalhadores na		Agricultura do Estado do Maranhão
	Agricultura do Estado do Acre	Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na
Fetagr/RJ	Federação dos Trabalhadores na		Agricultura do Estado do Pará/Amapá
	Agricultores do Estado do Rio de Janeiro	Fetaep	Federação dos Trabalhadores na
Fetagr/BA	Federação dos Trabalhadores na		Agricultura do Estado do Paraná
	Agricultura do Estado da Bahia	Fetagr/PI	Federação dos Trabalhadores na
Fetagr/PB	Federação dos Trabalhadores na		Agricultura do Estado do Piauí
	Agricultura do Estado da Paraíba	Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na
Fetagr/AL	Federação dos Trabalhadores na		Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
	Agricultura do Estado de Alagoas	Fetarn	Federação dos Trabalhadores na A
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na		gricultura do Estado do Rio Grande do Norte
	Agricultura do Estado de Goiás	Fetagr/RS	Federação dos Trabalhadores na
Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso		Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul	Fetraf	Federação dos Trabalhadores na
			Agricultura Familiar
Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco	Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na
			Agricultura Familiar da Região Sul
Fetagro	Federação dos Trabalhadores na	Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno
	Agricultura do Estado de Rondônia		
Fetagr/RR	Federação dos Trabalhadores na	FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto
	Agricultura do Estado de Roraima	FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na		dos Metalúrgicos de MG
	Agricultura do Estado de Santa Catarina	Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Fetase	Federação dos Trabalhadores na	Fisco-Fórum	Fisco-Fórum
	Agricultura do Estado de Sergipe	FTR	Força dos Trabalhadores Rurais
Fetaet	Federação dos Trabalhadores na	FS	Força Sindical

FAPCD	Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação	FOE	Frente de Oposição de Esquerda
FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido	FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental	FRP	Frente de Resistência Pataxó
FE*	Fórum das Entidades	FTL	Frente de Trabalhadores Livres
FPS	Fórum das Pastorais Sociais	FNP	Frente Nacional dos Petroleiros
FAF*	Fórum de Agricultura Familiar	Fata	Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia
FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direitos e Cidadania	Funáguas	Fundação Águas
FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores	Furpa	Fundação Rio Parnaíba
FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia	FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica
FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH	FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco	GE*	Global Exchange
Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo	Greenpeace	Greenpeace
Focampo	Fórum do Campo Potiguar	BF*	Grupo Bento Fala
FVJ	Fórum do Vale do Jetiquinhonha	GADDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
FDDI genas	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas	Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá
Fetetype	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	GDN	Grupo de Defesa da Natureza
FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas	GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania	Xambrê	Grupo Xambrê
FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo	IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
FNF	Fórum Nacional do Fisco	IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
FNL	Frente Nacional de Luta	Índios	Indígenas
FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo	Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos
FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos	IMS	Instituto Marista de Solidariedade
FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania	Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira
FVSMS	Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral	ISA	Instituto Socioambiental
FST	Fórum Social do Triângulo	Inst. Vidagua	Instituto Vidagua
FSM*	Fórum Social Mineiro	Intersindical	Intersindical
FSPA	Fórum Social Pan-Amazônico	JG*	Justiça Global
FTPV*	Fórum Teles Pires Vivo	Jufra	Juventude Franciscana Brasileira
FDA	Frente de Defesa da Amazônia	LCC	Liga Camponesa Corumbiara
		LCP	Liga dos Camponeses Pobres
		LOC	Liga Operária e Camponesa
		MMM	Marcha Mundial das Mulheres
		Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
		Montanha Viva	Montanha Viva

MAP	Movimento Agrário Popular	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde	MCP*	Movimento dos Conselhos Populares
MBB	Movimento Bandeira Branca	MEHT	Movimento dos Expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí
MTB**	Movimento Brasil Sem Terra	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra	Mopear	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná
MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais	Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará
MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra	MPPA	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MCC	Movimento Camponês Corumbiara	Mopeba	Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Estado da Bahia
MCP	Movimento Camponês Popular	MSA	Movimento dos Sem Água
MCXV	Movimento Capão Xavier Vivo	MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra	MT	Movimento dos Trabalhadores
MTI*	Movimento da Terceira Idade	MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo	MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural	MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MEB	Movimento de Educação de Base	MTC	Movimento dos Trabalhadores do Campo
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração
MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MTRUB rais	Movimento dos Trabalhadores Ru- e Urbanos
MLT	Movimento de Luta pela Terra	MTRI rais	Movimento dos Trabalhadores Ru- Independentes
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras	MTB rais	Movimento dos Trabalhadores Ru- no Brasil
MMC Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas	MST rais	Movimento dos Trabalhadores Ru- Sem Terra
AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo	MST*** rais	Movimento dos Trabalhadores Ru- em Terra (do Pontal SP)
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	MTRSTB rais	Movimento dos Trabalhadores Ru- Sem Terra Brasileiros
M8M*	Movimento Dia 08 de Março	MTRSTP rais	Movimento dos Trabalhadores Ru- Sem Terra do Paraná
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Moab ragens	Movimento dos Ameaçados por Barragens	MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente
MAAP pá	Movimento dos Assentados do Amapá		
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial		
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens		

Ecovida*	Movimento Eco Vida	MSST	Movimento Social dos Sem Terra
Mespe nambuco	Movimento Ecosocialista de Per-	MSO	Movimento Social Organizado
MDBF*	Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis	MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
Ceta	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas	MSONT	Movimento Sonho da Terra
MFP	Movimento Fé e Política	MTV*	Movimento Tapajós Vivo
MG*	Movimento Geraizeiro	MTB*	Movimento Terra Brasil
MGA*	Movimento Grito das Águas	Terra Livre	Movimento Terra Livre
MIG	Movimento Indígena Guarani	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu	MTV	Movimento Terra Vida
MJA*	Movimento Juriti em Ação	MTEM	Movimento Terra, Educação e Moradia
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos	MTL-DI	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Democrático e Independente
MND	Movimento Nacional de Desempregados	MTP	Movimento Trabalhista de Poconé
Monape	Movimento Nacional dos Pescadores	MTP*	Movimento Trabalho e Progresso
MNU	Movimento Negro Unificado	MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra
MPT	Movimento Pacífico pela Terra	MUL	Movimento União dos Lavradores
MPST	Movimento Pacífico Sem Terra	Must	Movimento Unido dos Sem Terra
Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade	MUT	Movimento Unidos pela Terra
MPL	Movimento Passe Livre	MVAB Brasil	Movimento Vantuy Agroecológico no
MPSG	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela	MVT	Movimento Via do Trabalho
MUP	Movimento pela Universidade Popular	MXV*	Movimento Xingu Vivo
MV*	Movimento pela Vida - SC	NDH	Núcleo de Direitos Humanos
MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu	OAC	Organização Agrária Camponesa
MPRA Agrária	Movimento Popular pela Reforma	OLC	Organização da Luta no Campo
MPRD	Movimento Pró Rio Doce	OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido
Moquibom	Movimento Quilombola	OMR*	Organização de Moradores da Resex
MRL	Movimento Radicais Livres	Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP
Moriba	Movimento Ribeirinho de Abaetetuba	OPI	Organização de Produtores de Ipirá
MNF	Movimento Sem Terra Nova Força	OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	OI	Organização Independente
		Ong	Organização Não Governamental
		OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra

Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania	SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz
OPA	Organização Popular	SAF	Sindicato da Agricultura Familiar
OTL	Organização Terra e Liberdade	Sindbancários	Sindicato dos Bancários
Paróquias	Paróquias	SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro	SER	Sindicato dos Empregados Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores	SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais
Past. da Criança	Pastoral da Criança	SM	Sindicato dos Metalúrgicos
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular	SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados
PJR	Pastoral da Juventude Rural	SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros
PR	Pastoral Rural	SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte
Pégazus	Pégazuz	Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso
Pescadores	Pescadores	STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
Planeta Vida	Planeta Vida	Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP
PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira	Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
Preá	Preá	Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública
Prelazia	Prelazia	Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Koinonia	Presença Ecumênica e Serviço	Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ
Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
PPE	Projeto Padre Ezequiel	Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde
Quilombolas	Quilombolas	SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro
RL*	Radicais e Livres	Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde	Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
Reapi	Rede Ambiental do Piauí	Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG
RCONGs	Rede Cerrado de Ongs	Sinergia	Sinergia
Rejuind	Rede da Juventude Indígena	SDS	Social Democracia Sindical
Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia	Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental
Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar		
Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água		
RGC*	Rede Grita Cerrado		
Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental		
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares		
SI	Sem informação		
SS	Sem Sigla		
SAB	Serviço de Animação Bíblica		

SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos		Pernambuco
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão	USST	União dos Santanenses Sem Terra
SOS Capivari	SOS Capivari	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
TD*	Terra de Direitos	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
Tupã	3ETupã 3E	UFT	União Força e Terra
UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto	UNE	União Nacional dos Estudantes
UMP	União das Mulheres Piauienses	UST*	União Socialista pela Terra
UAPE	União dos Agricultores de	Via Campesina	Via campesina

Fontes de Pesquisa

*Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

CPT's

Campanha de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo - CPT

Comissão Pastoral da Terra Secretaria Nacional - <http://www.cptnacional.org.br>

Comissão Pastoral da Terra - CPT AL - <http://cptalagoas.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra - Regional NE 2 - <http://www.cptne2.org.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional BA - <http://www.cptba.org.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional CE - <http://cptce.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional MS - <http://cptms.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional PI - <http://cptpi.blogspot.com>

Comissão Pastoral da Terra Regional RS - <http://cptdors.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional SP - <http://www.cptsp.com.br/>

Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - www.cptrondonia.blogspot.com

Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO

Igrejas

Agência de Informação Frei Tito para América Latina - Adital

Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

A Poronga - Diocese de Santarém - PA

Cáritas Brasileira - <http://caritas.org.br>

Comissão Brasileira de Justiça e Paz - CBJP

Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP

Documentos de Dioceses

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - IEAB

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IE-CLB

Jufra - Juventude Franciscana no Brasil

O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA

O Roceiro - Crateús-CE

Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP

Pastoral da Juventude Rural - PJR

Pastoral Operária - PO

Porantim - Brasília - DF

Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

ONGs

Agência de Notícias da Repórter Brasil - <https://repórterbrasil.org.br>

Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes

Corte Interamericana de Direitos Humanos - OEA - CDH-CP

Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos - CDVDH

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular - Cepasp

Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos - CEPDH

Combate Racismo Ambiental

Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca

Centro Santo Dias de Direitos Humanos/SP - CSDDH

Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional - Fase

Foodfirst Information e Action Network - Fian

Greenpeace

Grupo de Trabalho Amazônico - GTA

Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz" - Ifas

Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM

Justiça Global - www.global.org.br

- Justiça nos Trilhos - www.justicanostrilhos.org
- Núcleo de Direitos Humanos - NDH
- Instituto Socioambiental - ISA
- Portal Ecodebate
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
- Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais - Sasop
- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - SMDH
- Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH
- Terra de Direitos
- Movimentos Sociais
- Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas - Ceta
- Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS
- Frente Nacional de Luta - FNL
- Frente Revolucionária Mulheres em Luta - FRML
- Jornal do MST - São Paulo - SP
- Liga dos Camponeses Pobres - LCP
- Noticias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
- Movimento Camponês Popular - MCP
- Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
- Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara/MA- Mabe
- Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
- Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST
- Movimento de Luta pela Terra - MLT
- Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
- Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba
- Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
- Movimento dos Trabalhadores do Campo - MTC
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
- Movimento Ecosocialista de Pernambuco
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
- Movimento Juruti em Ação
- Movimento Mundial de Mulheres - MMM
- Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM
- Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
- Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
- Movimento Xingu Vivo
- Revista Sem Terra
- Via Campesina
- Movimento Sindical
- Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Central Sindical e Popular - Conlutas
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
- Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
- Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag
- Federações dos Trabalhadores na Ind. Da Const. Pesada - Fenatracop
- Sindicatos dos Servidores da Justiça Federal - Sindjus
- Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais - STTR
- Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf
- Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência
- Associações**
- Associação Quilombola Unidos Rio do Capim - AQURC
- Agricultura Familiar e Agroecologia - AS-PTA
- Associação Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Pacajá
- Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
- Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho - Acorjuve
- Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba - AAPP
- Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - AATR
- Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranhiera - Apapap
- Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
- Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
- Associação Indígena Pusuru - AIP
- Associação Nacional de Cooperação Agrícola
- Associação Nacional dos Advogados da União - Anauni
- Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Outras fontes

- Agência 10envolvimento - BA
- Anistia Internacional
- Articulação Nacional de Agroecologia - ANA
- Articulação Nacional das Pescadoras - ANP
- Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz - Asfoc
- Blogs
- Comissão de Assuntos Indígenas - CAI
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH
- Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária - Cefar
- Centro Alternativo do Norte de Minas
- Centro de Estudos Ambientais
- Comitê Dorothy - PA
- Comitê Rio Maria
- Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos
- Conselho Estadual de Povos Indígenas
- Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós - Cimat
- Delegacia de Polícia Civil
- Departamento de Medicina Legal
- Diário da Justiça
- Documentos Gerais
- Facebook
- Fórum Carajás
- Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
- Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT
- Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso - FDHT/MT
- Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
- Fórum do Campo Potiguar
- Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará
- Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
- Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
- Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral
- Fórum Suape
- Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- Instituto Humanitas Unisinos - IHU
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
- Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
- Ministério Público Estadual - MPE
- Ministério Público Federal - MPF
- Ministério Público do Trabalho - MPT
- Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo
- Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral
- Observatório Quilombola - www.koinonia.org.br
- Ofícios
- Organização Internacional do Trabalho - OIT-ONU
- Organização das Nações Unidas - ONU
- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
- Ouvidoria Agrária
- Plataforma Dhesca Brasil - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
- REDECCAP
- Rede de Cooperação Alternativa - RCA
- Redmanglar Internacional - Cogmanglar
- Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - Renap
- Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP
- Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul - SINPRO/RS
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE
- Universidade Federal do Pará - UFPA
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB
- Universidade Federal de Goiás - UFG
- Universidade Federal de Pernambuco - UFP
- Universidade Federal Fluminense - UFF
- www.br.radiovaticana.va
- www.caa.org.br - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- www.indiosnonordeste.com.br

www.institutopaulofonteles.org.br
 www.intersindicalcentral.com.br
 www.irpaa.org
 www.pib.socioambiental.org/pt
 www.portaldomar.org.br
 www.portalkaingang.org
 www.preservareresistir.org
 www.resistenciacamponesa.com
 www.riosvivos.org.br

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
 A Folha - São Carlos - SP
 A Gazeta - Cuiabá - MT
 A Gazeta - Rio Branco - AC
 A Gazeta - Vitória - ES
 A Notícia - Chapecó - SC
 A Notícia - Pará
 A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
 A Província do Pará - Belém-PA
 A Região - Itabuna - BA
 A Tarde - Salvador - BA
 A Tribuna - AC
 A Tribuna - Criciúma - SC
 A Tribuna - MT
 A Tribuna - Santos - SP
 A Tribuna - Vitória - ES
 A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
 Afropress - Agência de Informação Multiétnica
 Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares
 Agence France - Press - Paris - FR
 Agência Alagoas
 Agência Amazonas de Notícias
 Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Agência da Notícia - MT
 Agência Estado - São Paulo - SP
 Agência Estadual de Notícias do Paraná
 Agência Folha
 Agência Minas
 Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF

Agência Pará
 Agência Petroleira de Notícias - APN
 Agência Pública
 Agência Reuters
 Agência Senado
 Agora Bahia - Salvador - BA
 Agora Paraná
 Agora São Paulo - São Paulo - SP
 Alagoas 24 Horas
 Alto Madeira - Porto Velho - RO
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM
 Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
 BBC Brasil - Londres - ING
 Bem Paraná - Portal Paranaense
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR
 Boletim Famaliá
 Boletim HS Liberal
 Brasil de Fato - São Paulo - SP
 Brasil Norte - Boa Vista - RR
 Cada Minuto - Maceió
 Campo Grande News - Campos Grande - MS
 Capital News - MS
 Carta Maior - São Paulo - SP
 Cinform - Aracaju - SE
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
 Coletivo - Brasília - DF
 Comércio do Jahu - Jaú - SP
 Contraponto - Marabá - PA
 Correio - Uberlândia - MG
 Correio Braziliense - Brasília - DF
 Correio da Bahia - Salvador - BA
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
 Correio do Brasil - Rio de Janeiro
 Correio do Estado - Campo Grande - MS
 Correio do Pará - Belém - PA
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
 Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Correio Lageano - RS

- Correio Paranaense - PR
 Correio Popular - Campinas - SP
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
 Correio web - Brasília - DF
 Cosmo online - Campinas - SP
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
 Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Borborema - PB - www.db.com.br
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR
 Diário da Manhã - RS
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguaçu - Chapecó - SC
 Diário do Jequi - Almenara - MG
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Noroeste - Paranavaí - PR
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Sudoeste - PR
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União-DOU - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Manhã - MG
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT
 Folha do Paraná - Curitiba - PR
 Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - Andradina - SP
 Folha Regional - MG
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN
 Gazeta do Pantanal - MS
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Nossa - Recife - PE
 Gazeta Online - Vitória - ES

Globo Minas
 Globo News
 Globo Rural
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
<http://correiocentral.com.br>
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Aqui - RJ
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Bom Dia - Bauru - SP
 Jornal Cidade de Rio Claro - SP
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Bauru - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracaju - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP
 Jornal das Missões - Santo Ângelo - RS
 Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - RS
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Folha do Maranhão
 Jornal Hoje - Cascavel - PR
 Jornal Hoje - Parauapebas - PA
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Monitor Campista - RJ
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Barriga Verde - SC
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Estado do Triângulo - MG
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS
 O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG

Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP	www.conflitosagrarios.com.br
Opinião - Marabá - PA	www.1001noticias.com.br
Página 20 - Rio Branco - AC	www.100preconceitopa.com.br
Paraná Online - Curitiba - PR	www.24brasil.com
Portal A Notícia - Florianópolis - SC	www.40graus.al
Portal de Notícias Conexão Tocantins	www.7segundos.ne10.uol.com.br
Portal IG	www.ac24horas.com
Portal ORM	www.abrilabril.pt
Portal R7	www.acessepiaui.com.br
Portal RPC	www.achanoticias.com.br
Portal Terra	www.aconteceunovale.com.br
Portal Uol	www.acredigital.net
Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP	www.acritica.net
Rede Cerrado	www.afolhadomedionorte.com.br
Revista Caros Amigos - SP	www.agazeta.net
Revista Carta Capital	www.agenciafreelancer.com
Revista Missões - SP	www.agorasantaines.com.br
Revista República - São Paulo - SP	www.agronoticiasmt.com.br
Revista Safra	www.alagoasdiario.com.br
Revista Século Diário - Vitória - ES	www.alagoasnoticias.com.br
Revista Sina - MT	www.alagoastempo.com
Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ	www.alertarondonia.com.br
Revista Terra Brasilis - EUA	www.amazonasnoticias.com.br
Revista Valor - Portugal	www.amazonia.org.br
Tododia - Americana - SP	www.amazoniadagente.org.br
Tribuna da Bahia - Salvador - BA	www.anarinoticia.com.br
Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ	www.anoticiamais.com.br
Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS	www.aquidauananews.com
Tribuna de Alagoas - Maceió - AL	www.aracatubaeregiao.com.br
Tribuna de Petrópolis	www.araguainanoticias.com.br
Tribuna do Brasil - Brasília - DF	www.araraquara.com
Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE	www.asemanacuritiba.com.br
Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES	www.atalaiaagora.com.br
Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR	www.auonline.com.br
Tribuna do Norte - Apucarana - PR	www.bahianoticias.com.br
Tribuna do Norte - Natal - RN	www.bahiatodahora.com.br
Tribuna do Planalto - Goiânia - GO	www.barradocordanews.com
Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR	www.bastosja.com.br
Valor Econômico - São Paulo - SP	www.bemparana.com.br
www.acidadeon.com - Campinas - SP	www.berohoka.com.br

www.bomjesusdalapanoticias.com.br
www.bonde.com.br
www.brasil.elpais.com
www.brasildebate.com.br
www.brasiloste.com.br
www.buritisonline.com.br
www.caarapnews.com.br
www.campograndenoticias.com.br
www.canalenergia.com.br
www.capitalteresina.com.br
www.carajasojournal.com.br
www.cartacampinas.com.br
www.causaoperaria.org.br
www.cearaagora.com.br
www.cgn.inf.br
www.cidadeverde.com
www.clicbrasil.com.br
www.clicatribuna.com
www.clickpb.com.br
www.clicrbs.com.br
www.cnews.com.br
www.conesul.com.br
www.conexaoplaneta.com.br
www.conexaoto.com.br
www.conjur.com.br
www.contilnet.com.br
www.contrafbrasil.org.br
www.coroataonlinema.com
www.correiodoense.com.br
www.correiodatarde.com.br
www.correiodecarajas.com.br
www.correiodesergipe.com
www.correiodogranderecife.com.br
www.correiodolitoral.com
www.correiodopovo-al.com.br
www.crbio3.gov.br
www.cruzeironet.com.br
www.culturacamposnovos.com.br
www.dams-info.org
www.deamazonia.com.br
www.defato.inf.br
www.deolhonosruralistas.com.br
www.diaadianews.com.br
www.diariodaparaiba.com.br
www.diariodebalsas.com.br
www.diariodegoias.com.br
www.diariodigital.com.br
www.diariodemaria.com.br
www.diariodopoder.com.br
www.diariosertao.com.br/
www.diarioliberal.org
www.diariums.com.br
www.diariregionalmt.com
www.diarioriodopeixe.com
www.diaritocantinense.com.br
www.dnnoticias.com.br
www.dnsul.com
www.douradinanews.com.br
www.douradosagora.com.br
www.eassim.net
www.ecoeacao.com.br
www.eldorado.fm
www.empresascnpj.com
www.emtempo.com.br
www.estadocentral.com.br
www.estaminas.com.br
www.estrelaguianews.com.br
www.expressomt.com.br
www.esquerdadiario.com.br
www.extraderondonia.com.br
www.extremosulam.com.br
www.farolcomunitario.com.br
www.fatimanews.com.br
www.fatoonline.com.br
www.fatoreal.com.br
www.fazendomedia.com
www.floripanews.com.br
www.fminterativa.net
www.folhadaparaiba.com.br
www.folhadebetim.com.br
www.folhadedourados.com.br
www.folhadevilhena.com.br
www.folhadoacre.com
www.folhadobico.com.br

www.folhadoprogresso.com
www.folhadosulonline.com.br
www.folhamax.com.br
www.folhapicoense.com.br
www.folhasertaneja.com.br
www.folhavoria.com.br
www.ftiapr.org.br
www.g1.globo.com
www.gazetadelimeira.com.br
www.gazetadigital.com.br
www.gazetadocerrado.com.br
www.gazetadonorouestmt.com.br
www.gazetamaranga.com.br
www.gazetaweb.globo.com
www.gcn.net.br
www.gcnoticias.com.br
www.gentedeopinia.com
www.globoamazonia.com
www.goionews.com.br
www.hipernoticias.com.br
www.hojemais.com.br
www.idifusora.com.br/
www.imirante.globo.com
www.in360.globo.com
www.infonet.com.br
www.informarubatuba.com
www.informativocarajas.com
www.infosaj.com.br
www.innovarenews.com.br
www.interessantenews.com.br
www.interiordabahia.com.br
www.interligaonline.com
www.itabatanews.com.br
www.itapaciurgente.com.br
www.itapevatimes.com.br
www.jangadeiroonline.com.br
www.jcnet.com.br
www.jconline.ne10.uol.com.br
www.jd1noticias.com
www.jfolharegional.com.br
www.jirauonline.com.br
www.jm1.com.br
www.jmpi2015.gov.br
www.jn.pt - Jornal de Noticias
www.jornadaagroecologia.com.br
www.jornalagazeta-ap.com
www.jornalaqui.com.br
www.jornalceleiro.com.br
www.jornalcidade.uol.com.br
www.jornalcorreiodovale.com.br
www.jornaldachapada.com.br
www.jornaldacidade.net
www.jornaldanoticia.com.br
www.jornaldanova.com.br
www.jornaldelondrina.com.br
www.jornaldeuberaba.com.br
www.jornaldiario.com.br
www.jornaldodiase.com.br
www.jornaldosol.com.br
www.jornale.com.br
www.jornalfatos.com.br
www.jornalggn.com.br
www.jornalgoiasnoticias.com.br
www.jornalimpactoonline.com.br
www.jornalinfoco.com.br
www.jornalistas.sjsc.com.br
www.jornalistaslivres.org
www.jornalitanews.com.br
www.jornalopcao.com.br
www.jornalpreliminar.com.br
www.jornalresistenciaonline
www.jornalstylo.com.br
www.jornalwebminas.com.br
www.jota.info
www.jpagora.com
www.jsbonline.com.br
www.juinanews.com.br
www.jusbrasil.com.br
www.jvonline.com.br
www.leopoldinense.com.br
www.liberalonline.com
www.liberdadedigital.com.br

www.machadinhoonline.com.br
www.massanews.com
www.midiasemterra.com.br
www.miranteonline.com.br
www.moginews.com.br
www.montesclaros.com
www.mtnoticias.net
www.m.noticias.ne10.uol.com.br
www.n1noticia.wordpress.com - A Noticia on line
www.navegadormt.com
www.nominuto.com
www.nortaonoticias.com.br
www.nossacara.com
www.noticiasominuto.com.br
www.noticiasdahora.com.br
www.noticiavirtual.com.br
www.novanews.com.br
www.novojornal.com
www.npd diario.com
www.oacre.com.br
www.odiariodecampos.com.br
www.oeco.com.br
www.oe10.com.br
www.oestadoce.com.br
www.oestegoiano.com.br
www.ogirassol.com.br
www.ogoiias.com.br
www.olhardireto.com.br
www.oliberdade.com.br
www.opantanalonline.com
www.oparlamento.com
www.orm.com.br
www.ouropretoonline.com
www.outras-palavras.net
www.ovale.com.br
www.overmundo.com.br
www.paginaaberta.com.br
www.pagina22.com.br
www.paraiba.com.br
www.paraibatotal.com.br
www.paranaambiental.jex.com.br
www.paraonline.com.br
www.parecis.net
www.parintins24hs.com.br
www.passapalavra.info
www.patosagora.net
www.patoshoje.com.br
www.patosja.com.br
www.patosonline.com
www.pbagora.com.br
www.pecuaria.ruralbr.com.br
www.pedefigo.com - SP
www.pindavale.com.br
www.planalto.gov.br
www.poconet.com.br
www.ponte.org.br
www.porem.net
www.politicapb.com.br
www.port.pravda.ru
www.portal21.com.br
www.portalb1.com
www.portal.correioeitapetininga.com.br
www.portalamazonia.globo.com
www.portalaz.com.br
www.portalcarrasco.com.br
www.portalcorreio.com.br
www.portaldenoticias.com.br
www.portaldoagronegocio.com.br
www.portaldoamaral.com.br
www.portaldoholanda.com.br
www.portaldopurus.com.br
www.portaldoxingu.com.br
www.portalguaira.com.br
www.portalnahora.com.br
www.portalparanews.com.br
www.portalrondonia.com
www.prensadebabel.com.br
www.presidenteolegariohoje.com.br
www.primeiraedicao.com.br
www.projetocolabora.com.br
www.qedu.org.br
www.quatromarcosnoticias.com.br

www.radar64.com
www.radioabaiarafm.com.br
www.radiocampoaberto.com.br
www.radioclubedemaraba.com.br
www.radioculturafoz.com.br
www.radioruraldesantarem.com.br
www.rapidonoar.com.br
www.rdnews.com.br
www.redebomdia.com.br
www.redebrasilatual.com.br
www.redepindorama.com
www.redesuldenoticias.com.br
www.reportermt.com.br
www.reporterparintins.com.br
www.rets.org.br
www.revistadobrasil.net
www.revistaplaneta.com.br
www.revistatempo.com.br
www.ribeiraopretonline.com.br
www.riopardonews.com.br
www.rondonia24h.com.br
www.rondoniadigital.com.br
www.rondoniadinamica.com
www.rondoniagora.com
www.rondoniaovivo.com
www.rondoniareal.com.br
www.roraimaemtempo.com.br
www.routenews.com.br
www.rs21.com.br
www.samarco.com
www.saocarlosagora.com.br
www.semana7.com.br
www.seropedicaonline.com
www.sertaonahora.com.br
www.showdenoticias.com.br
www.sistemaodia.com
www.somdaterrafm.com.br
www.sonoticias.com.br
www.sulnews.com.br
www.surgiu.com.br
www.t1noticias.com.br
www.tbnnoticias.com.br
www.teixeiranews.com.br
www.terrasindigenas.org.br
www.terramagazine.terra.com.br
www.theinterceptbrasil.com.br
www.tribunadeanapolis.com.br
www.tribunadodia.com.br
www.tribunadojurua.com.br
www.tribunadosol.com.br
www.tribunadovale.com.br
www.tribunapr.com.br
www.tudoagora.com.br
www.tudonahora.uol.com.br
www.tudoparana.com
www.tudorondonia.com.br
www.tudosobrefloripa.com.br
www.tudosobrexanxere.com.br
www.tvkz.com.br
www.tvjaguar.com.br
www.tvt.org.br
www.tvtaroba.com.br
www.uai.com.br
www.unicanews.com.br
www.vaidape.com.br
www.valedoinvinhemagora.com.br
www.valeparaibano.com.br
www.ver-o-fato.com.br
www.vermelho.org.br
www.vgnews.com.br
www.viagora.com.br
www.viasdefato.jor.br
www.vilhenanoticias.com.br
www.vozdobico.com.br
www.wazakaye.com.br
www.wn.frizz.com.br
www.wscom.com.br
www.youtube.com
www.zedudu.com.br
www.zplay.com.br

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: Ver tópico (12419000 documentos)

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; Ver tópico (212409 documentos)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; Ver tópico (1605557 documentos)

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; Ver tópico (21356 documentos)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; Ver tópico (31825 documentos)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; Ver tópico (578013 documentos)

VI - e inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; Ver tópico (9612 documentos)

VII - e assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; Ver tópico (1480 documentos)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; Ver tópico (4156 documentos)

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; Ver tópico (26030 documentos)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; Ver tópico

